

115 SET-DEZ 2019 **NOVOS ESTUDOS** CEBRAP



VOLUME 38 NÚMERO 3 ISSN 0101-3300









**NOVOS ESTUDOS 115 SETEMBRO-DEZEMBRO 2019**

**NOVOS ESTUDOS** é uma publicação quadrimestral (jan.-abr., mai.-ago., set.-dez.) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

#### MISSÃO

Publicar estudos relevantes sobre temas das ciências sociais e humanidades, contribuindo para o debate de ideias em âmbito nacional e internacional com discussões em áreas diversas, desde crítica de arte até implementação de políticas econômica e social.

#### CONSELHO EDITORIAL

ADALBERTO CARDOSO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), ADAM PRZEWORSKI (NEW YORK UNIVERSITY, NOVA YORK, EUA), ADRIÁN GURZA LAVALLE (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), AFRANIO GARCIA (ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, PARIS, FRANÇA), ALBERTO TASSINARI (AUTÔNOMO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), ÁLVARO COMIN (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), ANDRÉ BOTELHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), ANGELA ALONSO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), CARLOS ANTONIO COSTA RIBEIRO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), EDWARD TELLES (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, SANTA BARBARA, EUA), ELISA REIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), ERIC HERSHBERG (AMERICAN UNIVERSITY, WASHINGTON, EUA), FLÁVIO MOURA (TODAVIA, SÃO PAULO, SP, BRASIL), GLAUCO ARBIX (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), HELENA HIRATA (CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, PARIS, FRANÇA), ISMAIL XAVIER (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JEFFREY LESSER (EMORY UNIVERSITY, ATLANTA, EUA), JERRY DAVILA (UNIVERSITY OF ILLINOIS, CHICAGO, EUA), JOÃO DE PINA CABRAL (UNIVERSIDADE DE LISBOA, LISBOA, PORTUGAL), JOÃO JOSÉ REIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, BA, BRASIL), JOAQUIM TOLEDO JR. (CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JOSÉ RICARDO RAMALHO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), JUAN PABLO PEREZ-SAINZ (FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES, SAN JOSÉ, COSTA RICA), LAURA DE MELLO E SOUZA (UNIVERSIDADE DE PARIS IV – SORBONNE, PARIS, FRANÇA), LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, SÃO PAULO, SP, BRASIL), MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, BRASÍLIA, DF, BRASIL), MARCOS NOBRE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL), MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, RIO DE JANEIRO, RJ, BRASIL), MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), MIRIAM DOLHNKOFF (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), MIRIAM RABELO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, BA, BRASIL), OMAR RIBEIRO THOMAZ (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL), ORLANDINA DE OLIVEIRA (EL COLEGIO DEL MEXICO, CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO), PAULA MONTERO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, SÃO PAULO, SP, BRASIL), PETER WADE (UNIVERSITY OF MANCHESTER, REINO UNIDO), RICARDO RIBEIRO TERRA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), RICARDO TEPERMAN

(COMPANHIA DAS LETRAS), ROBERTO SCHWARZ (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL), SAMUEL TITAN JR. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), SÉRGIO COSTA (UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM, ALEMANHA), SERGE PAUGAM (ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, PARIS, FRANÇA), THOMAS A. DIPRETE (COLUMBIA UNIVERSITY, NOVA YORK, EUA), VILMA ARÊAS (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, SP, BRASIL).

#### IN MEMORIAM

ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), FRANCISCO DE OLIVEIRA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), JUAREZ RUBENS BRANDÃO LOPES (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL), RUTH CARDOSO (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, BRASIL).

#### EDITORA

RITA PALMEIRA

#### EDITORA-ASSISTENTE

FERNANDA GUIMARÃES

#### PREPARAÇÃO

ALYNE AZUMA, ANDRÉ ALBERT, CACILDA GUERRA E IEDA LEBENSZTAYN

#### PROJETO GRÁFICO

CARLOS FAJARDO, DANIEL TRENCH E EDU MARIN KESSEDJIAN

#### EDIÇÃO DE ARTE E EDITORAÇÃO

CARLA CASTILHO

#### IMPRESSÃO

PIGMA

[www.novosestudos.com.br](http://www.novosestudos.com.br)

© Copyright Mundial Cebrap  
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.  
Rua Morgado de Mateus, 615  
CEP 04015-902 — São Paulo, Brasil  
Telefone: 55-11-5574-0399  
Fax: 55-11-5574-5928  
e-mail: [novosestudos@cebap.org.br](mailto:novosestudos@cebap.org.br)  
Nº 115 — SET.-DEZ. de 2019

#### AOS COLABORADORES

Os artigos e resenhas enviados a **NOVOS ESTUDOS** são submetidos ao Conselho Editorial e a pareceristas ad hoc. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho a todas as afirmações feitas pelo autor.

**DOSSIÊ “CRIMES”, TERRITÓRIOS E SOCIABILIDADE: COMPARAÇÕES ENTRE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO**

“CRIMES”, TERRITORIES AND SOCIABILITY: COMPARISONS BETWEEN RIO DE JANEIRO AND SÃO PAULO DOSSIER

- 521 ■ **APRESENTAÇÃO: FIGURAÇÕES DA “GUERRA URBANA”: PERSPECTIVAS RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO**  
INTRODUCTION: FIGURATIONS OF THE “URBAN WAR”: RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO PERSPECTIVES  
VERA DA SILVA TELLES

- 529 ■ **(DES)CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE “VIDA SOB CERCO” E NA “SOCIABILIDADE VIOLENTA”**  
(DIS)CONTINUITIES IN THE EXPERIENCE OF “LIFE UNDER SIEGE” AND “VIOLENT SOCIABILITY”  
LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA E PALLOMA VALLE MENEZES

- 553 ■ **CRIME, GUERRA E PAZ: DISSENSO POLÍTICO-COGNITIVO EM TEMPOS DE EXTERMÍNIO** CRIME, WAR AND PEACE:  
POLITICAL COGNITIVE DISSENTION IN TIMES OF EXTERMINATION  
DANIEL VELOSO HIRATA E CAROLINA CHRISTOPH GRILLO

- 573 ■ **POR ENTRE TERRITÓRIOS VISÍVEIS E TERRITÓRIOS INVISIBILIZADOS: MERCADOS ILÍCITOS E CRACOLÂNDIAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO** CRACK MARKET AND PRODUCTION OF SPACE IN SÃO PAULO AND RIO DE JANEIRO  
TANIELE RUI

- 591 ■ **ESPAÇIALIZANDO A PRISÃO: A CONFORMAÇÃO DOS PARQUES PENITENCIÁRIOS EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO** SPATIALIZING THE PRISON: THE SHAPING OF THE PENITENTIARY PARKS IN SÃO PAULO AND RIO DE JANEIRO  
RAFAEL GODOI, FÁBIO ARAÚJO E FÁBIO MALLART

**ARTIGOS ARTICLES**

- 613 ■ **ESTADO, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO BRASIL** INEQUALITY AND GROWTH IN BRAZIL: THE ROLE OF THE STATE  
ARMINIO FRAGA NETO

- 637 ■ **EXÉRCITO BRASILEIRO: UM RETRATO À AQUARELA** BRAZILIAN ARMY: AN OUTLINED PORTRAIT  
MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO

- 653 ■ **SAME-SEX MARRIAGE IN THE BRAZILIAN SUPREME COURT: LEGAL REASONING AND THE RISK OF A REGRESSIVE TURN** CASAMENTO HOMOAFETIVO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E O RISCO DE RETROCESSO  
FLAVIA PORTELLA PÜSCHEL

- 667 ■ **DA ORLA À SALA DE JANTAR: GÊNERO E DOMESTICIDADE NA BOSSA NOVA E NA TROPICÁLIA** FROM THE SHORE TO THE DINING ROOM: GENDER AND DOMESTICITY IN BOSSA NOVA AND TROPICALIA  
HELOISA PONTES E RAFAEL DO NASCIMENTO CESAR

- **ENSAIO VISUAL** VISUAL ESSAY  
SANTÍDIO PEREIRA



## APRESENTAÇÃO: FIGURAÇÕES DA “GUERRA URBANA”

### Perspectivas Rio de Janeiro-São Paulo

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030001>

VERA DA SILVA TELLES\*

[\*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: vs.telles@gmail.com

Violência — e violência urbana — é um tema aberto a controvérsias. Talvez melhor dizer: um termo que carrega uma polissemia, a depender dos contextos e lugares a partir dos quais o termo é mobilizado para nomear um problema a ser enfrentado. Nos termos de Michel Misse, violência é uma categoria de acusação, não um conceito. Representação de práticas muito variadas, o uso da palavra “violência” é também performático, enfatiza o autor, sempre convoca uma contraviolência e participa, portanto, do conflito que se quer investigar (Misse, 2009). É uma construção simbólica que constitui o que descreve, diz Luiz Antonio Machado da Silva em artigo que, publicado em 1993, iria pautar muitas das discussões que se seguiram no correr dos anos (Machado da Silva, 1993).

A marcação dos tempos aqui não é sem consequências. Naquele início de década, a “violência urbana” era um termo que começava a circular amplamente na cena pública (Misse, 2009) — uma linguagem e uma gramática política, argumenta Machado da Silva, pelas quais o cenário turbulento das favelas cariocas (mercado de drogas, organizações criminosas, enfrentamentos e incursões violentas das forças policiais) passava a ser descrito e nomeado como “problema”. Interpretação seletiva da realidade, diz o autor, carregada de implicações e consequências. Como linguagem e gramática política, a violência urbana deslocava e, a rigor, substituía a “linguagem dos direitos” que então vigorava como matriz de interpretação dos ordenamentos sociais. Uma figuração das complicações da vida social, não mais nos termos de conflitos e suas formas possíveis de regulação e negociação, mas nos termos de uma violência a ser combatida pelo controle armado das classes populares pelas forças da ordem (Machado da Silva, 1993).

Nesse artigo e na sequência de muitos outros que vieram a público ainda nos anos 1990, Machado da Silva iria propor um fundo deslocamento nos modos de lidar e estudar a questão da violência urbana. Na mira de sua reflexão crítica estava uma figuração da violência inteiramente construída por referência ao Estado — uma questão de

“*institution building*”, como diz Michel Misse (2006) em seu comentário aos escritos de Machado da Silva, de tal maneira que era (e é) nos termos de desvios e patologias sociais que a questão era (e é) descrita e nomeada como problema: uma representação da violência pela qual esta aparece como algo posto fora das relações sociais, um vazio de ordem a invocar e justificar a intervenção das forças da ordem (idem). É nesse terreno que a provocação e a contribuição de Machado da Silva seriam decisivas para os estudos que iriam se debruçar sobre a questão da criminalidade violenta (Grillo, 2019). Se não pode ser tomada como operador analítico, para romper a circularidade autoconfirmatória dos usos da violência como conceito, seria preciso então tomá-la como problema e questão a ser deslindada a partir dos ordenamentos sociais, das práticas e modelos de conduta representados como violência urbana. Ao revés do pressuposto de um vazio de ordem, de patologias ou desvios, os registros do engendramento de uma esfera de vida que coexiste com o ordenamento institucional legal, mas que dele se diferencia e que precisa ser entendido a partir de sua própria lógica. É nesse deslocamento que a criminalidade urbana e o uso da violência nos enfrentamentos com a polícia e nas disputas entre as chamadas facções criminosas configuram-se como questão que Machado da Silva trata de deslindar. Não se trata de um vazio de ordem, mas de um padrão de sociabilidade regido pelo uso da violência. Sociabilidade violenta é questão e conceito proposto por Machado da Silva (2004).

Não é o caso aqui, nos limites desta apresentação, de discutir uma questão — a sociabilidade violenta — que se abriu, desde que foi lançada à discussão por Machado da Silva, a inúmeras e sempre reabertas controvérsias, polêmicas, críticas e também desdobramentos nas pesquisas sobre criminalidade urbana (e temas conexos) que, desde então, se multiplicaram.<sup>1</sup> Por ora, interessa apenas enfatizar que os escritos de Machado da Silva e suas questões se tornaram referência incontornável nessas pesquisas. Também para nós, quer dizer: um coletivo de pesquisa que se articulou em torno do projeto temático “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea” (Fapesp, 2014-18). Deslindar os nexos que articulam a produção dos espaços urbanos, dispositivos de controle e modos de territorialização dos ilegalismos populares foi questão que pautou boa parte de nossas pesquisas. A perspectiva comparativa entre São Paulo e Rio de Janeiro foi uma empreitada compartilhada por pesquisadores das duas cidades, engajados na produção de etnografias que oferecessem prismas e abordagens acuradas sobre os temas pertinentes à “violência urbana” — os mercados informais e ilegais, o tráfico de drogas, as organizações criminosas e outros conexos. Luiz Antonio Machado da Silva foi nosso interlocutor constante, sempre presente nos vários encontros e seminários de pesquisa realizados no correr desses anos.

[1] Remeto o leitor ao dossiê sobre a noção de sociabilidade violenta, publicado na revista *Dilemas*. Ver Werneck; Araujo (2019).

Não é por acaso, portanto, que este dossiê se abre justamente com a questão da sociabilidade violenta. Nesse artigo, de coautoria de Luiz Antonio Machado da Silva e Palloma Valle Menezes, os autores buscam refletir sobre as mudanças nas dinâmicas associadas à violência urbana no Rio de Janeiro. Vale dizer: aqui, dois percursos de pesquisa que se encontram e se entrelaçam na proposição de outras tantas questões. A noção de sociabilidade violenta é revisitada e colocada à prova em face das reconfigurações da trama de relações e do jogo dos atores nas favelas nas quais foram instaladas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). No lugar das incursões violentas da polícia, uma malha cerrada de controles, de dispositivos de vigilância e monitoramento dos fluxos de circulação no território. Não mais o “fogo cruzado” dos enfrentamentos violentos, mas o “campo minado” conformado por sistemas intrincados de vigilância e monitoramento dos espaços, de seus lugares, de seus circuitos. Em vez da inócua discussão sobre sucessos ou insucessos das UPPs no combate ao crime, os autores mostram toda uma reconfiguração da trama de relações sociais sob o impacto desses dispositivos de controle. Alteram-se rotinas e protocolos da vida cotidiana. E também se alteram os modos como os traficantes locais passam a conduzir seus negócios e regular suas relações com a população local, com seus parceiros, com seus inimigos, com as forças da ordem.

As UPPs foram desativadas. Desde 2016, o “fogo cruzado” dos confrontos violentos voltou. Mas o “legado” das UPPs, enfatizam os autores, permanece nos controles militarizados da vida cotidiana — câmeras de vigilância por todos os lados, a que agora se acrescentam o uso de drones, helicópteros (os chamados “caveirões voadores”) e armamentos pesados próprios da “guerra urbana”.

Guerra é a questão tratada por Daniel Hirata e Carolina Grillo. Assim como “violência urbana” nos anos 1990, tal como discutido por Machado da Silva, agora é “guerra” o termo que circula amplamente entre gestores urbanos, forças policiais, especialistas de segurança urbana. A guerra, hoje, dizem os autores, constitui algo como um mapa cognitivo a partir do qual os conflitos violentos são figurados e postos como problema a ser enfrentado. E mais: “A guerra parece ser a forma de interface preferencial entre governantes e governados” e, no contexto das duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, é recurso discursivo que justifica a violência policial, execuções e extermínios, o uso de recursos extralegais para o combate ao crime. Figurações da “guerra urbana”.

No entanto, mais do que polissemias nos modos de circulação e usos do termo, há um dissenso político-cognitivo, postulam os autores, sobre o que é a guerra — variações de perspectivas, de pontos de vista, mobilizando conceitos, pressupostos e significados

distintos quando o termo é vocalizado pelas autoridades, pelos criminosos, pelos moradores, pelos movimentos sociais. Pois, então, é do ponto de vista do “crime”, ou melhor, do que é designado na categoria nativa de “crime”, que os sentidos da “guerra” são esmiuçados pelos autores, tomando por base um extenso trabalho etnográfico sobre os mercados varejistas de droga em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sim, são homens que se pensam em guerra — guerra com a polícia, guerra com facções inimigas, também guerra pela sobrevivência, para se manter vivos e em liberdade. Mas a “guerra” aqui mobiliza, com variações de terminologia entre as duas cidades, um conjunto de valores, códigos, regras de conduta, formas de ação (proceder, caminhada, o andar pelo certo, respeito, consideração) que são constitutivos à ordem do crime, mas que também circulam nas prisões, nas favelas, nos bairros periféricos e suas “quebradas”. São essas as pistas que os autores seguem para entender a constituição dos sujeitos coletivos e individuais do crime. São essas pistas que os autores percorrem para entender a adesão desses homens, e são muitos, a uma “guerra interminável e, de antemão, perdida”. Temos aqui a construção de uma grade descritiva e analítica que se contrapõe às versões correntes que postulam seja a coerção tirânica dos “comandos”, seja a desordem portadora de “tipos associativos” ou então a razão instrumental que pondera oportunidades e riscos dos negócios criminais. Mas os autores também estão longe de cair nas armadilhas de uma valorização ingênua de um *ethos* guerreiro — nisso tudo há o registro dos efeitos da “guerra ao crime”, dessa “brutalidade da guerra e da morte” que envolve e empurra esses homens a uma condição liminar entre resistência e destruição. É isso que será preciso levar em conta, propõem os autores, para entender o que está em jogo nesse cenário de “guerra e paz” que hoje se apresenta como questão pública.

Os circuitos dos ilegalismos urbanos e dos mercados ilegais transbordam amplamente o perímetro dos enfrentamentos violentos entre homens do crime e forças policiais. Ramificam-se pelas tramas da cidade e produzem outras territorialidades nas quais estão também cifrados dispositivos de controle dos espaços urbanos, bem como os modos como organizações criminosas regulam seus negócios em seus próprios territórios. É isso que Taniele Rui nos faz ver ao seguir os circuitos e modos de territorialização das chamadas “cenas de uso de crack” nas duas cidades, São Paulo e Rio de Janeiro. Mais um lance em uma já extensa e consolidada experiência de pesquisa sobre o tema. Agora, na contraposição das duas cidades, Taniele descortina, em torno das cenas de consumo de crack e seus diferentes modos de territorialização, uma trama complexa — e tensa — de relações e interações, entre acordos e acomodações,

recusas e interdições, tolerância e repressão, que colocam em cena, sob diagramas diferenciados, no tempo e no espaço, usuários, traficantes, moradores e comerciantes locais, forças policiais e gestores urbanos. São essas relações que se constelam nos lugares, pontos de fixação e territorialização dos usuários de crack, que se modificam e se alteram em um constante e reiterado deslocamento nos espaços urbanos. Mas não se trata de um abstrato e asséptico “jogo de atores”. Nessas configurações que se alteram ao longo do tempo e nos diferentes lugares em que se constelam, encontram-se os registros dos modos como as organizações criminosas regulam os mercados ilícitos e os usos da droga nos territórios sob seu comando. Tal como linhas de fuga que escapam aos protocolos que regem esses mercados, os usuários de crack se instalam nos interstícios urbanos conforme se altera o jogo oscilante entre permissões e interdições ao uso da droga, também entre repressão e tolerância nos lugares em que passam a se concentrar. Diferentes histórias criminais se entrelaçam com diferentes histórias urbanas plasmadas nos lugares de fixação dos usuários do crack. É isso que Taniele nos apresenta ao reconstituir, nas duas cidades, as circunstâncias que, a cada momento, induzem a reiterados deslocamentos dos usuários do crack, sempre seguidos de reterritorialização, pontos de concentração e de gravitação dessas gentes sem teto e sem lugar, “refugiados urbanos” — ex-presidiários, desempregados, desabrigados e outras tantas figurações desses sujeitos precários, em constante deslocamento e que encontram nesses lugares alguma forma de acolhimento. Espaços limiares, poderíamos dizer, nos quais se entrelaçam, sob configurações diferenciadas nas duas cidades, linhas de força na produção de territorialidades urbanas: as capilaridades urbanas dos mercados ilegais, os dispositivos de controle e gestão dos espaços e as circunstâncias excludentes que produzem essa legião de “refugiados urbanos” que se deslocam pela cidade e seus territórios. Espaços limiares que, sob a pena de Taniele, não se apresentam, em negativo, como efeitos deletérios de um problema social, mas, sim, prisma pelo qual apreender — e colocar em perspectiva — essas linhas de força que produzem territorialidades e formas de sociabilidade plasmadas nesses lugares, sempre em deslocamento, de gravitação e concentração dessas gentes sem lugar fixo na ordem das coisas.

Finalmente, no artigo que encerra este dossiê, deparamo-nos com o núcleo duro do “poder de punir”: prisões e o parque carcerário em São Paulo e no Rio de Janeiro. Porém, longe de tomar a prisão como enclave fechado e apartado da cidade, é sob o prisma dos seus modos de espacialização que a questão é tratada pelos autores. O que faz de um território um lugar propício ao encarceramento — eis o problema a se deslindar. Em outros termos: como o Estado espa-

cializa esse dispositivo que está no coração do controle do crime. Na formulação da questão e na abordagem proposta para com ela lidar, Fábio Araújo, Fábio Mallart e Rafael Godoi alinham-se a um campo de pesquisa que, à distância do cárcere-centrismo predominante nos estudos prisionais, coloca sob o foco da análise as interfaces da prisão com o seu fora, as dobras da prisão e territorialidades urbanas e por onde circulam coisas, pessoas, códigos morais e experiências sociais. Aqui, os autores se voltam aos espaços nos quais o parque carcerário se instalou nas duas cidades. O ponto de partida: as evidências de uma expansão vertiginosa dos parques carcerários no correr dos últimos vinte anos, nos dois estados. Registros palpáveis, materializados nos espaços, da lógica securitária que passou a primar nas políticas de segurança, entre o populismo penal e o discurso da guerra ao crime, guerra às drogas. Imperativos securitários que se manifestam, enfatizam os autores, na transição da figura do “preso comum” para a do “crime organizado”, alvo central das políticas penitenciárias. Os autores reconstróem os vários momentos e pontos de inflexão dessas políticas nos dois estados, a cronologia da expansão do parque carcerário (impressionante, deve-se dizer) para então situar, no tempo e nos espaços, a lógica que preside a construção de penitenciárias superprotegidas, isoladas em áreas distantes ou de difícil acesso. Essa é a lógica. Porém, vistos sob outra perspectiva, prisões e parques carcerários apresentam dimensões e efeitos que transbordam o perímetro fechado de seus muros. Pois os parques carcerários afetam as cidades nas quais são implantados, redefinem dinâmicas sociais e urbanas locais, produzem territorialidades. É nesse ponto que a perspectiva comparativa se mostra fecunda. Os autores se interrogam o que pode estar em jogo nas diferentes formas de espacialização nos dois estados. Em São Paulo, dispersão das penitenciárias em várias cidades do interior. No Rio de Janeiro, concentração em algumas cidades do entorno metropolitano. Por suposto, há o peso das diferenças geográficas e demográficas, de configurações e morfologias urbanas. Mas há também — e esse é o ponto — modulações na gestão penal do crime em resposta a diferentes modos como as organizações criminosas se articulam, se relacionam com a cidade e se inscrevem nos territórios em que atuam. Como dizem os autores, “diferentes geopolíticas carcerárias espelham diferentes geopolíticas criminais”. Hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, porém pulverizada nas áreas urbanas, não circunscrita a determinados territórios. Fragmentação das facções cariocas em disputa pelos territórios sob seus respectivos comandos. Diferenças, postulam os autores, que ganham outra significação quando colocadas em perspectiva com os modos como o estado espacializa seus sistemas punitivos.

No seu conjunto, na contraposição entre os quatro artigos deste dossiê, o leitor haverá de encontrar as diferentes modulações das dinâmicas de territorialização criminal, nas suas interfaces com os dispositivos de produção e gestão da ordem e também das tramas urbanas nas quais se tecem formas de sociabilidade. É nisso que a perspectiva comparativa se mostra fecunda: a comparação entre os tempos no Rio de Janeiro, fazendo ver a lógica que prima nas (re)configurações das tramas sociais do “crime” nas favelas cariocas; no contraponto entre as duas cidades, a linha de força que atravessa os diferentes modos como os “sujeitos do crime” elaboram e vivenciam os sentidos da “guerra” no qual estão envolvidos; na escala das cidades, é esse contraponto que permite apreender — e descrever — dinâmicas urbanas e distintas temporalidades inscritas nos modos de territorialização das “cenas de uso de crack”; finalmente, é na escala dos estados que se fazem legíveis as diferentes “geopolíticas carcerárias” inscritas nos modos de espacialização dos respectivos parques carcerários, em sua relação com as diferentes “geopolíticas criminais”. Diferentes modulações postas em evidência nesse jogo cruzado de perspectivas que os artigos, lidos em seu conjunto, nos oferecem. Para retomar o fio da meada, o início desta apresentação, o termo “violência urbana”, ou, então, em sua versão atual, “guerra urbana”, é quebrado, rachado, fazendo ver a trama de relações, também relações de poder, inscritas no mundo social. Essa é a potência analítica — e crítica — própria dos trabalhos etnográficos, tais como os aqui apresentados.

---

VERA DA SILVA TELLES [<https://orcid.org/0000-0002-5201-8662>] é professora livre-docente sênior do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Grillo, Carolina C. “Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta”. *Dilemas*, v. 12, n. 1, pp. 62-92, 2019.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. “Violência urbana: representação de uma ordem social”. In: Nascimento, Elimar Pereira do; Barreira, Irllys (orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. pp. 131-42.
- \_\_\_\_\_. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, pp. 53-84, jan./jun. 2004.
- Misse, Michel. “Sobre uma sociabilidade violenta”. In: Misse, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. pp. 251-68.
- \_\_\_\_\_. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. *Civitas*, v. 8, n. 3, pp. 371-85, 2009.
- Werneck, Alexandre; Araujo, Marcella (orgs.). “Dossiê Sociabilidade Violenta: novas interpretações”. *Dilemas*, v. 12, n. 1, 2019.





## (DES)CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE “VIDA SOB CERCO” E NA “SOCIABILIDADE VIOLENTA”

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030005>

LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA\*  
PALLOMA VALLE MENEZES\*\*

### RESUMO

Este trabalho se propõe a revisitar as noções de “vida sob cerco” e “sociabilidade violenta” a partir de pesquisas etnográficas realizadas na última década. O artigo analisa as transformações que a inauguração das Unidades de Polícia Pacificadora gerou na vida cotidiana de favelas cariocas e no chamado “mundo do crime”. Além disso, visa compreender o momento atual, investigando os efeitos da “crise” das UPPs e o “legado” da “pacificação”.

**PALAVRAS-CHAVE:** *favelas, sociabilidade, crime, violência, pacificação*

### (Dis)Continuities in the Experience of “Life Under Siege” and “Violent Sociability”

#### ABSTRACT

The paper proposes to revisit the notions of “life under siege” and “violent sociability” based on ethnographic research conducted in the last decade. The article analyzes the transformations that the inauguration of Pacification Police Unit Program generated in the daily life of Rio’s favelas and in the so-called “world of crime”. In addition, it aims to understand the current moment by investigating the effects of the “crisis” in the UPPs and the “legacy” of “pacification”.

**KEYWORDS:** *favelas, sociability, crime, violence, pacification*

[\*] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [lmachado@iesp.uerj.br](mailto:lmachado@iesp.uerj.br)

[\*\*] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [pallomamenezes@gmail.com](mailto:pallomamenezes@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas grande parte do debate público e acadêmico parece girar em torno de problemas de definição e controle das “classes perigosas”. Essa categoria (“classes perigosas”), que na origem dizia respeito à necessidade de segregação política, vê-se paulatinamente esvaziada, de um lado, pelos grandes contingentes que, através de seu protagonismo e de condições institucionais e econômicas favoráveis, se incorporaram a uma sociedade civil, ela mesma muito modificada a ponto de perder boa parte do peso relativo à noção de classe social; ao mesmo tempo que, de outro lado, uma crescente minoria se manifesta através de agrupamentos que extravasam as práticas convencionais da sociedade civil organizada e suas dispu-

tas internas. Essa ambivalência do desenvolvimento social continua provocando o sentimento de “perigo” que sempre esteve associado às classes perigosas, mas agora, em virtude das mudanças institucionais, separado da referência à “classe” e à segregação política que era o núcleo da síntese contida na noção de classes perigosas. Isso põe o perigo ao nível da vida cotidiana, ou seja, das relações interpessoais diretas ou quase (entre grupos restritos). É isso que concentra os vários temas e abordagens que tratam da “violência urbana” nos últimos anos.

Para refletir sobre as mudanças nas dinâmicas associadas à violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, este artigo propõe revisar as referidas noções de “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 1999) e “vida sob cerco” (Machado da Silva; Leite, 2008) a partir de diferentes pesquisas etnográficas realizadas nas últimas duas décadas. O presente trabalho busca compreender as continuidades e as descontinuidades que podem ser verificadas, por um lado, naquilo que Machado da Silva descreveu como uma forma de vida singular na qual a força física deixa de ser um meio de ação regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um princípio de coordenação (um “regime de ação”) das práticas; e, por outro, na experiência de confinamento socioterritorial e político que provoca nos moradores de favelas cariocas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas e dificultam a manifestação pública de suas demandas.

Tendo como base trabalhos etnográficos coordenados e realizados tanto pelos autores como por outros pesquisadores do Rio de Janeiro e de São Paulo que vêm estabelecendo diferentes tipos de interlocução com os conceitos em questão, o presente artigo terá como foco a análise de três momentos diversos. Inicialmente retomam-se algumas reflexões sintetizadas no livro *Vida sob cerco* publicado há dez anos (em um momento pré-“pacificação”). Posteriormente, serão mapeadas as transformações que a inauguração das Unidades de Polícia Pacificadora, no fim de 2008, gerou na vida cotidiana regular das favelas cariocas, no chamado “mundo do crime” e também no próprio debate acadêmico. Por fim, tentar-se-á compreender o momento atual, investigando os efeitos da chamada “crise” das UPPs e do recrudescimento dos conflitos violentos no Rio de Janeiro.

#### **ENTRE A “METÁFORA DA GUERRA” E A “PACIFICAÇÃO”**

Desde o seu surgimento, há mais de um século (Valladares, 2005; Zaluar; Alvito, 2004), as favelas sempre foram vistas como uma espécie de quisto que ameaçava a organização social da cidade (Machado da Silva, 2002). No entanto, os atributos que compõem o conteúdo do que é definido como “o problema favela” modificaram-se significa-

tivamente a partir dos anos 1980. A “violência urbana” alterou o lugar das favelas no imaginário da cidade (Machado da Silva, 2008). Com a expansão do tráfico de drogas, o aumento dos confrontos armados entre diferentes facções criminosas e os conflitos entre esses grupos criminosos e a polícia, houve uma superposição do “problema da segurança” com o “problema das favelas”.

As principais organizações do tráfico a varejo no Rio de Janeiro — que surgiram dentro do sistema penitenciário durante a ditadura militar — estabeleceram-se nos morros cariocas e passaram a disputar esses territórios. Essa disputa levou a uma intensa “corrida armamentista” entre comandos, uma vez que a atuação dessas facções cariocas, assim como a gestão das atividades que elas exercem, encontra-se diretamente relacionada com as disputas em torno do domínio territorial das favelas (Misse, 2007). E tal domínio, como também a reprodução dessas organizações criminosas, provavelmente não seria possível se não existissem constantes acordos e trocas políticas com agentes públicos, dos quais policiais — que detêm o uso legal das armas e de informações estratégicas — constituíam um dos principais tipos.

Como as organizações criminosas se estabeleceram nas favelas cariocas e ali se expandiram, esses territórios passaram a ser vistos “como o valhacouto de criminosos que interrompem, real ou potencialmente, as rotinas que constituem a vida ordinária na cidade” (Machado da Silva, 2010, p. 297). E, conseqüentemente, as favelas deixaram de ser tematizadas na “linguagem dos direitos” e passaram a ser processadas na “linguagem da violência urbana”. Quer dizer: houve um “reducionismo de uma linguagem que restringe o tratamento dos problemas (no caso, a manutenção da ordem pública) a uma guerra contra atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social” (Machado da Silva, 2010, p. 293). É importante ressaltar que a culpa dessa guerra foi atribuída aos moradores de favelas que passaram a ser criminalizados, tornando-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço.

Em decorrência desse processo de criminalização dos moradores de favelas, cresceu o clamor por uma ação “dura”, que passou a dirigir-se não tanto a grupos sociais específicos, mas ao controle e segregação territorial de áreas urbanas tidas como perigosas. Assim, como afirma Machado da Silva, fechou-se “o círculo de ferro que redesenha o espaço da cidade, na formulação dominante, a partir da relação entre ‘violência urbana’ e ‘sociabilidade violenta’”. De um lado, a “sociabilidade violenta” ameaça a integridade física e patrimonial de toda a população da cidade e afeta negativamente a continuidade das rotinas cotidianas; de outro, a “violência urbana” limita a discussão do assunto ao aqui e agora e à busca de uma impossível solução definitiva (Machado da Silva, 2008, p. 26).

Vale lembrar que Machado da Silva definiu a “sociabilidade violenta” como uma forma de vida singular na qual “a violência se libera da regulação simbólica [...]. Ela se torna um fim em si mesma, inseparável de sua função instrumental como recurso para a ação. [...] Ela é sua própria explicação e se autorregula” (2010, p. 286). Segundo o autor, a parcela mais estável e poderosa dos traficantes em “bocas”, que têm sua base quase sempre em favelas, construiu uma forma de vida autônoma, diferente da dos moradores comuns, e tornou-se responsável por uma ordem social que submete os moradores. Nessa ordem, as ações são coordenadas quase exclusivamente por referência à escala de força física (e suas extensões: armas etc.). Os atores não compartilham valores comuns que poderiam regular o uso da violência na realização dos desejos, limitando-a, assim, à condição de um meio entre outros para a obtenção de fins. A (quase) única consideração dos atores da “sociabilidade violenta” é a capacidade de resistência do que (outros seres humanos ou coisas) estiver impedindo a realização de seus desejos imediatos. Em resumo, como define Machado da Silva, “na sociabilidade violenta, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas etc.) para impor sua vontade sem considerar princípios éticos, deveres morais, afetos etc.” (2008, p. 21).

A emergência dessa ordem social contribuiu para configurar a representação do conflito social no Rio de Janeiro como uma guerra (Leite, 2012), cujo mecanismo central passou a ser as operações policiais realizadas em favelas “dominadas” pelos portadores da “sociabilidade violenta”. Diante do caráter sedentário das empresas locais do varejo de drogas, as políticas estaduais de segurança pública, como apontam Misse, Grillo, Teixeira e Neri (2013), tenderam a centralizar sua estratégia no enfrentamento pontual ao tráfico através de operações policiais em favela que visam efetuar, com regularidade variável, prisões e apreensões de armas, dinheiro e material entorpecente. Quando essas operações têm início, quase inevitavelmente, ocorrem confrontos entre policiais e traficantes. Tais enfrentamentos geram frequentemente como “efeitos colaterais” mortes nem sempre acidentais. Isso porque, nesse tipo de ação policial, o extermínio acabou tornando-se uma das estratégias para a vitória sobre o inimigo, já que “com facilidade” é “admitido que situações excepcionais — de guerra — exigiam medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional e democrática” (Leite, 2012, p. 379). É possível dizer, portanto, que “a polícia passou a adotar cada vez mais uma política de extermínio” (Misse, 2011), na qual a morte de traficantes por policiais durante operações realizadas em favelas é não só tolerada, mas também desejada e premiada.<sup>1</sup>

A partir de toda essa configuração, a rotina das favelas, nas últimas décadas, passou a constituir-se, sobretudo, pela virtualidade de con-

[1] Entre 1995 e 2000, os policiais militares e civis do estado do Rio de Janeiro que praticaram atos considerados de bravura pelo comando da corporação — que resultavam, recorrentemente, na morte de supostos criminosos — foram premiados com a chamada “gratificação faroeste”. Criada em novembro de 1995 pelo general Nilton Cerqueira, secretário de Segurança no governo do Rio de Janeiro de Marcello Alencar, a gratificação estimulou confrontos e mortes e só foi suspensa no ano 2000. Muito recentemente, o estímulo ao extermínio voltou a ser defendido explicitamente pelo *establishment*.

flitos violentos que podem irromper a qualquer momento nesses territórios. As manifestações violentas que ameaçam a rotina da parcela da população que vive em favelas resultam da contiguidade territorial inescapável com os bandos armados ligados ao comércio de drogas ilegais e com a atuação pouco previsível e quase sempre violenta da polícia e das milícias. A proximidade entre esses atores provoca nas populações que não moram em favelas uma grande desconfiança em relação aos “favelados”.

Viver em tais circunstâncias gera o que Machado da Silva e Leite (2008) chamam de “vida sob cerco”, isto é, uma experiência de confinamento socioterritorial e político que causa nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas e dificultam a manifestação pública de suas demandas. Tal experiência é produzida por “eventos fora de controle, em graus e intensidade muito maiores do que aquela que atinge o conjunto da população da cidade, igualmente assoberbada por episódios violentos que se repetiam sem cessar” (Machado da Silva; Leite, 2008, p. 35). E um dos eventos pouco previsíveis que mais desestabiliza a rotina da população carioca, em geral, e a dos moradores de favelas, em especial, são os tiroteios.

Cavalcanti (2008) sugere que a possibilidade constante de irrupção de tiroteios constituiu-se como um dos princípios estruturantes da fenomenologia da vida nas favelas. Isso porque a expectativa do fogo cruzado causa uma constante preocupação entre os moradores; ela afeta em larga medida a mobilidade dessa parcela da população; e impacta também o próprio espaço construído da favela, por meio de esforços constantes de garantir lugares seguros (idem, p. 37). É possível dizer, portanto, que as potenciais trocas de tiros tiveram um papel central no modo como o medo e a incerteza relacionados à “violência urbana” foram vivenciados pelos moradores de favelas cariocas nas últimas décadas, uma vez que “a constante iminência de tiroteios produz uma temporalidade concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência, engendrando uma série de rotinas de evitar e avaliar riscos” (idem, *ibidem*).

Vale lembrar que os tiroteios em favelas cariocas no início dos anos 2000 eram considerados um “problema público” não só por afetar o cotidiano dos habitantes da cidade, mas também por atingir internacionalmente a imagem da “cidade maravilhosa”, em especial em um momento em que ela estava tentando se tornar sede de grandes eventos esportivos e atrair grandes investimentos internacionais. Quando Sergio Cabral Filho assumiu o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro, em 2007, e nomeou José Mariano Beltrame como secretário de Segurança, a “violência urbana” era considerada, senão o principal, decerto um dos principais problemas e desafios a

serem enfrentados no estado. Aquele era um momento de crescimento econômico no país. Os governos federal, estadual e municipal, depois de décadas de disputas intensas, estavam trabalhando juntos para que o Rio se tornasse sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Apesar disso, os índices de criminalidade e, sobretudo, de homicídios eram tidos como um dos pontos críticos para que se garantisse a recepção dos grandes eventos. Foi nesse contexto mais amplo que, em novembro de 2008, começou a ser testado o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Quando surgiu, o projeto de “policiamento de proximidade” foi encarado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, pela mídia e por uma grande parcela da população carioca como uma luz no fim do túnel para o problema da “violência urbana”. Dados empíricos produzidos por diversos pesquisadores nos primeiros anos após o início do processo de “pacificação” possibilitam listar os seguintes elementos como indicadores do inicial sucesso das UPPs: a) o temporário desarmamento do tráfico em favelas “pacificadas” — ou, pelo menos, a redução do porte ostensivo de armas de fogo por outros atores que não a polícia —, que, associado à forte diminuição das incursões policiais esporádicas e dos tiroteios, levou a uma drástica redução dos homicídios e da violência armada em geral, não só no interior das favelas, como também no seu entorno (Cano; Borges; Ribeiro, 2012); b) a redução da arbitrariedade e da violência policial nas áreas onde as UPPs estavam operando (Machado da Silva, 2010), que estaria relacionada ao “maior controle social, interno e externo, sobre a corrupção e o abuso de poder praticados por policiais” nos territórios “pacificados” (Musumeci *et al.*, 2013); c) a queda nos números de “autos de resistência” (Misse; Grillo; Teixeira; Neri, 2013, p. 9), o que parecia indicar que a UPP poderia ajudar a “civilizar” a polícia ou que poderia tornar-se uma “política de proteção da população contra a própria polícia e o alto grau de letalidade das incursões policiais” (Misse, 2014, p. 682); d) a maior liberdade de ir e vir dos habitantes que, em conjunto, acabava melhorando significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados pela UPP (Musumeci *et al.*, 2013; IBPS, 2009; Cecip, 2010; Souza e Silva, 2010; Burgos *et al.*, 2011; Cano *et al.*, 2012; Oliveira; Abramovay, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012; Serrano-Berthet, 2013); e) a ampliação das expectativas positivas quanto à segurança para toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores nas localidades-alvo de sua implantação no futuro e até mesmo os segmentos mais abastados, que não precisavam (nem queriam) UPPs onde viviam (Machado da Silva, 2010).

Além de todos os efeitos listados acima, a redução dos confrontos armados em áreas “pacificadas” gerou, além de um breve alívio inicial na experiência de “vida sob cerco” (Machado da Silva; Leite, 2008)

vivida por moradores de áreas com UPP, uma transformação qualitativa dessa experiência, que será narrada na próxima seção. Em termos gerais, parecem ter ocorrido mudanças no que Thévenot denominou de “regime de familiaridade” (Thévenot, 2006), geradas pela ampliação de uma vigilância fragmentada no território das favelas “pacificadas”.

#### **ENTRE A “SOCIABILIDADE VIOLENTA” E O “JOGO DE GATO E RATO”**

A chegada da UPP não significou o início da presença de agentes do Estado, nem a saída de todos os traficantes das favelas “pacificadas” — como as análises apresentadas pela mídia costumavam apontar nos primeiros anos de “pacificação” —, mas sim uma transformação nas modalidades de presença desses atores nos territórios favelados. Se antes da UPP as relações entre traficantes e policiais eram pautadas basicamente pela alternância entre confrontos armados e negociações envolvendo “arregos” (propinas para os policiais, em troca da liberação das práticas criminais dos bandos de traficantes), após a inauguração do projeto houve uma temporária redução dos confrontos e a relação entre esses atores passou a repousar, sobretudo, na lógica da vigilância e do monitoramento mútuos, conforme será comentado adiante.

Em um primeiro momento depois da ocupação policial do Santa Marta e da Cidade de Deus (primeiras favelas da cidade a receberem UPP), alguns jovens que tinham postos mais altos na hierarquia do comércio varejista de drogas ilícitas deixaram temporariamente essas favelas e, entre os que ficaram, poucos enfrentaram a polícia. Acuados pela presença das UPPs, os bandos de traficantes ficaram impedidos de continuar seu comércio, o qual chegou a ser interrompido, para, logo em seguida, voltar a ocorrer, porém de modo muito discreto. Contudo, esse cenário não permaneceu intato por muito tempo. Os jovens traficantes notaram que, no auge do projeto das UPPs, não era possível retomar por completo o domínio territorial da favela, dada a superioridade do poder armado do Estado e o enorme apoio da sociedade (inclusive de boa parte dos moradores de favelas). Além do mais, saltava aos olhos que nesse primeiro momento não havia clima para restabelecer a negociação do “arrego”, perceberam que não seria eficaz confrontar os policiais cotidianamente. Ou seja, a lógica da força seria suicídio, assim como a tradicional negociação política era inviável.

Assim é que os traficantes foram forçados a perceber, logo no início da implantação das UPPs, que precisariam mudar suas estratégias de atuação para continuarem agindo na favela. Por isso, logo começaram a investigar a atuação dos policiais da UPP, monitorar por onde eles passavam e mapear quem fazia parte de cada plantão e como cada um desses grupos costumava trabalhar, para, assim, reorientar sua atuação, tornando-a ajustada ao novo ambiente da favela. Assim, a força

“sedentarizante” do fuzil deu lugar à observação atenta dos olheiros e à comunicação “flexibilizante” dos celulares e *walkie-talkies* usados para monitorar os fluxos de circulação pelo território. E, desse modo, os mecanismos de monitoramento ganharam centralidade na atuação cotidiana dos traficantes sediados nas favelas “pacificadas”.

Após a inauguração das UPPs, os traficantes entenderam que não podiam mais ter — e, em certo sentido, não precisavam — o domínio ostensivo do território para continuarem a venda de suas mercadorias. Contudo, eles tiveram, para isso, que transformar suas condições de existência para continuarem subsistindo no novo ambiente pós-UPPs. Nessa nova lógica, o “traficante ideal” ou o “ideal de traficante” deixou de ser apenas pautado pela valorização da *disposição para o confronto*, passando a ser também avaliado, em grande medida, por sua *capacidade de manter-se “na atividade”*, ou seja, permanecer vigilante e sempre atento àquilo que está acontecendo ao seu redor, fazendo cálculos e antecipações do que pode vir a ocorrer logo em seguida. Dito de outra maneira, o ambiente deixou de ser favorável à reprodução da “sociabilidade violenta” e a maior parte de seus “portadores” foi forçada a “civilizar-se”.

Vale notar que a lógica do monitoramento é importante não só para o tráfico, mas também para a UPP. Isso porque os policiais também passaram a monitorar todos os “movimentos suspeitos” dentro das favelas. O monitoramento foi útil para que eles, pouco a pouco, fossem mapeando “quem é quem” e descobrindo como os traficantes estavam atuando. Entender o modo de atuação do tráfico no novo contexto e monitorar a movimentação dos traficantes passaram a ser práticas fundamentais para que os PMs pudessem, assim, escolher o melhor momento para “dar o bote” e capturar os “inimigos”.

No período pós-UPP, tanto policiais quanto jovens envolvidos com comércio varejista de drogas em favelas passaram a usar com recorrência uma expressão para nomear a forma de interação que substituiu temporariamente a lógica do confronto em áreas “pacificadas”: “jogo de gato e rato”. Essa dinâmica baseia-se mais nas antecipações reflexivas da ação do outro do que na força. Como explicou um morador da Cidade de Deus certa vez: “gato e rato é tipo Tom e Jerry. Nunca viu esse desenho, não?”. Levando a sério a sugestão nativa de que o gato ocupa o papel da polícia e o rato, o do tráfico, é possível levantar os seguintes pontos para refletir sobre essa lógica de interação:

- a) O gato e o rato compartilham permanentemente o mesmo território e ambos não desconhecem que o outro está perto durante as 24 horas do dia.
- b) Gato e rato compartilham o mesmo território, mas não o mesmo ambiente. O ambiente do rato é muito mais detalhado, cheio de buracos e esconderijos. A percepção do rato é mais infinitesimal, ele

conhece muito mais rotas de fuga, por isso capturá-lo neste território torna-se tão complicado.

c) Entre o gato e o rato existe uma relação de poder que é assimétrica. Ou seja: o rato sabe que não pode enfrentar o gato diretamente, razão pela qual, enquanto o gato tenta a captura, o rato tenta a fuga.

d) Enquanto o gato possui mais força, o rato é mais ágil, ligeiro e menor. Em situações “normais”, o rato, mesmo quando avistado pelo gato, quase sempre consegue escapar, seja entrando em pequenas frestas, seja sumindo do campo de visão do gato. Daí porque o problema do rato é não apenas ser visto, mas sobretudo evitar ser visto ou pego desprevenido.

e) O gato, por sua vez, sabe que é mais forte e mais lento que o rato. Então, as suas chances de captura concentram-se sobretudo nos momentos de desatenção e de relaxamento do rato. De modo a antecipar o melhor momento para “dar o bote”,<sup>2</sup> o gato precisa, então, mapear e monitorar o território, como também conhecer muito bem o modo como funciona o comportamento do rato.

[2] “Dar o bote” é uma expressão utilizada por traficantes para fazer referência ao momento no qual os policiais conseguem capturar algum deles com um “flagrante”.

Com essas semelhanças estabelecidas, é importante ratificar que, nos primeiros anos após a inauguração da UPP, com o jogo de “gato e rato”, a lógica do confronto direto saiu de cena temporariamente e assumiram o protagonismo as táticas de engano e a lógica das armadilhas. Pois o que estava em jogo nesse contexto do “gato e rato” era menos a força bruta do confronto e mais a ação calculada que antecipa o erro de percepção e de atenção do outro. Era na boa dissimulação de seus próprios movimentos e na capacidade de fazer o outro ter uma percepção equivocada sobre a sequência de acontecimentos que a lógica da captura se fundamentava. Daí porque a antecipação “do que o outro espera” (e “do que o outro espera que eu espere”, “do que o outro espera que eu espere que ele espera” e assim *ad infinitum*) se intensificava e uma espécie de reflexividade calcada em antecipações emergiu da nova configuração da reciprocidade de expectativas.

A lógica do gato e rato, embora possa envolver dinâmicas bastante violentas, diferencia-se significativamente da “sociabilidade violenta”, porque tem como ponto de partida a lógica da alteridade e o reconhecimento do outro como alguém que precisa ser observado, mapeado, analisado. Ou seja, o que está em jogo é muito mais a reflexividade e a antecipação das ações do outro considerado inimigo do que a lógica da força. Esse tipo de interação envolve a necessidade — tanto por parte de policiais como de traficantes — de um constante cálculo de suas ações (objetivado na vigilância fragmentada) para tentar, assim, antecipar o erro de percepção e de atenção um do outro. Por isso, um morador da Cidade de Deus afirmou que para atuar no tráfico hoje é preciso “ser matemático” para calcular a melhor hora de agir. E um jovem associado

ao comércio varejista da mesma favela sugeriu que depois da UPP “a adrenalina (de atuar no tráfico) está na mente”, ou seja, baseia-se menos na força e no poder das armas e mais na “atividade” (ou seja, em um esforço mental, em um exercício de atenção constante).

Alguns moradores sugerem que essa lógica, por um período, mostrou-se mais vantajosa para o tráfico do que a lógica do enfrentamento porque, de certa forma, era mais lucrativa. Como resumiu um morador:

*[...] por um período, eles eram obrigados a trabalhar de gato e rato e ganhavam muito mais dinheiro. Polícia fazia a segurança deles contra invasão de alemão. Não tinha tanto gasto com armamento, nem munição e também não perdia tanto dinheiro. O que perdia era um pouco de droga que estava na boca vendendo quando era pego. Mas tinha muito mais lucro porque não tinha aquela coisa de perder muito dinheiro igual perdem quando polícia chega de surpresa em operação e leva um monte de fuzil, pistola, droga, dinheiro, dando um prejuízo grande para a boca. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)*

#### **A INTENSIFICAÇÃO DA PROXIMIDADE FÍSICA E DO MEDO DA “CONTAMINAÇÃO”**

Durante o período em que o projeto das UPPs estava em seu auge, o imperativo de “estar na atividade” produzia uma permanente tensão psicológica nos policiais e nos traficantes que monitoravam constantemente o ambiente da favela para tentar antecipar as ações do inimigo. Tensão essa que também passou a ser vivenciada cotidianamente pelos moradores desses territórios “pacificados” que, em sua maioria, tentavam ser neutros em relação ao “jogo de gato e rato”, mas que, por outro lado, não podiam simplesmente ignorar a sua existência e as consequências desse “jogo”. Um morador da Santa Marta afirmou, certa vez, que desde a chegada da UPP tomava muito cuidado para não desagradar a nenhum dos “dois deuses” que mandam na favela, pois se desagradasse a um poderia ser tachado de x9 (delator), e se despertasse a desconfiança do outro poderia ser condenado por associação ao tráfico. Um jovem da Cidade de Deus também falou dessa mesma preocupação:

*O morador fica oprimido. Olha só, se você mora aqui, você é criado aqui, só porque você pegou uma certa amizade com um policial, só porque você levou um copo d'água, o tráfico te oprime. Se você é um morador que mora aqui há não sei quantos anos e se acostumou com o tráfico e ajuda o tráfico, o policial te oprime. Então tu fica acuado, porque tu tem que ficar no meio de tudo e de todos, mas não se deixar levar por nenhum deles. Tem que ser que nem um poste, tem que ficar parado e intato. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus)*

A expressão “tem que ser que nem um poste” designava a forma da “mobilidade” cotidiana nas favelas naquele momento, em que o projeto das UPPs estava no auge de sua expansão. Essa (i)mobilidade se vinculava a um sentimento de “paralisia” frente aos posicionamentos em relação ao tráfico e à polícia. Nesse contexto, o dilema passou a ser como transitar pelo território sem que, no entanto, esse trânsito implicasse um ato de adesão a um dos lados. Daí a necessidade de introduzir uma importante nuance, pois, embora o discurso oficial apontasse que a “mobilidade” nas favelas tinha aumentado com a chegada da UPP — e parte da população confirmasse que passou a circular com menos medo na favela com a redução dos tiroteios —, muitos moradores apontavam que a contiguidade territorial cotidiana com traficantes e policiais havia gerado também uma paralisia paradoxal. Paralisia essa que se impunha exatamente porque a maior liberdade de trânsito pelo território, que ampliou a capacidade de ir e vir dos moradores — considerando a redução de tiroteio —, resultou na ampliação do risco potencial de “contaminação” que essa mesma “liberdade” de trânsito gerou. Em suma, o aumento potencial da mobilidade física correspondeu a um crescimento real da tensão psicológica.

Amplamente explorada por Mary Douglas (1976), a noção de “contaminação” na antropologia está associada a uma discussão sobre o puro e o impuro como fenômenos que transcendem a esfera da assepsia físico-biológica. Sujeira e limpeza constituem marcas simbólicas que estabelecem e conformam padrões de coerência cultural, naturalizando e impondo posturas, formas e comportamento mais ou menos adequados. Segundo Douglas, a ideia de sujeira implica a noção de sistema, isto é, o conjunto de elementos logicamente solidários, considerados nas suas relações. Evitar a sujeira é, portanto, um processo de arrumação, que tenta garantir que a ordem de eventos físicos externos esteja em conformidade com a estrutura de ideias. Nas palavras da antropóloga, “as regras de contaminação, em essência, proíbem o contato físico” (Douglas, 1976, p. 112), uma vez que implicitamente já antecipam as possíveis sanções que aqueles que forem contaminados poderão vir a sofrer. Todavia, nem sempre é possível — ou mesmo uma questão de escolha — evitar ter contato com objetos, pessoas ou situações que têm um potencial contaminador. Logo, a contaminação por vezes torna-se praticamente inevitável.

No caso das favelas cariocas, a população que nelas habita vem tendo, nas últimas décadas, sua imagem recorrentemente “contaminada” pela contiguidade territorial inescapável com uma minoria que integra os bandos armados que atuam nessas áreas. E na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “convivência”, os moradores de favelas “desenvolvem um permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são pessoas ‘de bem’, honestas, confiáveis,

pacíficas e sem participação ativa na ‘sociabilidade violenta’”. Ou seja, eles empreendem esforços para tentar garantir uma “limpeza moral” (Leite, 2008; Birman, 2008; Rocha, 2011; Mattos, 2014).

A estigmatização da favela e de seus moradores, apesar de ser anterior ao ciclo de ostensividade do tráfico nas favelas, sem dúvida ganhou muita força nas últimas décadas com a presença, nesses territórios, dos traficantes — personagens que encarnam a representação sobre violência urbana. Pode-se dizer que, com o aumento da visibilidade e presença do tráfico, os territórios favelados passaram a ser menos estigmatizados pela pobreza — embora ainda continuem sendo — e mais pela violência. Por isso, Burgos *et al.* (2011) sugerem que um dos efeitos mais esperados da implementação das UPPs era que, com a expulsão dos traficantes armados das favelas, elas poderiam estabelecer gradualmente novas relações com o seu entorno, superando a situação atual de segregação.

*Dada a importância do tráfico para a produção de uma forma específica de segregação, fortemente centrada na acusação da favela e de seus moradores como portadores de uma “cultura da violência”, pode-se esperar que a “pacificação” da favela no mínimo produza mudanças importantes na sua imagem externa e, portanto, no conteúdo da segregação atualmente vigente. (Burgos et al., 2011, p. 83)*

Como os autores sugerem, o estigma e a desconfiança das camadas mais abastadas da cidade em relação aos “favelados” talvez possam ter sido um pouco reduzidos nos primeiros anos após a inauguração das UPPs. No entanto, o medo da “contaminação” e de suas possíveis consequências — não só na vida cívica e política da cidade, mas especialmente na esfera da sociabilidade dentro do próprio território da favela — continuou e continua sendo um problema constante para os moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta. Os “jogos de contaminação” com os quais essa parcela da população tem que lidar cotidianamente dentro de seus territórios de moradia complexificaram-se ainda mais depois da chegada das UPPs.

Quando falamos em “jogos de contaminação”, estamos nos referindo ao conjunto de: a) objetos, pessoas e situações com potencial “contaminador”; b) tentativas de antecipação dessa possibilidade por parte “de quem pode ser contaminado”; c) circulação de informações sobre situações “suspeitas” (por meio de “fofocas”) que podem gerar uma “contaminação”; d) apresentação de acusações diretas ou indiretas (através de piadas e brincadeiras) a alguém que pode ter sido “contaminado”; e) esforços de “limpeza moral” que ocorrem após uma contaminação inevitável; f) expectativas — compartilhadas coletivamente, por exemplo, via rumores — de sanções que já foram e/ou que

podem vir a ser aplicadas futuramente em casos de “contaminação”. Logo, o termo “jogo de contaminações” refere-se a uma experiência que envolve práticas e percepções compartilhadas.

O quadro abaixo mostra como a convivência cotidiana com esses dois agentes pouco previsíveis e potencialmente arbitrários e violentos — a polícia e o tráfico — obrigou os moradores a se preocuparem constantemente com possíveis consequências de atos corriqueiros dentro da favela. Nesse espaço tensionado em que todos se tornaram potencialmente monitorados, disseminou-se um medo permanente de que esses atos banais viessem a produzir uma “contaminação” que podia, por sua vez, acabar desembocando em uma situação crítica (como uma “dura” ou um “desenrolo”).<sup>3</sup> Embora esses momentos críticos possam ser “contornados”, sempre há o risco de que eles tenham um desfecho violento, que pode envolver desde humilhações até

[3] Uma jovem moradora de uma favela “pacificada” afirmou certa vez que foge de um “desenrolo” como “quem foge da cruz”. Ela aponta que evita desenrolar: “porque a gente nunca sabe como um desenrolo pode acabar. Pode ser que tudo se resolva no papo, mas também pode ser que você leve ou veja alguém levando um tapa na cara, uma madeirada ou até mesmo pode acabar em morte! Então, é sempre melhor evitar ir para um desenrolo!”.

#### AÇÕES COTIDIANAS QUE MUITOS MORADORES EVITAM

Circular por ou estar em um lugar “suspeito” (ex: próximo de bocas ou da sede da UPP)	Ter contato com traficante, policial ou alguém próximo de um dos dois	Fazer algum comentário (positivo ou negativo) sobre o tráfico ou sobre a polícia
---	---	--



#### POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DESSAS AÇÕES = CONTAMINAÇÃO

Ser considerado um “X9” (por traficantes)	Ser considerado conivente com o tráfico ou ser considerado um traficante (por policiais)
---	--



#### MOMENTO CRÍTICO

“Desenrolo” (situação em que é questionado por traficantes)	“Dura” (situação em que é questionado por policiais)
---	--



#### VIOLÊNCIA

A situação pode ser contornada	Ou podem acabar ocorrendo reações violentas e arbitrárias de traficantes (que podem humilhar, agredir, matar) ou de policiais (que podem bater, “forjar”, prender ou até matar)
--------------------------------	---



#### DENÚNCIA

Caso venha a ocorrer alguma arbitrariedade, as chances de um morador fazer uma denúncia são reduzidas (principalmente contra traficantes, mas também contra policiais)	Mesmo que a denúncia ocorra, as chances de ela “não dar em nada” são enormes
--	--

graves agressões causadas tanto por traficantes como por policiais. Por isso, os moradores evitavam ao máximo esse tipo de situação, pois conheciam os riscos envolvidos e reconheciam que, uma vez que uma violência ocorresse, muito provavelmente ela não poderia ser denunciada no espaço público e, mesmo que fosse, o risco de “não dar em nada” ou de sofrerem alguma represália era enorme.

O fato de sentirem-se permanentemente “monitorados” e, por isso, terem que aumentar a vigilância de si, empreendendo esforços cotidianos — como tentar controlar, ao máximo, onde, como, quando e com quem circulam, falam ou estabelecem algum outro tipo de contato —, acabou gerando nos moradores de favelas “pacificadas” uma sensação de estarem constantemente vivendo em um “campo minado” (Menezes, 2015; Ost; Fleury, 2013; Mendonça, 2014). Essa expressão indica a existência de um imperativo de realização constante de antecipações na vida cotidiana em áreas “pacificadas”. Antecipações essas que, diferentemente das brilhantes análises goffmanianas, não se reduziam ao risco de “perder a face” (Goffman, 1967), mas sim de perder a própria vida.

#### **CRISE DAS UPPs E O “LEGADO” DA “PACIFICAÇÃO”**

Desde que as UPPs foram criadas, moradores de diversas favelas afirmavam saber que o projeto tinha data para acabar. Muitos acreditavam que 2016 seria o ano dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro e do fim da “pacificação” — embora, oficialmente, o término não tenha sido decretado em 2016, ano que foi marcado por amplas transformações nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Em 2017, houve um aumento significativo dos homicídios no Rio de Janeiro, e o número de mortes violentas no Estado se aproximou daqueles registrados antes das UPPs.<sup>4</sup> E no ano seguinte, logo após o carnaval de 2018, foi anunciado o início da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro,<sup>5</sup> que durou até 31 de dezembro do mesmo ano. Duas semanas após ter assumido a reitoria da Comissão da Câmara de Vereadores criada para acompanhar a intervenção federal, Marielle Franco — que, a partir de uma longa trajetória como defensora dos direitos humanos, tinha sido eleita vereadora em 2016 com uma expressiva votação — foi assassinada em um ataque que também vitimou o motorista do carro em que ela se encontrava, Anderson Gomes.<sup>6</sup> No mesmo ano, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República, e Wilson Witzel, governador do Rio de Janeiro. Ele iria substituir o então governador Pezão, que, no entanto, não concluiu seu mandato porque teve prisão decretada em novembro de 2018 — dois anos após a prisão de Cabral —, sob a acusação de receber dinheiro desviado durante os sete anos em que foi vice-governador.<sup>7</sup>

[4] Foram 6.731 casos de mortes violentas ocorridas no estado do Rio de Janeiro em 2017, sendo 1.124 mortes causadas pela polícia. A taxa de homicídios decorrentes de intervenção policial ficou em 6,7 por 100 mil habitantes, a maior taxa desde 2008, quando foram inauguradas as primeiras UPPs. Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/18/rio-fecha-2017-com-maior-taxa-de-mortes-violentas-dos-ultimos-oito-anos.htm>>. Acesso em: 23/12/2018.

[5] O general do Exército Walter Souza Braga Netto tornou-se interventor no estado, assumindo a responsabilidade do comando da Secretaria de Segurança, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e do sistema carcerário no estado. Como aponta Miagusko, “uma das causas que motivaram fortemente a intervenção na política de segurança do estado não foram apenas as imagens que circularam com o ataque a turistas ou moradores por assaltantes. O que parece ter motivado foi o aumento do roubo de carga no estado, os custos do transporte e a logística da chegada de produtos na região metropolitana e, sobretudo, na capital” (Miagusko, 2018, p. 160).

[6] Compartilhamos com Leite, Rocha, Farias e Carvalho (2018) a certeza de que o assassinato de Marielle, ocorrido no dia 14 de março de 2018, “foi um crime político, por seu ativismo denunciando as arbitrariedades e crimes perpetrados pelos aparatos estatais de repressão” (p. 3).

[7] Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46384697>>. Acesso em: 28/12/2018.

[8] Policiais deixaram de fazer rondas frequentes pelo território das favelas “pacificadas” e passaram a ficar apenas parados dentro da sede da UPP. Segundo comandantes de diversas UPPs, patrulhar todo o território das favelas não era mais possível porque o efetivo do projeto foi muito reduzido. Em 2017, cerca de 3 mil policiais (33% do efetivo do programa) foram realocados para o policiamento da capital e região metropolitana, e as UPPs passam a ser subordinadas aos batalhões. Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/22/em-meio-a-onda-de-violencia-rj-enxuga-upps-e-3000-pms-vo-policia-grande-rio.htm>>. Acesso em 15/01/2019. No mesmo ano, a verba das UPPs foi radicalmente cortada. Se em 2017 a verba de manutenção do projeto era de R\$ 5,4 milhões, em 2018 as 38 unidades receberam apenas R\$ 10 mil. O total, irrisório, equivale a R\$ 833 por mês, ou R\$ 27 por dia para cada uma das UPPs. Fonte: <<https://oglobo.globo.com/rio/a-upp-ja-acabou-so-estamos-aguardando-ordem-para-sairmos-daqui-diz-policial-22188130>>. Acesso em: 15/01/2019. Em 2018, houve ainda uma decisão do Gabinete de Intervenção Federal de que doze UPPs seriam extintas e sete seriam absorvidas por outras unidades com a justificativa de que certas unidades estavam “em locais de grandes confrontos, onde as forças de segurança perderam o controle”. Fonte: <<https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-anuncia-fim-de-12-upps-mudancas-em-outras-sete-unidades-22631936>>. Acesso em 15/01/2019.

[9] Assim como Leite, Rocha, Farias e Carvalho (2018, p. 11), compreendemos “a militarização como uma forma de governo, o que significa que o poder não emana apenas das instituições [...] mas pode ser observado circulando em diversos contextos a partir de seus diferentes agentes e funcionários [...], das igrejas, das ONGs, dos trabalhadores dos programas sociais, do mercado, e muitas vezes do crime. Todos estes personagens também governam”.

[10] Conforme aponta Rocha acertadamente: “a intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, ainda que seja um marco na sinalização do esgotamento do projeto da ‘pacificação’, não modi-

No bojo das transformações mencionadas, as UPPs foram progressivamente desmontadas. Embora o consenso que ajudava a sustentar o projeto já tivesse começado a se quebrar desde 2013, com o caso Amarildo (Menezes; Corrêa, 2017; Resende, 2019), após os Jogos Olímpicos de 2016 o processo de desmonte das UPPs se intensificou ainda mais com o enfraquecimento da chamada “polícia de proximidade”, a redução do efetivo do orçamento e, posteriormente, a do número de unidades de UPPs existentes.<sup>8</sup> Tais reduções foram publicamente justificadas pelo fato de que o projeto de “pacificação” já não estava mais cumprindo um de seus principais objetivos, a saber, o de evitar confrontos e mortes violentas em favelas “pacificadas”.

A reintensificação dos confrontos armados que ocorreu com a “crise” do projeto não significou uma volta ao cenário pré-UPPs, como matérias de jornais e até alguns pesquisadores sugerem. Os atores que vivem, trabalham e/ou circulam em favelas hoje estão tendo que lidar com um cenário ainda mais complexo e dramático do que o de uma década atrás. Isso porque os anos 2000 foram marcados por um incremento significativo da militarização da vida cotidiana carioca (Leite; Rocha; Farias; Carvalho, 2018),<sup>9</sup> que teve como seu ápice a declaração da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro.<sup>10</sup>

Nesse processo, que legados a UPP deixou para o debate público e a vivência cotidiana da violência urbana no Rio de Janeiro? Defendemos que a UPP deixou, pelo menos, dois “legados” cujos efeitos poderão ser sentidos por muito mais tempo do que a existência do projeto propriamente dito. O primeiro foi a intensificação do uso não só de dispositivos de guerra — como armamento pesado, “caveirão” terrestre, “caveirão” voador, tanques do Exército e da Marinha usados durante as ocupações, entre outros —, como também de dispositivos — câmeras, celulares, drones etc. — e técnicas de vigilância — que envolvem não só uso desses dispositivos, mas também tentativas de monitorar os aparatos de monitoramento uns dos outros. Ou seja, intensificaram-se as dinâmicas de vigilância e contravigilância nos territórios das favelas cariocas de modo significativo. O monitoramento da favela por parte do tráfico e da polícia não é algo novo. Mas o uso de dispositivos de vigilância na favela se diversificou e se intensificou com o passar do tempo.

Vale notar que os dispositivos de confronto, assim como o monitoramento, continuam sendo usados de forma complementar e intensiva tanto por agentes estatais como criminais, configurando situações que oscilam nas fronteiras porosas do legal e do ilegal, do lícito e do ilícito (Telles, 2010). Uma prática tanto de PMs como de alguns traficantes que se tornou recorrente nos últimos anos, por exemplo, é a de abordar moradores e pedir suas senhas de celular

para buscar informações no aparelho e tentar confirmar e/ou coibir, assim, possíveis delações. Devido a essa prática, muitos moradores de favelas adquiriram o hábito de apagar as mensagens trocadas em seus celulares em razão desse tipo de revista, já que há um medo generalizado de que qualquer troca de mensagem possa ser considerada, pela polícia, envolvimento com tráfico e, pelos traficantes, prova de que a pessoa seria um possível X9.<sup>11</sup> Como resumiu um morador do Santa Marta, “um dos principais medos de quem mora na favela hoje é ser rotulado X9, porque os caras estão paranoicos com isso e só tende a piorar. Eles não respeitam mais morador e ficam na ‘noia’ de que todo mundo pode denunciar eles a qualquer momento”.

O aumento da “noia” (da preocupação) diz respeito não só ao medo de denúncias feitas por moradores, mas também ao uso de novas tecnologias no território das favelas. Inicialmente, a polícia instalou câmeras de vigilância em favelas “pacificadas”. Posteriormente, em alguns territórios com UPP, traficantes também instalaram o mesmo tipo de equipamento para monitorar a circulação de policiais. Além disso, a polícia passou a usar de forma muito mais frequente caveirões voadores e drones, como resumiu um morador da Cidade de Deus em 2018:

*Agora, eles usam vários tipos de coisa. A polícia bota o drone muitas das vezes quando é dia de baile. Muitas vezes no final de baile de manhã tem drone. [...] Tem também o helicóptero azulzinho, que a gente chama de X9, que também fica voando, filmando lá os moleques. [...] O águia passa lá só quando tem trocas de tiros. Passa lá dando uns rasantes sinistros. Dá até medo. O águia é da PM. Do Bope é o “caveirão” voador. Até o barulho dele é diferente. Geral tem medo dele. Aquele aqui quando passa tem snipers<sup>12</sup> que ficam ali só apontando.*

Outro morador da mesma favela sentenciou que “agora está tudo mais vigiado. Antigamente, não existia drone. Hoje, já tem e ele filma todo mundo. Para piorar, dizem que esse cara falou que ia lá em Israel comprar um drone que atira”, fazendo referência ao fato de o então recém-eleito governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, ter anunciado, no fim de novembro de 2018, que iria para Israel comprar cinquenta drones capazes não só de filmar, como também de atirar.<sup>13</sup> Esse drone que filma e atira sintetiza, em um único dispositivo, a hipótese de que continua a existir, mesmo após o ocaso das UPPs, uma sobreposição dos regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado”, de troca de tiros e de monitoramento e vigilância recíproca permanentes. Isso porque, por um lado, o drone suscita e incrementa a preocupação com a vigilância constante do território na favela e dos fluxos de circulação de pessoas e objetos nele existentes. Por outro, ele apavora porque abre

fica sua lógica; pelo contrário, a partir do que pudemos identificar até então, radicaliza a lógica da militarização” (2018, p. 235).

[11] Em 2018, ouvi comentários de que PMs estariam andando encapuzados pelo Santa Marta, e rumores apontavam que algumas das pessoas que andavam com rostos cobertos seriam X9 que estariam circulando pelo morro com policiais para passar informações sobre a atuação do tráfico no local.

[12] Em março de 2019, Witzel confirmou que atiradores de elite da polícia já estão sendo usados para matar traficantes nas favelas: “Os snipers são usados de forma absolutamente sigilosa. Eles já estão sendo usados, só não há divulgação. O protocolo é claro: se alguém está com fuzil, tem que ser neutralizado de forma letal”. Fonte: <<https://oglobo.globo.com/rio/snipers-ja-estao-sendo-utilizados-so-nao-ha-divulgacao-diz-witzel-sobre-acao-da-policia-23563496>>. Acesso em: 30/04/2019.

[13] O governador eleito anunciou que pretende “conhecer um modelo de drone equipado com uma arma, capaz de atirar enquanto sobrevoa uma região. O equipamento, usado pelas forças israelenses em ações na fronteira com os territórios palestinos, pode ser utilizado em operações de segurança no Rio. Witzel e Flávio Bolsonaro querem, ainda, obter informações sobre um equipamento de leitura facial que pode ser instalado nos transportes públicos do estado”. Fonte: <<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/witzel-flavio-bolsonaro-vao-israel-comprar-drone-que-faz-disparos-23206958.html>>. Acesso em: 15/01/2019.

duas possibilidades: a) a de a polícia poder estar virtualmente presente, monitorando o território a qualquer momento, sem que para isso seja necessária a presença física de policiais na área; b) a de matar, sem que para isso sejam necessárias mãos humanas para atirar. O drone é, portanto, o símbolo da continuidade do processo, por vezes impessoal, de militarização da vida no Rio de Janeiro e, especialmente, nos territórios das favelas.

Tal processo conta com a aprovação e o apoio de uma parcela grande da população. Uma prova disso é que, mesmo sem haver pena de morte no Brasil, um candidato que afirmava publicamente que a polícia podia e devia atirar em todo e qualquer potencial criminoso que esteja nas ruas da cidade portando um fuzil foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro. Na visão de Wilson Witzel, para que os policiais atirem não é necessário que a pessoa esteja mirando ou ensejando alguma ameaça com a arma. Em suas próprias palavras: “o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”.<sup>14</sup> Afirmações semelhantes<sup>15</sup> já vinham sendo feitas pelo então candidato à Presidência que apoiou a candidatura de Witzel para o governo do estado. Jair Bolsonaro, em diversos momentos de sua campanha — como em uma entrevista que deu ao vivo no *Jornal Nacional* —, afirmou com todas as letras que policiais que matam “bandidos” não devem ser processados, mas sim condecorados.<sup>16</sup>

Além da intensificação da vigilância e do controle nas favelas, e do reforço do discurso que legitima violências e arbitrariedades ocorridas nesses territórios, um segundo “legado” deixado pelas UPPs foi a criação de um repertório acumulado, uma espécie de estoque de conhecimento a partir do qual moradores — assim como policiais e traficantes — aprenderam a investigar situações indeterminadas e desenvolveram formas de atuar em ocupações policiais “permanentes”. O intenso e longo período de convivência entre esses atores durante o chamado processo de “pacificação” fez com que todos adquirissem um *know-how* que poderá ser usado futuramente em outras experiências de ocupação de favelas.

Por um lado, agentes estatais aprenderam muito sobre como aprimorar suas formas de controle e monitoramento do território das favelas. Por outro, agentes envolvidos com tráfico de drogas também acumularam novos saberes, técnicas e aprimoraram seu modo de atuar em áreas com presença estatal ostensiva. Moradores narram, por exemplo, que durante a intervenção militar na Cidade de Deus, houve um período inicial em que o “clima” na favela ficou muito próximo ao do início da UPP e que “o tráfico se adaptou rapidinho e continuou vendendo drogas na encolha, só no estica, porque já tinha aprendido como fazer isso muito bem com a pacificação”. Jovens envolvidos com

[14] Fonte: <<https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>>. Acesso em: 15/01/2019.

[15] “Jair Bolsonaro deu a sua receita para resolver a guerra da Rocinha, num grande evento promovido, na semana passada, pelo BTG Pactual. Uma solução simples — e idiota. A uma plateia de mil executivos do mercado financeiro, Bolsonaro disse que mandaria um helicóptero derramar milhares de folhetos sobre a favela, avisando que daria um prazo de seis horas para os bandidos se entregarem. Fim do tempo, se a bandagem continuasse escondida, metralharia a Rocinha. Sinal dos tempos, foi aplaudido pelo público.” Fonte: <<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/solucao-de-bolsonaro-para-rocinha.html>>. Acesso em: 15/01/2019.

[16] A repercussão de falas como essas pode ser sentida no cotidiano das favelas, antes mesmo de Bolsonaro ter sido eleito e empossado presidente da República. No Santa Marta, poucos dias antes das eleições, alguns policiais da UPP gritaram com moradores durante um momento de tensão dizendo que: “Agora é o bonde do Bolsonaro. Acabou o sossego de vocês!”.

o comércio varejista de drogas aprenderam a atuar mesmo com a presença mais contínua dos agentes estatais no território, como explicou um morador da Cidade de Deus:

*Se o “caveirão” vier aqui todo dia, 24 horas por dia, como aconteceu na semana passada, o tráfico não para mais de vender. Eles já sabem vender de outra forma se for preciso. As pessoas começam a se adaptar rapidinho. [...] Aos poucos o bandido perde o medo e também não vai ficar enfrentando o tempo todo a polícia se sabe que ela naquele dia não vai sair. Eles não vão ficar gastando munição à toa e correndo risco de perder arma. Eles vão começar a brincar de gato e rato. Vão ficar de um lado e os policiais do outro.*

Assim como Machado da Silva, na década de 1960, narrava que o jogo do bicho ora funcionava na “cana dura”, ora na “cana mole”, no caso das favelas pós-pacificação, em alguns momentos, “a lógica do gato e rato” passou a prevalecer, enquanto em outros a lógica do confronto e do enfrentamento ganhou centralidade. Por isso, embora não seja possível falar de um processo de transformação permanente, podemos notar que novas formas de interação entre polícia e tráfico foram experimentadas com mais intensidade na última década. E, conseqüentemente, os conhecimentos e técnicas acumulados a partir dessa experiência passam a fazer parte do estoque de conhecimento desses atores e podem ser acionados quando necessário.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto das UPPs, inicialmente, envolveu uma dupla crença ou aposta de que a experiência poderia, por um lado, promover uma “pacificação” não só do território propriamente dito das favelas, mas também da própria polícia,<sup>17</sup> criando condições para permitir uma reforma mais ampla na corporação.<sup>18</sup> E, por outro lado, alguns pesquisadores, como Luiz Eduardo Soares, apostavam que o projeto das UPPs acabaria por gerar também uma modernização da economia do tráfico:

*O modelo de organização e operação do tráfico de drogas no Rio sempre foi irracional e tenderia a tornar-se insustentável. É muito caro manter controle armado e ostensivo sobre territórios e populações, dividindo lucros com policiais. Exercer esse controle exige a organização de equipes numerosas, disciplinadas, hierarquizadas, dispostas a assumir riscos extremos. Os benefícios podem ser obtidos com muito menos gastos e riscos, quando se opera com estruturas leves, adotando-se vendas por delivery ou por agentes nômades, circulando em áreas selecionadas — como ocorre nas grandes cidades dos países centrais. As UPPs — ótimo programa, sem dúvida, necessário —, ao sepultarem o antigo regime, induzem, paradoxalmente, à modernização*

[17] Em 2011, Burgos *et al.* relataram que os moradores entrevistados pareciam ter a esperança de que a UPP promovesse uma “pacificação” da própria polícia. Eles acreditavam que a “nova polícia” poderia contaminar a “velha polícia”. Como apontavam os autores: “A questão central que está em jogo na experiência da UPP não é tanto a do seu efeito pontual em cada favela, seja no acesso aos serviços públicos ou no florescimento dos negócios, mas, sim, a de saber em que medida essa experiência criará condições que venham permitir a universalização dessa nova polícia, pautada pelo respeito aos direitos dos moradores das favelas e periferias, de que a UPP parece ser um ensaio” (2011, p. 91).

[18] Em 2011, Luiz Eduardo Soares afirmou que o desafio das UPPs é “transformar o programa em política pública, ou seja, dotá-lo de universalidade e sustentabilidade, o que exige o envolvimento do conjunto das instituições policiais em sua aplicação. No Rio, não há esta hipótese, tal o nível de comprometimento das polícias com o tráfico, as milícias e a criminalidade em geral. Portanto, sem a refundação das polícias não haverá futuro para as UPPs. Elas se limitarão a intervenções tópicas, insuficientes para mudar o panorama geral da segurança pública, e continuarão a conviver com nichos policiais, milicianos ou não, que têm sido fonte de violência e não instrumentos da ordem cidadã e democrática. No Rio, é preciso exorcizar a retórica tão patética quanto mascaradora do bem contra o mal e inscrever a mudança das polícias no centro da agenda pública”.

[19] Agentes do tráfico (principalmente com postos mais altos na hierarquia) se tornaram mais “racionais” economicamente, diversificando os negócios de forma mais sistemática, investindo, por exemplo, na compra e construção de quitinetes para alugar. Ou mesmo lucrando de outras formas. Grillo aponta, por exemplo, que “os rearranjos de poder produzidos pelas UPPs introduziram novas tensões às dinâmicas criminais, em especial na relação entre traficantes e assaltantes. Durante os anos de expansão das unidades, traficantes buscaram reprimir a atuação de assaltantes para evitar uma ocupação ou possibilitar uma negociação com as forças ocupantes, o que possivelmente colaborou para a diminuição da incidência de roubos” (Grillo, 2016). Essa dinâmica parece ter se transformado novamente e são fortes os indícios de que hoje, após o fracasso das UPPs e a volta dos tiros no espaço das favelas (Menezes, 2015), o tráfico tenha deixado de reprimir a atuação de ladrões e esteja, pelo contrário, participando do lucro dos roubos (Grillo, 2019, p. 70).

[20] “Traições, prisões e batalhas perdidas” levaram, por exemplo, a Amigos dos Amigos (ADA) — que era uma das mais poderosas organizações criminosas do Rio de Janeiro — a perder muitos de seus territórios. Fonte: <<https://projects.theintercept.com/brasil/o-fim-de-uma-faccao/>>. Acesso em: 20/04/2019.

[21] Muitos são os relatos que apontam que milicianos de várias áreas, na última década, passaram a comercializar não só serviços diversos associados à segurança, mas também drogas ilícitas: “Há uma década, usar drogas em áreas de milícia era terminantemente proibido, para ‘proteção das criancinhas’. Mas as milícias — que vendiam favelas de ‘porteira fechada’ — hoje também vendem drogas e são concorrentes do tráfico. Dependendo da estratégia do negócio, até alugam bocas de fumo de traficantes”. Fonte: <<https://theintercept.com/2018/04/05/milicia-controla-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 20/04/2019. Por outro lado, mesmo antes da chegada da UPP, moradores de favelas como a Cidade de Deus relatam que os traficantes estavam lucrando não só com a venda de drogas, mas que passaram a diversificar seus ganhos econômicos

*da economia do tráfico. Não o digo para criticar o programa, vale sublinhar, mas para analisar suas condições de possibilidade, seus efeitos e suas perspectivas futuras. Até porque essa modernização, considerando-se a inviabilidade de extinguir o negócio das drogas, será benéfica, reduzindo as armas em circulação e a violência, além do despotismo a que são submetidas tantas comunidades.* (Soares, 2011, p. 2)

Embora a possibilidade de a UPP ajudar a “pacificar” a polícia tenha se mostrado pouco factível e a tal modernização do tráfico, esperada por Soares (2011), não tenha ocorrido em sua completude, levantamos aqui a hipótese de que as experiências associadas ao projeto na última década, em alguma medida, contribuíram para acelerar um processo de racionalização da “sociabilidade violenta” que já se encontrava em curso.

Luiz Antonio Machado da Silva desenvolveu a noção de sociabilidade violenta na virada dos anos 1980 para 1990, como uma forma geral de interação destituída do que Norbert Elias chamou de autocontrole dos atores. Como já foi dito acima, tratava-se de um tipo histórico completamente utilitarista, dirigido por pulsões e não por valores intersubjetivamente compartilhados. O exemplo mais acabado da sociabilidade violenta é o “bicho louco” — representação que enfatiza o caráter incontrolável e aleatório das práticas de alguns traficantes. Na época, a reflexão foi feita a partir da análise empírica que sugeria fortemente que esses atores eram os “portadores” (outra vez Weber, ao final de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*) do “espírito” do tráfico.

Mesmo com o passar do tempo, a noção de sociabilidade violenta não perdeu completamente sua vigência, especialmente porque as empresas do tráfico se conformam à noção weberiana de “capitalismo aventureiro” até hoje, na medida em que não há regulação estatal visando disciplinar e limitar a competição entre elas. No entanto, a noção se enfraqueceu, devido ao amplo processo de racionalização das atividades de acumulação econômica do tráfico.

Tal processo relaciona-se com uma série de transformações ocorridas na última década que não teremos espaço para explorar detalhadamente neste trabalho — mas algumas delas são: a) a intensificação de uma racionalidade econômica na organização do comércio varejista de drogas;<sup>19</sup> b) as mudanças nas relações de forças entre facções;<sup>20</sup> c) o crescimento e a expansão do PCC; d) o crescimento das milícias — e a redução das diferenças entre tráfico e milícia a partir de um processo de “traficalização” das milícias e “milicialização” do tráfico.<sup>21</sup>

Ao tratar de alguns dos processos acima, Grillo (2019) afirma que, desde que as UPPs entraram em “crise” em meados de 2013, intensificaram-se as disputas armadas entre comandos criminais pelo controle dos pontos de venda de drogas em territórios de favelas. Assim,

começou a ocorrer um redesenho “das fronteiras geopolíticas entre as facções no Rio de Janeiro. Os Amigos dos Amigos (ADA), até pouco tempo a segunda mais importante facção do estado, perderam territórios para o Comando Vermelho (CV) e o Terceiro Comando Puro (TCP), estando à beira da extinção”. Nesse contexto, a ruptura da aliança entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), oriundo de São Paulo, e o CV (Manso; Dias, 2018) também teve impacto nas dinâmicas dos conflitos armados entre facções nas favelas cariocas.<sup>22</sup>

No bojo dessas transformações, o que estamos chamando de racionalização da “sociabilidade violenta” é um processo que envolve, por um lado, a perda de centralidade e poder dos portadores da “sociabilidade violenta” na hierarquia do tráfico e, por outro, alterações na própria concepção do que é um “bom traficante” ou do tipo de traficante que é mais valorizado dentro do próprio “mundo do crime”. Isso significa que os chamados “portadores da sociabilidade violenta” já não ocupam mais tantos cargos de alta hierarquia no tráfico como no passado. E, embora a “disposição” e o “*ethos* guerreiro” continuem sendo elementos muito valorizados dentro da hierarquia do tráfico, exemplos de traficantes que têm um perfil distante do “bicho louco” passaram a ganhar mais espaço nas facções e também mais destaque no debate público sobre violência urbana.

Um exemplo desse outro perfil de traficante que tem ganhado mais espaço e destaque é o caso do Nem da Rocinha. Quando lhe perguntaram, por exemplo, o que pensava sobre a pacificação de favelas, ele respondeu o seguinte: “Eu sempre perguntei pro meu pessoal: o que tu quer? Trocar tiro com polícia ou curtir o baile na Rocinha? Porque se quiser trocar tiro não tem baile, a polícia vem pra cima e fecha tudo. Claro que eles sempre preferiram o baile”.<sup>23</sup> Segundo ele, essa estratégia de manter o nível de crimes violentos o mais baixo possível de forma a deixar a polícia (e a mídia) longe fez da Rocinha, nos primeiros momentos após a “pacificação”, uma das favelas mais lucrativas do Rio de Janeiro para o tráfico, movimentando em torno de 15 milhões de reais por mês.<sup>24</sup>

Tal exemplo reforça que o eixo principal, mas não o único, da racionalização parece ser a substituição dos “portadores” da sociabilidade violenta e dos traficantes com laços interpessoais nas localidades onde atuam por quadros mais autônomos em relação às raízes locais e, ao mesmo tempo, por lideranças menos irracionais. Por outro lado, o caráter altamente autoritário e personalizado da organização interna do tráfico permanece, levando a que o funcionamento dos “tribunais” que julgam ações tidas como desviantes — cuja atividade é denominada de “desenroló” na linguagem popular — seja pouco previsível e dependa do sempre cambiante *mood* do “dono do morro”. Mas, ainda que seja parcial,

cominando o fornecimento de gás, gatonet, internet e mototáxi. Em alguns casos, o “dono” do tráfico também era o “dono” da prestação de alguns desses serviços. Em outros, o “dono” apresentava alguém próximo que passava a administrar o serviço; em retribuição, o presenteado repassava para o dono uma parte dos lucros ou um valor fixo todos os meses.

[22] É importante lembrar, como ressalta Grillo, que “as narrativas sobre alianças, rupturas e rivalidade entre os comandos tendem a pressupor que sejam todos eles grupos de mesmo tipo, hierarquicamente organizados e coesos, competindo entre si pelo controle do mercado ilegal de drogas em regiões diversas do país. As menções à presença ou ausência do PCC ou do CV em certas regiões tendem a reproduzir uma percepção desses coletivos como entidades abstratas, feticizadas, simultaneamente fantasmagóricas e personificadas — como o são o Estado, o mercado ou Deus. Tal percepção é enormemente distinta do saber acumulado sobre esses comandos a partir de pesquisas realizadas no Rio de Janeiro (Barbosa, 1998, 2005; Misse, 1999, 2003; Grillo, 2013) e em São Paulo (Telles; Hirata, 2010; Feltran, 2011, 2018; Biondi, 2010, 2018; Marques, 2014; Hirata, 2018), nas quais a horizontalidade e o aspecto de rede dessas organizações foram sistematicamente ressaltados” (Grillo, 2019, p. 72).

[23] Fonte: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/13/politica/1520947959\\_760179.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/13/politica/1520947959_760179.html)>. Acesso em: 20/04/2019.

[24] Na mesma entrevista, ao ser questionado sobre possível envolvimento com o PCC, Nem, apesar de negar filiação à facção de São Paulo, indicou que, na visão dele, o modelo de negócios do grupo paulista é mais eficiente “e menos violento” do que o das facções fluminenses. Ele mencionou a tese de que o grupo criminoso foi responsável pela queda dos homicídios no estado (Feltran, 2011, 2018): “Sem o PCC São Paulo ia virar um inferno. Quem você acha que acabou com a violência lá? Foi o Estado por acaso?”, questiona. Nem não acha, no entanto, que o PCC conseguiria ter sucesso em uma possível empreitada no Rio. Nas palavras dele: “é outra coisa. São muitos interesses diferentes, às vezes é tão bagunçada a

situação lá que não dá nem pra chamar de crime organizado". [https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/13/politica/1520947959\\_\\_760179.html](https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/13/politica/1520947959__760179.html). Acesso em: 20/04/2019.

há um processo de racionalização que afeta tanto a cúpula quanto a base da organização do tráfico. O mais importante talvez seja enfatizar que os “bichos loucos” continuam incontroláveis, mas tendem a ser substituídos por lideranças menos atrabiliárias (Machado da Silva, 2017).

No período de auge da UPP na Cidade de Deus, uma parte da favela era dominada por um “dono” mais “bicho louco”, que incentivava o enfrentamento constante com a polícia. Já outra parte da favela, dominada por outro dono, tinha orientação para todos evitarem o confronto, uma vez que ele atrapalhava os ganhos econômicos da boca. Durante um período, esse segundo “dono” chegou a proibir bandidos de atirarem na área para evitar problema com a UPP. Como resumiu um morador:

*Cada dono de morro tem sua doutrina. Tem uns que não gostam de esculachar. O amigo daqui não quer esculachar ninguém. O ritmo dele é botar dinheiro no bolso e ficar milionário. Ele não quer que mate ninguém na favela porque ele também quer sair da cadeia e ficar em liberdade. Porque, matando vagabundo na favela dele, acaba caindo nas costas dele e ficando mais difícil para ele sair depois. Dependendo da favela é diferente. Lá do outro lado, eles já mandam matar e jogam para o jacaré. Eles não querem saber, não. Se for caso de x9, então, eles tacam ou tocam no latão e botam fogo na pessoa viva ou dão para o jacaré comer. (Trecho de entrevista com um morador da Cidade de Deus.)*

Esses dois exemplos de “donos” de diferentes áreas da Cidade de Deus mostram como “portadores da sociabilidade violenta” continuam existindo e agindo de forma extremamente agressiva em muitos casos. Mas, ao mesmo tempo, com frequência cada vez maior, traficantes que se mostram mais movidos por certa racionalidade econômica que se sobrepõe à lógica da força pela força estão chegando aos pontos mais altos da hierarquia do tráfico. Como resumiu um morador da Cidade de Deus: “Dentro do mundo do crime, o que eles consideram bom traficante hoje é o que vende muito, o que tem cabeça. Não adianta mais só ter disposição e ser brabo como antigamente”.

Para encerrar, é importante salientar que o processo de racionalização da “sociabilidade violenta”, além de parcial, também não é linear e pode envolver momentos de “avanços” e “retrocessos”, idas e vindas. Todavia, parece ser uma tendência que merece ser acompanhada e investigada, uma vez que tem relação direta com uma série de outros processos fundamentais para a compreensão da “violência urbana” no atual cenário do Rio de Janeiro.

LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA [<https://orcid.org/0000-0001-8197-1316>] é professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professor aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi coordenador executivo do UrbanData/Brasil, é membro do INCT/Observatório das Metrópoles, do NECVU (Núcleo de Estudos sobre Cidadania e Violência), e líder do CEVIS (Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade). Corresponsável pelos argumentos principais do artigo.

PALLOMA VALLE MENEZES [<https://orcid.org/0000-0002-8462-2549>] é professora da Universidade Federal Fluminense. É pesquisadora do CEVIS (Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade) e do Dicionário de Favelas Marielle Franco (Fiocruz). Foi pesquisadora do projeto temático da Fapesp “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”. Corresponsável pelos argumentos principais do artigo e responsável por sua redação.

---

Recebido para publicação  
em 10 de maio de 2019.

---

Aprovado para publicação  
em 6 de dezembro de 2019.

---

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

115, set.–dez. 2019

pp. 529-551

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo Silva, Marcella Carvalho; Carvalho, Monique Batista. “Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./fev./mar. 2015.
- Barbosa, Antonio Rafael. “Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, 2012, pp. 256-65.
- Birman, Patrícia. “Favela é comunidade?”. In: Machado da Silva, Luiz Antônio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- Boltanski, Luc. *L'Amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié, 1990.
- \_\_\_\_\_; Thévenot, Laurent. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- Burgos et al. “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas”. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 11, ago./dez. 2011, pp. 49-98.
- Cano, Ignacio; Borges, Doriam; Ribeiro, Eduardo (orgs.). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/LAV-Uerj, 2012.
- Cavalcanti, Mariana. “Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela consolidada”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito de Controle Social*, v. 1, n. 1, 2008, pp. 35-59.
- CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular. *O impacto sobre a primeira infância das políticas de segurança pública e iniciativas comunitárias em comunidades urbanas de baixa renda*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2010.
- Corrêa, Diogo Silva. *Anjos de fuzil: uma etnografia da relação entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- Das, Veena; Poole, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Nova Delhi: Oxford University Press, 2004.
- Dewey, John. *Logic: the Theory of Inquiry*. Nova York: Henry Holt, 1938.
- Douglas, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- Elias, Norbert. *Associação de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- Farias, Juliana. “Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas”. In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.
- Feltran, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/CEM/Cebrap, 2011.
- Foucault, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, [1977] 2006.
- Garfinkel, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- Gibson, James. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1979.
- Goffman, Erving. *Interaction Ritual Garden City*. Nova York: Anchor Books, 1967.
- Grillo, Carolina Christoph. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Da violência urbana à guerra: repensando a sociabilidade violenta”. *Revista Dilemas*, v. 12, 2019, pp. 62-92.
- IBPS – Instituto Brasileiro de Pesquisa Social. *O impacto das Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas da cidade do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2009.
- Ingold, Tim. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Londres: Routledge, 2011.
- \_\_\_\_\_. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling, and Skill*. Londres/Nova York: Routledge, 2000.
- Leite, Márcia Pereira. “Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, 2014, pp. 625-42.
- \_\_\_\_\_. “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, ago./set. 2012, pp. 374-89.

- \_\_\_\_\_. “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: Machado da Silva, L. A. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- Leite, Márcia; Rocha, Lia de Mattos; Farias, Juliana; Carvalho, Monique (orgs.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. “Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, nov. 1999, pp. 115-24.
- \_\_\_\_\_. “A continuidade do ‘problema da favela’”. In: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, pp. 220-37.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008.
- \_\_\_\_\_; Leite, Márcia. “Violência, crime e polícia: o que favelados dizem quando falam desses temas?”. In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Nova Fronteira, 2008, pp. 47-76.
- \_\_\_\_\_. “Violência urbana, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual”. *Cad. CRH*, v. 23, n. 59, Salvador, mai./ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. “A experiência das UPPs: uma tomada de posição”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, 2015, pp. 7-24.
- \_\_\_\_\_. Entrevista: A vida de cerco nas periferias. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online*, 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6896-a-vida-de-cerco-nas-periferias>
- Manso, Bruno Paes; Dias, Camila Caldeira Nunes. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Mattos, C. S. “Parado na esquina: performances masculinas e identificações entre ‘bonds’ juvenis na Nova Holanda, Maré, RJ”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, 2014, pp. 643-63.
- Mendonça, Tássia. *Batan: tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social — Museu Nacional/UFRJ, 2014.
- Menezes, Palloma. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas*. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- \_\_\_\_\_. “Os rumores da ‘pacificação’: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, 2014, pp. 665-83.
- \_\_\_\_\_; Corrêa, Diogo. “From Disarmament to Rearmament: Elements for a Sociology of Critique of the Pacification Police Unit Program”. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n. 3, Sept./Dec. 2017.
- Miagusko, Edson. “A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização”. In: Leite, Márcia; Rocha, Lia de Mattos; Farias, Juliana; Carvalho, Monique (orgs.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.
- Misse, Michel. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007, pp. 139-57.
- \_\_\_\_\_. “Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 19/07/2011.
- \_\_\_\_\_; Grillo, Carolina; Teixeira, César; Neri, Natasha. *Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” (2001-2011)*. Rio de Janeiro: CNPq/Necvu/Booklink, 2013.
- Musumeci, Leonarda et al. “Ser policial de UPP: Aproximações e resistências”. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESEC, ano 12, n. 14, dez. 2013. Disponível em [http://www.ucamcesec.com.br/wor-dpress/wp-content/files\\_mf/boletim14.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wor-dpress/wp-content/files_mf/boletim14.pdf). Acesso em: 15/08/2015.
- Ost, Sabrina; Fleury, Sonia. “O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta”. *Dados*, v. 56, 2013, pp. 635-71.
- Resende, Leandro. *Cadê o Amarelo? O desaparecimento do pedreiro e o caso das UPPs*. São Paulo: Editora Baioneta, 2019.
- Rocha, Lia de Mattos. “O ‘repertório dos projetos sociais’: Política, mercado e controle social nas favelas cariocas”. Trabalho apresentado no colóquio “Dispositivos Urbanos e Tramas dos Videntes: Ordens e Resistências”, Lapf/Uerj, 2011.
- Rodrigues, André; Siqueira, Raíza; Lissovsky, Maurício. “Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões”. *Comunicações do ISER*, n. 67, ano 31, 2012.
- Serrano-Berthet, Rodrigo (coord.). *O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs*. Rio de Janeiro, FGV/Banco Mundial, 2013.
- Shibutani, Tamotsu. *Improvised News, A Sociological Study of Rumor*. Indianapolis/Nova York: The Bobbs-Merrill Co Inc., 1966.
- Soares, Luiz Eduardo. “Além do bem e do mal na cidade sitiada”. *O Estado de S. Paulo*, caderno “Aliás”, 20/11/2011.
- Souza e Silva, Jailson. “As Unidades de Polícia Pacificadora e os novos desafios para as favelas cariocas”. Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca. Rio de Janeiro, Laboratório de Etnografia Metropolitana (Le Metro)/IFCS/UFRJ, mai. 2010. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Aspectos-humanos-das-favelas-cariocas.pdf>.
- Teixeira, Cesar. “O policial social: algumas observações sobre o engajamento de policiais militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 1, jan./fev./mar. 2015.
- Telles, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- Thévenot, Laurent. *L’action au pluriel: sociologie des régimes d’engagement*. Paris: La Découverte, 2006.
- Valladares, Lúcia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- Vigh, Henrik. “Motion Squared: A Second Look at the Concept of Social Navigation”. *Anthropological Theory*, n. 9, Dec. 2009, pp. 419-38.
- Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.





## CRIME, GUERRA E PAZ

## Dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030002>

DANIEL VELOSO HIRATA\*  
CAROLINA CHRISTOPH GRILLO\*\*

## RESUMO

O artigo explora o dissenso político-cognitivo do conceito de “guerra” do ponto de vista específico do “crime” em São Paulo e no Rio de Janeiro. Explora essa perspectiva por meio de duas cenas descritivas que permitem aproximações das práticas criminais nas duas cidades. Para tanto, a análise versa sobre uma ética que ao mesmo tempo forja e move os “guerreiros” para os caminhos incertos do crime, da vida e da morte.

**PALAVRAS-CHAVE:** *crime; guerra; ética; São Paulo; Rio de Janeiro*

**Crime, War and Peace: Political Cognitive  
Dissent in Times of Extermination**

## ABSTRACT

This paper addresses the political cognitive dissent around the concept of “war” and, from the stand of view of “crime”, analyzes the ethic reflection that forges and moves “warriors” in São Paulo and Rio de Janeiro. Based on two ethnographic scenes, reflects upon how “criminals” seek to build valorous forms of life amid the conduction towards death and by the means of memorable acts, courage of public exposure, and responsibility for the word.

**KEYWORDS:** *crime; war; ethics; São Paulo; Rio de Janeiro*

[\*] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [velosohirata@gmail.com](mailto:velosohirata@gmail.com)

[\*\*] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: [carolina.c.grillo@gmail.com](mailto:carolina.c.grillo@gmail.com)

*Tira o “zóio”, vê se me erra  
Eu durmo pronto pra guerra  
E eu não era assim, eu tenho ódio  
E sei que é mau pra mim  
Fazer o quê se é assim  
Vida “loka” cabulosa  
O cheiro é de pólvora  
E eu prefiro rosas  
Racionais MC’s, “Vida loka”, parte II*

*Para mim a luta pela sobrevivência tem aspectos de guerra, tal a distância que me separa daqueles que formam as elites cegas que não percebem que só a divisão das riquezas pode levar a uma paz real.*

William da Silva Lima, *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*

## INTRODUÇÃO

“O governo brasileiro declara guerra ao crime organizado. Guerra moral, guerra jurídica, guerra de combate. Não temos pena nem medo de criminoso”, afirmou o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em carta lida ao Congresso Nacional no dia 4 de fevereiro de 2019,<sup>1</sup> pouco mais de um mês após a sua posse. No mesmo dia, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, apresentou o seu “pacote anti-crime”, numa reunião em Brasília com governadores de doze estados brasileiros. O pacote propõe uma série de medidas — como a redução da maioria penal e o fim da progressão de regime — que visam ao endurecimento penal, a revogação de algumas garantias constitucionais e a diminuição das restrições legais ao uso da força letal por policiais. Se o discurso de “guerra ao crime” não é certamente novidade,<sup>2</sup> podemos hoje afirmar que ele se amplificou.

Enquanto o governo declara guerra à abstração concreta do “crime organizado” e se propõe a aprofundar as políticas de extermínio e encarceramento em massa que já vigoram há algumas décadas, aqueles que se encontram do outro lado dessa trincheira já se pensam também há algumas décadas em permanente estado de guerra. “Paz, justiça e liberdade” foi o lema adotado pelos dois maiores e mais conhecidos comandos criminais do país, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC),<sup>3</sup> formados no interior das prisões nas décadas de 1970 e 1990, respectivamente. Ambos tiveram como objetivo inicial pacificar as “guerras” entre quadrilhas no interior do sistema penitenciário, regulando o convívio entre detentos, e mobilizar a massa carcerária para reivindicar melhores condições de encarceramento. Num contexto de luta pela sobrevivência, os comandos nascem como organização política que impõe uma determinada paz para se colocar em guerra. Procuram estabelecer um estado de “paz entre os ladrões e guerra com a polícia”, como dizem os membros do PCC. E, tantas vezes, lançam-se em guerra também contra outros comandos, outros sujeitos coletivos do “crime”, sem, contudo, perder de vista a reivindicação de paz que é inseparável da guerra.<sup>4</sup>

Moradores de favelas do Rio de Janeiro e de tantas outras cidades onde há conflitos armados queixam-se de viver em meio ao fogo cruzado das guerras entre traficantes e policiais e entre facções rivais do

[1] Ver “Governo declara ‘guerra’ ao crime organizado, diz Bolsonaro em mensagem ao Congresso”. Portal G1, 04/02/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/04/governo-declara-guerra-ao-crime-organizado-diz-bolsonaro-em-mensagem-ao-congresso.ghtml>. Acesso em: 06/04/2019.

[2] Márcia Leite (2000) aponta que a disseminação da “metáfora da guerra” como chave interpretativa para refletir sobre o problema da chamada “violência urbana” tem início da década de 1990.

[3] O PCC posteriormente incluiria “igualdade” no lema (Biondi, 2010).

[4] Seguimos aqui algumas das considerações de Proudhon (2011, p. 24), para quem “a paz demonstra e confirma a guerra; a guerra, por sua vez, é uma reivindicação da paz. É o que a lenda messiânica afirma: o Pacificador é um conquistador, cujo reino se estabelece pelo triunfo”.

[5] Sobre o ponto de vista dos moradores de favela a respeito dos conflitos violentos, ver a coletânea *Vida sob cerco*, organizada por Machado da Silva (2008).

tráfico de drogas.<sup>5</sup> Clamam pela paz. Enquanto isso, movimentos sociais e ativistas pelos direitos humanos protestam: “Não é guerra! É genocídio! É massacre!”. E desse embate de perspectivas emerge uma única certeza: a de que não há consenso sobre o que é guerra e de qual guerra se está falando. Como será argumentado neste artigo, a guerra vivida pelas pessoas que se pensam em guerra não é a mesma guerra. A paz que se busca também não é a mesma paz. Se hoje a “metáfora da guerra” (Leite, 2000) — se é que a guerra é metáfora — constitui um mapa cognitivo para refletir sobre os conflitos violentos, deve ser feita a ressalva de que a guerra é conceitualizada de modo muito distinto, dependendo da perspectiva a partir da qual é enunciada.

Adotamos neste artigo o ponto de vista do “crime”, isto é, das pessoas que alegam fazer parte desse “sujeito coletivo de contornos indefinidos” (Barbosa, 2013, p. 123) ou “movimento” que atravessa territórios (Marques, 2014; Biondi, 2018), designado pela categoria nativa “crime”. Não o ponto de vista do Estado nem o das pessoas que vivem no fogo cruzado, mas a perspectiva daqueles que descrevem suas experiências de vida como a “vida do crime” ou “vida loka” (Malvasi, 2012), expressões que designam “o drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte” (Hirata, 2018). Daqueles que se pensam em permanente guerra com a polícia, com os membros de outros comandos e, principalmente, pela sobrevivência e pela liberdade. Indagamos qual é a guerra e qual é a paz de que eles estão falando. Distanciamos-nos também das abordagens que interrogam os comandos criminais a partir de suas estruturas hierárquicas e das decisões de seus líderes. Não se trata de contestar a relevância dessas abordagens, mas de direcionar o olhar para as dinâmicas criminais e não para as formas que delas resultam.

As reflexões aqui apresentadas baseiam-se em trabalho de campo etnográfico junto aos “homens do crime” ligados ao PCC e ao CV, em um bairro de periferia de São Paulo e em favelas cariocas, respectivamente. Resultam também de mais de uma década de interlocução com colegas que produziram detalhadas etnografias sobre as dinâmicas criminais nas duas cidades.<sup>6</sup> Mas a conjuntura em que escrevemos este artigo é distinta daquela em que essas pesquisas foram realizadas. É distinta também daquela em que realizamos uma comparação do varejo de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro (Hirata; Grillo, 2017). A conjuntura atual nos impele a refletir menos sobre as particularidades de cada contexto e mais sobre os movimentos que os atravessam. Sobre o que coloca uns e outros, inimigos e aliados, lado a lado, na mesma “correria”.

Escrevemos em tempos de celebração aberta do extermínio, de triunfo dos discursos de lei e ordem e de repúdio à manutenção de garantias civis, que se alimentam do sentimento de insegurança da

[6] Conversas com Gabriel Feltran, Vera Telles, Rafael Godoi, Taniele Rui, Adalton Marques, Karina Biondi, Michel Misse, Antônio Rafael Barbosa, Diogo Lyra, Natasha Neri, Fábio Mallart, entre outros.

população. A ampla defesa de soluções extrajudiciais ou a criação de amparo legal para certo tipo de “justiçamento” se confundem como “solução” para o problema da violência. Por um lado, porque não se procura mais esconder e sim exaltar que a extralegalidade e a morte são as formas de atuação do Estado frente à questão criminal. Por outro, porque a guerra parece ser a forma de interface preferencial entre governantes e governados — e seu motor de propulsão, justificativa e expansão é a guerra contra o crime.

Já há algum tempo a guerra contra o crime organizado vinha servindo de pretexto para acionar dispositivos de exceção, sitiar populações e incapacitar os indesejáveis, com a finalidade de garantir a extração, posse e circulação de riquezas. Agora, entretanto, o lastro democrático que ainda estabelecia alguns limites ao extermínio parece estar afundando. A gestão de territórios e populações que já há décadas funciona a partir das formas de racionalidade política neoliberais (Dardot; Laval, 2016) produziu soluções de expertise apoiadas nas teorias da oportunidade criminal, em que o criminoso era visto por meio das suas escolhas racionais. Isso passou a se articular de forma mais intensa com o neoconservadorismo, que, apoiando-se nos símbolos do sofrimento, do suplício e da vítima, atualizava a figura do monstro ou do inimigo social por meio do novo urbanismo militar (Graham, 2017). No ponto de encontro dessas duas perspectivas heterogêneas, colocou-se em xeque o ideal correcional como forma de restabelecer as fraturas do social, seja porque os indivíduos seriam irrecuperáveis, seja porque saberiam exatamente o que fazem e escolheriam racionalmente suas opções (Garland, 2001). O fato é que a articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo vem no mundo todo induzindo um processo de desdemocratização (Brown, 2003).

Em terras brasileiras, a nova aliança entre neoliberalismo, neoconservadorismo e militarização assume a dianteira do movimento de abandono da aposta de fortalecimento das instituições democrático-liberais, em favor de uma necropolítica (Mbembe, 2018).<sup>7</sup> Parece ter se esgotado a esperança na consolidação do “Estado democrático de Direito” que pautou o debate sociológico sobre a violência desde o início da década de 1980. Se outrora a ampliação do acesso à Justiça e, conseqüentemente, do processamento institucional dos conflitos apresentava-se na cena pública como solução para a violência, o que restou dessa aposta foi uma cega adesão ao combate à “impunidade”, agora despida das preocupações com as garantias civis que antes a acompanhavam. Já não se trata mais de superar o *gap* entre a lei e sua aplicação (Pinheiro, 1997), mas de torcer a lei para transformá-la em arma de guerra, ou “*lawfare*” (Weizman, 2009).

Como então compreender a adesão de tantos milhares a uma guerra interminável e, de antemão, perdida, sem o triunfo no horizonte?

[7] Mbembe (2018) desenvolve a noção de “necropolítica” para se referir às formas contemporâneas de soberania que subjugam a vida ao poder da morte, criando “mundos de morte” e submetendo populações à condição de “mortos-vivos”.

Parece-nos que isso mantém relação com um dissenso político-cognitivo sobre o que é a guerra: autoridades, criminosos, moradores e movimentos sociais enunciam frequentemente o termo “guerra”, mas apoiando-se em conceitos diferentes, com pressupostos, caracterizações e significados distintos, quando não opostos. O desen-tendimento das partes bloqueia a possibilidade de construção de um mundo comum (Rancière, 1996). Não pretendemos tratar os vários mundos que se estruturam nesse dissenso, mas sim explorar a perspectiva do “crime”. Nesse sentido, argumentaremos que a guerra, em seu curso, enseja a paz que se estabelece entre guerreiros por meio da busca pela estima alheia. Não a paz como ponto de chegada e sim como caminho — proceder, caminhada — que conduz, tanto quanto a guerra, à honra e à glória do guerreiro, que são o respeito e a consideração. Argumentaremos que a formação de rivalidades pensadas como guerra é inseparável de considerações sobre a paz.

Aqueles que matam e se conduzem em direção à morte não o fazem por pouco apreço pela vida ou baixo autocontrole, mas porque buscam uma forma de vida valiosa. Pensam-se guerreiros e, como tais, perseguem a honra e a glória por meio da exposição. “Expõem seus corpos em aventura de morte” (Contamine, 1980), mas procuram também preservar a própria vida. Em sua luta pela sobrevivência, conceitualizada como guerra, há sentidos políticos que nunca são considerados como tal, como a exposição pública, a capacidade de “dar a palavra” e de realizar promessas de futuro, de responsabilização de seus atos.

Assim, partindo da exposição de dois casos etnográficos — um na cidade de São Paulo e outro no Rio de Janeiro —, empenhamo-nos em refletir sobre as ideias e valores, formas de ação e de relação centrais para a constituição dos sujeitos coletivos e individuais do crime.

#### **CASO I: FITA DE MIL GRAU**

Na “cena” encontram-se dois carros, sete homens, quatro no carro da frente, três no carro de trás. O lugar é a rodovia Ayrton Senna, caminho alternativo e paralelo à principal conexão rodoviária entre Rio de Janeiro e São Paulo, a rodovia Presidente Dutra. Mais precisamente, estamos no primeiro pedágio da rodovia Ayrton Senna, próximo ao município de Itaquaquecetuba, na Região Metropolitana de São Paulo, em parte contígua à Zona Leste da cidade. É final da tarde e os sete homens dividem-se em dois carros, portando pistolas, granadas, fuzis, munição e explosivos que usariam para explodir e furtar dinheiro de caixas eletrônicos de banco. No primeiro carro vão quatro homens, e, no de trás, um Chevrolet Astra 2.0, estão Paulo, o “piloto”, Ricardo e, no banco traseiro, Rogério.<sup>8</sup> Os três observam que o carro da frente passou pelo pedágio, mas quando se aproxi-

[8] Nomes fictícios, que podem também ser encontrados no livro de Hirata (2018) para o entendimento de suas trajetórias.

mam da cabine de cobrança percebem que uns quatro homens da Polícia Rodoviária Federal estão logo à frente. Esses policiais apontam lanternas para dentro dos carros que passam, para enxergar no lusco-fusco do final da tarde, e estão armados. “Porra, que merda!”, diz Paulo. Ricardo já segura sua pistola Glock e Rogério, sua .40. “Calma, ladrão, vamo passar batido, relaxa.”

Quando as luzes das lanternas iluminam o interior do carro, nem a tentativa de Paulo de conversar com os policiais impede as suspeitas destes. Um deles, que segura numa mão a lanterna e na outra uma pistola, ordena: “Encosta!”. Mas o que Paulo faz é acelerar e furar o bloqueio policial, e imediatamente vários tiros são disparados contra o Astra. “Vai, vai, vai!” E o carro segue acelerando na longa reta até o pedágio. Paulo olha no retrovisor e vê três viaturas da Polícia Rodoviária Federal de tipo picape. O Astra consegue vencer as viaturas na rodovia, que logo em seguida tem uma curva acentuada, mas há nesse ponto muitos carros nas duas pistas. Paulo vai atravessando os carros entre as pistas, assim como as viaturas que o seguem.

No meio da curva, uma carreta transportando carros está na faixa da esquerda, há outro caminhão à direita, “Vou passar”, diz Paulo, quase fechando os olhos. “Foi Deus ali naquele momento, eu tenho certeza, o carro diminuiu, não tinha como passar e a gente tava muito rápido.” Continuam em alta velocidade até encontrar uma saída pela direita que leva ao outro lado da rodovia, procuram então circular nas quebradas de Itaquaquecetuba e, agora, já não veem mais as viaturas da polícia. “Caralho!” “Mano, que fita!”

Paulo e Ricardo olham para o banco de trás e percebem que Rogério está ferido, o sangue lava o corpo inteiro do parceiro, que murmura algumas coisas que não entendem, parece estar meio “acordado e meio dormindo”, encostado no assento. “Rogério, caralho, fica com nós, porra!” O banco começa a ficar ensopado de sangue, eles estão circulando em um lugar que não conhecem e com o carro inteiramente cravejado de balas. “Mano, temo que levar ele pro hospital!” “Não tem jeito, temo que trocar de carro, senão fodeu!” Quando o corpo de Rogério cai por inteiro no banco, Ricardo vê que o tiro fez um buraco em sua cabeça. “Carai, acho que o Rogério tá morto, mano! Tô vendo o cérebro dele, mano!”

No meio de ruas com pouca movimentação de carros e pessoas, avistam uma luz, há sons, parece forró, é um bar e um carro está parado na frente. “Vamo lá, mano!” O carro todo furado para em frente ao bar. Paulo e Ricardo saem, apontando as armas para todos que estão por ali, “De quem é essa Ranger aqui? Dá a chave, vai, senão vamo matar todo mundo!”. De dentro do bar sai uma mulher gritando, xingando-os, um homem atrás dela grita “Cala a boca, mulher” e a empurra. Desarmado, ele diz:

“Que porra é essa? Aqui é o crime!”

“Firmeza”, diz Paulo, abaixando a arma, seguido de Ricardo.

“Sou o dono do bar e do carro, qual é a situação?”

“Irmão”, diz Paulo, “maior respeito aqui por você e a sua quebrada, mas tamo em uma fita de mil grau, tem um parceiro nosso que tomou um tiro na cabeça e a gente tem que trocar de carro pra levar ele no hospital. Na humilde, mas precisamos do seu carro pra fazer esse corre, se pá o cara já até morreu, temos que levar ele pro hospital.”

“Firmeza, entendi a fita, deixa eu ver o irmão...” Ele segue para o carro. “Putá merda... olha só, vai vendo a ideia, eu vou pegar o parceiro de vocês e levar no hospital aqui em cima, cês num vão roubar meu carro, mas têm minha palavra que eu levo ele lá, deixo ele lá, firmeza?”

“Firmeza total, mano”, sentencia Paulo.

“Firmeza, então, boa sorte pra vocês no seu corre, pega o meu número de telefone que a gente se fala.”

“Eu vou passar pros parceiro e pra família dele o telefone, firmeza?”

“Firmeza.”

Paulo insere o número em seu celular, entra no carro com Ricardo e segue à procura de outro carro na quebrada. “Passa o número pros menino da bica e fala pra eles avisarem a mulher do Rogério mais tarde, quando a gente souber o que rolou”, diz Paulo para Ricardo, que imediatamente entra em contato com os parceiros na Zona Sul. De fato, todos os parceiros na quebrada já estão a par do que está acontecendo, assim como os outros quatro que iam no carro da frente, que já tinham “abortado” a fita dos caixas eletrônicos.

Seguindo na quebrada, avistam um Chevrolet Corsa entrando na garagem de um pequeno sobrado. “Para, para, para.” Um casal de mais ou menos quarenta anos chegava em casa. O Astra é abandonado um pouco à frente, o casal é colocado no banco traseiro do Corsa e então eles começam a explicar a história: “Desculpa pelo incômodo, estamos aqui em uma situação e vamos precisar do carro de vocês, cês vão ter que ir com a gente senão a polícia pode vir atrás. Garanto que não vai acontecer mais nada fora esse inconveniente. Quando a gente chegar em casa, vamos botar gasolina no carro e vocês voltam, se precisar alguém volta com vocês. Como a gente pega a Ayrton Senna daqui?”. O homem, um pouco mais calmo que a esposa, procura conversar para garantir que estão em segurança. “Pode confiar, aqui é o certo.” O homem passa a indicar o caminho de saída de Itaquaquecetuba e pergunta para onde vão. “Pra Zona Sul, mano”, diz Ricardo. “Vai ter que encher o tanque”, diz o homem, “tem pouca gasolina.” No posto,

enquanto o tanque do carro é abastecido, Paulo percebe que a mulher esboça alguns sinais para os frentistas. “Olha só, dona, se alguém perceber o que está acontecendo aqui pode ficar feio pra gente e pra vocês. Se a polícia vier atrás de nós, nós num vai se entregar, pode sobrar tiro pra tudo quanto é lado. Nós qué chegar em casa bem e vocês também, não é? Ajuda nós aí, vai?”

A mulher se acalma e eles começam a conversar sobre a fita, o bloqueio da polícia, a ajuda no bar, a história da família de Rogério, e o longo caminho até a Zona Sul fica um pouco mais tranquilo. Na chegada em frente à “biqueira”, enquanto os parceiros enchiam o tanque do Corsa para o retorno do casal, como prometido, a família de Rogério já estava por ali, preocupada com a sua situação — segundo a última notícia do homem que o levava ao hospital, ele fora internado no CTI, em coma. Rogério ficaria ainda seis meses internado nesse mesmo hospital, até subitamente acordar, demorando algumas semanas para recobrar a memória. Não se lembra de quase nada da fita, mas está até hoje com a bala, calibre .40, na caixa craniana. Seu retorno à vida foi tão surpreendente que seus exames são apresentados em congressos especializados pelo cirurgião que o operou. “Parece até que estou pensando melhor agora, só não posso mais comer carne de porco, essas paradas fortes”, diz Rogério.

Naquela noite, a mulher de Rogério levou o casal para dentro de sua casa, ali perto, para oferecer-lhe água com açúcar. Na conversa com os familiares do rapaz, o casal ficou comovido com o desespero da mulher dele e se prontificou a levá-la ao hospital junto com duas amigas. Mais uma viagem da Zona Sul para Itaquaquecetuba se fazia, agora em sentido contrário.

## **CASO 2: MISSÃO DE RESGATE**

Tato,<sup>9</sup> dono do morro em uma famosa favela carioca, foi capturado pela polícia dentro de casa. A favela cujas “bocas de fumo” ele chefiava fora recentemente ocupada para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora e ele estava se refugiando num morro aliado, onde foi preso. Durante a operação da Polícia Civil foram também desenterrados e apreendidos fuzis e pertencentes à “firma” local do tráfico. A facilidade com que os policiais chegaram à casa de Tato e ao paiol, marcado com um risco de tinta no muro, levou os traficantes locais a executarem um membro da “boca”, sob a acusação de ser ele o “X-9”, um informante policial.

Como Tato era muito conhecido e considerado no Comando Vermelho, foi organizada uma missão para resgatá-lo durante o seu traslado para atender a uma audiência judicial. Informações sobre o horário e o trajeto da transferência do preso foram transmitidas

[9] Todos os nomes são fictícios. Esse caso é narrado em maiores detalhes na tese de Grillo (2013).

pelo advogado de Tato aos seus parceiros, que elaboraram um plano de interceptação do comboio. Para o resgate, foram mobilizados três carros roubados em que se distribuíram doze bandidos de diferentes favelas do CV.

Todos se reuniram na noite anterior para planejar a ação, em uma favela cuja firma era considerada, à época, como a mais “forte” da facção e que servia de moradia para diversos donos de morro mais vulneráveis a operações policiais. Fausto, o responsável do tráfico local, recebeu os amigos de maneira hospitaleira: providenciando casas para passarem a noite e carros para usarem na missão e sugerindo que se refugassem em um de “seus” morros, situado próximo ao local onde seria realizado o resgate.

O responsável do morro em que Tato fora capturado escalou para participar da missão quatro bandidos reputados por sua “disposição”, entre os quais Thomas, que relatou esta história. Eles escolheram as armas que iriam utilizar, optando por fuzis menores, que pudessem ser manipulados no interior de carro, como o fuzil de assalto Colt AR-15 A2 e o ParaFAL 7,62 mm. Os quatro dirigiram-se em um carro roubado à favela estabelecida como o ponto de encontro para o planejamento da missão. O carro foi conduzido por Thomas, que, sendo um assaltante experiente, era considerado o melhor piloto da favela e, portanto, assumia o volante em todas as missões de que participava.

Na véspera da ação de resgate, os doze participantes contaram com a companhia de importantes lideranças do tráfico no Rio de Janeiro, com quem conversaram, fumaram maconha e jogaram ronda, um jogo de cartas que envolve apostas de dinheiro. Ao narrar esses fatos, Thomas demonstrou grande entusiasmo e satisfação por ter tido a oportunidade de se descontraír ao lado dos bandidos mais prestigiados da facção, tendo, ainda por cima, ganhado quinhentos reais no jogo. Ele disse ter ficado constrangido por não poder fazer apostas à altura das de alguns donos de morro, preocupando-se em não deixar isso transparecer.

Na manhã seguinte, um “bonde” de três carros possantes com vidros bem escuros — com Insulfilm G-5 — e contendo quatro homens e quatro fuzis cada saiu para tentar efetuar o resgate de Tato. Dirigiram-se ao bairro da Zona Norte em que a interceptação aconteceria e circundaram mais de uma vez o trecho onde era aguardada a passagem do comboio de transporte de presos. Já tinham avistado o seu alvo quando uma viatura da Polícia Militar “colou atrás” e aproximou-se do carro pilotado por Thomas. Antes mesmo que os policiais sinalizassem para o carro encostar ou iniciassem disparos de arma de fogo, os bandidos que estavam no banco traseiro começaram a atirar contra a viatura por detrás do vidro, estourando-o por completo. Bandidos que estavam em um dos outros carros também passaram atirando, dando

cobertura aos companheiros, ao passo que o terceiro carro empreendeu fuga de volta para a favela de onde haviam saído.

Com os vidros quebrados dando visibilidade aos quatro bandidos armados, Thomas pilotou o veículo em direção à favela que Fausto sugerira como refúgio. No caminho, uma segunda viatura de polícia o perseguiu, travando com eles um segundo tiroteio. Thomas teve a impressão de ver o policial que conduzia o veículo com a cabeça caída ao volante, deduzindo que estivesse baleado. Sobre o tiroteio, ele comentou: “Você não tem noção do desespero que é vários fuzil apertando ao mesmo tempo no meio da [nome do bairro]. Parecia cena de filme. Em plena luz do dia, geral se tacando no chão ou correndo sem saber pra onde. Mas fizemos um estrago. Deixamos dois gols bolinhas no caminho, todos furados, e acho que um deles ficou pegado”.

Ambos os carros que estavam em fuga conseguiram chegar à favela de destino sem que ninguém estivesse ferido. Eles explicaram ao “plantão da boca” o que acontecera, estando já prevenidos sobre a possibilidade de uma entrada abrupta de veículos com homens armados. Isso impediu que houvesse uma reação armada no acesso à favela. Os oito bandidos foram imediatamente conduzidos ao responsável local, que lhes aconselhou: “Não dou meia hora pro morro tampar de Bope atrás de vocês. Aqui não dá pra vocês ficarem, não. O morro é pequeno. Vocês vão acabar rodando”.

Alguns deles sugeriram deixar ali os fuzis e sair a pé, ao que Thomas retrucou: “Sem o meu fuzil eu não vou a lugar nenhum. Tão dizendo que o morro vai lombrar e vamo largar os bicos aqui pra perder? Como é que eu vou chegar lá no morro, inteiro, e sem o bico? E eu vou explicar isso como?”. Todos concordaram em voltar com as armas em mãos, o que dificultava bastante o trajeto. Eles foram direcionados a uma saída por trás do morro e entraram com as oito “vassouras” — como se referiram aos fuzis — em uma van de transporte alternativo da cooperativa local que os levaria até a favela de origem da missão. O motorista ficou exposto ao imenso risco de eclodir um novo tiroteio ou de acabar preso, além de ser submetido ao calor, que Thomas descreveu como infernal, devido à impossibilidade de abrir as janelas do veículo, apesar de ser um dia quente em pleno verão carioca.

Chegando ao seu destino, os oito puderam se separar e Thomas começou a buscar um carro para retornar com seus três companheiros para casa. Disse ter ficado “bolado com a atitude” de Celinho, um dono de morro a quem pediu um carro [roubado] emprestado, seguindo orientação de Fausto. Celinho disse não ter o carro, demonstrando desprezo. “Fiquei decepcionado com o cara, aê. Cheio de marra. Mas também ele se deu mal. Eu fui falar com o Ronalzinho, parceiro dele que é responsável lá na [favela que ‘pertence’ a Celinho] e que tirou vários anos comigo lá no [presídio Bangu] 3 e ele mandou buscar o carro.”

Apesar de todos os contratempos, os quatro chegaram de volta ao lar sãos e salvos. Não conseguiram resgatar Tato, mas consideraram o saldo da missão positivo, pois nenhum deles foi morto, preso ou ferido, além de não terem perdido nenhum fuzil do morro.

#### **DO PROCEDER À CONSIDERAÇÃO**

No Rio de Janeiro, “bandidos” que nem sequer se conhecem são colocados em relação para conjuntamente arriscarem suas vidas e sua liberdade em uma missão, cuja finalidade é resgatar um preso que tampouco lhes é pessoalmente querido. Em São Paulo, “ladrões” entregam o corpo quase moribundo de um amigo a um desconhecido, que o conduz ao hospital. Nas cenas descritas, algo é evocado e atravessa relações improváveis entre aqueles que delas fazem parte. Essa possibilidade de criar equivalências entre o que aparentemente está afastado ou não tem a mesma medida é toda a potência em ato do que pretendemos discutir.

Nas situações narradas, não são apenas a coerção, o uso da força ou a intimidação que obrigam os atos de seus partícipes. O homem no bar, desarmado, não se intimida diante dos três ladrões armados, reverte a situação verbalmente e então opta por socorrer o ladrão baleado; os membros do bonde sentem-se lisonjeados e não coagidos a arriscar suas vidas e sua liberdade em uma missão tão ousada. O autointeresse poderia ter afastado todos dessas situações evidentemente enroscadas o mais rápido possível. A recompensa que os aguardava não era uma farta soma em dinheiro ou um novo cargo que lhes conferisse poder.

Em ambos os casos, trata-se de uma relação ética situada em um território distinto do que poderia ser caracterizado como desvio, monstruosidade ou maximização entre meios e fins. É uma relação ética que se forja na guerra por guerreiros, em uma história social que constrói uma memória coletiva (Hirata, 2018). “São mil territórios conectados ao mesmo nome”, escreve Adalton Marques (2014), no melhor estudo sobre o chamado “proceder”. Territórios não se referem apenas às quebradas de Itaquaquecetuba e da Zona Sul da capital paulista, mas também àqueles que conectam os “ladrões” Paulo, Ricardo e Rogério com o homem no bar, que anuncia “Aqui é o crime!”, territórios que conectam “bandidos” de diferentes firmas do tráfico numa missão que não concerne individualmente a nenhum deles. Há uma surpreendente recorrência de cenas mais ou menos próximas que revelam a capacidade de um nome estar presente não apenas entre “homens do crime”, mas também entre pichadores, baloeiros, praticantes do futebol de várzea, rappers, funkeiros, perueiros, pastores, dentre muitos outros. Trata-se de uma reflexão acerca do “certo”.

Segundo Hirata (2018), o proceder remete a um ideal de conduta que procura dar forma ao terreno incerto do “sobreviver na adversidade” ou, como colocado por Marques (2014, p. 43), a “algumas junções singulares de regras e instruções sobre condutas, em contínua transformação”. A palavra “proceder” possui menor relevância no contexto carioca do que em São Paulo, entretanto, Grillo (2013) ressalta o emprego de uma série de categorias nativas — como disciplina, respeito, caminhada, consideração, mente e visão — que circulam em torno do núcleo conceitual do proceder, guardando em comum o sentido de um alinhamento com o que se entende por “certo”. Para traçar uma trajetória gloriosa no crime, adquirindo consideração e respeito entre os demais criminosos, é preciso agir sempre pelo certo, o que é um tanto diferente do “bem comum”. O certo é o norte da conduta no crime, mas não está escrito em lugar algum, e só se aprende a agir pelo certo ao longo da experiência da vida no crime.

Enquanto se preparava para participar de outra missão de resgate frustrada, dessa vez em um hospital, Thomas foi interpelado pela sobrinha: “O que é que você vai ganhar com isso?”. Ao que Thomas sorriu e respondeu: “Existe no crime uma palavra chamada ‘consideração’. Eu prefiro chamar de ‘otarice’, mas não sou eu que invento essas coisas. Ela já existia antes de eu entrar pra boca”. A consideração é uma espécie de notoriedade e reconhecimento público, é o capital social mais importante que se pode acumular no crime. Conquistase a consideração acumulando-se “lutas pelo crime”, participando de fatos memoráveis e traçando uma “caminhada” sem “mancadas”, sempre “do lado certo da vida errada”.

Atentar-se à busca pela valorização pessoal, pela estima alheia e por um lugar na memória coletiva dos bairros, favelas e comandos é essencial para a compreensão da formação desses sujeitos que se expõem à morte. Permite-nos refletir sobre ideias e valores que atravessam os territórios de prisões, favelas, quebradas, bairros periféricos etc. e são tão basais para a ordem do crime quanto a possibilidade de uso da força. Ideias e valores relacionados à honra que antecedem a própria formação dos comandos, aparecendo, por exemplo, na pesquisa realizada por Ramalho (1979) ainda na década de 1970, na extinta Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru.

As imagens mais recorrentes do senso comum são de traficantes associativos e de cooptação dos moradores pela economia das drogas ilícitas. Mas, longe de serem associativos, esses indivíduos são o topo de uma escala social que valoriza certo tipo de conduta associada à figura do guerreiro. Os criminosos não são as únicas pessoas a conduzir-se segundo esses códigos de posturas, mas, entre os tipos sociais que se portam segundo uma ética guerreira, suas histórias de vida destacam-se por sua dramaticidade épica e trágica. Entre os

mais jovens, essa é uma qualidade que os fascina, o que faz desses personagens (entre outros) modelos de conduta e de admiração. E é através da valorização desse tipo social guerreiro que se pode compreender que os negócios ilícitos encontrem sempre pessoas dispostas a fazer parte de sua organização.

Se é claro que existe um fascínio exercido pelo poder e pelo dinheiro — afinal, estamos falando de rapazes pobres —, é verdade também que isso por si só não explica a adesão ao crime, porque os habitantes dos bairros pobres são cientes dos altos riscos desse tipo de atividade. Conhecem pessoas que foram assassinadas e que passaram anos no “inferno” da prisão, situações corriqueiras em seu círculo social próximo. Não acreditamos que somente o cálculo entre os rendimentos de poder e dinheiro e os riscos assumidos possam explicar a escolha por trabalhar em atividades tão perigosas como o tráfico de drogas e os roubos à mão armada. Escolha essa que, é necessário lembrar, costuma ser feita por rapazes muitos jovens. Para além de uma racionalidade instrumental, o que deve também ser levado em consideração nessa decisão são as experiências sociais das pessoas.

Em seu trabalho pioneiro, Alba Zaluar (1985) chama a atenção para a categoria “revolta”, acionada para expressar a percepção de humilhação associada ao “trabalho honesto” do pobre e oprimido. Para a autora, a revolta “baseia-se numa concepção de justiça social e honra masculina” (p. 163) e opera como justificativa da adesão dos jovens a um “etos guerreiro” (Zaluar, 1994). A revolta, contudo, é interpretada pela autora a partir do que ela nega, do mundo do trabalho que ela desvaloriza. E, desse ponto de vista, a participação dos jovens em quadrilhas criminosas é entendida como reação de indivíduos desvinculados face ao desmantelamento das redes pessoais de controle e socialização (idem).

No entanto, o que nos interessa aqui é prospectar o terreno do que se produz a partir da revolta e não propriamente o que ela recusa. Quais são as linhas que conduzem à valorização pessoal em face do desmoronamento do mundo do trabalho, que empurra uma massa de trabalhadores em direção ao trabalho precário, intermitente ou “sem formas” (Oliveira, 2003), à experiência de “viração” (Telles, 2006). Interessa-nos aqui acessar os movimentos que transformam em guerreiros aqueles que lutam pela sobrevivência em meio à adversidade, repositando o sentido de sua dignidade pessoal. Estamos nos referindo a uma vontade de potência que pode conduzi-los à morte.

A busca pelo respeito é um tema que atravessa não apenas os estudos nacionais já citados que abordam o engajamento criminal de jovens pobres como também alguns estudos internacionais, a exemplo da pesquisa de Bourgois (2003) em um bairro latino de Nova York. Uma grande diferença com relação ao cenário descrito por este autor

é que, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, a construção do respeito se dá no interior da estrutura hierárquica das firmas locais do tráfico e dos comandos que convenciam os meios para a obtenção de prestígio e poder, ao passo que no El Barrio de Bourgois o empreendedorismo autônomo e o individualismo parecem determinantes para a conquista da fama, dinheiro e sucesso.

Ao mesmo tempo, é através dessa lógica de “fazer-se respeitar pelos outros” que parte da hierarquia social do crime é construída. Não se trata aqui de ignorar o recurso à força física como elemento significativo para a formação das relações de poder que caracterizam os comandos. A periculosidade de um indivíduo é certamente um traço que lhe confere respeito. No entanto, sem a observância às regras do proceder, ela o conduz em direção à morte pelas mãos de seus próprios parceiros, com quem será incapaz de estabelecer um convívio. Trata-se do equilíbrio, assinalado por Marques (2014), entre ser “cabuloso” — que é ser firme e perigoso — e “humilde”. Uma pessoa pode ser as duas coisas ao mesmo tempo, pois um “não se faz cabuloso nas costas dos humildes, sendo, portanto, humilde também” (p. 64). Segundo Lyra (2013), a “humildade”, tão valorizada pelos “garotos armados do morro” que pesquisou, congrega considerações sobre reciprocidade, respeito e responsabilidade.

Para além do medo que podem inspirar ou do dinheiro usado no pagamento de seus funcionários, os patrões de São Paulo e os donos de morro do Rio de Janeiro são figuras “consideradas” e “respeitadas” acima de tudo pela sua história pessoal, pela longa série de episódios que remetem a um complexo sistema de trajetórias em comum com outros membros do “crime”. A história de um traficante ou um ladrão é uma narrativa de atos espetaculares e situações memoráveis,<sup>10</sup> que almejam um lugar na história coletiva da favela, do bairro ou da própria cidade. São histórias que colocam em cena uma rede de pequenos percursos individuais que passam por momentos de alianças e rivalidades entre coletivos, lealdades e traições, lutas contra tentativas de usurpação e proteções entre amigos, busca de poder ou submissões. O prestígio de um “bandido” carioca ou um “ladrão” em São Paulo se deve à valorização da “caminhada” de um indivíduo no bojo da construção de uma história coletiva, a partir da qual são produzidas as relações de “amizade” (Barbosa, 1998), diferenças de status e relações de poder que dão forma aos comandos.

### **O GUERREIRO: DISPOSIÇÃO E PALAVRA**

Falar particularmente da figura do guerreiro é compreender como ele dá forma à sua existência a partir de um conjunto conflituoso de forças. Isso significa não se deixar conduzir em direção à morte.

[10] Para Arendt (1981), a ação é do âmbito do memorável, diferente do comportamento, anônimo.

O caso específico dos criminosos e suas práticas relacionadas ao proceder parecem ser claros em relação às formas através das quais o guerreiro lida com a morte. A relação com a guerra e a morte travada pelos sujeitos do crime parece ser menos construída pelo cálculo racional dos riscos ou uma loucura insana ligada ao consumo e o poder, e muito mais por uma reflexão acerca das dinâmicas obscuras que podem conduzir à morte ou à manutenção da vida. Certa vez Paulo disse, a respeito do proceder: “Todo mundo estava cansado dos caminhos que levam à morte”.

Não por acaso o proceder opera sempre próximo à morte. Trata-se, sobretudo, de evitar a morte, evidentemente não pelo medo que faz furtar ao conflito, mas pelo valor da vida. A vida é o valor que coloca a morte como o centro da reflexão de uma conduta que é o proceder, talvez uma contraconduta, uma oposição à condução das condutas em direção à morte.<sup>11</sup>

Isso, porém, não significa que o guerreiro tem como busca a proteção, mas sim a exposição. Exposição da condição mortal e vulnerável para se colocar à prova diante das dificuldades e não se subtrair delas. O atributo que permite ao guerreiro se expor em aventura de morte é designado, no caso dos homens do crime, pela categoria nativa “disposição”. De um lado, ela se refere à “disposição para matar” (Zaluar, 1994) e, de outro, à coragem de se expor à morte e a destreza necessária para evitá-la. A disposição remete a uma conjunção entre bravura e frieza, que se revela na velocidade do instante e é avessa à hesitação. Um experiente ladrão carioca assim a definiu: “É planejar e tomar a atitude. É fazer e não pensar nas consequências. Se pensar demais não faz”.

A coragem do guerreiro, porém, não se restringe ao sentido militar, envolve também o sentido político, ou seja, a coragem da exposição pública.<sup>12</sup> A exposição é uma característica do domínio do agir sobre a realidade do mundo e seus conflitos. Em todas as circunstâncias em que a imprevisibilidade e uma aparente desordem estão colocadas como a condição *a priori*, os guerreiros constroem os rumos de sua própria história, produzem a sua existência como forma singular e exemplar, como forma valiosa de vida.<sup>13</sup> Por isso a característica principal do guerreiro é a sua palavra. A importância do valor da palavra se encontra no valor ético da responsabilidade, ou seja, da capacidade de responder sobre si no futuro.<sup>14</sup> Essa é a maneira de desafiar a dinâmica aleatória do futuro sempre incerto e de suas circunstâncias imprevisíveis. Ao empenhar a palavra e se comprometer sobre os seus atos no futuro diante dos outros, estabelece-se a fiabilidade de certo compromisso.

O jogo das “belas palavras” ou do discurso retórico que são pronunciados aos outros é desprezado pelo guerreiro, que considera isso “enrolação” ou falsidade, trata-se de certo combate da falácia

[11] Seria importante retomar o conceito de contraconduta de Foucault (2004), particularmente para refletir sobre a guerra estatal ou a necropolítica de Mbembe (2018).

[12] A cidadania grega não se associava à proteção, mas sim à exposição pública, como bem notou Foucault (2009).

[13] “A ética não é antes de tudo essa forma de vida como fluxo indiferenciado das forças?”, indaga Frédéric Gros (2006).

[14] As consequências de se considerar a palavra como promessa de futuro poderiam ser pensadas à luz da segunda dissertação do clássico livro de Nietzsche *A genealogia da moral* (1998).

e da adulação. O “papo é reto”, objetivo, tem que ser feito “bolinha com bolinha” e, ao menor indício de rodeio retórico, é taxado de “papo torto”, o que é inaceitável. Além disso, “o papo é um só”. A palavra deve ser a mesma do início ao fim. Mudanças numa história contada ou na “tese” apresentada são acusadas de “dar dois papos”, o que imediatamente desacredita a palavra do orador. Tudo isso se dá no sentido da exposição como um colocar-se à prova, de se mostrar para os outros, de se encontrar apto a se confrontar francamente a partir da enunciação diante de outros.

A correspondência entre atos e palavras e sua demonstração separam os que usam do recurso retórico apenas para se esconder e não para se mostrar. A realidade conflituosa do mundo não é o lugar da não correspondência entre intenções certas e as suas contaminações, mas o lugar da revelação de uma verdade; portanto, as circunstâncias instáveis e incertas da vida são os lugares onde é possível compreender a coerência das pessoas, não as isentar de suas faltas. Ao contrário do “verme” que distorce a palavra empenhada ou se justifica para mudar um acordo, o guerreiro não se sente pressionado pelo que foi prometido, mas estabelece uma segurança para si e aos outros para o futuro.

Trata-se de uma capacidade de construir o tempo futuro, portanto, procedimento quase inverso ao enquadramento jurídico moral da responsabilidade, sob o qual se responde pelo que se fez no passado. Ao contrário de contratos e códigos escritos, que podem ser revistos, modificados e anulados em um momento posterior, a palavra empenhada é essa promessa de construção do futuro pretensamente certo que se dá a partir de certa conduta, um proceder, em um presente incerto.

É por essa razão que as formas de resolução de conflito, chamadas de “debates” em São Paulo e “desenrolos” no Rio de Janeiro, em nada se parecem com a forma do tribunal, pois se trata de uma sensibilidade jurídica (Geertz, 1997) radicalmente outra. Trata-se de uma ritualização da guerra entre guerreiros, portanto, não a identificação entre justiça e paz ou a oposição entre guerra e justiça, mas sim a continuação da disputa entre as partes, que se colocam em prova. São a expressão pública dos conflitos, por meio de procedimentos de debate oral entre as partes em litígio, que procuram desprestigiar uma à outra, argumentando em referência ao certo.

Das “pequenas causas” aos “casos de vida e morte” (Feltran, 2010), os debates e desenrolos só ocorrem se houver uma “repercussão”, se alguém levar um desentendimento adiante, “esticar o chiclete” (Biondi, 2010) e tentar “botar o outro na bola”, reivindicando que ele está “errado” e que, portanto, deve ser “cobrado”. Encontramos aqui algo muito próximo ao sistema de provas:<sup>15</sup> o que ocorre não é uma infração, mas um dano para uma das partes, que se apresenta como adver-

[15] O sistema de provas é identificado historicamente no direito germânico e, portanto, diferente das formas do inquérito e do exame (Foucault, 2005).

[16] Intervenções em favor de uma das partes são permitidas, mas envolvem sempre riscos. Como observou um traficante carioca: “Pra se meter num desenrolado em defesa de um amigo, você tem que ter muita certeza de que o cara tá certo, porque se ele estiver errado, vai rodar tu e ele. Nego vai achar que tu tá fechando com a mancada do cara” (Grillo, 2013).

sária em uma disputa regulamentada e não em uma ação pública e mediada, ou seja, os personagens principais são dois ou duas partes,<sup>16</sup> não três, sendo uma neutra. Normalmente os árbitros da contenda, membros da facção, não se colocam entre as partes como neutros e enunciadores da verdade, mas sim como quem garante a regularidade dos procedimentos de enfrentamento verbal. No caso das favelas cariocas — mas não das prisões —, a autoridade investida no dono de morro introduz uma figura de arbítrio que possui a prerrogativa de decidir quem será cobrado e como. Ainda assim, ele frequentemente opta por apenas ouvir as partes e aguardar o consenso. A verdade dessas disputas emerge da exposição pública das duas partes em um confronto verbal, que deve estabelecer o certo, ou seja, o equilíbrio em relação ao suposto dano mediado pelas provas de importância e fiabilidade social, a justiça com relação à ética guerreira e a garantia da promessa de futuro selada com a palavra.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essa ética que ao mesmo tempo forja e move os guerreiros para os caminhos incertos do crime, de vida e morte. São as mesmas trilhas que fazem os guerreiros viverem em função de dar forma a uma vida considerada valiosa, com seus atos memoráveis, sua coragem de exposição pública e sua responsabilização pela palavra, que também podem desaguar na eliminação de suas vidas e de outros. Seguindo a direção apontada por Bourgois (2003), trata-se de uma zona liminar entre a resistência e a autodestruição.

Esse limiar, que constitui o território analítico que estamos tentando pontuar, é bastante diferente daquele que produz a condução da vida para a morte, do “fazer morrer” da lógica bélica de guerra ao crime organizado, mas encontra-se associado a ela. Isso porque poderíamos facilmente encontrar as filiações das guerras conduzidas contra o crime organizado no colonialismo interno e externo das guerras de conquista — cujo sentido foi sempre a pacificação,<sup>17</sup> feita através do extermínio. Por outro lado, a formação da ética guerreira que procuramos trabalhar é o “efeito colateral que seu sistema fez” (Racionais MC’s, 2018), efeito não previsto cujo conteúdo é expresso através da guerra.

Portanto, as relações entre essas diferentes guerras aparecem em primeiro lugar como dissenso, ou seja, pela diferença de seus conceitos: não se trata de dois lados da mesma guerra, mas de mundos e guerras diferentes, distintas em seus pressupostos, maneiras de agir e horizontes ético-políticos. Não há entendimento possível entre aqueles que estão pensando e operacionalizando a guerra contra o crime organizado e os guerreiros que buscam dar forma a suas vidas no turbilhão de forças desordenadas que constituem as vidas no crime. Por outro lado, existe

[17] A relação entre pacificação e guerra parece ser intrínseca ao colonialismo externo e interno, como assinalaram Todorov (2010) e Oliveira (2014).

concretamente uma continuidade de seus efeitos letais, que age incessantemente produzindo os dois sentidos incomunicáveis de guerra na medida em que engendra as forças que submetem os seus partícipes à brutalidade da guerra e da morte e os empurra para essa condição liminar de resistência e autodestruição.

A guerra e a paz como questões públicas brasileiras terão que ser entendidas nesse seu duplo, como dissenso e continuidade.

---

DANIEL VELOSO HIRATA [<https://orcid.org/0000-0001-5219-8838>] é professor do departamento de sociologia e metodologia das ciências sociais, do Programa de Sociologia e do Programa de Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. É pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NUCEC), ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e coordenador do Grupo de Estudos sobre Novos Ilegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense. É corresponsável pelos argumentos principais, pela redação do artigo e pesquisa de campo em que ele se baseou.

CAROLINA CHRISTOPH GRILLO [<https://orcid.org/0000-0002-9428-0255>] é professora colaboradora e bolsista de pós-doutorado (Capes) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. É pesquisadora associada do NECVU, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do GENI, da Universidade Federal Fluminense. É corresponsável pelos argumentos principais, pela redação do artigo e pesquisa de campo em que ele se baseou.

---

Recebido para publicação  
em 25 de abril de 2019.

Aprovado para publicação  
em 1º de novembro de 2019.

---

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

115, set.–dez. 2019

pp. 553-571

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/Salamandra/Edusp, 1981.
- Barbosa, Antônio Carlos Rafael. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas na Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Grade de ferro? Corrente de ouro: circulação e relações no meio prisional”. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 107-129.
- Biondi, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- Bourgois, Philippe. *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- Brown, Wendy. *Les Habits neufs de la politique mondiale: néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris: Les Praires Ordinaires, 2003.
- Contamine, Philippe. *La Guerre au Moyen Age*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Feltran, Gabriel de Santis. “Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. *Caderno CRH*, v. 23, n. 58, 2010, pp. 59-73.
- Foucault, Michel. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Le Courage de la vérité*. Paris: Seuil/Gallimard, 2009.
- Garland, David. *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- Geertz, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Graham, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Grillo, Carolina Christoph. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (doutorado em ciências humanas) — IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- Gros, Frédéric. *États de violence: essais sur la fin de la guerre*. Paris: Gallimard, 2006.
- Hirata, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida*. São Carlos: Edufscar, 2018.
- \_\_\_\_\_; Grillo, Carolina Christoph. “Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro”. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, 2017, pp. 75-98.
- Leite, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, 2000, pp. 43-90.
- Lima, William da Silva. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- Lyra, Diogo. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

- Malvasi, Paulo Arthur. *Interfaces da "vida loka": um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese (doutorado em saúde pública) — FSP-USP, São Paulo, 2012.
- Marques, Adalton. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.
- Mbembe, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- Oliveira, João Pacheco de. "Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios". *Mana*, v. 20, n. 1, 2014, pp. 125-61.
- Pinheiro, Paulo Sérgio. "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias". *Tempo Social*, v. 9, n. 1, 1997, pp. 43-52.
- Proudhon, Pierre-Joseph. "A guerra e a paz". *Verve*, n. 19, 2011, pp. 23-71.
- Rancière, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- Racionais MC's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Ramalho, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Telles, Vera da Silva. "Mutações do trabalho e experiência urbana". *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006, pp. 173-95.
- Todorov, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Weizman, Eyal. "Lawfare in Gaza: Legislative Attack". *Open Security*, 1º/03/2009.
- Zaluar, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.





## POR ENTRE TERRITÓRIOS VISÍVEIS E TERRITÓRIOS INVISIBILIZADOS

### Mercados ilícitos e cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030004>

TANIELE RUI\*

#### RESUMO

Resultado de etnografia realizada em espaços de consumo e comércio de crack nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entre 2009 e 2016, este artigo descreve diferentes conformações territoriais de regiões estigmatizadas como “cracolândias”. A partir da observação dos mercados criminais de cada cidade, são expostos eixos empíricos que permitem ensaiar correlações entre as dinâmicas de varejo e a produção dos territórios de consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** *crack; comércio varejista de drogas; facções criminais; territórios*

#### Crack Market and Production of Space in São Paulo and Rio de Janeiro

#### ABSTRACT

This article describes, using the results of an ethnography carried out between 2009 and 2016 in spaces of crack consumption and trade in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro, different territorial conformations of regions stigmatized as “cracolândias” (crack lands). Observing the criminal markets of each city, empirical axes are exposed in order to propose correlations between the retail dynamics and the production of consumption territories.

**KEYWORDS:** *crack; drug market; criminal gangs; territories*

[\*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. E-mail: [tanielerui@gmail.com](mailto:tanielerui@gmail.com)

Crack é cocaína configurada a partir de uma “nova tecnologia que faz do seu excesso um produto barato para um mercado pobre” (Agar, 2003). Embora tendo chegado ao Brasil no fim da década de 1980, é possível datar apenas a partir dos anos 2000 o processo de visibilidade urbana de aglomerados de consumidores da droga estigmatizados pelo neologismo “cracolândia” e a consequente transformação destes em problemas públicos de grande proporção. Desde então, o assunto movimenta muito a mídia, ações policiais repressivas, serviços assistenciais e de saúde, a vida dos habitantes das grandes cidades e, inclusive, foi um dos motes da campanha eleitoral para a Presidência da República em 2010, da qual se saiu vencedora Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores).<sup>1</sup>

[1] Ver <https://www.youtube.com/watch?v=MdhUbOpKnYs>.

Em seu primeiro governo, em torno dos eixos de *apoio e autoridade*, entre 2011 e 2014, cerca de 1 bilhão de dólares foram destinados ao plano Crack, É Possível Vencer,<sup>2</sup> que financiou projetos de prevenção ao uso de drogas, veículos policiais de ronda e monitoramento, intervenções em clínicas psiquiátricas, tratamento ambulatorial, ideias inovadoras de redução de danos, centros religiosos de recuperação, ações de fiscalização policial nas fronteiras do país e, ainda, uma pesquisa estatística nacional (Fiocruz, 2014), que estimou 370 mil consumidores nas capitais entre 2012 e 2013 — cerca de 0,81% da população dessas cidades e número bem menor que os milhões alardeados anos antes, quando o pânico moral (Reinarman; Levine, 1997) anunciava uma epidemia que se alastrava pelo país.

O golpe parlamentar e as eleições municipais de 2016 conferiram novos contornos ao assunto. Acompanhado do fechamento de emergentes canais de participação social e do recrudescimento do discurso bélico e de apoio ao aparato policial, ao discurso manicomial e ao encarceramento massivo, na cidade de São Paulo, mais investimento na performance policial propiciou a multiplicação de formas de fazer sumir essa população do centro da metrópole (Mallart et al., 2017); na capital fluminense, o fim das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e a intervenção federal militarizada reconfiguraram o cotidiano de favelas, a disputa entre facções, o protagonismo das milícias e, como não poderia deixar de ser, a vida dos que, em situação de rua, usam muito crack. Caldo quente para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Se é esse o panorama mais amplo, ele sozinho não dá conta de explicar a conformação de territorialidades do crack. Por isso, proponho aqui tratar de outras políticas, outras economias, outras moralidades: aquelas relativas aos mercados ilícitos. Considerando que há disputas e ordenamentos distintos na produção urbana, numa leitura retrospectiva, apoiada por sobre os ombros de ampla literatura que nos últimos anos tem se dedicado ao estudo etnográfico do chamado crime,<sup>3</sup> estabeleço algumas aproximações e distanciamentos a partir dessas cenas, traçando um breve panorama histórico dos mercados de crack com o intuito de refletir sobre efeitos e reflexos heterogêneos destes na produção territorial.

Profundamente engajada em incursões empíricas e diálogos bibliográficos, pesquisei o assunto<sup>4</sup> circulando por espaços de consumo e comércio da droga nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, entre 2009 e 2016. Especificamente as ruas próximas à Estação da Luz, em São Paulo, onde se localiza a mais famosa territorialidade de consumo de crack no país; e uma modesta esquina do complexo de favelas na Maré, no Rio de Janeiro. Ambos aqui serão abordados a partir de histórias urbanas com temporalidades muito distintas. São Paulo já vai completar quase três décadas de uma “cracolândia”

[2] Ver <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/04/governo-investiu-em-quatro-anos-r-36-bilhoes-no-combate-drogas-diz-senad>.

[3] Para um excelente balanço dessa bibliografia, ver Aquino e Hirata (2018).

[4] Ver, especialmente, Rui (2014). Destaco aqui, para fins específicos deste artigo, o agradecimento ao programa Drugs, Security and Democracy Fellowship, do Social Science Research Council (SSRC-EUA), e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiarem a pesquisa comparativa Rio de Janeiro-São Paulo entre os anos de 2014 e 2015, e ao grupo do projeto temático “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), coordenado por Vera Telles, cuja interlocução está na origem deste dossiê.

centralizada, extremamente visível, estudada e midiaticizada. O Rio de Janeiro tem uma história recentíssima com a substância, e as cenas de uso de crack são praticamente invisibilizadas. Retomar de modo contrastivo essas diferentes conformações territoriais, tentando entendê-las à luz de distintas dinâmicas dos mercados criminais, é, portanto, o esforço deste texto.

### ECONOMIAS MORAIS

Há poucas informações sobre a entrada do crack no Brasil. Os registros mais concretos apontam que ele teria chegado e se territorializado inicialmente na periferia leste da cidade de São Paulo. Dentre as localidades, o bairro de São Mateus figurou como o de mais intenso comércio e consumo, sendo referenciado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em junho de 1992, como “o Bronx paulistano”<sup>5</sup> — numa associação com o Bronx nova-iorquino, o famigerado polo de consumo e comércio de crack dos Estados Unidos na década de 1980. Na descrição de Marcos Uchoa, no primeiro livro-reportagem dedicado ao assunto, é possível notar, de forma estigmatizada, a reposição dessa alcunha:

*Vamos a São Mateus [...], um dos primeiros “portos seguros” do crack em São Paulo. O interesse é resgatar sua história, ampliar seu perfil e conhecer mais detalhadamente o local onde as pedras fizeram os primeiros estragos. [...] Cerca de 600 mil pessoas moram neste bairro pobre da Zona Leste, uma caricatura dos becos do Bronx, em Nova York [...]. Crianças e adolescentes usam drogas sentados na calçada, traficantes nas esquinas e nas imediações das escolas. Fácil acreditar que não podia haver cenário mais apropriado para os primeiros passos do crack em São Paulo. (Uchoa, 1996, p. 34)*

Corroborando esses relatos, reportagem de junho de 1991 do diário *Folha de S.Paulo* noticiou que o “crack é vendido na região” e que crianças com idade entre sete e doze anos estavam “viciadas” na droga.<sup>6</sup> Em junho do ano seguinte, uma matéria de meia página do mesmo veículo, intitulada “Jovem viciado em crack é morto pela PM”,<sup>7</sup> informou que um adolescente de dezessete anos fora morto a tiros na localidade. Segundo um boxê da matéria, essa era a 13ª morte contabilizada de crianças e adolescentes consumidores de crack na região, entre dezembro de 1991 e abril de 1992. As reportagens indicavam que não o consumo, mas as relações conflituosas com traficantes da droga e, principalmente, com policiais eram as principais causas do extermínio desses garotos.

Os relatos são, com as devidas ressalvas, fontes importantes, porque também raras, do que possivelmente ocorria nas periferias da

[5] Cf. “Jovem viciado em crack é morto pela PM: Polícia diz que S.O.P., 17, trocou tiros com soldados; colegas de São Mateus, o ‘Bronx paulistano’, negam tiroteio”. *Folha de S.Paulo*, 25/06/1992 (grifos meus).

[6] Cf. “Crack é vendido na região”. *Folha de S.Paulo*, 03/06/1991.

[7] Cf. “Jovem viciado em crack é morto pela PM”. *Folha de S.Paulo*, 25/6/1992.

cidade quando do advento do crack nessas áreas. Mais do que a referida existência de uma concentração do comércio e uso de crack nas periferias, destaco o tipo de contexto espacial e social do uso da droga, completamente imerso em relações violentas.

A partir de trabalhos como os de Alessandra Teixeira (2012) e Bruno Paes Manso (2012), é possível compreender mais especificamente esses homicídios. Ambos observam como a chegada do crack ajudou a mudar tanto o esquema do tráfico na metrópole quanto o perfil dos seus participantes, já que a expansão do mercado atraiu pessoas com idade mais baixa para o negócio. Na formulação de Teixeira (2012, p. 16), o crack era “um elemento desestabilizador sobre um mercado ainda em consolidação”.

Para Manso, a venda de crack serviu para acelerar os conflitos de mercados e vizinhança, bem como a tensão em relação à reprovação de certos usos e usuários da droga. Segundo ele, foi nesse período que a construção da figura do “viciado”, do “noia”, como alguém incapaz de seguir qualquer tipo de regra transformou esse tipo urbano em um dos alvos preferenciais do assassino (Manso, 2012, p. 228). Assim, “mais do que autores de violência, os dependentes aparecem, nos anos 1990, como vítimas preferenciais daqueles que matam” (idem). Isso se confirma também nas entrevistas que o autor realizou com autores desses crimes e nos inquéritos de chacinas por ele analisados, nos quais eram recorrentes os casos de dizimação de “rodinhas de garotos” conhecidos por fumar crack.

De modo mais contextualizado, no Brasil, os anos 1990 são marcados pela redemocratização formal, reestruturação produtiva, abertura econômica com reflexos específicos na expansão de rotas de vários mercados, inclusive os ilícitos e especialmente os de cocaína e crack — que já haviam estagnado nos Estados Unidos (Reinarman; Levine, 1997). São também esses mesmos anos que ficaram caracterizados pelo recrudescimento dos índices de crime violento na cidade de São Paulo. Nas palavras de Gabriel Feltran,

*O desemprego estrutural que chegou a 22% na Região Metropolitana de São Paulo no final dos anos 1990, a informalização dos mercados e as altíssimas taxas de lucro das atividades ilegais elevaram os índices de criminalidade violenta. O controle desses mercados emergentes gerava corrida armamentista e uma guerra aberta nas periferias da cidade.*

*“Muita mãe chorou” nas madrugadas de saguões de hospitais, Institutos Médico-Legais e cemitérios. Uma geração traz ainda hoje as marcas desse período, talvez por ainda muito tempo. [...] Nas periferias é comum que os anos 1990 [...] sejam lembrados como “a época das guerras”. (Feltran, 2012, pp. 238-9)*

[8] Em outubro de 1992, para conter uma rebelião, policiais militares invadiram a Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru) e assassinaram 111 pessoas (números oficiais). Para ler mais sobre o assunto e seus desdobramentos no presente, ver Machado e Machado (2015).

O crack aterrissa no Brasil, especificamente na cidade de São Paulo, portanto, em cenário de aumento do crime violento acompanhado de transformações econômicas e transição democrática incipientes. Especificamente em São Paulo, enquanto numerosas “guerras” aconteciam nas periferias da cidade, no interior das prisões do estado, profundamente reconfiguradas pelo Massacre do Carandiru,<sup>8</sup> nascia a facção criminal Primeiro Comando da Capital (PCC), em 1993, reivindicando melhorias das condições prisionais e aliança entre os presos, dosando violência, convencimento e consentimento dos pares.

Tal histórico anota que a consolidação do mercado de crack se deu em período anterior à constituição da hegemonia do PCC em São Paulo, em meio a um mercado de drogas ainda em disputa e a ações arbitrárias de grupos de extermínio compostos sobretudo por policiais que elegeram consumidores da droga nas periferias como suas vítimas preferenciais. Esse cenário me parece importante para sugerir como a fuga da possibilidade concreta de assassinatos e retaliações fez com que muitos desses consumidores migrassem e se refugassem no centro da maior cidade do país, especialmente no entorno da Estação da Luz. Nesse sentido, creio ser possível pensar a conformação da crackolândia, desde seu início e ao longo de toda a década de 1990, a partir das conexões com o que se passava nas franjas da cidade.

O Rio de Janeiro, por sua vez, foi a grande cidade brasileira onde o crack mais demorou a chegar. Só uma década depois de São Paulo, a partir dos anos 2000, é que se teve notícias da droga sendo comercializada no município do Rio. Ninguém parece contestar a versão de que isso só aconteceu por decisões morais e de mercado das facções criminais cariocas, que, no entanto, desde o final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, já disputavam territórios da cidade entre si e com a polícia, bem como o controle das vendas de cocaína no varejo.

A datação histórica da cocaína como ponto de inflexão na história do tráfico carioca parece estar associada à consolidação, a partir da entrada da Colômbia, das rotas de tráfico internacional de Bolívia e Paraguai, através dos aeroportos de Rio de Janeiro e São Paulo, com destino à Europa (Misse, 2003).<sup>9</sup> Nas boas palavras de Arias (2006, p. 297), “a densidade das favelas e a corrupção policial que caracterizaram tais áreas tornaram-nas lugares ideais para abastecimento e baldeação de cocaína”. De modo instigante, essa história mostra que “não foi a demanda, mas [foram] a enorme oferta e a redução dos preços a varejo” (Misse, 2003, [s.p.]) as principais responsáveis pela mudança econômica.

Mas por que essas facções, que travavam uma “guerra particular” (Lund; Moreira Salles, 1999) em confronto na disputa pelo comércio de cocaína, não disputaram ao longo dos anos 1990 o mercado de crack — algo que já ocorria em São Paulo, por exemplo — é a pergunta

[9] Como bem nota Lessing (2008, p. 59), “nesse momento histórico, a maioria das cidades brasileiras não oferecia a traficantes internacionais organizações criminosas grandes o bastante e com infraestrutura capaz de estabelecer uma rede de distribuição hierárquica (na maioria das vezes operavam com a venda a inúmeros distribuidores médios, que por sua vez abasteciam mercados locais fragmentados). O CV, ao contrário, parece ter deliberadamente procurado os traficantes internacionais, apresentando-se como uma organização criminosa capilarizada, detentora de uma rede de distribuição pronta”. Para Lessing, o domínio do sistema penitenciário foi central para esse fortalecimento.

que ressoa enigmática. O “mistério carioca” (Barbosa, 1998) exatamente onde parece haver maior “concentração do mercado de drogas” (Lessing, 2008) aponta para uma série de percepções morais do próprio tráfico sobre o crack: ora tido como substância com alto potencial destrutivo, incapaz de gerar lucro por muito tempo; ora pensado como droga que poderia atrapalhar todo o esquema da “boca”,<sup>10</sup> caso algum funcionário passasse a consumir — o que se agrava no caso de uma dinâmica varejista armada; ou ainda tomado como produto que destruiria as relações de vizinhança em decorrência de pequenos furtos por parte dos consumidores. Percepções morais que, ao longo dos anos 2000, entraram em disputa com a alta rotatividade de capital proporcionada por esse comércio, com mudanças nas rotas de tráfico internacional e com a necessidade de novos parceiros comerciais fora do Estado. Um cálculo moral e monetário bastante delicado, portanto, que não deve ser desconsiderado.

Para lançar mão de uma exemplificação extrema, no Complexo da Maré, onde fiz pesquisa, um ex-dono da favela Nova Holanda chegou a fazer uso problemático de crack, tendo inclusive procurado tratamento em instituições religiosas e depois em uma clínica de reabilitação em um estado bem distante, onde inclusive foi preso.<sup>11</sup> Ainda ali mesmo, durante uma conversa noturna, um integrante do Comando Vermelho (CV) me contou que, desde que se colocou em pauta o comércio da droga, ele votou e votará várias vezes pela interrupção da venda de crack — “Aqui não é como São Paulo”, ele me disse, “tem que valer a moral, não o mercado”. Reconheceu, entretanto, que sua opinião não é partilhada por outros membros da facção, atentos à lucratividade e ao giro rápido desse comércio. “Sabe como é, né? Ninguém acha certo vender, mas viram que o negócio dá grana. Tem que pensar como uma empresa também.”

Fato parece ser que a entrada mais maciça de crack no Rio se deu concomitantemente ao enfraquecimento do CV (então a principal facção carioca) ao longo das primeiras décadas de 2000, à saturação do mercado de cocaína entre 2001 e 2006, à crescente cobrança de policiais que preferiam extorquir<sup>12</sup> e prender traficantes a expulsá-los de seus territórios e, ainda, aos possíveis novos acordos comerciais com o PCC, em decorrência de rompimento de acordos e alianças de fornecimento antigos<sup>13</sup> e novas fronteiras de mercado. O sociólogo Michel Misse resume o que se passou:

*O enfraquecimento da principal facção, o CV, na época em que surgia e se fortalecia em São Paulo o PCC permitiu que acordos se estabelecessem entre essas redes, mas sabe-se muito pouco sobre sua extensão.* Um dos indicadores de que existe essa ligação é a entrada do crack no Rio de Janeiro, sempre evitada pelo CV quando este estava fortalecido.

[10] Para uma ótima descrição sobre a “boca”, ver Grillo (2013), pp. 80-94.

[11] Ver: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/traficante-da-nova-holanda-se-internou-em-clinica-da-paraiba-para-se-livrar-do-crack-12372876.html> e <http://oglobo.globo.com/rio/chefe-do-trafico-da-favela-nova-holanda-esteve-internado-em-clinica-de-reabilitacao-na-paraiba-12373149>. Acesso em: 16/07/2015.

[12] Como o próprio Michel Misse (2011) observa, extorquir não é a melhor palavra, uma vez que o que de fato havia era um rearranjo do poder que interessava a ambas as partes.

[13] É nesses primeiros anos da década de 2000, precisamente em 2001, que ocorre o que ficou conhecido como Massacre de Capitão Bado (na fronteira Brasil-Paraguai), quando o traficante Fernandinho Beira-Mar ordenou a morte dos filhos e do próprio João Morel, seu antigo distribuidor e aliado. Esse é um fato importante para entender a mudança dos acordos comerciais do atacado de drogas no Rio, bem como a possível, mas ainda pouco estudada, relação CV-PCC. Em junho de 2016, a execução de Jorge Rafaat nessa mesma fronteira iniciou o rumor de rompimento da relação CV-PCC e, por conseguinte, novas disputas.

*Outro indicador do enfraquecimento do CV foi o surgimento da ADA (Amigos dos Amigos), que se interpôs na antiga e permanente disputa entre o CV e o chamado Terceiro Comando. (Misse, 2011, [s.p.], grifos meus)*

A partir de 2005 e 2006, então, o consumo público de crack ficou mais evidente na capital carioca (Rosales; Barnes, 2011) e a figura do “cracudo” passou a condensar a síntese do tipo de uso de crack que não se deve fazer e do tipo de pessoa que não se deve ser (Brandão, 2015; Veríssimo, 2015). Além disso, e como bem anotaram Frúgoli Jr. e Cavalcanti:

*A venda e o consumo de crack rapidamente transformaram as próprias dinâmicas do tráfico nas áreas em que se instauraram, gerando uma nova estrutura de gestão e de vendas da droga, mas também esforços cotidianos do próprio tráfico na ordenação dos espaços sob a sua influência, tendo em vista as novas territorialidades produzidas pelas tensões entre os fluxos e as permanências dos usuários de crack. (Frúgoli Jr.; Cavalcanti, 2013, p. 74)*

Assim, chama a atenção que, diferentemente do caso paulista, em que o consumo de crack ficou mais evidente numa cracolândia central que perdura há praticamente trinta anos, não se verificou um fenômeno propriamente de territorialização do consumo de crack no Rio de Janeiro (Frúgoli Jr.; Cavalcanti, 2013). As pequenas cenas de consumo da droga, que não chegavam a ultrapassar o número de duzentas pessoas, se fixaram temporalmente em espaços bastante delimitados dos morros, favelas e áreas populares do Rio de Janeiro, longe de certa visibilidade pública. Fluidas, elas se deslocavam e se reordenavam a cada conjuntura.

### **TERRITORIALIZAÇÕES**

Nesse sentido, inquieta pensar como as diferentes economias morais criminais em torno desse comércio permitem apreender configurações territoriais diversas.

Em São Paulo, aqueles que se deslocam para o Centro ao longo da década de 1990 encontram-se com as mais distintas marginalidades, com pessoas em situação de rua, prostitutas, egressos do sistema prisional. A já estabelecida “região moral” (Park, 1915) da cidade, conhecida desde os anos 1960 como Boca do Lixo, por concentrar estabelecimentos boêmios e uma rede de casas e hotéis, além da prática de prostituição, jogos de todos os tipos e consumo de álcool, anfetaminas e maconha, frequentes e dependentes da cumplicidade policial, passa agora por significativas transformações, pois “a economia da prosti-

tuição entrava em declínio e o comércio de drogas começava lentamente a ganhar alguma referência como negócio criminal no plano da cidade, difundindo-se em múltiplos territórios e agenciamentos” (Teixeira, 2012, pp.10-1).

Eis muito resumidamente o processo que permitiu que muitos dos hotéis e pensões que antes hospedavam viajantes e prostitutas passassem a receber, ao longo dos anos 1990, *usuários* e *vendedores* de crack, que chegavam de muitos lugares e, como dito, não raro fugindo das áreas periféricas e da “guerra” entre traficantes e policiais e destes contra eles — o que sedimentou o solo espacial e social de nascimento da estigmatizada cracolândia.

Quanto a esse termo, ainda levou cerca de meia década para aparecer na imprensa. Em consulta aos acervos dos dois principais jornais da cidade, observa-se que a primeira vez que o vocábulo apareceu no diário *O Estado de S. Paulo* foi em agosto de 1995,<sup>14</sup> enquanto na *Folha de S. Paulo* a primeira menção é de maio de 1996.<sup>15</sup> Dessas primeiras aparições do termo, destaco dois pontos. Primeiro, os dois jornais utilizam a expressão “conhecida como cracolândia”, indicando que a área já estava sendo *conhecida* por esse nome, antes de este ser neles veiculado. Segundo, e o mais relevante, é que, em princípio, quando se falava da cracolândia, era, sobretudo, como “reduto de venda” (Uchoa, 1996, p.73), como “ponto de droga”, ou mesmo como local de preparação do crack — algo que pode ser corroborado em consulta à primeira pesquisa sobre a área, de Mingardi e Goulart, em 1999:

*A maioria do crack comercializado na área é preparado nas “cozinhas”, locais da região ou proximidade onde a mistura é feita numa escala maior, mais industrial. [...] temos dados que indicam que muitas delas funcionam nas proximidades, ou seja, na própria área da cracolândia, o que indica que boa parte do crack vendido nesta área é também aí preparado. Segundo entrevistas com antigos funcionários do Denarc, até poucos anos atrás praticamente todo o crack consumido era fabricado na área. [...] Com o aumento da demanda, parte do crack já é fabricado fora da área.* (Mingardi; Goulart, 2001, p. 34)

Interessante perceber que a área ficou “conhecida como cracolândia” em razão dos pontos de venda da droga e da sua preparação. Posteriormente, entretanto, tornou-se o local em que menos se apreende crack na cidade de São Paulo.<sup>16</sup> Tal movimento, observado retrospectivamente, permite indicar que é só fundamentalmente na década de 2000, especialmente na sua segunda metade, que a densa concentração de usuários nessas imediações passou a denotar “cracolândia” como lócus sobretudo de consumo, com uma configuração mais próxima à da atualmente compreendida. Só a partir daí a área ganhou

[14] Ver “Policia reforça combate a traficantes”. *O Estado de S. Paulo*, 07/08/1995.

[15] Ver “PM afirma ter recapturado 2 dos fugitivos”. *Folha de S. Paulo*, 14/05/1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/14/cotidiano/23.html>. Acesso em jun. 2014.

[16] Ver, por exemplo, “Em SP, apreensão de crack é maior longe da área da cracolândia”. *Folha de S. Paulo*, 27/6/2010.

projeção nacional e internacional, configurando-se na mais famosa territorialidade do crack no país. Em seu auge, entre 2008 e 2009, a área chegou a concentrar, durante a noite, 2 mil consumidores da droga em um quarteirão.

É verdade que muita coisa aconteceu na história criminal de São Paulo nesses vinte anos.<sup>17</sup> Para o que aqui me interessa, destaco que os deslocamentos de usuários de crack para essa região central já têm causas e justificativas diferentes das que os informaram ao longo dos anos 1990. Com a hegemonia dos ideais do PCC no tecido urbano, a possibilidade de ser morto é menor, muito menor; pois, como a literatura especializada vem indicando, um processo de “pacificação” teria se instalado nas franjas da cidade, quando ficou generalizada a ideia de que “não [se] pode mais matar” nesses espaços.<sup>18</sup>

O crack e seus consumidores, entretanto, nunca deixaram de ser negativamente valorados. Mais que a maconha e a cocaína, o crack está associado à degradação moral, à falta de controle, ao desrespeito aos laços comunitários (como roubos na vizinhança). Proscrito nas cadeias do estado, é gerido de modo estrito fora delas. A falta de controle individual e social nesse novo contexto, se não é mais punida com a morte, permanece sendo regulada. A prática de *interditar* consumidores indesejados, isto é, “não vender, não oferecer nem usar” com relação a pessoas que estão desenvolvendo usos considerados problemáticos e abusivos de drogas, causando conflitos no bairro (Biondi, 2011), é importante, a meu ver, na produção da mobilidade e na ainda maior concentração de pessoas no Centro.

Sim, porque a interdição — e esse é o ponto — também induz fluxo: uma vez interditado em uma “biqueira”, o usuário tem que procurar por outra para continuar o uso; se interditado nessa outra, procurará por uma terceira, e assim por diante; de modo que não é complicado supor que, nessa sucessão de interdições, ele facilmente pode chegar ao Centro, à cracolândia. O caminho de volta não é, contudo, simples de ser feito. Tal dispositivo é importante para sinalizar como práticas e decisões tomadas por comerciantes da droga ao longo dos anos 2000 seguem contribuindo para deslocar consumidores problemáticos de crack pela cidade. Não me parece aleatório, nesse sentido, a cracolândia se tornar questão de grande interesse público do país a partir de 2008. A oferta da droga já era imensa e talvez tenha sido o período de maior incidência das ideias do PCC nos bairros.

Desde aí situo meu trabalho etnográfico interessado, num primeiro momento, em compreender essa dinâmica territorial e oferecer descrições que se contrapõem à depreciação política e moral da região. O trabalho foi se derivando para conhecer a fundo a socialidade local e as redes de amizade, troca e afeto, indicando como esse espaço

[17] Para mais detalhes, ver Feltran (2012).

[18] Esse é também um dos temas tratados por Hirata e Grillo, neste dossiê.

funciona à semelhança da metáfora do bazar cunhada por Ruggiero e South (1997) e trabalhada também por Telles e Hirata (2007) e Telles (2009), numa dinâmica de ocupação territorial e venda da droga extremamente diferente da que se observava nas bordas da cidade.

Como descrevi com mais detalhes em Rui (2014), nas periferias urbanas, consumidores agrupam-se em barracos, em áreas distantes, longe da visibilidade de conhecidos e parentes. Nesses locais, a dinâmica de venda não ocorre de modo fracionado, apenas é realizada por meio da compra da pedra de crack inteira, com nota de papel, nada de moedas. Ao contrário, na área central, na cracolândia, extremamente visíveis, os consumidores podem a qualquer hora do dia comprar uma pedra de crack grande por dez ou quinze reais, fazer lascas dela e revendê-la por um mínimo de cinquenta centavos<sup>19</sup> — o que possibilita que o crack se torne moeda e seja utilizado para trocar, comprar e vender, com muita facilidade, sapatos, roupas, cigarros, alimentos, achados do lixo, materiais recicláveis. É assim que se configura a triste realidade do que é, sem contradição, um dos “mercados mais competitivos e fragmentados”, no qual “revendedores individuais autônomos, vivendo à beira da extinção, [operam] com margens de lucro ínfimas e incapazes de gerar qualquer superávit” (Lessing, 2008, p. 46). Na prática, essa dinâmica borra as fronteiras entre os tipos penais do traficante e do usuário de drogas. E, na prática, muitos usuários cumprem pena de prisão por traficar fragmentos de crack (Mallart; Rui, 2017).

Ainda nos dias atuais, com desdobramentos múltiplos, a cracolândia segue como um dos principais epicentros das questões sociais, urbanas e políticas do Brasil, movimentando operações policiais, serviços de saúde e de assistência social dos mais variados níveis de governo (municipal, estadual e federal — que disputam entre si o melhor “tratamento”); atores como ONGs, igrejas, ativistas, jornalistas, pesquisadores. O PCC está ali, interessado no varejo de crack, mas sabe-se muito pouco sobre a real extensão desse comércio, praticamente nada sobre seu faturamento.

Considerando a necessidade de mais estudos específicos sobre a questão, por ora assinalo a particularidade do mercado varejista de crack em São Paulo e indico o quanto conflitos entre traficantes, policiais e consumidores durante a década de 1990, assim como microdecisões de venda ou de interdição da venda em cantos variados da cidade ao longo dos anos 2000, podem se correlacionar com o deslocamento de um contingente enorme de usuários de crack. Dessa perspectiva, a cracolândia pode ser pensada como o maior polo de concentração e refugio desses sujeitos.

Em toda a sua história, muitas foram as incursões violentas que, via operações policiais espetaculares, violência cotidiana e prisão de pessoas, tentaram erradicar essa territorialidade do espaço urbano, mas o

[19] O fracionamento da droga é mais possível no mercado varejista de drogas do Rio de Janeiro do que no de São Paulo, em razão de diferenças importantes acerca de sua territorialização. Para mais detalhes sobre isso, ler o excelente artigo de Hirata e Grillo (2017), que compara as atividades de venda varejista de drogas nas duas cidades. Para o espaço deste texto, indico que o que se via na cracolândia era completamente diferente do restante da cidade de São Paulo.

ponto a notar é que ela resiste, firme, no coração da maior metrópole da América Latina. Argumento, a partir do exposto, que ela resiste porque sua história e configuração transbordam dela mesma e se conectam à história urbana e do mercado criminal do crack na cidade de São Paulo. Tendo a circulação gerida também pelos mercados ilícitos, muitos consumidores da droga, mesmo em contexto de grande intervenção policial, realmente não têm como sair dessa localização.

No Rio de Janeiro, é interessante pensar como o tema do crack se torna público nos anos de 2012 e 2013, quando centenas de usuários foram vistos zanzando pela avenida Brasil. Aqui, a história se conecta à das intervenções na então cidade-sede de grandes eventos esportivos — Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíada (2016) —, à implantação da então política-modelo de policiamento comunitário, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs),<sup>20</sup> às obras urbanísticas que se espalharam a toda a velocidade pela cidade desde então. E, como não poderia deixar de ser, a relação entre isso tudo e a dinâmica das facções cariocas.

Segundo Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013), essa visibilidade se inicia com a ocupação militar do Complexo do Alemão em dezembro de 2010, que teria produzido um inchaço no número de usuários de crack nas cenas de consumo de Jacarezinho e Mangueiras. Os constantes conflitos entre os consumidores da droga e o tráfico chegaram inclusive a culminar na interrupção da venda de crack no local, justificada pelos traficantes em razão das correntes intervenções policiais que os “cracudos” atraíam. Com a efetiva implantação da UPP no local em outubro de 2012, a situação explodiu na avenida Brasil.

Assim, expulsos de regiões em que se iniciou o processo de “pacificação” e travando tensas relações com os traficantes, os consumidores da droga, errantes pela avenida, apareceram à cidade, à imprensa, ao país. Deslocados, ao mesmo tempo que tentavam se esquivar das ações de recolhimento compulsório da Prefeitura do Rio, reiniciaram seus “esforços territorializantes” (Frúgoli Jr.; Cavalcanti, 2013) por canteiros, tapumes, arredores e calçadas da avenida Brasil e de determinadas áreas do Complexo da Maré, na extensão entre o Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda e o Parque Maré.<sup>21</sup> Tanta visibilidade induziu ações do poder público, reclamações mil dos moradores e motoristas e precisou ser minimizada.

O interessante dessa história, que presenciei, é que foi acordado entre a associação dos moradores, o CV e usuários que estes deixassem a avenida Brasil e passassem a ocupar uma esquina da favela, a fim de fazer diminuir as incursões policiais. O lugar para onde foram levados era uma área liminar, estruturada de antigos depósitos industriais e apartada das áreas residenciais e das ruas comerciais. Inicialmente, a cena de uso constituía-se de não mais que quinze

[20] Para análises críticas sobre as UPPs, ver Machado da Silva (2010), Barbosa (2012) e o “Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora-Cevis”, organizado por Machado da Silva e Leite (2014; 2015). O trabalho mais consistente e de longa duração sobre as UPPs é o de Palloma Menezes (2015).

[21] Importante notar, portanto, que a pesquisa não se estende a toda a Maré, considerada o maior complexo de favelas (dezesseis) do Rio de Janeiro, com uma população de aproximadamente 130 mil habitantes. Um morador uma vez atentou para o fato de que “a Maré é uma invenção para os de fora, quem mora aqui fala que é do Parque União, de Nova Holanda, da Baixa do Sapateiro”.

barracos de lona preta que abrigavam os consumidores, muitos dos quais não eram da Maré. Eles ficavam por ali apenas durante o dia, mas voltavam para a avenida durante a noite, já que a esquina ficava exatamente na divisa estabelecida internamente como demarcação entre o CV e o Terceiro Comando (TC).

Acompanhar o local etnograficamente ao longo dos anos de 2014 e 2015 possibilitou-me verificar a passagem de uma situação em que os usuários de crack estavam instáveis em barracos frágeis de lona, bastante castigados em dias de chuva, permanecendo na esquina durante o dia, mas deslocando-se para a rua Sete de Março e para a avenida Brasil todas as noites, para uma fixação que foi se intensificando e se estruturando, especialmente depois da entrada do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), em 30 de março,<sup>22</sup> e, posteriormente, do Exército, ambos “forças” instrumentais ao processo embrionário, mas nunca efetivado, de “pacificar” a Maré.

Embora num primeiro momento tenha havido certo temor em relação ao que aconteceria com os usuários durante a presença do Exército — eles, inclusive, esperavam pelo pior e há relatos de que muitos nesse período voltaram a Manguinhos e Jacarezinho (já em situação menos conflituosa) —, o fato concreto é que, também em razão de negociação com a associação de moradores e a ONG Redes da Maré, eles não foram importunados. A presença das “forças de pacificação”, ao contrário, cooperou para a fixação dessa cena de uso, na medida em que, sobretudo, provocou a diminuição dos confrontos entre o CV e o TC nessa zona de fronteira. Desse modo, o ponto a ser destacado é que a “pacificação” empreendida pelo Estado ao atuar sobre o conflito entre facções, nesse caso, colaborou para territorializar os usuários de crack nessa esquina.

Ao longo de todo o ano de 2014, os barracos de lona preta foram dando lugar a barracos fixos de madeira, decorados com móveis e providos de energia elétrica, que alimentava frigobares, televisores e aparelhos de rádio e DVD. As principais formas de ganho que tais usuários desenvolveram ali se concentraram em “garimpar” latinhas de alumínio e recicláveis, consertar peças quebradas, prestar pequenos serviços para moradores e roubar fora da Maré. Embora tenha me dito que todas as “bocas” na Maré vendiam crack (confirmando a rentabilidade do negócio), o presidente da associação de moradores tinha claro que, “quando o tráfico quiser, acaba a cracolândia”.

Mais fortalecida territorialmente, a manutenção da “comunidade” criada era, entretanto, constituída de um equilíbrio precário. Alguns conflitos ficaram mais evidentes ao longo do estudo. Certa vez, uma das minhas interlocutoras estava com as pernas bastante machucadas. A versão inicial que me deu foi que tinha ido cobrar a dívida de uma mulher e o filho desta interveio. Disse que, quando deu as costas,

[22] Uma instigante descrição dessa ocupação pode ser lida em Barnes (2014).

ele pegou um pedaço de madeira e bateu com força em suas pernas — a perna esquerda especialmente, em que ele teria batido “mais de quatro vezes”, estava muito inchada. Perguntei se ninguém a havia protegido, ela disse que até tentaram, mas que o filho da mulher “era bandido”. Ao meu ouvido, contudo, disse, baixo, que no fundo estava com muita vergonha, porque, se a vissem machucada daquele jeito, poderiam pensar que ela tinha feito algo errado. Evitou a rua durante todo o período de recuperação. Em outra ocasião, uma usuária teve os dedos da mão quebrados, acusada de uma tentativa de roubo na Maré. Conversei com sua mãe, moradora da Nova Holanda, e ela estava bastante preocupada, dividida entre as responsabilidades do trabalho e as idas ao hospital para visitar a filha nos dias seguintes ao ocorrido. Tais conflitos mostram a gerência total à qual estão sujeitos esses usuários.

Com efeito, foi a criação de uma cena de consumo mais fixada que fez emergir ações assistenciais e sanitárias do Estado. Além disso, entre janeiro e julho de 2015, um novo momento se demarca a partir da efetiva consolidação do interesse da ONG Redes da Maré pelo local. Em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e o Núcleo Interdisciplinar de Ação e Cidadania (NIAC/UFRJ), com apoio financeiro da Open Society Foundation (OSF), uma equipe da ONG passa a atuar diretamente no local, inicialmente fazendo um levantamento da população fixada e, com o transcorrer das atividades, oferecendo oficinas de fotografia e um cineclube aos usuários da droga.<sup>23</sup> Produzindo conhecimento mais qualificado sobre o local, o levantamento realizado enumera que, no ano de 2015, havia cerca de setenta moradores fixos, distribuídos em dezesseis barracos. Observa também que não há possibilidade de expansão dessa cena de consumo e que o “direito à moradia” é regulado, mas que há certa rotatividade de pessoas chegando e saindo.

A constatação de que não eram mais muitos os usuários de crack no local e de que a maior parte deles estava já bastante fixada, sem causar um grande problema de visibilidade para a cidade ou de conflito no interior da Maré, era em certa medida partilhada pelos serviços públicos. Tal fixação “pacífica” e “controlada” veio acompanhada da percepção, expressa por um dos membros da equipe da ONG, de que os usuários foram sendo como que abandonados por tais serviços, que teriam voltado a atenção para outras cenas de uso e para outros casos politicamente mais “urgentes”. Como vem fazendo há anos no governo das populações pobres, o Estado parece bem saber calcular a hora de reprimir, de comparecer e criar serviços de atenção e depois de praticamente desaparecer. Os que permanecem nessa esquina, os que realizam o trabalho de acompanhamento, entretanto, operam a partir do já tacitamente sabido: “Quando o tráfico quiser, acaba a cracolândia”.

[23] Ver Redes da Maré e CESeC (2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi propósito deste texto esboçar, a partir de duas histórias urbanas específicas, possíveis correlações entre mercado de crack e história criminal, aludindo, com isso, à produção de deslocamentos de usuários da droga, sempre seguidos de reterritorializações e zonas de concentração e refugio.

No caso de São Paulo, em que apenas uma única facção criminal detém hegemonia, as dinâmicas varejistas de drogas e os fluxos que elas induzem acabaram por conformar um ponto de territorialização muito central do crack. Aglutinando centenas de pessoas que, realmente, não têm para onde ir, sobretudo porque não têm para onde “voltar”, elas são resignadas a permanecer, mesmo em situações de extrema violência e perseguição policial. Ali, movimentam causas, recursos, saberes, dizeres, terapêuticas, muita droga e muito dinheiro. É gente demais que vive assim, deslocada e refugiada na cracolândia paulistana.

O caso do Rio de Janeiro, por sua vez, apresenta outra reflexão: disputas mais acentuadas entre Estado e facções deslocam usuários de crack pela cidade sem a conformação, por excelência, de um ponto de concentração. Presenciei uma tentativa bem pequena disso, ao etnografar a produção de um fenômeno de acomodação e territorialização invisibilizada ao público no interior da Maré, permitida, entretanto, a uma quantidade bastante delimitada de pessoas, com o Comando Vermelho gerindo os conflitos. É menos gente que consegue viver assim, fixada e estritamente regulada.

São, portanto, duas histórias urbanas e criminais, duas formas possíveis de dinâmicas mercantis que parecem refletir territorializações do crack bastante distintas. Da cracolândia mais visibilizada do país, em São Paulo, a um exemplo miúdo do que se passa em muitas “favelas e cracolândias que ninguém vê”,<sup>24</sup> na cidade do Rio de Janeiro, estão expostos alguns eixos empíricos que, me parece, auxiliam a pensar conjuntamente dinâmicas de varejo e produção de territórios de consumo.

---

TANIELE RUI [<https://orcid.org/0000-0002-2404-3959>], professora do departamento de antropologia da Universidade Estadual de Campinas, é autora do livro *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção* (Terceiro Nome, 2014).

[24] Ver: <https://oglobo.globo.com/opiniao/favelas-cracolandias-que-ninguem-ve-12751986>.

---

Recebido para publicação  
em 6 de maio de 2019.

---

Aprovado para publicação  
em 7 de outubro de 2019.

---

### NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

115, set.–dez. 2019  
pp. 573-588

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agar, Michael. "The Story of Crack: Towards a Theory of Illicit Drug Trends". *Addiction Research and Theory*, v. 11, n. 1, pp. 3-29, 2003.
- Aquino, Jania; Hirata, Daniel. "Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* — BIB, v. 84, pp. 107-47, 2018.
- Arias, Desmond. "The Dynamics of Criminal Governance: Networks and Social Order in Rio de Janeiro". *Journal of Latin American Studies*, v. 38, n. 2, pp. 293-325, 2006.
- Barbosa, Antônio Rafael. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1998.
- \_\_\_\_\_. "Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, 2012.
- Barnes, Nicholas. "Rio de Janeiro's BOPE and Police Pacification: Fear and Intimidation in Complexo da Maré". *Anthropoliteia*, 06/06/2014. Disponível em: <http://anthropoliteia.net/2014/06/06/rio-de-janeiros-bope-and-police-pacification-fear-and-intimidation-in-complexo-da-mare/>. Acesso em: 15/10/2019.
- Biondi, Karina. "Consumo de drogas na Política do PCC". *Coletivo DAR*, 14/03/2011. Disponível em: <http://coletivo-dar.org/cartas-na-mesa-consumo-de-drogas-na-politica-do-pcc/>. Acesso em: 15/10/2019.
- \_\_\_\_\_. *Sharing This Walk: An Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.
- Brandão, Beatriz. "Usos do crack na cidade: antropologizando sinais do corpo". *Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia*. Maceió: Edufal, 2015.
- Dias, Camila Nunes. "Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos". *Dilemas*, v. 2, n. 4, pp. 83-105, 2009.
- Feltran, Gabriel. "Crime que produz governo, governo que produz crime". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, pp. 232-55, 2012.
- Fiocruz. *Pesquisa nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Org. de Francisco Inácio Bastos e Neilane Bertoni. Rio de Janeiro: ICICT/Fiocruz, 2014.
- Frúgoli Jr., Heitor; Cavalcanti, Mariana. "Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e Rio de Janeiro". *Anuário Antropológico* 2012, v. 38, n. 2, 2013.
- Grillo, Carolina C. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (doutorado em ciências humanas) — IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- Hirata, Daniel; Grillo, Carolina. "Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro". *Tempo Social*, v. 29, n. 2, pp. 75-98, 2017.
- Lessing, Benjamin. "As facções cariocas em perspectiva comparativa". *Novos Estudos Cebrap*, n. 80, pp. 43-62, 2008.
- Lund, Katia; Moreira Salles, João. *Notícias de uma guerra particular*. Documentário, 1999 (cor, 57 min).
- Machado, Máira; Machado, Marta (orgs.). *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos depois*. São Paulo: FGV Direito, 2015.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. "Afinal, qual é a das UPPs?". Observatório das Metrópoles, mar. 2010. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/artigo_machado_UPPs.pdf). Acesso em: 15/10/2019.
- Machado da Silva, Luiz Antonio; Leite, Márcia (orgs.). "Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora-Cevis". *Dilemas*, v. 7, n. 4, 2014; v. 8, n. 1, 2015.
- Mallart, Fábio; Rui, Taniele. "Cadeia ping-pong entre o dentro e o fora das muralhas". *Ponto Urbe*, n. 21, 2017.
- Mallart, Fábio et al. "Fazer sumir: políticas de combate à cracolândia". *Le Monde Diplomatique*, 11/07/2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/fazer-sumir-politicas-de-combate-a-cracolandia/>. Acesso em: 15/10/2019.
- Manso, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em São Paulo entre 1960 e 2012*. Tese (doutorado em ciência política) — FFLCH-USP, São Paulo, 2012.
- Menezes, Palloma. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Tese (doutorado em sociologia) — IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2015.
- Mingardi, Guaracy; Goulart, Sandra. "As drogas ilícitas em São Paulo: o caso da cracolândia". *Revista do Ilanud*, n. 15, 2001.
- Misse, Michel. "O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência". In: Baptista, Marcos et al. (orgs.). *Drogas e pós-modernidade*. v. 2. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro". *Le Monde Diplomatique Brasil*, jul. 2011.
- Oliveira, Cecília; Eiras, Yuri. "O fim de uma facção". *The Intercept Brasil*, 13/12/2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/13/o-fim-de-uma-facao/>. Acesso em: 22/03/2019.
- Park, Robert. "The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment". *American Journal of Sociology*, v. 20, n. 5, pp. 577-612, 1915.
- Redes da Maré; CESEC. "Meu nome não é cracudo: a cena aberta de consumo de drogas da rua Flávia Farnese, na Maré, Rio de Janeiro". *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 22, 2016.
- Reinarman, Craig; Levine, Harry. "The Crack Attack: Politics and Media in the Crack Scare". In: Reinarman, Craig; Levine, Harry (orgs.). *Crack in America: Demon Drugs and Social Justice*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1997.

- Rosales, Kristina; Barnes, Taylor. "New Jack Rio". *Foreign Policy*, 14/09/2011. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/09/14/new-jack-rio/>. Acesso em: 11/03/2016.
- Ruggiero, Vincenzo; South, Nigel. "The Late Modern City as a Bazaar: Drug Market, Illegal Enterprise and the Barricades". *The British Journal of Sociology*, v. 48, n. 1, pp. 54-70, 1997.
- Rui, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- Teixeira, Alessandra. "Economias criminais urbanas e gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo". Paper apresentado no 36º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 2012.
- Telles, Vera. "Ilegalismos urbanos e a cidade". *Novos Estudos Cebrap*, n. 84, pp. 153-73, jul. 2009.
- \_\_\_\_\_; Hirata, Daniel. "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007.
- Uchoa, Marcos. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Ática, 1996.
- Veríssimo, Marcos. "Quem são os 'cracudos'? Apontamentos para o estudo antropológico de um 'problema social'". *Dilemas*, v. 8, n. 2, 2015.



# 54 anos

dedicados à educação

CADERNOS DE PESQUISA (CP)  
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (EAE)  
e TEXTOS FCC são publicações da FCC  
que divulgam a produção científica  
do campo educacional.

Além dessas publicações, a FCC apoia  
e financia a revista **NOVOS ESTUDOS CEBRAP.**

[fcc.org.br](http://fcc.org.br)

 **Fundação  
Carlos Chagas**



## ESPACIALIZANDO A PRISÃO

### A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030003>

RAFAEL GODOI\*

FÁBIO ARAÚJO\*\*

FÁBIO MALLART\*\*\*

#### RESUMO

Se o parque penitenciário paulista se caracteriza pela dispersão de unidades pelo interior do estado, no Rio de Janeiro a maioria das prisões concentra-se em um único bairro da capital. Neste artigo, contrastamos esses arranjos heterogêneos, perseguindo diferenças e ressonâncias, e procurando jogar luz sobre as condições de possibilidade que sustentam a atual e reiterada aposta governamental na segregação carcerária.

**PALAVRAS-CHAVE:** *prisão; São Paulo; Rio de Janeiro; espaços urbanos*

#### Spatializing the Prison: the Shaping of the Penitentiary Parks in São Paulo and Rio de Janeiro

#### ABSTRACT

While the São Paulo penitentiary park is characterized by the dispersion of units throughout the state, in Rio de Janeiro most prisons are concentrated in a single neighborhood of the capital. In this article we contrast these heterogeneous arrangements, pursuing differences and resonances, and seeking to shed light on the conditions of possibility that underpin the current and repeated governmental bet on prison segregation.

**KEYWORDS:** *prison; São Paulo; Rio de Janeiro; urban spaces*

[\*] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [godoirafa@gmail.com](mailto:godoirafa@gmail.com)

[\*\*] Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [fabioaraujoster@gmail.com](mailto:fabioaraujoster@gmail.com)

[\*\*\*] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: [mallart82@yahoo.com.br](mailto:mallart82@yahoo.com.br)

#### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o campo dos estudos prisionais vem passando por reconfigurações. Para além do paradigma estabelecido em torno de conceitos como “comunidade prisional” e “instituição total”, ganha espaço um conjunto de pesquisas que tematizam formas de conexão entre o intra e o extramuros, entre a instituição e o seu entorno (Cunha, 2014; Combessie, 1996). Também no Brasil, estudos recentes vêm explorando as formas pelas quais a prisão se articula com outros territórios e dinâmicas (Barbosa, 2005; Godoi, 2017). Todavia, no âmbito das políticas penais, bem como no senso comum, a prisão insiste em figurar como “mundo

à parte”, como espaço “fechado” que tem o poder de neutralizar os que encerra. A ideia de que, pela segregação que promove, “a prisão funciona” como forma eficaz de controle do crime é um dos pilares da racionalidade governamental contemporânea que, em seus efeitos, gerou, de norte a sul, o chamado processo de massificação do encarceramento (Garland, 2001).

Tomamos como ponto de partida o artigo de Ferguson e Gupta (2002), que postulam a análise das formas de espacialização do Estado como uma via profícua para a compreensão da governamentalidade neoliberal. Segundo os autores, mesmo num momento histórico marcado pela profusão de fluxos e agências transnacionais de natureza diversa, também por reiterados programas de “redução do Estado”, a figuração de um Estado verticalizado e englobante — que, ao mesmo tempo, está acima e abarca uma “sociedade civil” — não deve ser considerada como representação ideológica, no limite, falsa. Ela é construída e sustentada por um conjunto de discursos e práticas passíveis de observação e análise. O estudo dos modos pelos quais o Estado se espacializa, como ele se instancia nos territórios através de documentos, edifícios e agentes, é um atalho para discernir o lugar e o papel de tal instituição nas práticas de governo.

Neste trabalho, tomamos essa inspiração para analisar a prisão. Trata-se de explorar algumas das bases empíricas que sustentam a imagem da prisão como solução para todos os males, na exata medida em que afasta do convívio social um amplo contingente de “sujeitos perigosos”. Logicamente, as muralhas da prisão constituem o índice empírico mais imediato dessa segregação fundamental. No entanto, não é sobre sua materialidade e simbolismo que nos debruçaremos. Não se trata de indagar o que faz de um edifício uma prisão, mas o que faz de um território um lugar propício (ou não) ao encarceramento. Abordaremos os modos de espacialização do cárcere como “sistema”, como forma de punição que funciona no seio da sociedade. Mais do que a constituição de uma unidade delimitada por um perímetro, interessa-nos a sua distribuição diferencial pelo território em relação com outras unidades e outros espaços — daí a centralidade do processo de conformação de parques penitenciários.

Ressalte-se que enfocaremos as prisões dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, porque esses estados concentram praticamente a metade da população presa do país. Em segundo lugar, porque apresentam formas de espacialização muito distintas, senão antagônicas: enquanto o parque penitenciário paulista se caracteriza pela dispersão de unidades pelo interior, em terras cariocas boa parte das prisões concentra-se num único bairro da capital. Resta esclarecer que não se almeja uma comparação exaustiva. Antes, busca-se con-

trastar arranjos heterogêneos, perseguindo diferenças e ressonâncias, sem deixar de lançar um feixe de luz sobre as condições que sustentam a aposta no encarceramento.

### SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

O Brasil é um dos países que mais encarceram. Dados do Departamento Penitenciário Nacional demonstram que, em junho de 2016, 726.712 pessoas estavam presas em todo o território da Federação — o que corresponde a 352,6 presos por 100 mil habitantes (Depen, 2017, p. 7). Em números absolutos, a população carcerária brasileira só é menor do que a dos Estados Unidos e da China (ICPS, 2019).

Para melhor compreender os processos sociais, econômicos e políticos que produzem e sustentam esse quadro, é preciso considerar que as cifras nacionais encobrem uma realidade heterogênea. Ainda que nos últimos anos as agências federais venham assumindo crescente protagonismo na área, as mais decisivas políticas e estratégias de controle do crime ainda são produzidas pelos governos estaduais (Vasconcelos *et al.*, 2018). Ademais, é nessa escala que se definem as estruturas e as práticas de administração do sistema de justiça, não só diferentes, mas desiguais (Ipea, 2013). Finalmente, deve-se ter em vista que os territórios estaduais circunscrevem mercados criminais heterogêneos, onde se apresentam possibilidades variadas de acumulação. A escala estadual, logo, se mostra pertinente para a análise da dinâmica do encarceramento.

Dados veiculados pelo Depen (2017, p. 8) apontam São Paulo como o estado que conta com a maior população penitenciária do país: 240.061 encarcerados — o correspondente a 33% do contingente brasileiro. O Rio de Janeiro abriga 50.219 presos — cerca de 7% do total nacional. Tais dados são suficientes para mostrar a importância de uma abordagem articulada desses dois contextos, responsáveis por praticamente 40% das pessoas presas. Se os números absolutos já sugerem uma distância importante entre os aparatos carcerários desses estados, a diferença se mostra ainda mais pronunciada em termos relativos: a taxa de encarceramento verificada no estado de São Paulo é de 536,5/100 mil habitantes, enquanto no Rio de Janeiro é de 301,9/100 mil. Nesse primeiro exercício de aproximação, outra diferença é digna de nota: 31,6% dos presos de São Paulo são provisórios, enquanto, no Rio de Janeiro, o número de presos que ainda não foram julgados corresponde a 40,1% do total (Ibidem).

Segundo informações da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), São Paulo, em 2018, contava com 171 unidades pulverizadas pelo estado: 86 Penitenciárias, 44 Centros de Detenção Provisória (CDPs), 22 Centros de Ressocialização (CRs), 15 Centros de Pro-

gressão Penitenciária (CPPs), 3 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs), 1 Centro de Reabilitação Penitenciária (CRP), onde vigora o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Já a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap), no mesmo ano, reportava 52 estabelecimentos: 11 Penitenciárias, 15 Cadeias Públicas, 7 Institutos Penais, 10 Presídios, 1 Colônia Agrícola, 1 Unidade Materno-Infantil, 4 Hospitais Penais, 1 Patronato, 1 Casa do Albergado e 1 Instituto de Perícias.

A taxonomia das prisões em São Paulo parece corresponder aos regimes de reclusão previstos na legislação penal brasileira: CDPS para presos provisórios, penitenciárias para cumprimento de pena em regime fechado, CPPS para cumprimento de pena em regime semiaberto, CRS para presos considerados de baixa periculosidade, CRP para presos “problemáticos”, HCTPs para cumprimento de medida de segurança. A despeito da lei, não há em São Paulo nenhuma instalação destinada ao cumprimento de pena em regime aberto. Entretanto, a nomenclatura dessas unidades encobre uma realidade complexa. Por um lado, a mistura de detentos de diferentes estatutos legais é acentuada. É comum encontrar um número expressivo de presos condenados nos CDPS, inclusive aqueles que alcançaram o “benefício” do semiaberto. Da mesma forma, há pavilhões inteiros de penitenciárias que abrigam presos provisórios. Com efeito, o critério mais relevante que opera na distribuição dos detentos é a facção. Em São Paulo, mais de 90% das unidades são para presos vinculados, direta ou indiretamente, ao PCC; o restante é dividido entre coletivos, como o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC) e o Terceiro Comando da Capital (TCC). T tamanha desproporção provoca uma diferenciação prática entre unidades “favoráveis” e de “oposição”, que também se mostra na divisão interna entre “convívio” e “seguro” (Marques, 2014).

Já no Rio de Janeiro, a taxonomia carcerária é distinta: as Cadeias Públicas abrigariam presos provisórios; as Penitenciárias, os que cumprem pena em regime fechado; os Institutos Penais, presos em regime semiaberto; Patronato e Casa de Albergado, os que cumprem pena em regime aberto. De todo modo, segundo dados do CNJ (2016), existem presos e presas sob regime fechado em Institutos Penais; provisórios e condenados em Cadeias Públicas etc. Como em São Paulo, no Rio de Janeiro, a mistura de presos com diferentes estatutos legais é a regra. A segmentação dos espaços segundo o critério faccional também é estruturante, mas, ao contrário de São Paulo, os coletivos se distribuem por um espaço mais fragmentado, dividido entre o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP), os Amigos dos Amigos (ADA), outros coletivos menores, além de milicianos e “neutros”.

Não se devem compreender os contrastes entre os contextos prisionais paulista e carioca — em termos de unidade e fragmentação — sem considerar as dinâmicas criminais mais amplas que ultrapassam os perímetros das prisões e que capilarizam a presença e a atuação das facções nos territórios urbanos. Hirata e Grillo (2017) vêm refletindo sobre as diferenças entre CV e PCC no que concerne à estruturação do mercado varejista de drogas. Em diálogo com tais análises, sugerimos algumas marcações relevantes. No Rio de Janeiro, o pertencimento territorial de origem do preso é um dos mais estratégicos critérios para a alocação no sistema prisional: um morador de um morro “controlado” pelo CV, por exemplo, tem como destino uma prisão da facção. Em São Paulo, o território de origem não tem a mesma relevância, haja vista que o preso é alocado em uma unidade a partir de avaliações sobre a sua “caminhada” (Biondi, 2010), principalmente sobre as prisões pelas quais transitou. Trata-se de diferentes geopolíticas carcerárias, que espelham diferentes geopolíticas criminais: à fragmentação dos comandos nos morros cariocas corresponde uma fragmentação das prisões no estado. Em São Paulo, a hegemonia do PCC nas prisões se relaciona com outra forma de a facção habitar a cidade: ela não se encontra intimamente ligada a um território circunscrito, mas pulverizada por várias áreas urbanas, territorializando-se circunstancialmente.

De fato, as questões aqui esboçadas — a hegemonia do PCC em São Paulo, bem como a fragmentação das facções cariocas — são amplamente conhecidas. Entretanto, esse contraste ganha renovada significação quando colocado em perspectiva com as considerações sobre o modo como cada estado espacializa os seus sistemas punitivos.

### **PULVERIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO**

As prisões paulistas são divididas em cinco coordenadorias administrativas, cada uma responsável por diferentes porções do território: Coordenadoria da Região Metropolitana (Coremetro), Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral (CVL), Coordenadoria da Região Central (CRC), Coordenadoria da Região Noroeste (CRN) e Coordenadoria da Região Oeste (CRO). Na tabela abaixo, detalhamos a distribuição de unidades prisionais e de cidades-sede por tipo de estabelecimento e coordenadoria administrativa.

No interior mais distante do estado, sob a gestão da CRN e CRO, o número de prisões administradas por coordenadoria e a quantidade de cidades em que estão distribuídas são maiores do que nas demais áreas. Na Coremetro, a capital concentra 12 prisões, enquanto no extremo oposto, na CRO, existem apenas duas cidades com um máximo de 3 unidades: São José do Rio Preto (443 km da capital, com 408.435 habitantes),<sup>1</sup> com 1 CR feminino, 1 CPP e 1 CDP, e Lavínia (593 km,

[1] Dados populacionais do IBGE (2010).

	COREMETRO	CVL	CRC	CRN	CRO	Total
Unidades	30	19	39	43	40	171
Cidades	9	10	23	26	29	97
Penitenciárias	8	8	18	25	27	86
CDPs	17	7	8	7	5	44
CRs	0	1	10	7	4	22
CPPs	3	2	3	4	3	15
CRP	0	0	0	0	1	1
HCTPs	2	1	0	0	0	3

Elaboração nossa (informações da Coordenadoria Administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, em dezembro de 2018. Fonte: <<http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em jan. 2019).

8.782 hab.), com 3 penitenciárias masculinas. No estado de São Paulo, é possível observar dois circuitos penitenciários bem demarcados: de um lado, no território metropolitano, um circuito de Centros de Detenção Provisória; de outro, um circuito interiorizado de penitenciárias (Zomighani Jr., 2009).

No centro metropolitano, não obstante a concentração de CDPs, o parque penitenciário tende a ser mais diversificado do que no interior distante. A região metropolitana concentra Hospitais Penitenciários e unidades voltadas para o encarceramento feminino, enquanto na CRN e CRO prevalecem as penitenciárias masculinas. Mesmo no interior, há uma afinidade entre as dimensões municipais e a diversidade do parque penitenciário. Os municípios que abrigam um parque penitenciário diversificado costumam ter maiores dimensões do que aqueles que só abrigam penitenciárias. Por exemplo, os municípios de Bauru e São José do Rio Preto, polos urbanos regionais, abrigam CRs, CDPs e CPPs; municípios pequenos como Itirapina (214 km, 15.528 hab.) e Lucélia (574 km, 19.885 hab.) só possuem penitenciárias. A tabela acima juntamente com os dados detalhados permitem sugerir o ponto a reter: a ampla pulverização do sistema carcerário pelo território estadual e a constituição do interior distante — o chamado *fundão* — como território privilegiado para o cumprimento das penas.

Já a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (Seap), ao apresentar oficialmente as unidades que compõem o sistema carcerário, as reparte em três categorias: Unidades Prisionais do Complexo de Gericinó; Unidades Prisionais da Grande Niterói e Norte/Noroeste; e Unidades Prisionais do Grande Rio. Na tabela

abaixo, detalhamos a distribuição de unidades prisionais e cidades-sede por tipo de estabelecimento e categoria.

Praticamente a metade do sistema carcerário do estado do Rio de Janeiro se concentra no Complexo Prisional de Gericinó, diante da Vila Kennedy, em Bangu, zona oeste da capital. O Complexo se encontra atrás de um batalhão da Polícia Militar, entre uma reserva ambiental, um aterro sanitário e um campo de treinamento militar, abrigando 10 das 11 Penitenciárias fluminenses, 3 dos 7 Institutos Penais e 3 dos 4 Hospitais Penais do estado, constituindo-se como o território privilegiado para o cumprimento de penas e medidas de segurança. A cidade do Rio de Janeiro abriga outras 8 unidades: 1 Casa de Albergado, 1 Instituto de Perícias, 1 Patronato, 2 Institutos Penais e 3 Presídios. Portanto, 33 das 52 unidades se concentram na capital. A maior parte das unidades restantes localiza-se na região metropolitana: o município de Japeri (a 70 km da capital, 95.492 hab.) dispõe de 1 Cadeia Pública e 2 Presídios; Magé (50 km, 227.322 hab.) abriga 2 Cadeias Públicas e 1 Colônia Agrícola; São Gonçalo (25 km, 999.728 hab.) possui 2 Cadeias Públicas;

	Complexo de Gericinó	Grande Niterói e Norte/Noroeste	Grande Rio	Total
<b>Unidades</b>	25	14	13	52
<b>Cidades</b>	1	5*	4**	9***
<b>Penitenciárias</b>	10	1	0	11
<b>Cadeias Públicas</b>	6	6	3	15
<b>Institutos Penais</b>	3	2	2	7
<b>Presídios</b>	2	3	5	10
<b>Hospitais Penais</b>	3	1	0	4
<b>Outros</b>	1****	1*****	3*****	5

Elaboração nossa (informações da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, em dezembro de 2018. Fonte: <<http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=473780>>. Acesso em jan. 2019).

\* Embora Magé se localize no Grande Rio, a Seap dispõe as unidades que ficam nesse município ao lado das que ficam em Niterói, São Gonçalo, Campos dos Goytacazes e Itaperuna.

\*\* Além de Japeri e da própria capital, a Seap inclui entre as Unidades Prisionais do Grande Rio as que se situam em municípios distantes como Volta Redonda e Resende, no sul do estado.

\*\*\* O Complexo de Gericinó e algumas unidades do Grande Rio ficam na capital do estado.

\*\*\*\* Unidade Materno-Infantil.

\*\*\*\*\* Colônia Agrícola.

\*\*\*\*\* Casa do Albergado, Patronato e Instituto de Perícias.

e Niterói (15 km, 487.562 hab.) abriga 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, 1 Cadeia Pública, 1 Penitenciária e 2 Institutos Penais. As unidades situadas no interior se dividem em 4 municípios: no norte, Campos dos Goytacazes (275 km, 463.731 hab.) possui 1 Cadeia Pública e 2 Presídios; ao seu lado, Itaperuna (313 km, 95.841 hab.) dispõe de 1 Presídio; enquanto, no sul, há 1 Cadeia Pública em Volta Redonda (127 km, 257.803 hab.) e outra em Resende (146 km, 124.316 hab.).

A intensa concentração territorial é a marca distintiva do sistema prisional do estado do Rio de Janeiro. Sob essa concentração, é possível identificar uma lógica inversa daquela que vigora em São Paulo: as unidades mais voltadas para a prisão provisória — Presídios e Cadeias Públicas — distribuem-se em um território relativamente amplo, enquanto penitenciárias para cumprimento de pena em regime fechado estão quase todas em Gericinó. Ao contrário de São Paulo, não existem pequenas cidades abrigando unidades prisionais da Seap.

As diferentes configurações dos parques penitenciários devem ser confrontadas tendo-se em vista diferenças geográficas, demográficas e históricas. O estado do Rio de Janeiro é bem menor que São Paulo, contabiliza apenas 92 municípios, enquanto no estado vizinho há 645. Ademais, dos 15.989.929 habitantes do Rio de Janeiro, 11.835.708 — ou 74% — vivem na área metropolitana; 6.320.446 na capital. Dos 41.262.199 residentes de São Paulo, 19.683.975 — 48% — estão na região metropolitana, enquanto 11.253.503 na capital. Tais considerações ajudam a matizar as diferenças que se verificam entre os sistemas prisionais dos estados, sem anular a possibilidade de discernir estratégias de encarceramento distintas: a pulverização dos espaços de reclusão em São Paulo e a concentração no Rio de Janeiro.

A discrepância entre os modos de espacialização de cada sistema punitivo não deve obscurecer a “lógica de rejeição” (Combesse, 1996) que opera em ambos os territórios. A construção do Complexo Prisional de Gericinó num bairro afastado e de difícil acesso, ao lado de um antigo lixão, indica o lugar que o estado do Rio de Janeiro destina aos presos — tanto quanto a instalação de penitenciárias nos canaviais do interior de São Paulo. Entretanto, vale dizer que a construção de prisões em lugares afastados dos centros urbanos não é novidade.

No desenvolvimento histórico das instituições punitivas, antigas e modernas, sempre esteve presente uma forte inquietação quanto ao lugar mais apropriado para as práticas da punição (Foucault, 1999). Na deportação, no degredo, no banimento, desde os tempos coloniais, a imposição da distância já era considerada elemento estratégico. Distanciar os criminosos, temporária ou definitivamente, foi, desde

muito cedo: 1) um modo de reforçar a segurança de sociedades que se consideravam assoladas pelo crescimento da criminalidade; 2) uma maneira de modular a intensidade das penas impostas, combinando o máximo rigor com a benevolência de não matar; e 3) um meio de atender a determinados interesses econômicos e políticos das classes dominantes (Ekirch, 1985).

Na história das prisões no Brasil, a mesma lógica também operou desde muito cedo. No Rio de Janeiro, até o século XVIII, a Cadeia da Relação funcionava no térreo do Senado da Câmara, no morro do Castelo, núcleo originário da cidade. Em 1808, o edifício foi requisitado pela recém-chegada corte portuguesa e os presos foram transferidos para o Aljube, antiga prisão eclesiástica situada no sopé do morro da Conceição. Na década de 1830, escravos punidos eram detidos e açoitados no Calabouço, também situado no morro do Castelo, enquanto civis se distribuíam entre o Aljube e determinadas celas ou pavilhões de fortalezas militares da ilha de Santa Bárbara e da ilha das Cobras, na baía de Guanabara (Araújo, 2009, pp. 21-2). A Casa de Correção do Rio de Janeiro, a primeira penitenciária a se pretender moderna no país (Koerner, 2006), foi construída entre 1834 e 1850, num terreno anteriormente ocupado por uma chácara, no Catumbi, fora do perímetro urbano (Brito, 1925, p. 180). Assim se constitui a matriz do que viria a se tornar o Complexo Prisional da rua Frei Caneca. Como a insuficiência e a degradação das prisões existentes no Rio de Janeiro já eram, mais uma vez, patentes no final do século XIX, em 1894 começa a funcionar a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, em Angra dos Reis, a 150 quilômetros da capital (Santos, 2004) — elevando a outro patamar a escala de distância da punição.

Em São Paulo, a Casa de Câmara e Cadeia, que desde 1787 funcionava em plena urbe — no antigo Largo de São Gonçalo, atual praça Dr. João Mendes — foi substituída, em 1852, pela Casa de Correção de São Paulo, construída na avenida Tiradentes. Naquela época, a cidade não passava do vale do Anhangabaú, de modo que a prisão também se encontrava fora do perímetro urbano. Após a explosão demográfica da virada do século, quando as autoridades locais foram escolher a área para a construção da Penitenciária do Estado, raciocinaram da mesma forma, optando por um terreno mais afastado, do outro lado do rio Tietê, no Carandiru. Quando inaugurada — em 1920 — a Penitenciária do Estado também se encontrava concreta e simbolicamente distante do perímetro urbano. Vale ressaltar ainda que, em 1907, o estado de São Paulo inaugura a sua própria prisão insular, a Colônia Correccional da Ilha dos Porcos, em Ubatuba, a mais de 200 quilômetros da capital (Salla, 1999).

Três movimentos, a partir dos anos 1980, conduziram os parques penitenciários de São Paulo e do Rio de Janeiro às atuais figurações: a política continuada de expansão de vagas; o longo processo de desativação e substituição de antigas unidades; e a responsabilização dos órgãos de administração penitenciária pela custódia de presos provisórios, anteriormente alocados em carceragens de delegacias. Como esses movimentos estão relacionados, precisam ser abordados em conjunto. Embora os três se verifiquem nos contextos estudados, é certo que a política de expansão de vagas foi mais saliente em São Paulo do que no Rio, enquanto as desativações e substituições parecem mais decisivas em terras cariocas. Já a transferência de competência sobre a custódia dos presos provisórios foi fundamental nos dois contextos.

Embora Bangu já contasse com cinco unidades, o ano de 1988 marca a consolidação da sua efetiva conversão em um “complexo”. Nesse ano, o governador Moreira Franco (1987-91) inaugurou a primeira unidade de segurança máxima do país: Bangu 1. Como se sabe, nesse período as facções já eram realidade no sistema carcerário carioca. O CV, cuja origem remete ao final dos anos 1970, já atuava no mercado de drogas e disputava territórios, nas prisões e favelas, com o arquirrival Terceiro Comando (TC). Bangu 1 nasce como promessa de neutralização dos “chefões do crime organizado”. Sua criação assinala uma inflexão na política penitenciária estadual. São conhecidas as tentativas da gestão anterior, do governador Leonel Brizola (1983-87), de democratizar o espaço prisional e respeitar direitos humanos, seja nas prisões ou nas favelas. Também já foram debatidas as alegadas consequências dessas orientações para o fortalecimento do “crime organizado” (Coelho, 2005). Bangu 1 aparece como a concretização de uma nova abordagem governamental sobre o problema carcerário, que toma a repressão como tônica geral e o “crime organizado” como tema central.

A segunda gestão Brizola (1991-94) — em boa medida pautada pelos mesmos ideais da primeira — não pôde reverter esse quadro. Duas foram as suas principais contribuições à atual conformação do parque penitenciário carioca: a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, e a construção da Penitenciária Alfredo Tranjan (Bangu 2), ambas em 1994. Lemgruber, então diretora do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), relata os bastidores da elaboração e execução do plano de desativação e demolição do presídio da Ilha Grande, dias antes de o governador renunciar ao cargo para concorrer à Presidência. Na ocasião, derrubar aquela centenária prisão era, sobretudo, um ato simbólico, mas também não deixava de ser uma reação pragmática aos custos econômicos e políticos de sua manutenção (Lemgruber; Paiva, 2010). A distância e o isolamento

insular dificultavam e encareciam a logística de abastecimento da unidade, além de afrouxar os controles sobre os funcionários. Casos de violações de direitos, corrupção e desvio de recursos convertiam a prisão mais num problema que numa solução. Fazia muito ela também havia deixado de figurar como a fortaleza intransponível de outrora. O presídio da Ilha Grande era o berço do CV, primeiro lugar onde a facção pôde demonstrar sua força por meio de inúmeras rebeliões, mortes e, principalmente, fugas — a mais lembrada a de Escadinha, de helicóptero, em 1985. A inauguração de Bangu 2, já sob a gestão do vice-governador Nilo Batista, demonstra que, àquela altura, nenhum gestor poderia se furtar ao imperativo de oferecer respostas “duras” ao “crime organizado”.

As políticas de expansão de vagas e de concentração penitenciária em Bangu foram reforçadas nas gestões seguintes. O governador Marcelo Allencar (1995-98) inaugurou, em 1997, a Penitenciária Serrano Neves (Bangu 3) e deu início à construção da Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho (Bangu 4) — sob os mesmos auspícios que levaram à criação de Bangu 1 e 2: o isolamento das lideranças do “crime organizado” em ultramodernas prisões de “segurança máxima”. Em 1999, quando Bangu 4 foi inaugurada, o complexo já era sinônimo exclusivo de “tranca dura” e figurava como o principal território de encarceramento no Rio.

Todo esse período foi atravessado por fugas, rebeliões e operações de resgate em carceragens de delegacia que, espalhadas pelo território urbano, estavam sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública. Para superar esse quadro, o governador Anthony Garotinho (1999-2002) propôs o programa Delegacia Legal (Caldeira, 2013) que, entre outras medidas, previa a desativação de carceragens e a construção de Casas de Custódia sob a responsabilidade do Desipe. Garotinho encaminhou a construção, sob regime de urgência, de 11 unidades — inauguradas entre 2000 e 2004. Dessas 11 novas Casas de Custódia, 5 foram abertas em Bangu, 3 no interior, 2 na região metropolitana e 1 em Benfica, na capital.

A governadora Rosinha Garotinho (2003-06) não só procurou concluir as obras de seu antecessor, como realizou outras — por exemplo, a construção da Penitenciária Pedrolino Werling de Oliveira, inaugurada em Bangu, em 2006. Foi também responsável pela criação da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap), extinguindo o Desipe e desvinculando a administração penitenciária da Secretaria de Justiça. Mais do que empreender uma política de expansão de vagas, a governadora iniciou o processo de reconfiguração do parque penitenciário, através da reacomodação de prisões inteiras. No correr do processo foi diminuindo a importância relativa do Complexo Prisional da rua Frei Caneca, até a sua extinção. Em 2003, o Pre-

sídio Feminino Nelson Hungria foi a primeira prisão desse complexo a ser desativada e implodida, após outra unidade, de mesmo nome, ser inaugurada em Bangu. Em 2006, foram desativadas as penitenciárias Lemos Brito e Milton Dias Moreira, e a Casa de Custódia Romeiro Neto — substituídas por outras de mesmo nome, em Bangu, Japeri e Magé. Em 2010, sob a gestão do governador Sérgio Cabral (2007-14), foi a vez de o Presídio Hélio Gomes vir abaixo, completando o processo de desarticulação do complexo.

Desde muito cedo, a imersão das prisões da rua Frei Caneca no tecido urbano foi vista como problemática. A proximidade do morro de São Carlos, do sambódromo e da área central sempre incomodou autoridades. Em tempos de especulação imobiliária, de megaeventos e de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a permanência foi ficando insustentável. A contínua expansão do complexo de Gericinó foi a condição necessária para a sua desativação. Em seu lugar, foi construído um condomínio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Após o fim do histórico complexo — entre 2011 e 2014 — o governador Sérgio Cabral inaugurou 5 novas unidades de detenção provisória — desde 2010, chamadas de Cadeias Públicas: 2 em Bangu, 2 em São Gonçalo e 1 em Magé (Caldeira, 2013). O mandato subsequente, de Luiz Fernando Pezão (2014-2018), foi marcado por crises políticas e fiscais. No sistema carcerário, ocorreu uma única inauguração de cadeia pública, em Resende, em 2016. No período, destaca-se a transferência da Cadeia Pública José Frederico Marques, a “porta de entrada” do sistema fluminense, do Complexo de Gericinó para Benfica — dando lugar, em Bangu, à Cadeia Pública José Antônio da Costa Barros; também a cessão da Penitenciária Vieira de Ferreira Neto, em Niterói, à Polícia Militar, para o funcionamento de seu Batalhão Especial Prisional, o que gerou a conversão da Casa de Albergado Francisco Spargoli Rocha em penitenciária.

Em São Paulo, a década de 1980 também marca o início do processo de forte expansão e ampla reconfiguração do parque penitenciário. Àquela altura, já existiam diversas prisões espalhadas pelo interior, mas o maior volume de vagas e de presos ainda se concentrava no Complexo do Carandiru, na capital. Como no Rio de Janeiro, o sistema era administrado por uma agência subordinada à Secretaria de Justiça: a Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (Coespe). Como Brizola, Franco Montoro (1983-87), o primeiro governador democraticamente eleito, assumiu o poder comprometido com uma agenda de respeito aos direitos humanos e melhoria das condições de vida na prisão. Seu secretário de Justiça, José Carlos Dias, procurou promover uma “política de humanização dos presídios” (Teixeira, 2009), que previa a democratização do ambiente carcerário, algumas melhorias na infraestrutura e o combate à superlotação,

[2] Em trabalho recente, Marques (2018) oferece uma reflexão sobre os nexos históricos, sociais e epistêmicos que se estabeleceriam entre essas políticas de humanização e os efeitos da expansão carcerária em São Paulo.

através da expansão de vagas. Como no Rio, tal programa foi alvo de resistências e prontamente acusado de favorecer o “crime organizado”. Embora em São Paulo ainda não existisse algo como o CV, boatos sobre a existência de uma organização de presos chamada Serpentes Negras foram suficientes para frustrar os planos do governo (Alvarez; Salla; Dias, 2013). O fantasma do “crime organizado”, reverberando o que se passava no Rio de Janeiro, já era suficiente para pautar as políticas penitenciárias paulistas.

A saída de Dias demarcou uma inflexão no interior da própria gestão de Montoro: do programa de humanização dos presídios só restaram as políticas de expansão do sistema.<sup>2</sup> Entre 1983 e 1987, o sistema carcerário paulista cresceu 50% — de 14 a 21 unidades (Salla, 2007, p. 77). A gestão de Orestes Quércia (1987-91) intensificou esse processo. Em 1989, o parque penitenciário paulista já acumulava 28 unidades e, no ano seguinte, 37 (idem) — o que representa um crescimento acumulado de 164% na década.

Ex-secretário de Segurança Pública de Quércia, Luiz Antônio Fleury Filho foi eleito governador (1991-94) e, como uma de suas primeiras medidas, transferiu a Coespe para a pasta da Segurança Pública, sinalizando a disposição do governo para o enfrentamento com a população presa. O resultado é conhecido: a execução, pela Polícia Militar, de ao menos 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo, em 2 de outubro de 1992, no episódio que ficou conhecido como Massacre do Carandiru. O Massacre fazia explodir o problema prisional no centro da arena política e inscrevia na agenda governamental o desafio de desativar a maior unidade prisional do país — a Casa de Detenção, com capacidade para 3.250 presos, mas que abrigava mais de 6 mil (Salla, 2007, p. 77). Em 1993, Fleury criou a Secretaria de Administração Penitenciária, desvinculando-a de qualquer outra secretaria — dez anos antes de a medida ser tomada no Rio de Janeiro. No mesmo ano, o governador ensaiava as primeiras providências deliberadas para promover a desconcentração do parque penitenciário, através da Lei 8.524/93, que previa a criação de vagas prisionais num raio de cem quilômetros de distância do centro metropolitano. No final de seu governo, o estado já contava com mais 6 unidades prisionais, 3 delas alocadas na região central e 3 na região oeste.

Em 1996, o governador Mário Covas (1995-2001) assumiu publicamente, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o compromisso de desativar a Casa de Detenção; o governo federal endossou o plano, reafirmando-o em seu Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e providenciando verbas para a construção de 22 unidades (idem, p. 81). Ao término do primeiro mandato, em 1998, Covas já havia inaugurado 16 novas penitenciárias, 3 delas na RMSP, 3 na região central, 4 na região noroeste e 6 no oeste. Nesse

período, também foi desativado o antigo presídio da rua do Hipódromo, na zona leste.

Embora não tenha concluído o segundo mandato, Covas teve tempo de consolidar as bases da atual cartografia do parque penitenciário. Em 1999, inaugurou mais 3 penitenciárias no interior, 2 no extremo oeste do estado e 1 na região central. Em 2000, inaugurou um total de 11 unidades: 6 CDPs e 1 CPP na RMSP; 1 CDP e o primeiro CR na região central; e mais 2 penitenciárias na região noroeste. O crescimento do parque penitenciário na década de 1990 foi de 97%. A criação dos CDPs, preferencialmente em território metropolitano, marca um ponto de inflexão no processo de responsabilização da SAP pelos presos provisórios. Vale ressaltar a sincronia dessa medida com o Programa Delegacia Legal, no Rio de Janeiro.

Após a morte de Covas, o sistema penitenciário paulista passou, sob a gestão de Geraldo Alckmin (2001-02), pela maior e mais rápida expansão já registrada. Foram 38 novas unidades inauguradas no biênio. A região metropolitana foi contemplada com mais 3 CDPs e 1 HCTP; a região do Vale do Paraíba e litoral passou a abrigar 4 novos CDPs, 2 penitenciárias, 1 CR e 1 HCTP. A região central recebeu 6 CRs e 2 CDPs; a região noroeste, 4 CRs, 1 CDP e 2 penitenciárias; e a região oeste, 5 penitenciárias, 2 CPPs, 2 CRs, 1 CDP e 1 CRP. Sem minorar a escala da expansão, é importante salientar que tal crescimento não se deu apenas com a construção de novas unidades. Por exemplo, boa parte dos 13 CRs inaugurados já funcionava como cadeia pública ou carceragem de delegacia, de modo que a data da inauguração registra a incorporação de sua gestão à pasta da administração penitenciária — e não a edificação de novo espaço. A SAP também registra como inauguração a mudança formal da finalidade de um edifício prisional. A prisão de Parelheiros, na zona sul da capital, já foi inaugurada três vezes: em 1990 como Casa de Detenção, em 2002 como CDP, e em 2009 como penitenciária. Esse período também foi marcado pela desativação e demolição da Casa de Detenção no Carandiru, dez anos após o Massacre.

Em 1993, o PCC foi fundado no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, Vale do Paraíba, proclamando as mesmas palavras de ordem do CV — “Paz, Justiça e Liberdade”; replicando, pelo menos no primeiro momento, sua estrutura organizativa (Biondi, 2010; Dias, 2013); e estabelecendo, entre outros objetivos, a intenção de evitar “que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção” (Souza, 2007, pp. 12-3). Juntamente com o parque penitenciário, a facção se propagou pelo estado, multiplicando as ocorrências de rebeliões, fugas e ações de resgate. A existência do PCC, sua expansão e forma de atuação aumentavam a pressão pela desativação das vulneráveis carceragens de delegacias, incrustadas no tecido metropolitano. Em 2001, a primeira megarrebelião

do PCC — que contou com 29 unidades rebeladas e mais de 28 mil presos envolvidos (Salla, 2006, p. 276) — foi determinante para a retomada dos planos governamentais de desativação da Casa de Detenção — um dos epicentros do episódio — e para a intensificação da expansão prisional interiorizada que se verificou sob a gestão Alckmin. Depois desse episódio, na tentativa de isolar as lideranças da facção, diversos presos foram transferidos para unidades de estados vizinhos; foi instaurado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) em duas das mais antigas unidades do interior paulista — em Presidente Venceslau e Avaré; e, em 2002, foi inaugurado o CRP de Presidente Bernardes — a primeira prisão de “segurança máxima” do estado. A partir de então, distância, isolamento e segurança se tornaram indiscerníveis na racionalidade governamental.

Como governador eleito, Alckmin (2003-06) inaugurou mais 37 unidades, seguindo a mesma dinâmica de construções e conversões e o mesmo padrão territorial estabelecido nas gestões anteriores. Em 2003, deu início ao processo de conversão do “Cadeião de Pinheiros” nos atuais CDPs; e, em 2005, foi responsável pela conversão da histórica Penitenciária do Estado na Penitenciária Feminina de Santana (PFS) — atualmente, o maior presídio feminino da América Latina. Seu sucessor, José Serra (2007-10), foi mais “modesto”: inaugurou 9 prisões. Concluiu a conversão do “Cadeião de Pinheiros” nos 4 atuais CDPs; transformou o antigo Centro de Observação Criminológica (COC), no Carandiru, em Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário; converteu o CDP de Parelheiros em penitenciária, construiu 1 CPP na região oeste e 4 novos CDPs — 1 no litoral, 1 na região central e 2 na região noroeste. No final dos anos 2000, São Paulo já acumulava 147 unidades prisionais.

Outra vez eleito e reeleito, Alckmin (2011-18) inaugurou mais 24 unidades, todas no interior, entregando-nos o quadro que aqui analisamos. Foram construídas 1 penitenciária feminina no Vale do Paraíba; 5 penitenciárias, 2 CDPs e 1 CPP na região central; 5 penitenciárias, 4 CDPs e 1 CPP na região noroeste; e 3 CDPs e 2 penitenciárias na região oeste. Sem alterar substantivamente a configuração territorial do sistema, esse último período foi marcado por uma maior diversificação do parque penitenciário interiorano, com o aumento do número de CDPs e de unidades femininas — 5 das 13 penitenciárias construídas.

Os modos de espacialização dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro, embora divergentes, concretizam, na escala local, os efeitos de processos transnacionais, que promovem a massificação do encarceramento e caracterizam a atual governamentalidade neoliberal: o declínio do ideal ressocializador, o populismo penal, as guerras contra o crime e as drogas, as políticas de tolerância zero, as demandas por penas exemplares e retributivas, as novas ra-

cionalidades criminológicas etc. (Garland, 2005). A especificidade brasileira parece residir na centralidade que as facções assumem na constituição dos problemas que animam as decisões governamentais. Nesse sentido, as discrepâncias nos modos de espacialização de cada parque penitenciário aparecem como meios diferentes para se atingir um mesmo fim, com modulações singulares de escala de distância e de tática de isolamento.

### **CONTRASTES E RESSONÂNCIAS**

O percurso analítico até aqui realizado nos conduz a uma espécie de aporia: estamos diante de parques penitenciários contrastantes, mas cujo desenvolvimento histórico se mostra similar. Quais fatores produzem o efeito de diferenciação? Qual o denominador comum que subjaz em uma e outra cartografia? Se a história nos mostra que as diferenças são, no limite, superficiais, qual o sentido em continuar perseguindo-as?

Em primeiro lugar, ressalta-se que a pulverização do parque penitenciário paulista e a concentração do carioca resultam, sobretudo, de disposições governamentais circunstanciais, animadas pela conjuntura imediata — segundo a sucessão de “crises” prisionais; baseadas num repertório de ação restrito — a aposta no encarceramento; e limitadas pelo “estoque” territorial disponível para cada gestão. Com efeito, seja remota ou recente, a história mostra que tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro a política penitenciária é, por definição, contingente — o que não quer dizer que, a cada momento, não seja informada por determinada lógica.

No que tange às formas recentes de espacialização de cada parque penitenciário, vale considerar que a prospecção de territórios vocacionados (ou não) para o encarceramento passa por fatores de ordem econômica. Para as autoridades governamentais tais questões são tão ou mais relevantes do que as penalógicas. Em São Paulo, a instalação de prisões em pequenos municípios do interior distante foi anunciada como política de indução de desenvolvimento econômico (Sabaini, 2012; Silvestre, 2012). No Rio, também eram de ordem econômica as preocupações em torno de episódios que marcaram a história recente do parque penitenciário. A presença do Complexo Prisional na Rua Frei Caneca, no seio da cidade, depreciava o valor de mercado dos imóveis e terrenos com potencial de especulação; os planos de desativação do presídio da Ilha Grande levaram em consideração o potencial da indústria do turismo que ali se instalaria; e o desmembramento do “bairro” de Gericinó visava minorar os entraves que as instituições prisionais impõem ao desenvolvimento econômico de Bangu (Brito, 2012).

Fatores da política eleitoral também devem ser considerados: em São Paulo, a hegemonia do PSDB no governo estadual durante mais de duas décadas foi determinante para a manutenção de uma política continuada de ampliação de vagas. Em contrapartida, no Rio de Janeiro, a alternância de poder pode elucidar a relativa timidez da expansão do parque penitenciário. Não obstante, mesmo entre as diferentes gestões do PSDB em São Paulo é possível identificar ritmos diferenciados de expansão — entre Alckmin e Serra, por exemplo; e por outro lado, mesmo no Rio, é possível discernir linhas de continuidade nas políticas dos diversos governos — como a construção de penitenciárias de “segurança máxima” em Bangu. Esses são só alguns dos condicionantes possíveis dos modos de espacialização divergentes que se verificam em tais parques penitenciários. Uma pesquisa mais minuciosa sobre os processos decisórios e as negociações envolvidas em cada momento da expansão prisional certamente permitiria ampliar a relação de fatores explicativos. No entanto, percorrer essa progressão de acontecimentos não seria suficiente para apreender a lógica que informa as decisões e estabelece os limites das negociações, barganhas e acordos circunstanciais.

O mesmo raciocínio se aplica às causas remotas e constantes históricas: nem a estruturação do Complexo Prisional de Gericinó, nem o processo de expansão interiorizada do parque penitenciário paulista se explicam pela resiliente lógica de relegação que orienta as práticas punitivas desde o período colonial. Se ela é importante para compreender o papel que a distância vem desempenhando no desenvolvimento das formas de punição, não determina nem explica o mapa recente das prisões cariocas e paulistas.

A atualização dessa lógica de relegação é que precisa ser qualificada, e é nesse sentido que o estudo dos processos de espacialização nos interessa. A construção de modernas prisões distantes dos vícios da cidade, a instalação de colônias agrícolas e “prisões abertas” em áreas rurais e a proliferação de penitenciárias de “segurança máxima” são fenômenos distintos, que se desenvolvem em espaços de experiência heterogêneos, cada qual ligado a um particular horizonte de expectativas (Koselleck, 2006). Em Itirapina, interior de São Paulo, há uma enorme discrepância entre os processos de implantação e recepção de suas duas penitenciárias (Silvestre, 2012). A primeira, de 1978, começou a funcionar sem maiores turbulências; sua localização aspirava a facilitar a reabilitação dos presos via trabalho agrícola e progressiva integração à vida pacata da cidade. O espaço de experiência e o horizonte de expectativas que informavam seu processo de instalação eram mais próximos daqueles que conformaram o funcionamento das primeiras Casas de Correção, no século XIX, do que de sua unidade vizinha, vinte anos depois. A segunda, a P2 de Itirapina, inaugurada em 1998, foi

contestada por autoridades locais e por cidadãos comuns, temerosos do aumento da criminalidade, das fugas e rebeliões que marcavam os anos 1990. Sua localização foi pensada em outros termos, não como meio de facilitar a reintegração social do preso, mas de reforçar seu isolamento. Discrepância análoga se verifica em Bangu, cuja paisagem em boa medida ainda rural, nos anos 1940, mostrava-se favorável à instalação de unidades para tratamento de presos tuberculosos e para a reabilitação de mulheres presas e que, a partir de 1980, vai figurar como território de “segurança máxima” para a neutralização das forças do “crime organizado”.

Análise das atuais configurações de ambos os parques penitenciários e de seus respectivos processos de formação indica que um território se torna mais propício ao encarceramento na medida em que parece incorporar e, ao mesmo tempo, desdobrar a solidez das muralhas. Tal efeito resulta, tanto na pulverização paulista quanto na concentração carioca, de certo equacionamento entre escalas de distanciamento e táticas de isolamento. Em São Paulo, o distanciamento se impõe na escala das centenas de quilômetros e as unidades prisionais se inserem num meio absolutamente inóspito, entre pastos e plantações de cana. No Rio de Janeiro, o Complexo de Gericinó se situa nos confins da capital, a uma distância que se multiplica pela precariedade do acesso. De todo modo, a relativa proximidade do ambiente urbano parece compensada por um entorno que se mostra mais hermético: a mata fechada de uma reserva ambiental, o cordão de isolamento de um aterro sanitário, o perímetro de segurança de um campo de treinamento militar, o reforço de um batalhão da PM.

Se é certo que os parques penitenciários de São Paulo e do Rio de Janeiro se distinguem entre si, é certo também que compartilham uma mesma diferença em relação ao passado. Distinguem-se do passado quantitativamente, pela escala de encarceramento que viabilizam, e qualitativamente, em dois outros sentidos: pelo perfil das unidades construídas e o modo como a distância é figurada no interior das táticas governamentais. Durante muito tempo, o “afastado” e o “interior”, por suas qualidades rurais, eram vistos como lugares apropriados para a alocação de Casas de Correção e institutos penais agrícolas, que prometiam preparar os internos para o convívio social. O campo figurava em oposição ao urbano; desempenhava duplo papel terapêutico: de privar os condenados dos vícios da cidade, e de introduzi-los em dinâmicas sociais pacatas. A partir dos anos 1980, proliferam as prisões de regime fechado e “segurança máxima”. A distância torna-se fator que duplica a segregação das muralhas.

Em São Paulo, o campo deixa de ser qualificado por suas propriedades terapêuticas para ser apreciado em suas potencialidades securitárias; não está em relação de oposição ao urbano, mas de com-

plementaridade. Rural e urbano já não conformam unidades apartadas; são paisagens socioespaciais coextensivas (Brenner, 2013). A construção de uma unidade na área rural de um pequeno município interiorano, em vez de representar sua extração do ambiente urbano, implica uma conexão desse território com a urbanidade metropolitana. No Rio, a distância de Bangu também não evoca qualquer potencial terapêutico. A concentração de prisões no território converte elementos da paisagem metropolitana, como um aterro sanitário e uma reserva ambiental, em dispositivos de segurança, que, juntamente com o Exército e a Polícia Militar, reforçam as muralhas. O bairro distante já não se opõe ao centro da metrópole. Ao concentrar tantas prisões, é ele mesmo uma centralidade, um polo dinâmico que redesenha e desdobra o tecido metropolitano, articulando circuitos e constituindo-se como um potente conector urbano (Rui; Mallart, 2015). Nesses termos, ainda que motivados pela intenção de isolar, cada parque penitenciário, com sua figuração, gera uma particular experiência da cidade.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Exploramos a construção empírica e histórica do ideal de isolamento carcerário. O reconhecimento de que a prisão se define por seus atravessamentos (Barbosa, 2005, p. 317) não modifica o fato de que, nas representações de governantes e governados, ela segue figurando como um mecanismo de contenção e de exclusão total.

Os muros da prisão materializam e anunciam a segregação da forma mais evidente. Porém, a localização da instituição prisional também cumpre papel decisivo na concretização e na comunicação dessa segregação. A imagem da prisão-ilha, como meio apartado de seu ambiente circundante, durante tempos, foi sustentada por uma efetiva prática de insulamento. A edificação de uma moderna instituição incrustada num ambiente primitivo e natural foi a forma mais recorrente de produzir e fazer ver sua necessária alteridade.

Até recentemente, esse distanciamento compulsório e a representação do isolamento traziam consigo a promessa de um retorno. Afastar era uma forma de reaproximar aqueles que, por seus atos, se distanciaram da sociedade. No momento presente, tal promessa já não compõe o horizonte. O isolamento não só se converteu em um fim em si mesmo, como também se tornou justificável mesmo para aqueles sobre os quais não pesa mais do que uma acusação. A perda de ênfase do ideal de ressocialização por um imperativo securitário se manifesta na transição da figura do “preso comum” para o “crime organizado”, objeto central das políticas penitenciárias. A construção de unidades em áreas suficientemente distantes, a desativação de an-

tigas prisões imersas no tecido metropolitano e a progressiva transferência da custódia de suspeitos das delegacias espalhadas pela cidade para determinadas instituições especializadas em confinamento são alguns dos expedientes que — nos últimos tempos — reforçaram e propagaram a renovada figuração da prisão como um “mundo à parte”.

RAFAEL GODOI [<https://orcid.org/0000-0002-1363-6134>] é pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e bolsista PNPd-Capes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autor de *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos* (Boitempo, 2017) e coorganizador de *BR111: a rota das prisões brasileiras* (Veneta/Le Monde Diplomatique Brasil, 2017). Foi corresponsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.

FÁBIO ARAÚJO [<https://orcid.org/0000-0001-9248-8071>] é professor e pesquisador do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), e coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa Social do IFRJ. É autor de *Das técnicas de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política* (Lamparina, 2014). Foi corresponsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.

FÁBIO MALLART [<https://orcid.org/0000-0001-9033-030X>] é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos* (Terceiro Nome/Fapesp, 2014) e coorganizador de *BR111: a rota das prisões brasileiras* (Veneta/Le Monde Diplomatique Brasil, 2017). Foi corresponsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.

---

Recebido para publicação  
em 26 de abril de 2019.

---

Aprovado para publicação  
em 29 de novembro de 2019.

---

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

115, set.—dez. 2019

pp. 591-611

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvarez, Marcos; Salla, Fernando; Dias, Camila. “Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo”. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 61-82.
- Araújo, Carlos. *Cárcees imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro — seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861*. Tese de Doutorado. PPGH/Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- Barbosa, Antônio Rafael. *Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PPGAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- Biondi, Karina. *Junto e misturado*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- Brenner, Neil. “Theses on urbanization”. *Public Culture*, v. 25, n. 1, 2013, pp. 85-114.
- Brito, João. *Terras quentes reinventadas: a criação do bairro de Gericinó como parte de transformações urbanas do bairro Bangu*. Dissertação de Mestrado. PPGS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- Brito, Lemos. *Os sistemas penitenciários do Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
- Caldeira, Cesar. “A política penitenciária fluminense na era pós-Carandiru”. *Insight Inteligência*, n. 62, 2013, pp. 115-29.
- CNJ — Conselho Nacional de Justiça. *Geopresídios*. Disponível em [http://www.cnj.jus.br/inspecao\\_penal/mapa.php](http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php). Acesso em: 12/11/2016.
- Coelho, Edmundo. *A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Combessie, Philippe. *Prisons des villes et des campagnes: étude d'écologie sociale*. Québec: Les Classiques des Sciences Sociales, 1996.
- Cunha, Manuela. “The Ethnography of Prisons and Penal Confinement”. *Annual Review of Anthropology*, n. 43, 2014, pp. 217-33.
- Depen — Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização — Junho de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça, 2017.
- Dias, Camila. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- Ekirch, Roger. “Bound for America: a Profile of British Convicts Transported to the Colonies, 1718-1775”. *The William and Mary Quarterly*, v. 42, n. 2, 1985, pp. 184-200.
- Ferguson, James; Gupta, Akhil. “Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality”. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, 2002, pp. 981-1002.
- Foucault, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Garland, David (org.). *Mass Imprisonment: Social Causes and Consequences*. Londres: Sage, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La Cultura del control: crimen y orden social em la sociedade contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- Godoi, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

- Hirata, Daniel; Grillo, Carolina. "Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro". *Tempo Social*, v. 29, n. 2, 2017, pp. 75-98.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 15/05/2017.
- ICPS — Institute for Criminal Policy Research. *Highest to Lowest: Prison Population Total*. Disponível em: [http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field\\_\\_region\\_\\_taxonomy\\_\\_tid=All](http://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field__region__taxonomy__tid=All). Acesso em: 04/02/2019.
- Ipea — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*. Brasília: Ipea/Anadep, 2013.
- Koerner, Andrei. "Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do século XIX". *Lua Nova*, n. 68, 2006, pp. 205-42.
- Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- Lemgruber, Julita; Paiva, Anabela. *A dona das chaves: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- Marques, Adalton. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
- Rui, Taniele; Mallart, Fábio. "A Cracolândia, um potente conector urbano". *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 99, 2015, pp. 30-1. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-cracolandia-um-potente-conector-urbano/>.
- Sabaini, Raphael. *Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina — SP*. Dissertação de mestrado. PPGAS/Universidade de São Paulo, 2012.
- Salla, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo, Annablume, 1999.
- \_\_\_\_\_. "As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira". *Sociologias*, n. 16, 2006, pp. 274-307.
- \_\_\_\_\_. "De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1, n. 1, 2007, pp. 72-90.
- Santos, Myriam. "A prisão dos ebrios, capoeiras e vagabundos no início da era republicana". *Topoi*, v. 5, n. 8, 2004, pp. 138-69.
- SAP — Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em jan. 2019.
- Silvestre, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- Souza, Fátima. *PCC: a facção*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- Teixeira, Alessandra. *Prisões da exceção: política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2009.
- Vasconcelos, Beto; Cardozo, José Eduardo; Pereira, Marivaldo; De Vitto, Renato. "Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal". *Culturas Jurídicas*, v. 5, n. 10, 2018, pp. 1-47.
- Zomighani Jr., James. *Território ativo e esquizofrênico: prisão e pena privativa de liberdade no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. PPGGH/Universidade de São Paulo, 2009.





## ESTADO, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO BRASIL<sup>1</sup>

ARMINIO FRAGA NETO\*

<http://dx.doi.org/10.25091/S0103300201900030006>

### RESUMO

As desigualdades seguem extremas no Brasil, em termos absolutos e de oportunidades. Para avançar será necessário investir mais na área social. Recursos viriam da eliminação de subsídios e impostos regressivos e de reformas da previdência e do Estado. Essas três fontes reduziriam diretamente a desigualdade e a incerteza macroeconômica. Conclui-se que distribuir e crescer são objetivos complementares e politicamente essenciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Reformas; investimento social; desigualdade; crescimento*

### Inequality and Growth in Brazil: the Role of the State

#### ABSTRACT

Inequality remains high in Brazil, in absolute terms, and opportunities wise. In order to advance, it will be necessary to invest more in the social sphere. Resources would come from the elimination of regressive taxes and subsidies, and from social security and State reforms. These sources should also have a direct benefic impact on inequality and macro uncertainty. Thus, distribution and growth are essential and complementary goals.

**KEYWORDS:** *Reforms; social investment; inequality; growth*

[\*] Gávea Investimentos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: arminiof@uol.com.br

[1] Artigo baseado em apresentações feitas pelo autor no Agora, Brazil LAB/Princeton, Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), Casa das Garças, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), Instituto Brasileiro de Economia-Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de

As desigualdades são extremas no Brasil. Essa condição se perpetua através de uma miríade de mecanismos formais (institucionais) e informais (culturais). Não tenho aqui a pretensão de apresentar uma avaliação completa do tema.<sup>2</sup> Pretendo apenas expor alguns aspectos econômicos e sociais que diferenciam a nossa situação daquela da maioria dos países do planeta. Uma vez entendido o quadro, a chance de se viabilizar uma agenda mais eficaz de desenvolvimento aumentaria. Na essência, estou falando de se atacar o quanto antes as desigualdades para deslanchar um círculo virtuoso de crescimento inclusivo e sustentável.

Não há contradição entre os objetivos de crescer e distribuir no Brasil de hoje. O Estado arrecada mal (a tributação distorce a alocação de recursos e é regressiva), gasta mal (pois investe pouco e parte relevante dos gastos é regressiva) e sobra pouco para investir no social. Para liberar recursos, será necessário reformar mais a Previdência, reformar o Estado (em particular a parte administrativa) e promover uma relevante redução de subsídios e gastos tributários. Esses passos deveriam por si reduzir a desigualdade de renda, além de liberar recursos para usos melhores, que nos aproximariam de um ideal de igualdade de oportunidades. A seguir, os detalhes.

### I. BREVE PANO DE FUNDO E QUADRO ATUAL

Na transição de uma economia baseada na agricultura para uma movida por industrialização e urbanização, o Brasil cometeu um erro fatal: optou por e insistiu em um modelo fechado, de substituição de importações, com grande peso do Estado na produção e pouca ênfase em educação, produtividade e igualdade. As consequências dessa escolha não transpareceram por um bom tempo, pois a economia cresceu muito do pós-guerra até 1980. Durante esse período a renda *per capita* do Brasil dobrou como proporção da americana. Mas ao final da década de 1970 começaram a surgir sinais claros de que o modelo se esgotara, com destaque para a aceleração da inflação e o aumento do endividamento externo. Fragilizada, a economia não resistiu aos choques de juros e do petróleo, e desembocou na chamada década perdida (1981 a 1993), quando a renda *per capita* caiu cerca de 10%. A desigualdade da renda do trabalho medida pelo coeficiente de Gini manteve-se alta durante todo esse período, como mostra o Gráfico 1.<sup>3</sup>

Na década de 1990, a partir da promulgação da Constituição de 1988, foram plantadas as bases para as reduções da pobreza e da desigualdade, que viriam a ocorrer sobretudo a partir de 2001. Os mais pobres se beneficiaram da queda da inflação e das políticas sociais de FHC, turbinadas por Lula em seus dois mandatos. Exemplos incluem programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, aumentos no salário mínimo, a universalização do ensino fundamental e melhorias relevantes em indicadores da saúde.

Os ganhos foram relevantes, embora hoje saibamos que menores do que se imaginava à época, por duas razões. Em primeiro lugar, estudos de Marcelo Medeiros e Fábio A. Castro (2018)<sup>4</sup> e Pedro H. de Souza (2016) usando dados do imposto de renda demonstraram que a fatia da renda dos mais ricos era bem superior àquela estimada a partir das pesquisas domiciliares. Mostram também que essa fatia vem se mantendo alta e relativamente estável há décadas. E, finalmente, recalculam o coeficiente de Gini a partir dos novos dados, chegando

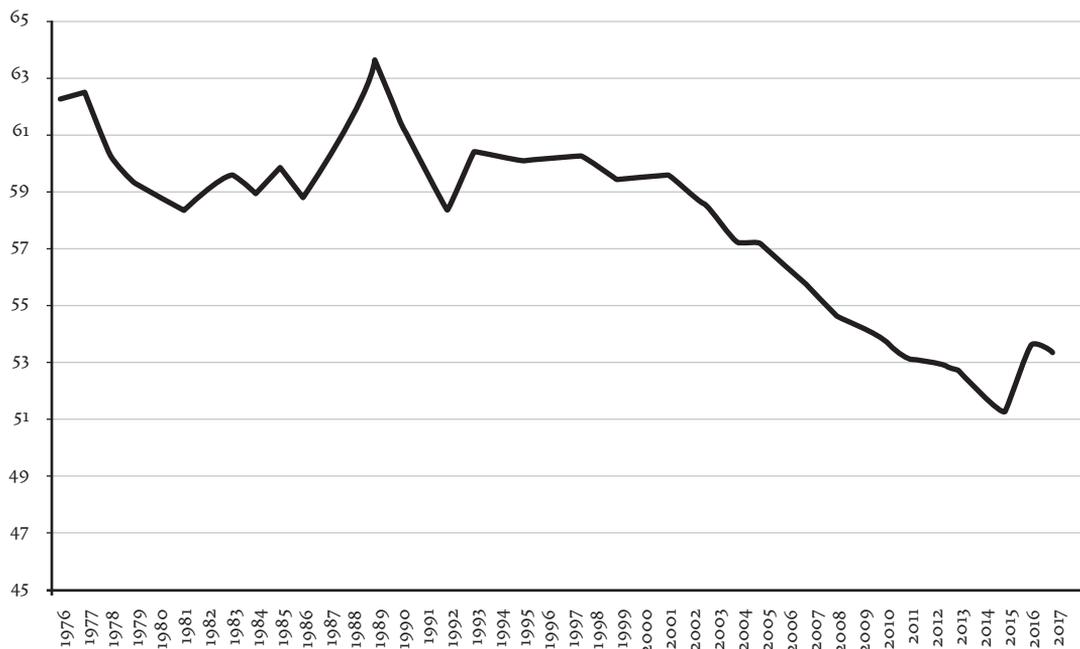
São Paulo (FEA/USP). O autor agradece as críticas e sugestões detalhadas do parecerista e as de Angela Alonso, Edward Amadeo, Marta Arretche, Edmar Bacha, Pedro Bodin, Laura Carvalho, Mainá Celidonio, Paulo Costa, Sergio Fausto, Miguel Foguel, Pompeu Hoffman, Miguel Lago, Marcos Lisboa, Marcelo Medeiros, Rudi Rocha, Rozane Siqueira, Paulo Tafner e Rogério Werneck. Opiniões e erros são de responsabilidade do autor.

[2] Para um tratamento conceitual, vale ler Tilly (1998).

[3] Exemplo para se entender o que significa o coeficiente de Gini: um caso em que os 20% mais ricos detêm 80% da renda corresponde a um Gini de 60 ou mais.

[4] Ver Medeiros e Castro (2018) e referências lá citadas.

GRÁFICO I  
Gini Index



Fonte: Banco Mundial.

[5] Como ilustrado pela Figura 42 em Souza (2016).

[6] Ver, por exemplo, Lustig (2016) e referências lá citadas.

[7] Agradeço a Paulo Tafner por esses dados. Uma análise mais completa pode ser encontrada em Mahlmeister et al. (2019).

à conclusão de que a desigualdade passou a cair muito lentamente a partir de 2006.<sup>5</sup> Em segundo lugar, a desigualdade vem aumentando desde 2015, em função de uma recuperação lenta e desigual da forte recessão observada a partir de 2014.

Em direção contrária vão abordagens que levam em conta o impacto distributivo de gastos públicos em áreas como saúde e educação. Os trabalhos de Nora Lustig para a América Latina sugerem impacto positivo, sobretudo na área da saúde.<sup>6</sup> Esse impacto aponta da direção de oportunidades para a política pública, mas nem de longe elimina a necessidade de se fazer mais a respeito da desigualdade.

Além da desigualdade persistente, há que se ter em mente também a relevante falta de mobilidade entre estratos de renda. Esse é um aspecto importante da desigualdade. No caso brasileiro o problema fica claro quando se analisa o quanto a escolaridade do filho está condicionada à escolaridade do pai. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, cerca de dois terços dos filhos de pai sem instrução permanecem sem instrução ou não completam o ensino fundamental. Esse número é melhor do que os 87% de 1996, mas segue bastante elevado.<sup>7</sup>

Embora a redução da desigualdade verificada a partir da virada do século tenha sido significativa, o Brasil segue muito desigual quando

comparado com a maioria das economias avançadas e de renda média, como veremos a seguir. Dentre os muitos problemas destacam-se a má qualidade dos serviços públicos (objeto de crescentes queixas da população), e a precariedade dos empregos (a informalidade segue alta) e do saneamento (metade dos lares não tem esgoto adequado).

## 2. O IMPACTO DA AÇÃO DO ESTADO SOBRE A DESIGUALDADE NO BRASIL

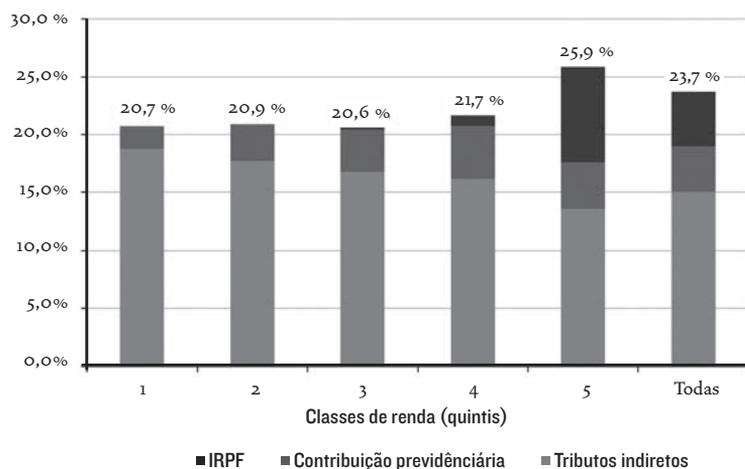
Não é segredo e tampouco exagero observar que muita gente enriqueceu no Brasil pela via da captura do Estado. Exemplos recentes incluem subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), desonerações tributárias, gastos tributários e outros. Essa forma de enriquecimento constitui um verdadeiro veneno social, e voltarei ao tema mais adiante.<sup>8</sup>

O Gráfico 2 mostra a carga tributária incidente sobre a renda bruta familiar, ou seja, a renda acrescida de transferências (83% das quais correspondem a aposentadorias e pensões). Chama a atenção a horizontalidade da incidência, ou seja, a tributação dos vários quintis é aproximadamente a mesma, subindo levemente no último. Para as classes de menor renda, destacam-se os impostos sobre o consumo. O imposto de renda das pessoas físicas adquire peso apenas no quintil de renda mais alta.

No Gráfico 3 comparam-se as transferências, que somam à renda das famílias, com os tributos, que subtraem. Quando as transferências

[8] Os gráficos desta seção foram gentilmente fornecidos pela professora Rozane Siqueira, da Universidade Federal de Pernambuco, e fazem parte do relatório *Efeito redistributivo da política fiscal no Brasil* (Ministério da Fazenda, 2017).

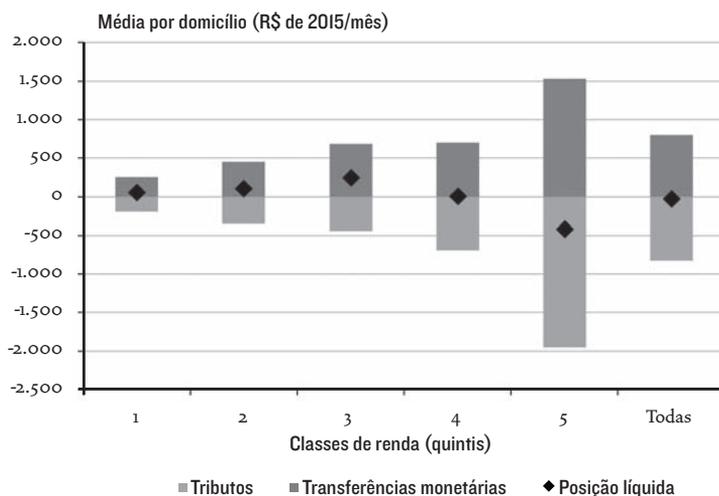
**GRÁFICO 2**  
Tributos como Proporção da Renda Bruta



Fonte: UFPE/SEAE

### GRÁFICO 3

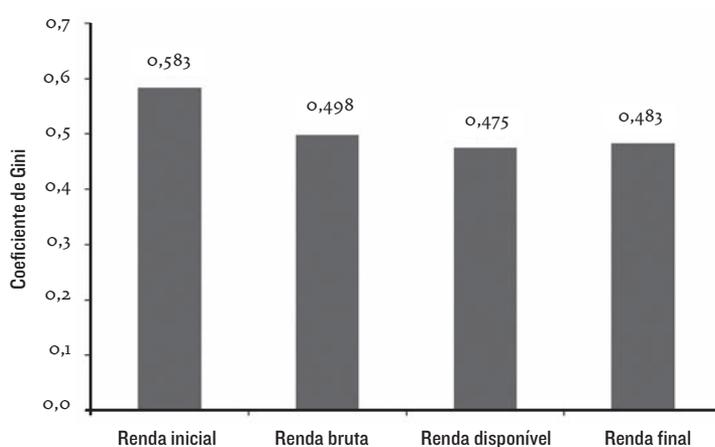
Efeito Líquido dos Tributos e Transferências sobre a Renda das Famílias



Fonte: Seae/MF (2017).

### GRÁFICO 4

Coefficiente de Gini em cada Estágio da Distribuição de Renda



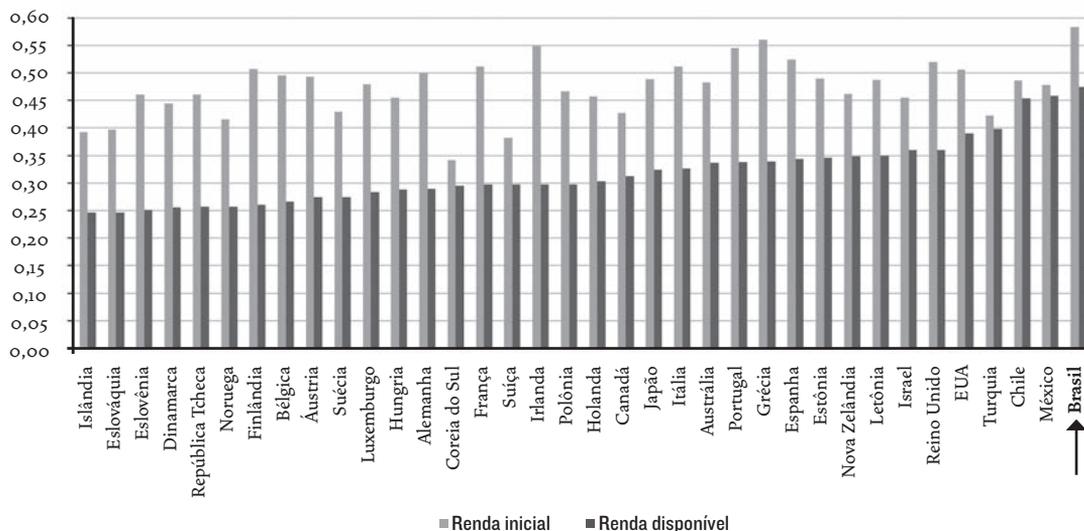
Fonte: UFPE/SEAE

excedem os tributos, tem-se impacto distributivo positivo. O maior impacto positivo ocorre no quintil do meio, em função do grande número de aposentadorias, que têm como piso o salário mínimo.

No Gráfico 4 calcula-se então o impacto sobre o coeficiente de Gini dos impostos e transferências para o Brasil em 2015. Ocorre uma redução da desigualdade de 10 pontos, uma queda importante. As transferências são responsáveis pela maior parte da queda.

## GRÁFICO 5

Coefficiente de Gini antes e depois das Transferências e Tributos Diretos: Brasil e OCDE, 2015 ou Último Ano Disponível



Fonte: UFPE/SEAE

O Gráfico 5, acima, mostra os coeficientes de Gini antes e depois da ação direta do Estado para o Brasil e para os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que inclui países de renda média. A queda na desigualdade causada pela ação do Estado no Brasil é relevante, mas inferior àquela observada na maioria das economias avançadas. Não é consolo, mas é bem maior do que aquela observada na maioria dos países de renda média. Infelizmente, tanto em uma medida quanto em outra, o Brasil é o mais desigual da amostra.

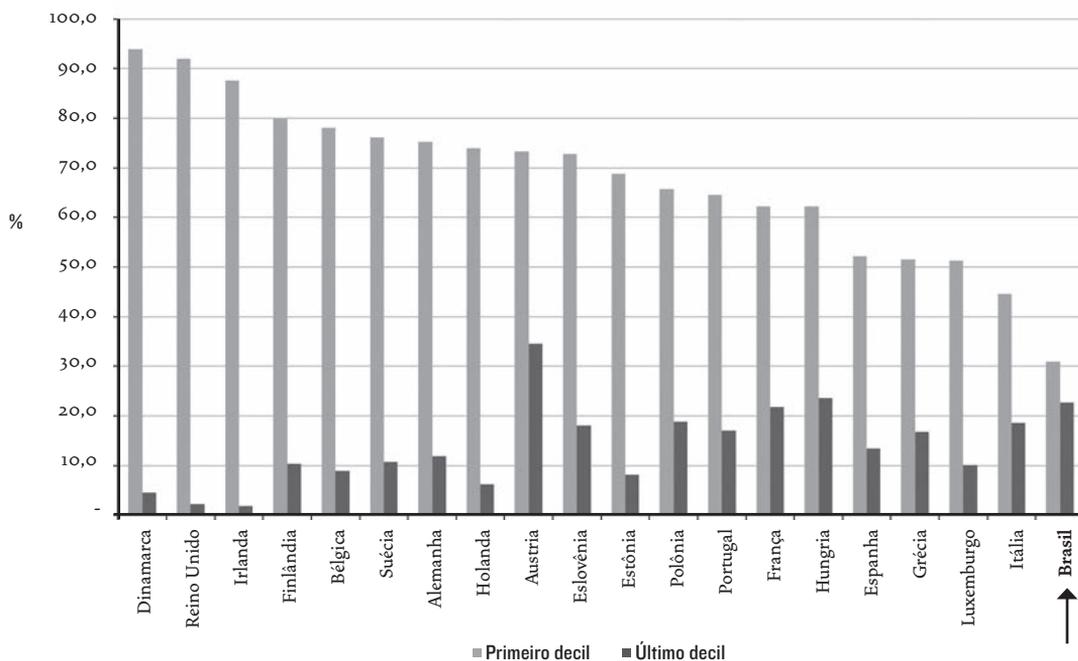
Outra forma de se visualizar o impacto da ação do Estado sobre a distribuição de renda é comparar o valor das transferências sociais como proporção da renda do primeiro e do décimo decis da renda. Presume-se que as transferências devem beneficiar proporcionalmente mais os mais pobres. O Gráfico 6 deixa claro que o Brasil é dos que mais transferem para os mais ricos, e o que menos transfere para os mais pobres!

Finalmente, o Gráfico 7 mostra para o Brasil o valor das transferências por extrato de renda em termos absolutos. Fica claro que quase a metade vai para o quintil mais rico!

Em suma, muito embora a desigualdade de renda tenha diminuído nos últimos vinte anos, ainda há um longo caminho a percorrer. O Brasil segue sendo dos mais desiguais do mundo. Os pobres pagam quase o mesmo imposto como proporção de sua renda que os mais

### GRÁFICO 6

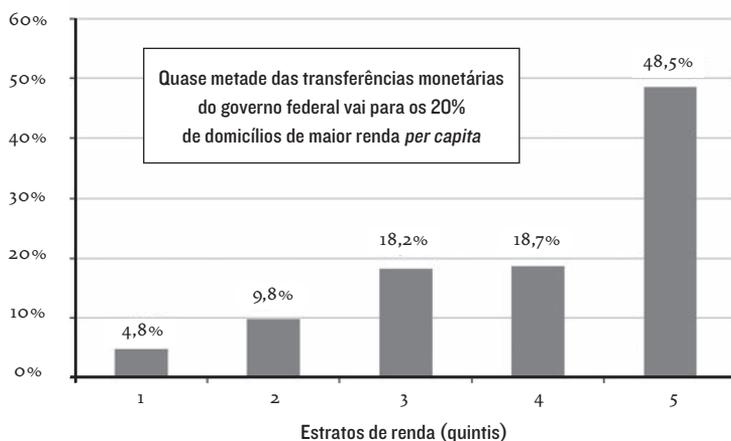
Brasil: Transferências sociais como % da renda para 1º e último decil



Fonte: Paulos *et al.* (2009) e UFPE/SEAE

### GRÁFICO 7

Distribuição das Transferências Monetárias por Estrato de Renda (2015)



Fonte: pesquisa UFPE/SEAE

ricos, mas recebem pouco em troca. O Estado não cumpre o seu papel, agindo com frequência como um Robin Hood às avessas. Volto ao tema mais adiante.

### 3. O QUE FAZER?

Existe ampla literatura sobre desigualdade e crescimento. O sinal e a direção causal entre as variáveis dependem das circunstâncias de cada país, cada qual com sua história e suas instituições. Para uma excelente resenha da literatura recomendo a leitura de texto de autoria de Marcos Mendes (2013).

Meu foco neste artigo é no canal que vai da desigualdade para o crescimento. Além da desigualdade de renda, a desigualdade de oportunidades no Brasil é imensa. O quadro se agrava ainda mais quando parte relevante da desigualdade decorre de práticas patrimonialistas, de captura do Estado, corporativismo e corrupção. Nesse ambiente, predominam a instabilidade política, o desalento e a descrença geral no sistema político. Florescem também populismos de todos os matizes, que com suas propostas frequentemente simplistas, enganosas e ruinosas impedem uma discussão desapassionada sobre as grandes questões que importam para o bom futuro do país.

Posto de outra forma, a desigualdade é um veneno, que dificulta a construção de uma agenda de reformas necessária para o crescimento. Sem crescimento as oportunidades de melhoria do padrão de vida das pessoas são muito escassas. Ou seja, o combate à desigualdade é mais do que um imperativo moral — é condição necessária para a construção e execução uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo. Por isso não se deve repetir o erro dos anos 1960 e 1970, quando se defendia o crescimento do bolo antes de seu fatiamento. Afinal, o PIB *per capita* do Brasil não avança como proporção do americano há cerca de sessenta anos, tendo caído nos últimos quarenta anos. Esse desempenho medíocre sugere que no caso do Brasil de hoje mais desigualdade prejudica o crescimento.

Uma resposta eficaz ao quadro de estagnação desigual passa obrigatoriamente por aumento dos investimentos públicos nas grandes áreas sociais: educação, saúde, infraestrutura, saneamento, transportes, segurança, meio ambiente. Uso aqui o termo investimento, e não gasto, pois são de fato desembolsos geradores de grandes retornos em termos da produtividade das gerações atuais e futuras, e da qualidade de vida em geral. Falo aqui em financiamento público, não necessariamente provisão pública (tema para outro artigo). Ou seja, o governo pode prover diretamente serviços nas áreas mencionadas acima, ou pode subcontratar o setor privado para fazê-lo, mediante objetivos claros e passíveis de avaliação periódica.

Além de investir mais no social, cabe também um esforço para aumentar a produtividade do Estado, ou seja, cabe melhorar a gestão do Estado com vistas a entregar mais e melhores serviços e bens públicos por unidade de gasto público.<sup>9</sup>

[9] Ver: Abrão, Fraga Neto e Sundfeld (2019a).

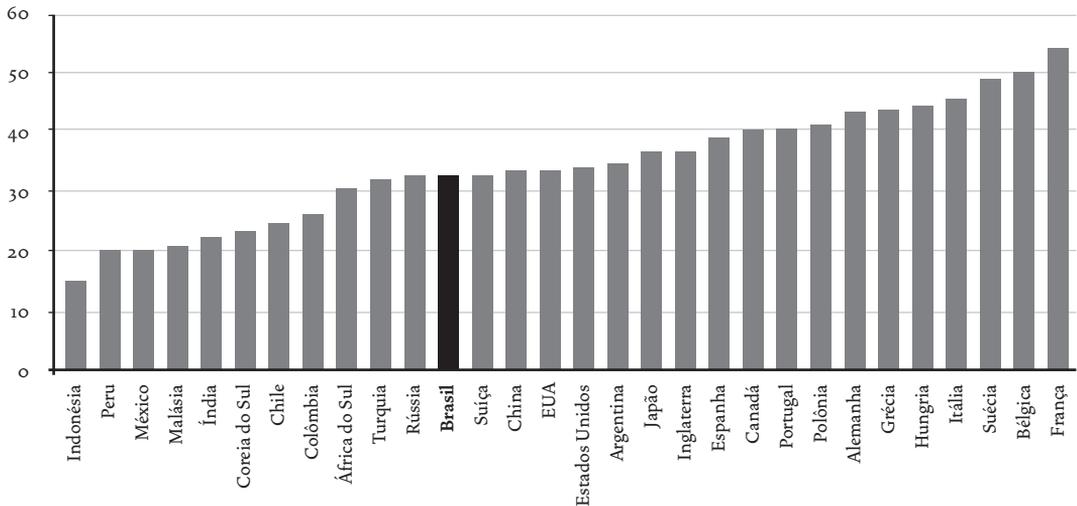
Cabe então a pergunta: de onde viriam os recursos para financiar os investimentos necessários para impulsionar o crescimento e reduzir a desigualdade? Defendo a seguir que da redução dos gastos com previdência, funcionalismo e subsídios regressivos.

#### 4. FUNCIONALISMO E PREVIDÊNCIA

Examinemos algumas características do gasto público no Brasil (dados de 2017):

- (i) O gasto primário (ou seja, excluindo juros sobre a dívida pública) do governo geral (todas as esferas) é alto em comparação com países de renda média.

**GRÁFICO 8**  
Gasto Primário do Governo Geral (% do PIB)



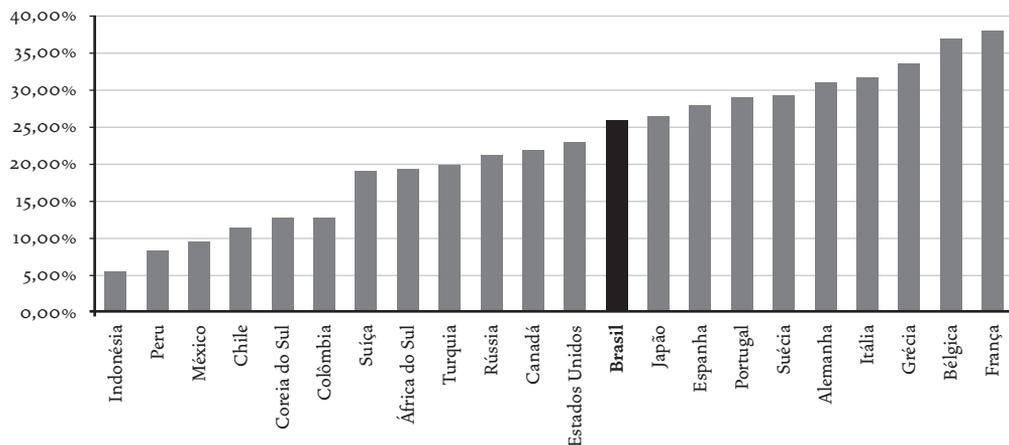
Fonte: IMF Fiscal Monitor

- (ii) O gasto com funcionalismo e previdência é bastante elevado, especialmente como proporção do total dos gastos, quando atinge os 80%. Visto dessa forma, o Brasil é um ponto fora da curva. Os demais gastos estão muito comprimidos, inclusive os investimentos públicos (estão perto de 1% do PIB, tendo nas últimas décadas chegado a um pico de cerca de 5% do PIB).<sup>10</sup>

[10] Para o resto desta seção, salvo para os dados sobre o número de funcionários, foram escolhidos os países de renda média ou alta, para os quais estão disponíveis dados para o governo geral e para as três categorias de gastos com previdência e seguridade social, linhas 271, 271 e 273 do banco de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). As conclusões gerais não são afetadas quando se trabalha com uma amostra maior.

### GRÁFICO 9

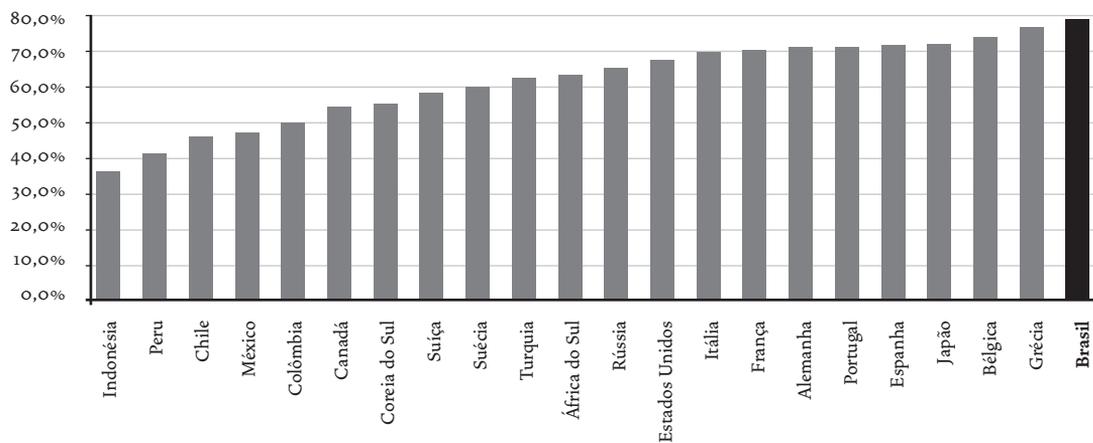
Gastos do governo com previdência e funcionalismo (% do PIB)



Fonte: IMF Government Finance Statistics

### GRÁFICO 10

Gastos do governo com previdência e funcionalismo (% do gasto primário)



Fonte: IMF Government Finance Statistics

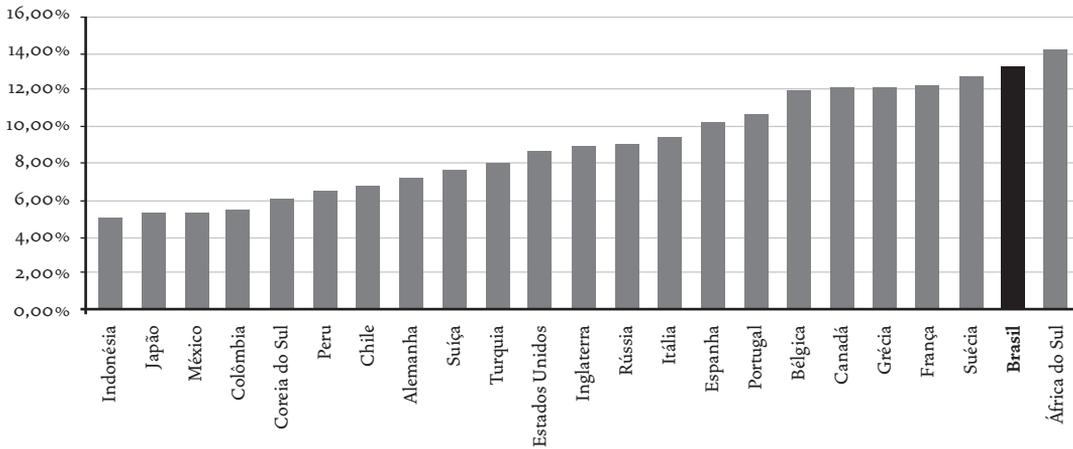
Vejamos agora a parte do funcionalismo.

(iii) Tanto como proporção do PIB quanto como proporção do gasto total, o Brasil gasta bem mais do que a maioria dos países do Ocidente (China e Índia são casos à parte, dada a elevada participação do Estado em suas economias).

Parte desse excedente vem da relativamente alta participação de empregos públicos no total de empregos do país:

GRÁFICO I1

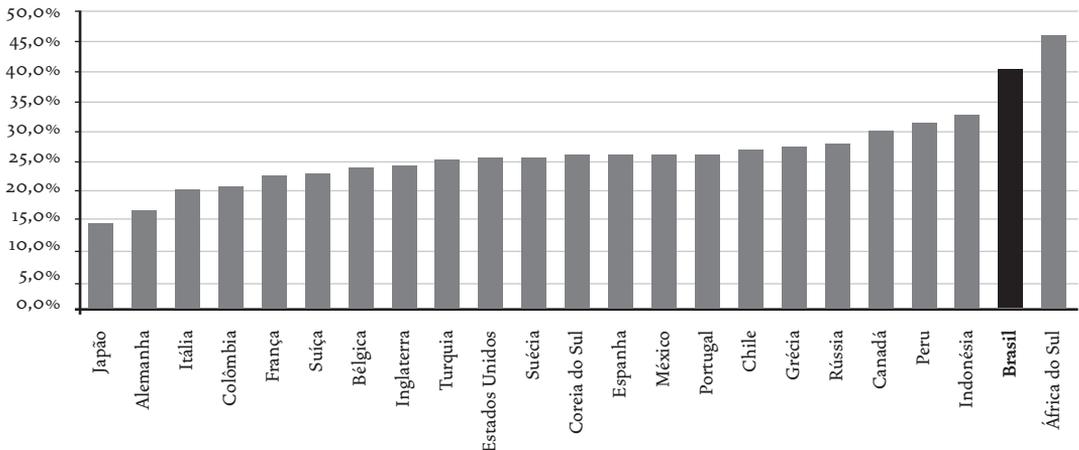
Gastos do governo com funcionalismo (% do PIB)



Fonte: IMF Government Finance Statistics

GRÁFICO I2

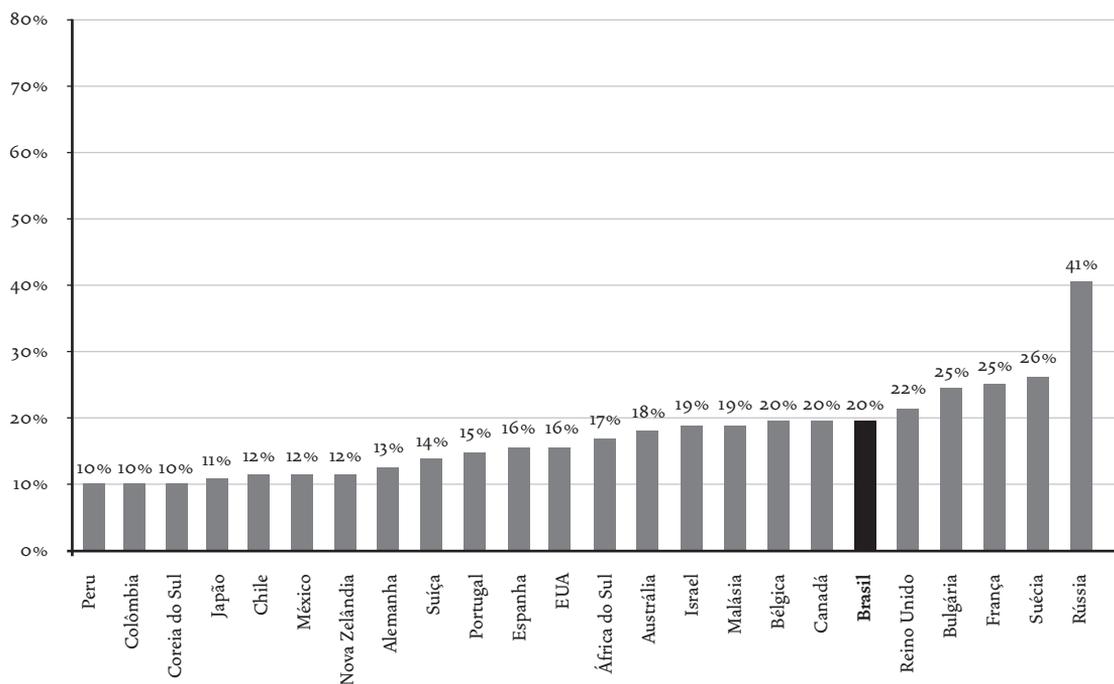
Gastos do governo com funcionalismo (% do gasto primário)



Fonte: IMF Government Finance Statistics

### GRÁFICO 13

#### Funcionários públicos como % do Total de Emprego



Fonte: International Labour Organization, dados de 2010 a 2015 de acordo com o último ano divulgado para cada país

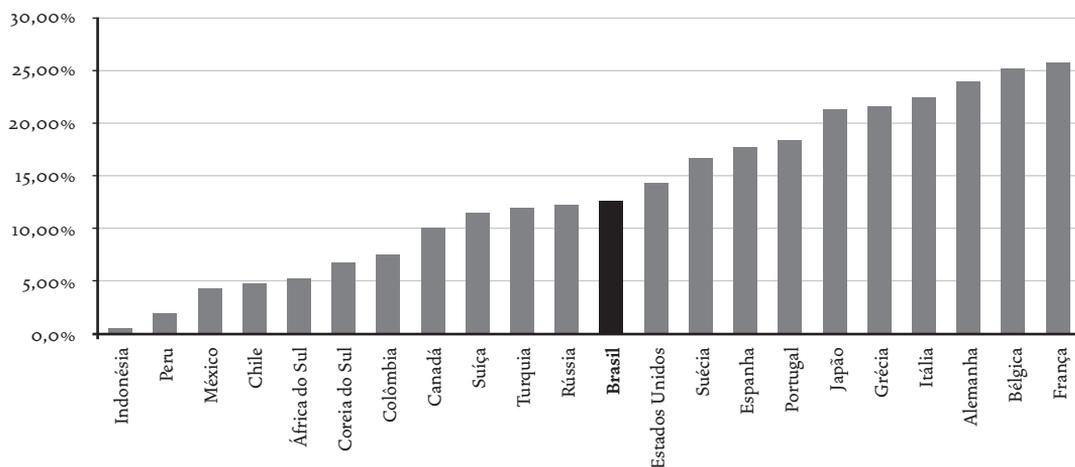
Há que se levar em conta também o elevado prêmio salarial que recebem os funcionários do governo federal, em comparação a assalariados do setor privado com qualificações semelhantes. Em trabalho recente, Gabriel Nemer Tenouri e Naercio Menezes Filho (2017) estimam que para os funcionários do governo federal esse prêmio gira em torno de 60%. Para estados e municípios os autores não detectam prêmio, mas o estado falimentar de muitos desses entes sugere que seria oportuno ir mais fundo na análise das suas estruturas de custos e carreiras.

Os gastos com previdência mostram resultados semelhantes aos do funcionalismo:

- (iv) Em ambas as métricas o Brasil gasta relativamente muito, o que surpreende, sobretudo dada a demografia relativamente jovem do país.

GRÁFICO 14

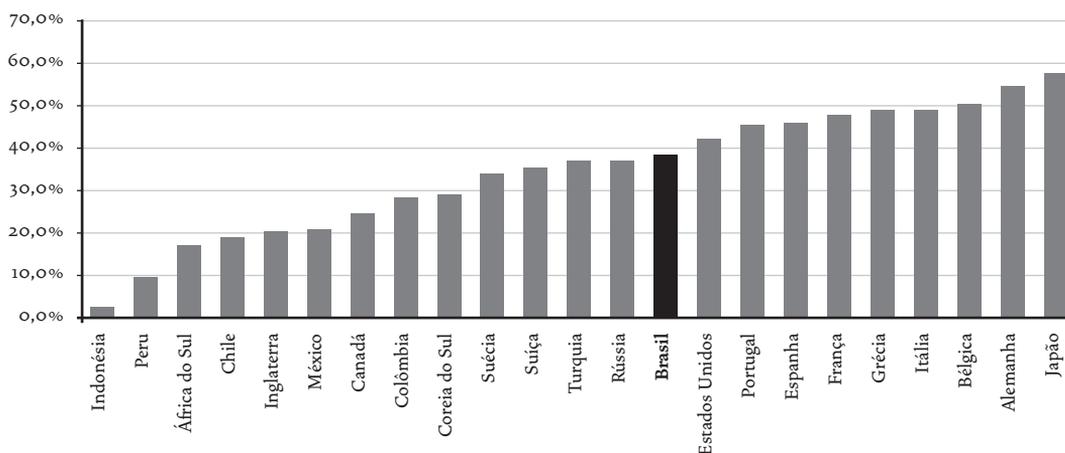
Gastos do governo com previdência (% do PIB)



Fonte: IMF Government Finance Statistics

GRÁFICO 15

Gastos do governo com previdência (% do gasto primário)



Fonte: IMF Government Finance Statistics

Cabe aqui uma pequena digressão sobre o caso do Chile. Ao adotar um regime de capitalização, por definição as receitas e (no futuro, que chegou) despesas da previdência pública foram reduzidas. No entanto, as diferenças entre sistemas não são tão grandes quanto pode parecer: para garantir alguma renda de aposentadoria as pessoas ou poupam em conta própria (capitalização) ou contribuem via impostos (repartição), mas em ambos os casos algum custo elas têm. As consequências distributivas e os riscos incorridos pelas pessoas diferem entre sistemas de acordo com o modelo e seus parâmetros.

Podemos agora concluir esta seção: como vimos acima, comparações internacionais mostram que os gastos com funcionalismo e previdência no Brasil estão muito acima dos observados em países de renda média. Estamos em 80% do total dos gastos primários. Sabemos que os gastos com previdência e seguridade social do Brasil são elevadíssimos para um país relativamente jovem (Tafner; Nery, 2019). Também há sinais claros de que os gastos com o funcionalismo representam um ponto fora da curva.

Proponho que se aprofunde a análise e a discussão do tema, com vistas à eventual redução dessa proporção, por exemplo, de 80% para cerca de 60% do gasto público total. Como o gasto público chega a 35% do PIB, seria possível imaginar uma economia de 7 pontos do PIB (20% × 35%). Trata-se de meta ambiciosa, a ser perseguida de forma estrutural e gradual, digamos ao longo de dez anos.

O uso desses recursos seria uma importante decisão política. Minha preferência recairia sobre aumentar investimentos sociais (para reduzir desigualdades e aumentar oportunidades e produtividade) e recuperar a saúde financeira do Estado (para reduzir a grande incerteza que paira no ar, e para consolidar um patamar mais baixo da taxa de juros que o governo paga sobre sua dívida, hoje relativamente baixa em função da profunda recessão que o país vive). Ainda assim, um gasto com previdência e funcionalismo de 60% do gasto total seguiria no topo da faixa que engloba a maioria dos países.

Para tanto, seria necessário reformar a Previdência e o Estado, cada qual gerando a médio prazo cerca de metade do resultado.

Como mencionado acima, uma reforma do Estado voltada para melhorar a gestão do funcionalismo contribuiria também para um aumento da produtividade do próprio Estado, uma clara e razoável demanda da sociedade. Afinal, quem não quer melhor educação, saúde e segurança?<sup>11</sup>

Por fim, vale registrar que, além de liberar recursos para gastos que reduziriam as desigualdades ao longo do tempo, essas reformas deveriam contribuir diretamente para a redução da desigualdade. No caso da Previdência, esse critério requer que o esforço do ajuste recaia proporcionalmente mais sobre os que mais recebem (ou seja, o coeficiente de Gini dos pagamentos da Previdência deveria cair, ou seja, melhorar). Idem para gastos com o funcionalismo.

Ambas as reformas estão fadadas a enfrentar fortes resistências políticas. O argumento usual afirma que os benefícios vêm aos poucos e são dispersos enquanto as perdas ocorrem de chofre e têm impacto concentrado. Em geral os que são mais atingidos se mobilizam contra a reforma, enquanto a maioria se mantém apática.

A resposta a esse desafio passa por um lado por mecanismos suaves de transição, e por outro pelo entendimento quanto ao potencial impacto que as reformas teriam sobre a confiança, o que destravaria um ciclo de crescimento acelerado, sustentável e inclusivo.

[11] Uma opção seria a reforma do RH do Estado, apresentada por Abrão, Fraga Neto e Sundfeld (2018; 2019b).

O impacto direto sobre o emprego do que se propõe aqui merece um estudo mais detalhado. Se a opção política for canalizar as economias obtidas pelas reformas para investimentos sociais, parte da economia advinda de gastos com o funcionalismo talvez deixasse de ocorrer. Mas a essência de reforma do Estado é fazer mais com menos. Adicionalmente, e me parece bem razoável que, nesse contexto, gastos com tecnologia aumentariam bastante. Não vejo nada no caso brasileiro que sugira que a médio prazo os gastos com funcionalismo no Brasil não possam convergir para padrões internacionais.

De qualquer forma, cabe abrir uma terceira grande frente de combate à desigualdade, que deveria ser posta em prática o quanto antes para dar autoridade moral ao projeto como um todo. Listo abaixo as oportunidades mais importantes.

[12] Esta seção e a seguinte usam dados do excelente relatório 3º Orçamento de Subsídios da União (Ministério da Economia, 2019).

## 5. GASTOS TRIBUTÁRIOS, SUBSÍDIOS INDEVIDOS E OUTROS<sup>12</sup>

Usa-se a expressão “gasto tributário” quando a autoridade oferece uma redução de tributos através de desonerações e regimes especiais. Esse tipo de medida reduz a carga tributária sem reduzir as alíquotas mais altas dos impostos. É, portanto, uma forma de subsídio.

### 5.1. Subsídios diretos e indiretos

Penso aqui nas práticas que são fruto de esforços sistemáticos de uso do aparelho de Estado para fins privados, conhecido na literatura internacional como *rent seeking*. Alguns exemplos incluem:

- (i) Subsídios de crédito: empréstimos com taxas de juros inferiores às praticadas no mercado vêm sendo oferecidos sobretudo pelo BNDES desde sempre, frequentemente sem justificativa econômica ou social. Esses subsídios atingiram um pico de 1,8% do PIB em 2015. Com a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), um novo indexador para empréstimos do BNDES, e com a queda da Selic, parâmetro usado para calcular o subsídio, a conta caiu para 0,3% do PIB, uma enorme economia fiscal já ocorrida. Esses subsídios não são contabilizados como despesa primária, mas têm impacto econômico.
- (ii) Falta de concorrência: o aumento das margens de lucro das empresas é um dos fatores que explicam o aumento da desigualdade em boa parte do mundo. Existem várias formas de se enxergar esse fenômeno, dentre elas o crescimento da fatia do capital na renda nacional dos Estados Unidos. No caso do Brasil, a falta de concorrência teve até há pouco tempo uma dimensão explícita: o estímulo à criação de campeões nacionais, hoje pelo visto desativado. Tem também um lado internacional, que se manifesta

através do protecionismo, fator de aumento das margens de lucro das empresas, um equívoco histórico de nosso modelo de desenvolvimento. Note-se que não apenas o nível médio de proteção tarifária no Brasil é elevado como é elevada também a variância das alíquotas do imposto de importação. Essa variância carece de justificativa econômica e social, o que sugere alto grau de captura do Estado. A resposta adequada seria uma redução da média e da variância das alíquotas do imposto de importação, ou seja, uma abertura da economia (implantada de forma gradual, digamos de cinco a oito anos). Os ganhos para a sociedade ocorrem através do barateamento dos preços de produtos e serviços consumidos pela população.

- (iii) Contratos e compras: o relacionamento de empreiteiras e fornecedores com o governo em todos os seus níveis é notório, assim como suas consequências nefastas para a qualidade da democracia do Brasil. Algum progresso ocorreu nessa área como resposta aos vários escândalos desvendados ao longo dos anos. Mas só o tempo dirá o quanto se avançou.
- (iv) Regimes especiais de tributação: outra forma de subsídio, amplamente utilizada. Seu custo saiu de 2% do PIB em 2003 para os atuais 4,3% do PIB, cerca de 20% da receita administrada pela União. Destacam-se aqui o Simples Nacional (discutido abaixo), a Zona Franca, as entidades sem fins lucrativos, a agricultura, desonerações e deduções.<sup>13</sup> A despeito da natural resistência dos beneficiados a qualquer tentativa de reforma, seria razoável ter como meta uma economia de 2% do PIB em dez anos, com retorno do benefício agregado ao patamar observado em 2003.

### 5.2. Imposto sobre a renda do trabalho (IRPF)<sup>14</sup>

As regras atuais do imposto de renda oferecem amplo espaço para correções de natureza distributiva. Todas deveriam ser objeto de quantificação e debate, levando-se em conta custos e benefícios. Vejamos os principais exemplos:

- (i) A *alíquota* marginal mais alta do imposto de renda está em 27,5%, nível baixo para padrões internacionais. Alguns argumentam que a essa alíquota se deveria somar a contribuição patronal para a Previdência. Mas esta existe para financiar um sistema previdenciário extravagante, como ilustram os dados discutidos neste trabalho. Essa contribuição deveria em algum momento ser substituída por impostos melhores, inclusive sobre a renda, passando assim a fazer parte da carga tributária geral. Além disso, muitas empresas fazem uso da participação nos lucros e resultados (PLR), que dispensa a contribuição patronal.

[13] Ver Ministério da Economia (2019), Tabela 3, p. 19.

[14] Os temas discutidos nesta subseção e na seguinte vêm sendo objeto de discussão em textos de Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti e outros, como Bernard Appy. Um bom resumo com mais referências pode ser encontrado em Orair e Gobetti (2019).

[15] O custo fiscal da opção de declarar sobre o lucro presumido não está incluído no orçamento de subsídios, mas deveria estar.

- (ii) A chamada “*pejotização*” (o termo vem de PJ, “pessoa jurídica”, e é usado para casos em que indivíduos vendem seus serviços como empresa) permite que sobre indivíduos de alta renda incida uma alíquota de imposto de renda muito inferior àquela da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). Do que se trata? Os regimes especiais do imposto de renda para empresas pequenas (o Simples, limitado a empresas com faturamento inferior a R\$ 4,8 milhões por ano, e o imposto sobre o lucro presumido,<sup>15</sup> faturamento máximo de R\$ 48 milhões) permitem que o cálculo do imposto de renda devido seja feito a partir de uma alíquota que incide sobre o faturamento (ao invés do lucro real). Como essas alíquotas são muito inferiores às do IRPF, e como dividendos são isentos do IRPF, os que se beneficiam desses regimes acabam pagando pouco imposto. O setor de serviços é o grande beneficiário desse regime regressivo. Advogados, por exemplo, pagam alíquota de 4% no Simples, o que, mesmo descontadas as despesas do negócio, se traduz em uma alíquota efetiva muito inferior à do IRPF. Em sua origem, esses regimes foram criados para combater a evasão num quadro de fiscalização muito difícil. Hoje em dia o quadro é outro, essas aberrações precisam ser corrigidas o quanto antes.
- (iii) *Deduções* da renda no cálculo do IRPF de gastos com educação e saúde: essas deduções são claramente regressivas quando vistas sob um prisma estritamente distributivo. Como sua eliminação atingiria na veia o que no país se costuma chamar de classe média (referida aos padrões dos países avançados), formadora de opinião que é, seria de esperar uma reação política forte.

As correções aqui propostas levariam a um aumento da carga tributária, em grande parte uma consequência da eliminação de gastos e subsídios tributários, salvo no que toca a uma elevação da alíquota mais alta do IRPF.

### 5.3. Imposto sobre a renda do capital

A renda do capital é tributada através do imposto de renda pago pelas empresas (IRPJ) e pelas pessoas através de imposto de renda sobre dividendos, juros de aplicações e ganhos de capital (IRPF).

Atualmente no Brasil as empresas que não se encaixam nos regimes especiais discutidos acima pagam até 34% sobre seus lucros. Dividendos são isentos do IRPF (para evitar a dupla tributação) e juros e ganhos de capital estão sujeitos a alíquotas que variam de 22,5% a 15%.

A tributação da renda das empresas no Brasil deve acompanhar a tendência de queda observada internacionalmente. Para

não desonerar a renda do capital, os dividendos deverão passar a ser tributados. Tal providência seria necessária de qualquer forma, como parte da eliminação dos subsídios dos regimes especiais de tributação de empresas mencionados acima.

Finalmente, observa-se que investidores com patrimônio elevado podem criar fundos fechados, que permitem o diferimento da tributação até o resgate das cotas do fundo. Com o diferimento, a alíquota efetivamente paga cai significativamente. Vejo aqui duas opções a considerar: ou se eliminam os veículos de diferimento de imposto, ou se cria uma alternativa sem custo para todos os investidores, não apenas os mais abastados (uma conta de investimento isenta de imposto até o resgate, respeitado um período mínimo de investimento). Essa alternativa seria regressiva do ponto de vista distributivo, mas contribuiria para uma elevação da poupança nacional.

#### *5.4. Imposto sobre heranças e doações*

O imposto sobre heranças e doações é fixado pelos estados. Hoje observam-se alíquotas que vão de 4% a 8%. Muitos países adotam alíquotas marginais bem mais altas, chegando a 45% do caso dos Estados Unidos. Parece-me desejável aumentar a alíquota desse imposto. No caso americano, há um limite de isenção elevado para o total de doações feitas ao longo da vida, o que protege o incentivo à poupança da maioria. Uma vez atingido o limite, a alíquota começa a subir gradualmente. Algo assim deveria ocorrer no Brasil.

#### *5.5. Informalidade*

A pesada oneração da folha de pagamento parece ser parte de um quadro de elevada informalidade, por sua vez um elemento relevante do ponto de vista distributivo. Esse tema tem que ser repensado, em conjunto com outras políticas públicas. O assunto merece bem mais do que esta breve menção.

#### *5.6. Impacto distributivo das taxas de juros elevadas<sup>16</sup>*

No Brasil, desde sempre taxas de juros reais têm sido extraordinariamente altas, as maiores do planeta. Ganham os poupadores e perdem os que tomam empréstimos.

Não há ainda contribuição sistemática da academia sobre o tema. A taxa de juros é endógena. Portanto, a análise requer uma modelagem mais geral e bem mais complexa. Mas alguns pontos merecem destaque, enquanto se aguarda uma análise mais completa.

No contexto global, a questão vem a reboque de um longo período de taxas de juros negativas em termos reais. Os principais ganhadores

[16] Agradeço a Marcelo Medeiros pela provocação.

têm sido os detentores de ativos, que se valorizaram muito no período. E os perdedores mais visíveis foram os aposentados, que na fase final da vida tipicamente têm suas poupanças aplicadas em ativos de baixo risco.

Aqui, há que se levar em conta alguns aspectos especiais, que têm a ver com a realidade das taxas de juros efetivamente disponíveis para diferentes parcelas da população. Para os mais pobres, as taxas de juros para a aplicação de recursos têm sido menores do que a taxa básica do mercado. Exemplos incluem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a poupança e muitos produtos para investidores pequenos, sobre os quais incidem altas taxas de administração. Do lado das empresas e dos mais ricos, verifica-se o oposto: tomam-se empréstimos a taxas relativamente baixas, e aplicam-se a taxas de mercado e em produtos que a longo prazo tendem a comandar um prêmio de risco interessante (ações, imóveis, ativos internacionais).

Como mencionado acima, as benesses do BNDES encolheram muito. Os demais aspectos vêm se beneficiando dos bons esforços do Banco Central e sua iniciativa BC+ e de outras similares no passado, que através de mais transparência e de aprimoramentos regulatórios vêm estimulando a concorrência no setor. Merecem menção as novas oportunidades advindas do uso de tecnologias modernas, em particular o surgimento das chamadas “fintechs”, que com seus baixos custos têm pressionado para baixo os preços dos serviços financeiros e para cima as taxas de aplicação acessíveis a clientes pequenos. Mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

### *5.7. Conclusão*

Os exemplos listados acima indicam que existem mais reformas capazes de reduzir diretamente a desigualdade e, ao mesmo tempo, abrir relevante espaço fiscal para investimentos sociais. Estimo que, além das economias já obtidas com as reformas do BNDES e dos impactos diretos de ações em prol da concorrência, seria possível contar com mais 3 pontos do PIB por ano a partir da eliminação dos subsídios e gastos tributários mencionados acima. Estamos falando aqui de eliminar boa parte da chamada Bolsa Empresário, que, como estamos vendo, possibilitaria uma economia de cerca de 5% do PIB. Essa economia poderia ser obtida gradualmente ao longo de, digamos, cinco anos.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Começo com um breve resumo do que expus acima:

- A desigualdade vem diminuindo há anos (embora não recentemente), mas segue elevada, em termos absolutos e em comparação internacional. Temos que fazer mais.

- Há muito espaço para a ação do Estado, tanto do lado dinâmico (investindo mais em igualdade de oportunidades) quanto do estático (eliminando subsídios e regras tributárias regressivos).
- Os gastos com previdência e funcionalismo são elevados em termos absolutos e em comparação internacional, e repletos de iniquidades. Portanto, atacar a desigualdade requer reformas impactantes da Previdência e do Estado.
- Os recursos assim liberados se destinariam a aumentar significativamente investimentos sociais. Não detalhei aqui onde e como investir na área social, assunto essencial, mas que ultrapassa os objetivos deste artigo.
- Como a redução das desigualdades ocorreria em boa parte através de expressivo aumento em investimentos de alto retorno social e reduziria o espaço para políticas populistas (em geral pouco produtivas e causadoras de crises macroeconômicas), não há na realidade contradição com o objetivo de crescimento, muito pelo contrário.

Os números expostos aqui parecem enormes: estou falando de economizar cerca de 3 pontos do PIB em cada uma de três grandes áreas: funcionalismo, previdência e subsídios. No entanto, como procurei demonstrar, enormes mesmo são as distorções a corrigir, tanto diretamente, através das reformas aqui citadas, quanto indiretamente, através de um melhor direcionamento dos recursos liberados.

Penso ser imprescindível que uma parte da economia de recursos seja destinada a recuperar de forma crível e estrutural a saúde financeira do Estado brasileiro. Tal esforço deveria ocorrer de forma gradual e seria amplamente recompensado através de um círculo virtuoso de menos incerteza, mais investimento e mais crescimento. Estimo que seria necessário definir como meta um superávit primário de cerca de 3 pontos do PIB, a ser atingida em três anos. Em cenários plausíveis (e prováveis, se o Brasil caminhar na direção proposta aqui) de crescimento e taxa de juros, esse saldo primário levaria a uma gradual e necessária queda na dívida pública medida como proporção do PIB. Gradual, para minimizar os custos do ajuste, necessária, para retornar a relação dívida pública/PIB a um nível em torno de 50% do PIB. Julgo que tal nível permitiria a um país com nosso complicado histórico macroeconômico algum espaço para uso de política fiscal anticíclica, como feito em 2008/9.

As propostas aqui listadas levam a uma discussão de natureza política. Mas antes de se explicitar o espaço de opções, é fundamental o entendimento de que não estamos diante de um jogo de soma zero. Com mais crescimento, inclusivo e sustentável, os perdedores em

termos absolutos deveriam ser apenas aqueles a quem se subtrairiam privilégios, como por exemplo aqueles oriundos de aposentadorias, pensões, salários, rendas e vantagens tributárias descabidos. E quem deve definir o que é descabido é a sociedade, através de seus representantes eleitos, a partir de um debate público, organizado em cima de dados e fatos apresentados de forma clara.

Este trabalho pretendeu dar uma contribuição nessa direção, organizando em grandes blocos o leque de opções. O processo orçamentário implicitamente lida com os tópicos apresentados aqui, mas de forma pulverizada, pouco clara e voltada para o curto prazo. Perde-se assim a noção de causa e efeito, de custo e benefício, de quem ganha e quem perde.

Para concluir, vejamos um exercício com números aproximados, que refletem uma estimativa da economia obtida com cada fonte de recursos, de forma gradual em até dez anos, como mencionado acima (números em pontos percentuais do PIB):

- Funcionalismo (3)
- Previdência (3)
- Subsídios e gastos tributários (3)

Os 9 pontos do PIB poderiam em tese se destinar a alguma combinação de:

- Aumento do saldo primário fiscal (3, a meu ver obrigatório por um bom tempo)
- Investimentos sociais (saúde, educação, saneamento etc.)
- Outros investimentos de elevados retornos sociais (infraestrutura, pesquisa básica etc.)
- Redução da carga tributária (ou seja, do tamanho do Estado)

Nunca é demais mencionar que todas as atividades do Estado devem ser rigorosa e regularmente avaliadas, a partir de critérios de eficiência e equidade.

Isto posto, em geral na política a maquininha de calcular só tem a operação de somar: as carências são de fato imensas e as respostas vêm através de mais gastos e subsídios, sem levar em consideração a responsabilidade fiscal e sem um cálculo transparente e rigoroso de custos e benefícios sociais. Como resultado, chegamos à atual estagnação desigual. Seria de todo desejável que os partidos políticos se posicionassem de forma clara quanto ao tema, da maneira proposta aqui. Dessa forma, o diálogo entre reais possibilidades e preferências sociais seria muito mais produtivo. Listo a seguir algumas alternativas, a título de exemplo.

Uma opção extrema seria reduzir a carga tributária em até 6 pontos percentuais. Seria uma opção conservadora, que espelharia ceticismo quanto à ação do Estado.

Outra opção seria a manutenção dos privilégios embutidos nas três fontes de recursos (ou seja, não fazer as reformas e ajustes). Essa opção conta com o apoio dos beneficiários do modelo atual.

A minha opção seria fazer as reformas e ajustes e assim viabilizar aumento relevante dos investimentos sociais, que ademais se beneficiariam dos ganhos de produtividade do Estado obtidos com uma reforma administrativa. Assim seria possível reduzir as desigualdades e acelerar o crescimento.

Várias combinações representariam opções políticas possíveis. Não dá mais para tapar o sol com a peneira e postergar decisões que afetam a vida de milhões de pessoas.

---

ARMÍNIO FRAGA NETO [<https://orcid.org/0000-0002-0512-0728>] é sócio da Gávea Investimentos e presidente do conselho do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrão, Ana Carla; Fraga Neto, Arminio; Sundfeld, Carlos Ari. "Hora de reformar o RH do Estado". *O Estado de S. Paulo*; *O Globo*, 4/11/2018.
- \_\_\_\_\_. "A reforma do RH do governo federal". *Série Panorama Brasil*, Oliver Wyman, 2019a.
- \_\_\_\_\_. "Avaliar desempenhos é reformar o Brasil". *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, 13/10/2019b.
- Lustig, Nora. "Inequality and Fiscal Redistribution in Middle Income Countries: Brazil, Chile, Colombia, Indonesia, Mexico, Peru and South Africa". *Journal of Globalization and Development*, v. 7, n. 1, 2016.
- Mahlmeister, Rodrigo; Ferreira, Sérgio Guimarães; Veloso, Fernando; Menezes Filho, Naercio; Komatsu, Bruno Kawaoka. "Revisitando a mobilidade intergeracional de educação no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, v. 73, n. 2, pp. 159-80, 2019.
- Medeiros, Marcelo; Castro, Fábio Ávila de. "A composição da renda no topo da distribuição: evolução no Brasil entre 2006 e 2012 a partir de informações do imposto de renda". *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 2, 2018.
- Mendes, Marcos. "Desigualdade e crescimento: uma revisão da literatura". Texto para Discussão, n. 131. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/Conleg/Senado, 2013. Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em: 1º/8/2013.
- Ministério da Economia (Brasil). 3º *Orçamento de Subsídios da União*. Brasília: Secap, 2019.
- Ministério da Fazenda (Brasil). *Efeito redistributivo da política fiscal no Brasil*. Brasília: Seae, 2017.
- Orair, Rodrigo Octávio; Gobetti, Sérgio Wulff. "Tax Reform in Brazil: Guiding Principles and Proposals under Debate". Working Paper, n. 182. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), 2019.
- Souza, Pedro Herculano de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Departamento de Sociologia-UNB, Brasília, 2016.
- Tafner, Paulo; Nery, Pedro. *Reforma da Previdência: por que o Brasil não pode esperar?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.
- Tenouri, Gabriel Nemer; Menezes Filho, Naercio. "A evolução do diferencial salarial público-privado no Brasil". Policy Paper, n. 29. São Paulo: Insper, 2017. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Evolucao-da-diferenca-salarial-publico-privada.pdf>.
- Tilly, Charles. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press, 1998.

---

Recebido para publicação em 11 de setembro de 2019.

Aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2019.

---

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

115, set. – dez. 2019

pp. 613-634

---







## EXÉRCITO BRASILEIRO

### Um retrato à aquarela

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030007>

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO\*

#### RESUMO

Este ensaio apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa sobre os oficiais do Exército Brasileiro, patrocinada pela Capes, no âmbito do Edital Pró-Defesa. Trata-se de um *survey* nacional, cujo questionário foi enviado a 20.435 oficiais da ativa e possibilitou a construção de um banco de dados contendo as respostas de 2.423 entrevistados. Serão apresentadas as percepções desses oficiais acerca da instituição em que atuam e da democracia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Exército brasileiro; democracia; profissionalismo; política*

#### Brazilian Army: An Outlined Portrait

#### ABSTRACT

This essay presents some of the results of a survey of Brazilian Army officers, sponsored by Capes, within the scope of the Edital Pró-Defesa. It's a national survey, whose questionnaire was sent to 20,435 active officers and allowed the construction of a database containing the answers of 2,423 respondents. The perceptions of these officials about their institution and about Brazilian democracy will be presented.

**KEYWORDS:** *Brazilian army; democracy; professionalism; politics*

[\*] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
E-mail: malice@puc-rio.br

#### UMA PESQUISA, ALGUNS CONTEXTOS

No ano de 2008, o Ministério da Defesa, sob o comando de Nelson Jobim, lançou o segundo edital de um programa para estimular a cooperação entre instituições civis e militares em torno de iniciativas voltadas ao ensino, à pesquisa e à formação de recursos humanos na área de defesa e segurança. Financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Pró-Defesa fora concebido em 2005 como uma política pública de ciência que se valeria dos recursos humanos e da infraestrutura de instituições de ensino superior para ampliar a reflexão acerca da soberania nacional e dos desafios envolvidos na projeção do Brasil no mundo. De uma perspectiva republicana, a iniciativa sinalizava positivamente para a interação entre instituições do Estado brasileiro e a

sociedade civil, visando ao acompanhamento de temas que até então eram exclusivos à inteligência e às instituições militares.<sup>1</sup>

No contexto do fim da década de 2000, o país conhecia uma expansão econômica associada à redução da pobreza, e uma política externa pautada pela necessidade de conter as investidas dos blocos europeu e norte-americano em prol do “livre comércio”, reconhecida-mente desvantajoso para países mais pobres. Crescimento interno e certo ativismo no plano internacional foram as rotas de fuga do governo brasileiro para escapar da onda de escândalos que quebrava sobre ele. Como afirma Perry Anderson (2011), nem mesmo uma parcela de votantes no presidente Lula era indiferente às denúncias acerca da distribuição ilegal, pelo PT, de fundos a parlamentares. Mas a economia em crescimento propiciava maiores chances de emprego e maiores esperanças à massa de eleitores, que, pouco a pouco, desatentou dos malfeitos. Enfim, conquistas materiais em um contexto de crise mundial e vitórias simbólicas, expressas no reconhecimento que setores influentes da opinião internacional devotavam ao presidente Lula, fizeram com que, em seu segundo mandato (2007-2010), o Brasil — o “B” da sigla BRIC, posteriormente BRICS — emergisse como potência global, compelindo diferentes agências governamentais a um tratamento mais atento àquela projeção do país no plano internacional.

Naquele ano de 2008, o departamento de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) se dedicava à expansão da sua pós-graduação, com a construção do programa de doutorado. E para isso concebeu o engajamento do corpo docente em uma pesquisa coletiva e transdisciplinar, que consolidasse a interação intelectual entre colegas e a inclusão de um número razoável de pós-graduandos. Por iniciativa de Sarita Schaffel, então coordenadora do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC), se teve acesso ao Edital Pró-Defesa II e, posteriormente, a recursos da Capes para a realização de um *survey* nacional sobre o perfil social e valorativo do oficial do Exército Brasileiro. Trago essa *petit histoire* de um departamento universitário em meio à apreciação de uma conjuntura política apenas para sublinhar que, naquele momento, o recrutamento de pesquisadores pelo consórcio Ministério da Defesa/Capes não requeria especialistas na questão militar nem restringia o universo temático das propostas, o que sugere alguma disposição em ampliar o círculo de interlocutores em torno de problemas concernentes às Forças Armadas. A proposta da PUC-Rio tinha como título *Sociologia das Forças Armadas* e, como justificativa, a necessidade de, em meio à redefinição do papel do Exército Brasileiro sob a democracia, conhecer o perfil de seus oficiais.

Após 2008, vieram à luz mais duas edições do Pró-Defesa: (a) em 2013, ano em que a degradação da vida nas cidades brasileiras arrastou

[1] A pesquisa foi realizada por Eduardo Raposo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Sarita Schaffel e publicada como livro: *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI* (Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019).

[2] Sobre as edições do Programa Pró-Defesa, ver [www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa](http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa). Acesso em: 08/06/2019.

[3] A propósito dessa especialização, é significativo o resultado do último edital do Pró-Defesa [www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/26112018\\_Edital\\_27\\_PRO\\_DEFESA\\_Resultado\\_preliminar.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/26112018_Edital_27_PRO_DEFESA_Resultado_preliminar.pdf). Acesso em: 08/06/2019.

[4] Quando de sua criação, o Pró-Defesa pretendeu responder ao diagnóstico de diferentes matizes da opinião democrática brasileira acerca do distanciamento entre as Forças Armadas e as esferas política, econômica e acadêmica do país. Tal perspectiva transparece nos discursos do então ministro Nelson Jobim (2009) e do deputado federal Raul Jungmann, do PPS, ao assumir a presidência da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, em 2008 (Jungmann, 2009).

[5] Audiência pública, como se sabe, é um dos mecanismos de participação democrática previstos na Constituição de 1988 (Inciso II, § 2º do Artigo 58), que consiste no diálogo entre entidades da sociedade civil e autoridades estatais em torno de temas considerados de grande relevância.

multidões em uma sequência de protestos por todo o país; e (b) em 2018, ano de drásticas mudanças no cenário político, agravadas por um processo de sucessão presidencial que dividiu a sociedade e que terá efeitos ainda não totalmente divisados nas instituições envolvidas no Pró-Defesa: as Forças Armadas e a Universidade.<sup>2</sup>

Dessas edições, pode-se dizer que, seja pelas mudanças políticas do período, seja pelas referidas a interesses mais imediatos do consórcio, seja ainda como efeito da disputa pelo monopólio da competência na área, tanto o perfil dos pesquisadores quanto a agenda de pesquisa se tornaram cada vez mais adstritos a certas identidades profissionais e a determinados campos temáticos. Houve, assim, o recuo das ciências históricas e deu-se ênfase em tecnologias de defesa.<sup>3</sup> Publicadas em contextos já afetados pela dinâmica da crise política que tinha início, as edições de 2013 e 2018 não mais refletiam a intenção de fazer de temas militares um problema público. Consolidados no âmbito de departamentos universitários, os grupos de pesquisa do Pró-Defesa continuam a seguir a lógica do trabalho acadêmico e a adensar a produção nessa área, porém não necessariamente lograram ampliar a percepção que a sociedade tem dela. Em outras palavras, os temas da defesa e segurança deixaram de ser uma eventual tópica da democracia política brasileira, como parecia ser a intenção do Ministério da Defesa e da Capes no contexto de criação do programa (Jungmann, 2009),<sup>4</sup> refluindo para os lugares onde sempre estiveram.

Enfim, ensaiando uma cronologia, pode-se dizer que, ao longo dos últimos quinze anos (2005-2019), a aproximação entre civis e militares no Brasil, a se tomar como parâmetro o Pró-Defesa, conheceu dois momentos. Até 2012, a estabilidade institucional do Estado brasileiro e a inscrição mais destacada do país no cenário internacional favoreceram a seleção dos temas da defesa e segurança como aspectos relevantes do debate público-político (Neri, 2012). Indício disso é o advento do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), novo marco legal e político da atuação das Forças Armadas brasileiras, que, em sua fase de elaboração, fez uso de audiências públicas em algumas capitais do país (Ministério da Defesa, 2012).<sup>5</sup>

Contudo, nos anos que se seguiram, o Brasil conheceu acentuado declínio econômico, com estagnação da sua capacidade de investimento e recuo da atividade econômica — fatores que costumam incidir fortemente sobre as condições de vida e trabalho da população urbana. Lutas sociais, logo amplificadas pela crise política, e retração do país no cenário internacional podem ter pesado na alteração das relações entre civis e militares. Tal sugestão é corroborada pela nomeação de um militar, Joaquim Silva e Luna, como ministro da Defesa do governo Michel Temer — algo inédito desde a criação da pasta, em

1999 —, a quem se seguiu o atual ministro, também militar, Fernando Azevedo e Silva.

Com base nessa contextualização, se pretende conferir uma dupla dimensão a este ensaio. Em primeiro lugar, ele deverá apresentar alguns dos resultados obtidos por uma pesquisa sobre o Exército Brasileiro, realizada no âmbito do convênio celebrado entre o Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e o CEP-FDC em atenção ao Edital Pró-Defesa de 2008, que estabelecia a necessária associação entre instituições de ensino civis e militares. Tal pesquisa assumiu a forma de um *survey* nacional, cujo questionário foi enviado a 20.435 oficiais da ativa e foi respondido consistentemente por 2.423 entrevistados, isto é, um pouco mais de 11% do total de destinatários, o que possibilitou construir um banco de dados com significância estatística.<sup>6</sup> No que se lerá a seguir, mobilizam-se, pois, alguns aspectos do perfil sociodemográfico dos respondentes, de suas percepções acerca da instituição em que atuam e de sua atitude diante das democracias contemporâneas, construídos a partir das respostas fornecidas ao questionário em 2013.

Como foram longos os passos subsequentes da pesquisa, pôde-se perceber discretas transformações que se operavam entre os militares, sobretudo ao se cotejar aquilo que era extraído das respostas ao questionário e o que, de forma impressionista, se passou a recolher das redes sociais à medida que avançava o calendário eleitoral de 2018. É certo que a percepção desses deslocamentos não tem valor documental, mas acentua o entendimento de que *surveys* são ilustrações fugazes de certas configurações sobre as quais importa refletir — são ilustrações fugidias, em movimento, esboçadas como paisagens ou retratos à aquarela.

Por isso, a segunda dimensão do presente ensaio consiste na valorização de aspectos que extrapolam o *survey*, entregando aos leitores não apenas os elementos contextuais de sua realização, mas também *insights*, impressões acumuladas no tratamento dos dados e sugestões para trabalhos futuros. Mesmo a bibliografia consultada sobre militares — e sobre militares no Brasil —, tendo a marca da apropriação por adventícios, poderá introduzir interessantes dissonâncias no campo, quer pela seleção dos textos, quer por alterar interlocuções e debates estabelecidos, mas, principalmente, por tentar conjugar uma longa tradição de estudos sobre o Exército Brasileiro com dados recentes sobre essa corporação.

#### RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL: UMA ABORDAGEM

É de José Murilo de Carvalho (2005) a observação de que, apesar da forte e tradicional presença dos militares na história política do país, até a década de 1970 foram poucos os trabalhos que buscaram

[6] Entre os oficiais respondentes, 60,1% correspondem aos militares combatentes, isto é, aqueles que foram formados pela Academia Militar das Agulhas Negras. Os combatentes se distribuem entre as armas-base (Infanteria e Cavalaria) e as armas de apoio ao combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações). Foram os infantis os que mais atenderam ao *survey* (23,5%), e, nesse conjunto, os oficiais superiores — majores, tenentes-coronéis e coronéis.

analisar as peculiaridades do Exército Brasileiro. Ele próprio escreveu, no fim dos anos 1960, quando cursava o doutorado na Universidade Stanford, alguns artigos com essa orientação, instigados, provavelmente, pela constatação da autonomia com que as Forças Armadas irromperam no cenário político em 1964 (Carvalho, 1968).

Em 1971, Edmundo Campos Coelho e Alfred Stepan publicaram, respectivamente, *Em busca de identidade: relações civis-militares no Brasil* e *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*, dando vulto a uma matriz analítica que buscava articular a ação política dos militares a suas características institucionais. No interior dessa matriz, tais autores representavam as duas vertentes mais salientes: a que enfatizava a dinâmica organizacional das Forças Armadas e a que destacava a vinculação entre militares e classes sociais — mais propriamente entre Exército e camadas médias.

Em um trabalho que se tornou um clássico sobre as Forças Armadas na Primeira República, Carvalho (1974) investiu claramente numa análise organizacional, selecionando variáveis da estruturação do Exército, tais como o tipo de recrutamento, de treinamento etc., e as associando a um comportamento político que diferenciava essa força, por exemplo, da Marinha. De fato, essa abordagem tem gozado de grande prestígio nos estudos sobre o Exército Brasileiro, consagrando uma concepção de integração e de coesão organizacional alcançadas a partir de técnicas de formação, de rituais de confraternização e disciplinarização (Castro, 1990). Parece ter concorrido fortemente para a hegemonia desse tipo de análise a concordância de os próprios militares, em que pesem seus conflitos e os distintos graus de adesão a ela, comungarem da percepção de que são eficazmente socializados. Trata-se, pois, de um caso em que uma interpretação sociológica da corporação passou a ser vivida como sua natureza. Nesse sentido, “*ser um militar*”, para os oficiais do Exército Brasileiro, é ser imbuído de uma cultura comunitária, que se caracteriza pelo permanente aperfeiçoamento de habilidades e por valores exclusivos ao grupo. É parte dessa cultura, ademais, que o grupo se veja predominantemente articulado em torno das ideias de dedicação ao ofício e sacrifício de seus interesses pessoais.

A questão, contudo, é a de como essa organização interage com a sociedade, pois os modelos fechados de organização não só já foram deslocados por teorias organizacionais que operam com a ideia de *sistemas abertos* ou *contingenciais* (Torres, 2008), como também vêm deixando de corresponder à autoconsciência castrense. Desde a década de 1990, o Exército tem conhecido uma crescente heterogeneidade em seus processos de socialização por diferentes motivos: quer em virtude do ingresso de quadros com diploma universitário, que fazem apenas uma breve passagem pela Escola de Formação Complementar

do Exército (EsFCEx); quer pela chegada de mulheres; quer ainda pela multiplicação das atividades-meio da corporação, operadas por militares com formação tecnológica ou científica que têm como referência circuitos sociais cada vez mais ligados àquelas atividades e distantes da caserna, tais como as redes internacionais de pesquisadores. Assim, embora a formação de oficiais combatentes continue sendo exclusividade da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), diferentes padrões de socialização compõem, hoje, a feição institucional do Exército Brasileiro. Isso contribui para a revisão da ideia de homogeneidade de seus membros, corroborando o trabalho de Edmundo Campos Coelho (1985), que já entendia a coesão institucional e o caráter monolítico daquela organização como “variáveis analíticas” e não como “atributos” institucionais.

Algumas evidências dessa mudança no âmbito do oficialato podem ser extraídas das respostas dadas ao questionário. Foram, por exemplo, os entrevistados em postos mais elevados — coronéis e generais — os que se mostraram mais compassivos na avaliação do sistema de educação continuada que caracteriza a formação dos oficiais do Exército (Raposo, Carvalho e Schaffel, 2019). Isso pode significar que, para os mais seniores, a identidade militar é menos o resultado de uma formação acadêmica exigente, e mais o exercício de uma vocação. Tal hipótese vai ao encontro da posição de Charles Moskos (1977), para quem, se a formação não é tida como aspecto central ao desempenho do militar, é provável que o modelo acionado para definir a inscrição dos militares na corporação seja o vocacional. É esse o modelo que melhor expressa as concepções ortodoxas do militar e talvez seja o que, embora em declínio, ainda predomine no Exército Brasileiro.

Entre os oficiais mais jovens, porém, o resultado verificado foi outro: a formação é valorizada e crescem as exigências nesse âmbito, com demandas por habilitação específica. Para eles, portanto, é possível que o modelo de inscrição seja o profissional. O fato de os respondentes jovens avaliarem criticamente sua formação ao longo da carreira — com rechaço um pouco maior à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO)<sup>7</sup> — merece investigação aprofundada, pois a imagem desfavorável que os oficiais de menor patente têm a respeito de uma escola estratégica à aquisição de saberes concernentes às atribuições do oficialato superior sugere que seu processo de formação profissional está aquém de suas necessidades ou de suas expectativas. Com base apenas nesse *survey*, entretanto, não se pode ir além dessa sugestão.

De resto, é a própria ideia de *vocação* que vem sendo posta em xeque. De acordo com a população pesquisada, ela não é mais o principal fator para a escolha da carreira militar, tendo sido suplantada pela ideia de *estabilidade no emprego* (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 74). Alterações no recrutamento de cadetes, atestadas pelo alto número de

[7] A ESAO é um desdobramento da Missão Militar Francesa, trazida ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial para reestruturar e modernizar o Exército. Conhecida como “a casa do capitão”, seus cursos visam a capacitar esses oficiais para o exercício do comando.

filhos de pai e mãe com formação universitária e pós-graduação completa (idem, p. 73), sugerem que as transformações estruturais no mercado de trabalho brasileiro têm tornado a carreira militar e as demais carreiras de Estado atraentes também para segmentos das camadas médias já estabilizadas (Werneck Vianna; Carvalho; Burgos, 2018). Essa possibilidade contraria o entendimento frequente de que larga maioria do Exército é constituída de egressos de famílias pobres que almejam ascender socialmente.

Considerando-se que a escolaridade de pais e mães é um importante indicador de origem social, o Exército Brasileiro apresenta, hoje, um cenário dividido (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 62): cerca de metade dos oficiais provém das camadas médias superiormente escolarizadas (45% dos pais e 29% das mães), e a outra metade, de segmentos que ainda deparam com obstáculos à chegada à universidade, principalmente as mulheres, alcançando, na melhor das hipóteses, o ensino médio (52% dos pais e 69% das mães).

Porém, a escolaridade dos pais não fornece, isoladamente, um quadro preciso da proveniência social dos respondentes, sendo importante complementá-lo com informações acerca da ocupação de seus progenitores. Ainda que o questionário não contemple essa questão, é possível conceber, com base na literatura existente, que boa parte desses pais com formação universitária seja de oficiais que ingressaram na AMAN na década de 1980, filhos — eles, sim — de militares de baixa patente, oriundos de famílias pobres. Celso Castro (1993, p. 226), escrevendo sobre o tema no início dos anos 1990, apontou que, àquela época, o ingresso na AMAN representava “um meio de ascensão social dentro do próprio Exército”, e que parcela considerável dos oficiais superiores na década de 2020 “seriam os filhos de oficiais subalternos e praças dos anos de 1990”.

Tem-se, em resumo, um quadro em que 45% da população entrevistada descende de pais com ensino superior completo, podendo estes ser *civis* — ameaçados pela retração do mercado de profissões tradicionais — ou *militares* que, a ser correto o prognóstico de Celso Castro, se graduaram e pós-graduaram no interior da própria corporação. Assim, a opção mais votada — “estabilidade no emprego” — traduz essa nova configuração social e institucional do Exército Brasileiro, em que o oficial carrega cada vez menos conteúdos etnográficos correspondentes ao modelo vocacional, tendendo a se orientar pela ideia de *profissão* (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 77). A ênfase dos entrevistados na capacitação profissional, sua exigência por melhor formação, a demanda por acesso a vantagens conferidas a outras carreiras de Estado são, enfim, expressões do gradual abandono das formas tradicionais de inscrição dos oficiais do Exército na carreira.

Enfim, pode-se dizer que está em curso uma escalada do modelo profissional no Exército Brasileiro, em sintonia com a tendência observada em países sul-americanos que também passaram por longas ditaduras militares. Isso significa exércitos nacionais mais permeáveis ao “mundo externo” e com perfil aproximado ao de outros grupos profissionais. Contudo, essa porosidade não garante, por si só, mudanças de fundo nem na instituição militar, nem na relação desta com a sociedade. E, no Brasil, tais mudanças conhecem, ainda hoje, grandes limites.

O primeiro se refere à formação militar que, em sociedades democráticas, é regulada por instituições que fogem ao controle da corporação, embora aqui seja obra exclusiva dos militares. No Brasil, como se sabe, “o Ministério da Educação reconhece os cursos de formação de suboficiais e oficiais do ensino fundamental, médio e superior, atribuindo equivalência com o sistema educativo nacional, mas não possui a prerrogativa de avaliá-los” (Winand; Saint-Pierre, 2007, pp. 67-8), função que compete aos Estados-Maiores e a suas respectivas diretorias e departamentos de ensino das diferentes Forças. Na Argentina, em contraste, as instituições de ensino militar aceitam alunos civis e não exigem que os professores sejam militares (idem). Há, portanto, um crescente intercâmbio do Exército Brasileiro com a sociedade, seus temas e interesses, mas não de forma a alterar substancial e imediatamente seus procedimentos formativos e sua ideologia profissional.

A questão do recrutamento de mulheres é outro exemplo dessa tensão entre a permeabilidade da instituição ao “mundo externo” e as precauções institucionais em relação às mudanças. Ao longo dos anos 1990, as mulheres tiveram acesso a algumas funções e atividades no Exército — administração, saúde e ensino —, mas não àquelas de maior prestígio, ligadas diretamente ao núcleo combatente da corporação (Gomes, 2018). Foi apenas com a aprovação da Lei n. 12.705, de 8 de agosto de 2012, e com sua implementação, em 2017, que teve início a formação de mulheres como oficiais combatentes, o que significa sua admissão na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) e o prosseguimento de sua capacitação na AMAN. A formação dessa primeira turma será concluída em dezembro de 2021. A partir daí, se tudo der certo, os oficiais percorrerão as patentes de segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, general de brigada, general de divisão, general de exército e, só então, comandante do Exército Brasileiro. Assim, o primeiro grupo feminino a ingressar na EsPCEX somente chegará ao topo da carreira — e não serão todas as jovens que lá chegarão — em 2063, o que é, obviamente, um diferencial dos militares em relação a outros segmentos profissionais e a mesmo a outras carreiras de Estado.

Por fim, também o Ministério da Defesa, concebido como momento importante no processo de abertura das instituições militares ao “mundo externo”, pois prevê a subordinação dos comandantes das Forças Armadas a um ministro civil, não conseguiu subtrair qualquer parcela de autonomia decisória daqueles comandos, que prosseguem atuando como três Forças independentes (Zaverucha, 2005; Winand; Saint-Pierre, 2007) e, desde 2018, sob a regência de um ministro militar. Desse modo, a prática dos militares tem sido muito lentamente ajustada às mudanças que ocorreram no Brasil no fim do século XX e mesmo às mudanças que vêm sendo observadas em sua própria representação de si.

### **EXÉRCITO E DEMOCRACIA**

O tema da profissionalização, tão saliente nos estudos militares realizados por cientistas sociais desde os anos 1980, tem sido predominantemente examinado sob a chave da sociologia política, e não da sociologia das profissões, constituindo um dos eixos do debate sobre a consolidação da democracia no país. Assim, por exemplo, para Stepan (1973), a profissionalização seria um eficiente antídoto à atuação política dos militares, na medida em que isso levaria sua atividade a se concentrar na defesa do Estado contra as ameaças externas. Contudo, esse mesmo autor reconhecia que a atuação castrense fora afetada por um “novo profissionalismo” que, urdido na Escola Superior de Guerra (ESG), preconizava a segurança interna, a ampliação do papel institucional das Forças Armadas e a assunção dos aspectos, segundo ele, inerentemente políticos da profissão militar.

Uma década mais tarde, já no contexto da transição à democracia, Edmundo Campos Coelho (1985) aprofundou a sugestão de McCann (1979) e afirmou que a chamada “doutrina da ESG” não chegou a ser um corpo original e coerente de preceitos. Para esse autor, aquilo que Stepan considerava o “novo profissionalismo” sempre esteve presente entre oficiais do Exército Brasileiro, como evidencia a atuação do general Góes Monteiro durante a Era Vargas (Coelho, 1985, p. 10). Nesse sentido, tanto a ditadura militar quanto o Estado Novo — anterior à existência da ESG — foram momentos de forte vigência do profissionalismo militar, em que o Exército “se unificou em prol do fortalecimento do Estado contra as oligarquias e pela imposição centralizada de modelos de organização nacional” (idem, pp. 14-5). E quando, em fins dos anos 1970, os militares começaram a se dividir acerca de sua permanência ou não no poder, foi também o profissionalismo que, visando à unidade da corporação, garantiu a “distensão lenta, gradual e segura” (idem, p. 15; Mathias, 1995). Portanto, no Brasil, o que se chamou de “novo profissionalismo” militar seria uma permeabilidade

da corporação a questões políticas que tem como limite a preservação da integridade da instituição.

Hoje, há que se considerar a possibilidade de uma redefinição das atribuições do profissional militar, que não mais se caracterizaria pela defesa do Estado nacional contra inimigos externos ou pela ampliação do papel institucional do Exército e das demais Forças, mas por seu envolvimento em missões humanitárias — de paz, de preservação ambiental, de evacuação de populações vivendo em áreas de risco, de combate ao tráfico de armas e drogas, apenas para mencionar algumas possibilidades. Tais missões, contudo, podem ser mais ou menos requeridas e aprovadas pelas sociedades a que se destinam, e corresponder mais ou menos à experiência e ao treinamento dos militares. No caso do Exército Brasileiro, por exemplo, as missões de combate ao tráfico de drogas e armas dividem a população pesquisada — 51% se manifestou a favor, 49%, contra, com maior resistência entre capitães e majores. De qualquer modo, embora se possa antever uma predisposição dos exércitos a corresponder às expectativas da sociedade civil globalizada, esses são ainda episódios específicos, em contextos determinados, que não chegam a demarcar um “novíssimo profissionalismo” militar.

Além desse debate sobre a política praticada pelas organizações militares, as décadas de 1980 e 1990 foram ricas em estudos comparados sobre democracias (Inglehart, 1997; Norris, 1999), trazendo referências importantes para a análise da situação brasileira. A despeito da multiplicidade de casos abordados, duas matrizes se impuseram ao debate: aquela que percebe o fenômeno democrático como fruto de uma prévia cultura de direitos e liberdades; e aquela que toma a democracia como efeito da ação racional de atores, sem a necessidade de consensos normativos prévios por parte da sociedade. Em um caso, adverte Carole Pateman (1980), a democracia “seria autossustentada”; no outro, sua estabilidade dependeria de “selvas democráticas”, sem que se esclareça satisfatoriamente como eles emergiriam.

Assim, nos anos finais do século passado, com a chamada terceira onda de democratização do mundo (Huntington, 1994), a ideia de uma cultura política ajustada à democracia e necessária à sua sustentação se tornou recorrente. A própria Constituição brasileira de 1988 concebe um tipo de experiência democrática que valoriza não apenas o livre funcionamento do sistema representativo, mas também uma cultura de direitos e liberdades cuja construção tem condições previstas e mecanismos estabelecidos no corpo mesmo da Carta (Werneck Vianna *et al.*, 1999). Enfim, a democracia política foi o debate determinante daquela conjuntura de transição ao poder civil, mas pouco se observou a respeito das concepções de democra-

cia que povoavam — e ainda povoam — a imaginação dos militares. Afinal, a que democracia os oficiais do Exército se referem quando se dizem democratas?

Algumas questões que compõem o questionário procuraram cercar essa matéria. Em uma delas, indagou-se sobre os fatores que comprometem ou fragilizam a democracia no Brasil, oferecendo algumas opções que poderiam ser reunidas em três eixos principais: (a) desarranjos na relação entre os Poderes; (b) desarranjos na representação; (c) ausência de uma cultura cívica consolidada no país. As respostas que predominaram foram “baixo nível educacional da população”, apontada por quase metade dos respondentes (49%), e “corrupção” (39%), ainda que, nesse caso, não se tenha como discriminar se a corrupção dizia respeito somente aos políticos ou também aos eleitores (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 86). De qualquer modo, “pouca instrução” e “corrupção” são ambos conteúdos associados aos atores do sistema representativo liberal — representantes e representados: estes, por não deterem a racionalidade e as habilidades exigidas pela experiência democrática; aqueles, por fazerem uso de suas credenciais para proveito próprio ou para benefício de indivíduos ou grupos.

Os oficiais mais antigos do Exército Brasileiro, em postos mais elevados, são os que mais relacionam a baixa escolarização da população brasileira aos riscos trazidos à democracia: cerca de 70% dos generais de brigada, por exemplo, destacaram essa relação (Raposo, Carvalho e Schaffel, 2019, p. 89). E, diante de um enunciado mais contundente acerca da aptidão dos eleitores — “o(a) eleitor(a) brasileiro(a) não sabe votar” —, o percentual de respostas positivas atingiu 93,4%, com maior concentração nos postos iniciais da carreira.

Bem menos que as opções anteriores, foram assinaladas como disfuncionais à democracia a “falta de organização política do povo” (4,2%) e a “falta de tradição partidária” (0,4%). Tais alternativas são aproximáveis ao que Carole Pateman (1980) identifica como instâncias sociais de treinamento para a tomada e a aceitação de decisões coletivas — para a construção, portanto, de uma cultura participativa, adequada à vida democrática. Em resumo, talvez se possa dizer que, para os oficiais entrevistados, a democracia é, de fato, fruto da relação mais estrita entre indivíduo e sistema político, e não do ambiente cultural e normativo em que esse indivíduo se move.

Tal entendimento foi posto à prova com uma questão testada anteriormente em pesquisa sobre cidadania e direitos realizada no âmbito do convênio firmado entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV-Rio) e o Instituto de Estudos da Religião (Iser) (Carvalho *et al.*, 1979). Transposta para a atual pesquisa, a questão visava aferir

os afetos militares para com a cultura política e a trajetória institucional do país. À pergunta “o (a) sr(a) poderia nos dizer que aspectos do Brasil, de forma geral, o(a) fazem sentir orgulho de ser brasileiro(a)?” foram oferecidas nove opções de resposta. A preferência dos militares recaiu sobre “riquezas naturais” (15,7%), “mistura de raças” (13,7%) e “unidade nacional” (13,2%) — ou seja, sobre um conjunto de referências do romantismo oitocentista, do período de formação nacional. “Democracia” (7,5%), por sua vez, foi a penúltima alternativa entre possíveis objetos de orgulho dos militares, estando à frente apenas da opção “liderança na América Latina” (6,4%).

Como se vê, o resultado traduz uma fraca correlação entre orgulho e democracia. O orgulho de ser brasileiro se apresenta ancorado em uma “origem”, em um passado mítico, que fornece uma representação burocrática — no sentido de irrefletida — do “nós nacional”. O percurso, o caminho, o processo de aperfeiçoamento de nossas experiências coletivas, a possibilidade de construção de um consenso normativo acerca do “bem” e do “público” são conteúdos expressivos que, segundo os oficiais entrevistados, não encontram tradução na ideia de democracia. Esse é um resultado que se distribui de modo uniforme por todas as patentes e permite inferir que, para os entrevistados, o indivíduo, seu aparato psicológico e mental, é a chave exclusiva de um sistema político por eles reduzido ao momento eleitoral — o que pode, segundo Carole Pateman, ameaçar a sustentabilidade democrática.

Por fim, uma terceira questão acerca da relação entre Exército e política, já agora nos anos 2000, dizia respeito à perda de poder por parte dos militares e aos avanços e retrocessos da democracia brasileira. As posições mais nítidas — e, portanto, ideais para a finalidade deste ensaio — foram: (a) as que consideraram que não haveria riscos de retrocesso político (Hunter, 1997); (b) as que apontaram a infiltração de militares no aparelho burocrático estatal, de onde continuariam a exercer tutela indireta sobre os processos políticos (Góes, 1984); e (c) aquelas que sublinharam a continuidade da ingerência militar na política brasileira, mesmo após o fim do regime autoritário (Aguiar, 1986; Zaverucha, 2000; Zaverucha; Teixeira, 2003). Assim, excluídas as posições otimistas, a percepção tende a ser, em graus variados, a de que o Exército continuaria a manter enclaves em outros setores do Estado, atuando com certa autonomia e gozando de prerrogativas (Zaverucha, 2005).

Contudo, em 2013, um pouco mais de uma década após iniciado o debate sobre avanços e retrocessos autoritários no Brasil, as respostas ao *survey* revelam militares que se sentem pouco influentes no espaço público brasileiro e pouco interessados em ampliar sua presença nessa esfera (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 94). Indagados sobre as instituições que consideravam menos influentes

ou destituídas de qualquer influência na vida republicana, apontaram, em primeiro lugar, “militares” (97,1%), seguidos por “cientistas e intelectuais” (94,9%) e “técnicos do governo” (89,5%). As instituições tidas como as mais influentes no Brasil seriam “televisão” (89,6%), “bancos” (85,5%) e “Congresso Nacional” (82,1%). Já quando perguntados sobre as instituições que deveriam exercer maior influência sobre a sociedade brasileira, os oficiais entrevistados destacaram “cientistas e intelectuais”, com um percentual jocosamente amplificado — 96,4%. No que se refere a essa indagação, o interesse maior talvez resida, porém, no fato de que para 20% dos respondentes a influência dos militares sobre a sociedade brasileira deveria ser “nenhuma”.

### **VOLTANDO AO INÍCIO**

1999, criação oficial do Ministério da Defesa como um comando unificado das três Forças, exercido por ministros civis; 2003-2004, organização de um ciclo de debates sobre defesa e segurança, sob a direção do ministro José Viegas Filho e com a participação de intelectuais representativos de diferentes correntes de opinião; 2005, criação do Pró-Defesa, programa da Capes voltado ao estabelecimento de redes civis-militares de cooperação científica; 2008, aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), coordenada pelos ministros Nelson Jobim e Roberto Mangabeira Unger, com a intenção de aproximar a sociedade e a universidade dos temas da defesa e segurança; 2009, criação da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, presidida pelo deputado Raul Jungmann; 2011-2012, elaboração do Livro Branco da Defesa Nacional, novo marco legal e político da atuação das Forças Armadas, que contou com audiências públicas em algumas capitais do país; 2015, mudança no enfoque do Pró-Defesa, com a superestimação das tecnologias de defesa; 2017, operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, que dá poder de polícia às Forças Armadas; 2018, intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro sob o comando do Exército; 2019, ministro militar no comando do Ministério da Defesa.

A cronologia é sugestiva. Tem-se, com ela, uma amostra das concepções e ações que, desde meados dos anos 1990, tentaram trazer as instituições e os temas militares ao prosclênio da democracia brasileira, sendo progressivamente deslocadas a partir de 2015. Muitas causas deverão estar associadas a esse deslocamento, algumas delas sugeridas ao longo do presente ensaio. Mas o pouco interesse que a sociedade, a academia — salvo os especialistas — e os democratas, de modo geral, costumam devotar às organizações militares têm contribuído para que questões estratégicas à democracia brasileira estejam ausentes do debate público-político. Outra consequência disso é a ini-

bição da objetivação de divergências entre os próprios militares, que, nesse caso, continuarão a recorrer a concepções naturalizadas, não reflexivas, de um “nós” corporativo e de sua missão. Sem tratamento intelectual e debate político, as questões afetas à defesa e segurança não serão capazes de articular interesses e construir convergências que, afinal, movem a democracia.

---

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO [<https://orcid.org/0000-0003-1502-7962>], socióloga e professora titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) até 2008, atualmente é professora do departamento de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde coordena o Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (CENTRAL).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Roberto A. R. *Os militares e a Constituinte: poder civil e poder militar na Constituição*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- Anderson, Perry. “O Brasil de Lula”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 91, 2011, pp. 23-52.
- Bonelli, Maria da Glória. *Professionalismo e política no mundo do Direito*. São Carlos: EDUFSCar/Fapesp, 2002.
- Carvalho, José Murilo de. *On the Belief System of the Brazilian Military*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política — UFMG, 1968.
- . “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1974, pp. 183-234.
- . *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- Castro, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- . “A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, 1993, pp. 225-31.
- Champy, Florent. *Nouvelle théorie sociologique des professions*. Paris: PUF, 2011.
- Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.
- . “A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico”. *IBB*, n. 19, 1985, pp. 5-19.
- Góes, Walder de. “O novo regime militar no Brasil”. *Dados*, v. 27, n. 3, 1984, pp. 361-75.
- Gomes, Júlio César. *Mulheres no campo de Marte: um estudo sobre o habitus de gênero na oficialidade do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Capes/Editora da PUC-Rio, 2018.
- Hunter, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil: Politicians against Soldiers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.
- Huntington, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- Inglehart, Ronald. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- Jungmann, Raul (org.). *Discursos proferidos na ocasião do lançamento da Frente Parlamentar da Defesa Nacional*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2009.
- Mathias, Suzelei Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.
- McCann, Jr., Frank D. “Origins of the New Professionalism of the Brazilian Military”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, 1979, pp. 505-22.
- Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em: [www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf). Acesso em 7/9/2019.
- Moskos, Charles C. “From Institution to Occupation: Trends in Military Organization”. *Armed Forces and Society*, v. 4, n. 1, pp. 41-50, 1977.
- Neri, Marcelo Córtes. “Apresentação”. In: Silva Filho, Edison Benedito da; Moraes, Rodrigo Fracalossi (orgs.). *Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- Norris, Pippa (org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Nova York: Oxford University Press, 1999.
- Pateman, Carole. *Participation and Democratic Theory*. Nova York: Cambridge University Press, 1970.
- . “The Civic Culture: a Philosophic Critique”. In: Almond, Gabriel; Verba, Sidney (orgs.). *The Civic Culture Revisited*. Boston: Brown and Company, 1980, pp. 57-102.
- Raposo, Eduardo; Carvalho, Maria Alice Rezende de; Schaffel, Sarita. *Para pensar o Exército Brasileiro no século XXI*. Brasília/Rio de Janeiro: Capes/PUC-Rio, 2019.
- Stepan, Alfred. *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1971.

---

Recebido para publicação  
em 10 de setembro de 2019.  
Aprovado para publicação  
em 12 de novembro de 2019.

### NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

115, set.–dez. 2019

pp. 637-651

---

- \_\_\_\_\_. "The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion". In: *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven: Yale University Press, 1973, pp. 47-65.
- Teixeira, Helder Bezerra. *Geisel, os militares e o projeto distensionista: transição para a democracia ou continuísmo da ingerência militar na política brasileira?* Dissertação (mestrado em Ciência Política). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- Torres, Leonor Lima. "Cultura das organizações: enfoques dominantes, tendências internacionais e novas propostas analíticas". *BIB*, n. 66, 2008, pp. 47-63.
- Werneck Vianna, Luiz; Carvalho, Maria Alice Rezende de; Burgos, Marcelo. "Quem somos. A magistratura que queremos". Brasília/Rio de Janeiro: Associação dos Magistrados Brasileiros/PUC-Rio, 2018.
- \_\_\_\_\_. *et al. Judicialização da política e das relações sociais*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- Winand, Érica; Saint-Pierre, Héctor Luís. "O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino". In: Saint-Pierre, Héctor L. (org.). *Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- Zaverucha, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_.; Teixeira, Helder B. "A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese". *BIB*, v. 55, 2003, pp. 59-72.





## SAME-SEX MARRIAGE IN THE BRAZILIAN SUPREME COURT

### Legal Reasoning and the Risk of a Regressive Turn<sup>1</sup>

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030008>

FLAVIA PORTELLA PÜSCHEL\*

#### ABSTRACT

This paper investigates how far the Brazilian Supreme Court has argumentatively committed itself to upholding same-sex marriage in the face of prospective restrictive legislation based on the reasoning the court used in its 2011 ruling about same-sex domestic partnerships. The paper concludes that the separation of litigation over domestic partnerships and marriage may have led to the risk of a regressive turn concerning gay rights on this matter.

**KEYWORDS:** *same-sex marriage; same-sex domestic partnership; Brazilian Supreme Court; legal reasoning; separation of powers*

#### Casamento homoafetivo no Supremo Tribunal Federal: argumentação jurídica e o risco de retrocesso

#### RESUMO

Este artigo pretende estabelecer em que medida o STF comprometeu-se argumentativamente a sustentar a inconstitucionalidade de possível legislação restritiva ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, com base nos argumentos que fundamentaram sua decisão sobre união estável homoafetiva. Conclui-se que a separação da litigância sobre união estável e casamento pode ter resultado em risco de retrocesso em relação aos direitos das pessoas homossexuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** *casamento homoafetivo; união estável homoafetiva; Supremo Tribunal Federal; argumentação jurídica; separação de poderes*

[\*] Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: [flavia.puschel@fgv.br](mailto:flavia.puschel@fgv.br)

[1] The author wishes to thank the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) for funding the presentation of the first version of this paper at the Law and Society Association 2019 Annual Meeting, the anonymous

#### INTRODUCTION

The social battle for same-sex marriage in Brazil played out in the Judiciary and was accomplished through one ruling by the Supreme Court (Supremo Tribunal Federal – STF), one ruling by the Superior Court of Justice (Superior Tribunal de Justiça – STJ),<sup>2</sup> both from 2011, and one administrative act by the National Justice Council (Conselho Nacional de Justiça – CNJ), in 2013.<sup>3</sup>

What is most interesting in this case is that the ruling by the Supreme Court was in fact not about same-sex marriage, but about same-sex *domestic partnerships*. This is due to the fact that gay marriage advocates in Brazil adopted an incremental approach to gay marriage litigation, aiming first at the recognition of same-sex domestic partnerships as families under the law (Moreira [2012], note 1, pp. 1.003-7).

Based on an interpretation of the Supreme Court ruling on same-sex domestic partnerships, the Superior Court of Justice later that same year granted a lesbian couple the right to get a marriage license.

Finally, two years later, based on these High Court rulings, the National Justice Council, which is the authority responsible for regulating and supervising officials that issue marriage licenses and perform weddings, allowed same-sex marriages without the need of a prior permission issued by a court of justice.<sup>4</sup>

Between 2013 and 2016, 19,522 same-sex couples were legally married in Brazil.<sup>5</sup> In the meantime, as a reaction to these developments, Congress has been debating a new statute to expressly restrict the concept of family to heterosexual couples, therefore banning same-sex marriage (Nagamine; Barbosa [2017], p. 224).<sup>6</sup> In view of the result of the recent presidential election, won by the radically conservative Jair Bolsonaro, and of the increase in the number of conservative congressmen,<sup>7</sup> there has been concern that this or another restrictive bill will find a favorable political climate and be passed.<sup>8</sup>

Newspapers report that many gay couples rescheduled their weddings to an earlier date, fearing that they would not be able to get married anymore, once the next legislature started in 2019.<sup>9</sup>

That fear did not turn into reality during the first year of president Bolsonaro's term. Other matters—mainly a major social security reform—have dominated the political agenda thus far. But with three more years to go, the risk of a regressive turn in legislation concerning same-sex marriage is still significant.

This paper aims at assessing the chances of a statutory ban on same-sex marriage being considered constitutional by the Brazilian Supreme Court considering the *reasoning* the Supreme Court used in its 2011 domestic partnership ruling.

The goal of the paper is not to criticize the arguments used by the Supreme Court from the perspective of legal theory or constitutional doctrine,<sup>10</sup> but to establish how far the court has—or has not—argumentatively committed itself to upholding same-sex marriage in the face of (prospective) restrictive legislation when it ruled on same-sex domestic partnerships.

Clearly, the risk of a regressive turn considering same-sex marriage is not determined exclusively by the commitment of the Supreme

reviewers of *Novos Estudos* for their careful reading and criticism that resulted in the improvement of the work, and Ricardo Savignani Álvares Leite for his research assistance.

[2] The Superior Court of Justice (Superior Tribunal de Justiça) is the highest court in matters concerning federal law.

[3] Before it reached the high courts, the question made its way through lower courts. Adilson José Moreira describes this process in detail and explains why an incremental approach was the preferred litigation strategy (Moreira, 2012).

[4] CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Resolução 175/2013. Available at: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Last accessed on: 28 February 2019.

[5] “Em três anos, cartórios registraram 19,5 mil casamentos homoafetivos”. Available at: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86781-em-tres-anos-cartorios-registraram-19-5-mil-casamentos-homoafetivos>. Last accessed on: 22 February 2019.

[6] In fact, Congress has been debating a number of statutes on this matter, some in favor of same-sex marriage, and others against it. Livia Gonçalves Buzolin describes and analyzes this debate in detail, taking into account the relation between Congress and the Supreme Court. According to her research, none of the bills has advanced much in the legislative process due, at least in part, to institutional aspects of the Brazilian legislative process that favor bills presented by the President over those presented by members of Congress. See Buzolin (2019), p. 110. This is a reason why the fact that the new president has an anti-gay agenda might make a difference.

[7] “Bancada evangélica cresce, mas metade não obtém reeleição”. *Folha de S.Paulo*, October 10, 2018. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bancada-evangelica-cresce-mas-metade-nao-obtem-releicao.shtml>. Last accessed on: 11 March 2019.

[8] Conservative parliamentary groups in the newly elected Congress are reported to be optimistic about

advancing their political agenda. These groups, often related to Christian churches, are strongly against gay marriage and in favor of the preservation of the monogamic family formed by a man and a woman. See: Marini; Carvalho (2018).

[9] “Casais gays antecipam casamento com medo de perder direitos sob Bolsonaro”, *Folha de S.Paulo*, November 5, 2018. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/casais-gays-antecipam-casamento-por-temer-retrocesso-em-gestao.shtml>. Last accessed on: 26 February 2019.

[10] Dimitri Dimoulis, Soraya Regina Gasparetto Lunardi, Virgílio Afonso da Silva and Paulo Gilberto Cogo Leivas make a qualitative doctrinal analysis of the Constitutional Court ruling on same-sex domestic partnerships. See: Dimoulis; Lunardi (2014); Silva (2014); and Leivas (2011).

[11] Brazilian Supreme Court justices often act individually and without much regard for coherence with past decisions. One recent example of that behavior can be seen in the way Justice Gilmar Mendes has changed his mind twice over the period of only seven years about the constitutionality of imprisoning convicted defendants in criminal cases still subject to Appeals to the Superior Court of Justice or the Supreme Court, acting as a swing vote in a highly politically charged case, involving the imprisonment of former president Luiz Inácio Lula da Silva. See: Püschel; Gebara (2018). In this context it is important to point out that, due to the Supreme Court’s institutional structure, any justice can stop any trial at will, by requesting more time to consider the case, which in practice amounts to veto power. Besides, the justice presiding over the court controls the docket and can postpone trial indefinitely. These institutional loopholes have often been used by various Supreme Court justices in politically sensitive cases and have also contributed to the court’s present legitimacy crisis. See: Arguelhes; Ribeiro (2018); and Mendes (2018).

[12] A crisis which involves the impeachment of a president and charges of corruption against several important politicians, including ex-presidents, governors and congressmen. Oscar Vilhena Vieira published

Court to its own past rulings. It may well be that coherence isn’t even one of the most relevant factors.<sup>11</sup>

Still, legal reasoning and coherence with past decisions have gained relevance due to the political context. The Supreme Court has been at the very center of the ongoing political crisis in Brazil<sup>12</sup> and under a lot of pressure regarding its relation to the Legislative and Executive branches, with accusations of erratic behavior, of surpassing its mandate, of not being impartial, and of yielding to political pressure (Dimoulis; Lunardi [2014], note 9, p. 4; Mendes [2018], note 10; Silva [2014], note 9; Nagamine; Barbosa [2017], note 5, p. 234; Vieira [2018], note 11, pp. 179, 210; Streck et al. [2009], p. 83).<sup>13</sup>

This led to a legitimacy crisis of the Supreme Court, which makes it particularly important for it to decide on the basis of legal arguments and to maintain coherence with past decisions (Vieira [2018], note 11, pp. 211-3). In face of that, the analysis of the reasoning in the 2011 same-sex partnership ruling aims at determining how difficult—or how easy—it would be for the court to yield to conservative political forces and still save, so to say, face from a legal point of view.

In other words, this paper looks at an often forgotten element of the power struggle between the Judiciary, the Legislature and the Executive, which is the relevance of legal arguments and coherence for the legitimacy of courts through the Rule of Law.<sup>14</sup>

I will start by offering a very brief view of the Brazilian Judicial System in what concerns the matter treated in this paper, focusing on the relationship between the Supreme Court and the Superior Court of Justice as well as on the legal effect of their respective rulings.

Next, I will examine the 2011 rulings by the Supreme Court and the Superior Court of Justice that led to same-sex marriage being legally admitted in Brazil. In examining the Supreme Court ruling I will focus especially on arguments relevant to the relation between same-sex domestic partnerships and marriage. As for the ruling by the Superior Court of Justice, I will aim attention at how the Superior Court of Justice interpreted the ruling by the Supreme Court as a precedent for same-sex marriage, that is, how the Superior Court of Justice built the argumentative link between the recognition of same-sex domestic partnerships by the Supreme Court and its own recognition of same-sex marriage.

Finally, I will conclude by summing up the frailties resulting from the fact that the process of legal recognition of same-sex marriage in the Brazilian experience has been based on a Supreme Court ruling about domestic partnerships and the concept of family, and by evaluating the degree to which the ruling in the domestic partnership case may represent an argumentative burden—and therefore also a political burden—to the Supreme Court if faced with regressive legislation concerning gay rights on this matter.

The practical relevance of allowing same-sex marriage is insignificant nowadays, since legal consequences of marriage and domestic partnerships are the same. The Supreme Court has itself contributed to the irrelevance of the distinction when it recently ruled it unconstitutional to distinguish inheritance rights of spouses and domestic partners.<sup>15</sup>

Still, limiting or prohibiting marriage for same-sex couples can be considered an important setback since it would mean the loss of a right. Not only that, but it would leave the door open for the reintroduction of distinctions in legal effects in the future. Most importantly, marriage seems to carry great symbolic meaning. Be that as it may, it remains a fact that many homosexual individuals consider it important and wish to get married.

#### CONSTITUTIONAL REVIEW AT THE TOP OF THE BRAZILIAN JUDICIAL SYSTEM

Brazil belongs to the Civil Law tradition. The Brazilian Supreme Court is the only one with the power to judge the constitutionality of statutes or certain interpretations of statutes in the abstract.<sup>16</sup>

Constitutional control in the abstract is done by means of a few possible legal actions, that are brought directly to the Supreme Court, such as the Direct Action of Unconstitutionality, which was used in this case (art. 102, I of the Brazilian Constitution).

The Constitution establishes who is entitled to bring such direct actions, in its art. 103. In the case at hand, it was brought by the governor of the state of Rio de Janeiro and the Federal Prosecuting Office (Procuradoria-Geral da República).<sup>17</sup>

By means of a Direct Action of Unconstitutionality the entitled individual or institution asks that the Supreme Court declare the unconstitutionality of federal or state law, or of normative acts by the Administration.

There are technically no opposing parties in Direct Actions of Unconstitutionality (Dimoulis; Lunardi [2011], note 14, pp. 224-6). The plaintiff and the authority that enacted the challenged rule are heard, the head of the Federal Prosecuting Office (Procurador-Geral da República) gives a legal opinion and the Attorney General (Advogado-Geral da União) defends the challenged statute or provision (Art. 103, §1º and Art. 103, §3º of the Brazilian Constitution). Besides that, nowadays the procedure is open to interested third parties (*amici curiae*), and public hearings can be held, in which members of society have a chance to present their point of view (L. n. 9.868/1999, art. 7º, § 2º).

The rulings of the Supreme Court in Direct Actions of Unconstitutionality are binding upon the federal and state Judiciary, as well as the Administration in every level (L. n. 9.868/1999, art. 28, § único).

a detailed description and analysis of the role of the Supreme Court in the Brazilian political crisis. See: Vieira (2018), pp. 161-218.

[13] According to Dimitri Dimoulis and Soraya Regina Gasparetto Lunardi, the ruling on same-sex domestic partnerships by the Supreme Court is itself an instance in which the court preferred a result that was satisfactory from a political point of view over argumentative accuracy (Dimoulis; Lunardi, 2014, note 9, p. 17). Oscar Vilhena Vieira sees the ruling on same-sex domestic partnerships as the one in which the Supreme Court most directly challenged the will of the democratic majority (Vieira, 2018, note 11, p. 195).

[14] The relation between coherence and the Rule of Law is a theoretical premise I will not go into in this paper. For reference on this point, see: MacCormick (2005), pp. 188-203; Dworkin (1986), pp. 228-38; Püschel; Aquino (2019), pp. 187-92.

[15] Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário n. 646.721, Plenário, Relator para o acórdão: Min. Roberto Barroso, j. 10/05/2017. Available at: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13579050>. Last accessed on: 3 December 2019.

[16] Every justice and tribunal in the country can decide constitutional matters incidentally, when they constitute a premise to the ruling of a case, as long as there is no binding ruling by the Supreme Court on the matter. See: Dimoulis; Lunardi (2011), pp. 288-9; 300-2.

[17] There were originally two different lawsuits questioning the constitutionality of the same federal statute, so they were tried as one.

Formally, the Supreme Court does not revoke statutes it rules to be unconstitutional but determines that they are not to be applied, or not to be applied in a certain way.

Alongside the Supreme Court, the Superior Court of Justice is the highest judicial authority on matters concerning Federal Law (Art. 105 of the Brazilian Constitution). It has, as every other judicial authority in the country, the power to incidentally decide matters of constitutionality but is bound by previous Supreme Court rulings in Direct Actions of Constitutionality (among other binding rulings by the Supreme Court).

Naturally, the Supreme Court is not bound by Superior Court of Justice's rulings in matters of constitutional review.

The ruling of the Superior Court of Justice on same-sex marriage is an instance of constitutional question that was decided incidentally in a case concerning the interpretation of the Brazilian Civil Code, which is a federal statute.<sup>18</sup>

In short, in this paper I will discuss one binding ruling by the Supreme Court (on the matter of same-sex domestic partnerships) and one—not binding—ruling of the Superior Court of Justice. Only the latter deals directly—albeit incidentally—with the matter of the constitutionality of a ban on same sex marriage.

As stated earlier, the idea is not to criticize the arguments used by the Supreme Court from the perspective of legal theory or constitutional doctrine, but to establish how far the court has argumentatively committed itself to upholding same-sex marriage through its ruling on same-sex domestic partnerships.

#### **FROM SAME-SEX DOMESTIC PARTNERSHIP TO SAME-SEX MARRIAGE: THE 2011 RULINGS**

##### *1. Same-sex domestic partnership at the Supreme Court*

Brazil has a very complex and detailed Constitution that contains provisions regarding family law. In its art. 226 it establishes that family is the basis of society and is entitled to special protection by the State.

On defining family, the Constitution expressly states that the domestic partnership between “a man and a woman” constitutes a family and is therefore entitled to special protection by the State. Moreover, it determines that the law must further the conversion of domestic partnerships into marriage.

Art. 1723 of the Brazilian Civil Code also explicitly determines that a domestic partnership between a man and a woman constitutes a family.

What was asked of the Supreme Court was to declare it unconstitutional to interpret the Civil Code as excluding domestic partner-

[18] There are authors who see the right to convert same-sex domestic partnerships into marriage as a simple consequence of the general binding effect of the 2011 ruling by the Supreme Court, such as Lenio Luiz Streck and Rogério Montai de Lima (2011). As we will discuss later, this is not how the Superior Court of Justice understood it.

ships between people of the same sex from being considered families for legal purposes.

The case was tried by the Supreme Court on May 2011. Ten justices took part in the trial<sup>19</sup> and unanimously voted to declare this interpretation of the Civil Code (and, therefore, of the constitutional text itself) unconstitutional. When their individual opinions and arguments are considered, however, it is possible to see a significant divide.<sup>20</sup>

Since what matters for the purposes of this paper is to what extent the ruling about same-sex domestic partnerships argumentatively implies a position of the court on same-sex marriage, I will not reconstruct the justices' opinions in full detail.<sup>21</sup>

When examined from the point of view of an argumentatively implied position on same-sex marriage, it is possible to identify in fact two lines of reasoning, which go as follows:<sup>22</sup> (a) the *systematic interpretation* line of reasoning, and (b) the *gap* in the Constitution line of reasoning.<sup>23</sup> The first one (a), adopted by six of the nine justices, is based on the systematic interpretation of the Constitution. According to these justices, to exclude same-sex couples from the concept of family would be incompatible with several constitutional principles and fundamental rights and is, therefore, unacceptable.

In the words of Minister Marco Aurélio, “the isolated and literal interpretation of art. 226, § 3º of the Constitution cannot be admitted, for it leads to a conclusion that is contrary to fundamental constitutional principles [...]”.<sup>24</sup>

It would primarily be a violation of the constitutional principles of equality (art. 5) and of non-discrimination on the basis of sex (art. 3, IV).<sup>25</sup>

In the words of Minister Ayres Britto, “equality between hetero- and homosexual couples can only be fully accomplished if it includes the equal right to form a family” (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 25).

Great emphasis is put on the counter-majoritarian role of Supreme Courts and the protection of minority rights.

The explicit reference made to “man and woman” in the constitutional text is tackled in different ways by justices adopting this first line of reasoning.

Some of them dismiss it by saying it was not the intention of the legislature to limit domestic partnerships to heterosexual couples.

Minister Ayres Britto, for instance, considers that “the reference to man and woman must be understood as a strategy of normative reinforcement, that is, as a way to stress that there is not to be any hierarchy between men and women, as a way to face our patriarchal tradition. It is not about excluding homosexual couples, for the point is not to

[19] Justice Dias Toffoli could not participate in the trial because he had already taken part in the case in another capacity. Justice Ellen Gracie took part in the trial and voted for the acknowledgement of same-sex domestic partnerships. At the trial session, she spoke only briefly and stated that she would give a written opinion (TV Justiça. STF, Sessão Plenária de 05/03/2011. Available at: <<https://youtu.be/SQ5iLsdMY14>>. Last accessed on: 1 December 2019). For a reason that could not be determined, her opinion is not part of the official court decision published by the Supreme Court, and, therefore, could not be considered in this article. Since Justice Gracie has since retired, arguments in her missing opinion are likely to have no influence over the court.

[20] In Brazilian Tribunals, there is no opinion of the court. Every judge writes their own opinion, and the result of the trial does not depend on there being a majority for any supporting reasoning. This means that, at least in theory, a unanimous vote in the Supreme Court may be the result of eleven different reasons, the same number as the justices that sit on the Court.

[21] A more thorough reconstruction of the arguments can be found in the works referred in note 10 and—from the point of view of critical discourse analysis—in: Moraes; Camino (2016).

[22] There are differences internal to each of the lines as well, but they are mainly in emphasis and unimportant for the goals of this paper.

[23] This difference in argument was identified also by Moraes and Camino (2016), note 30, pp. 656; 658. According to these authors, arguments based on analogy focus on the differences between heterosexual and homosexual individuals, while arguments based on constitutional principles focus on equality under the law.

[24] Supremo Tribunal Federal, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132, Plenário, Relator: Min. Ayres Britto, j. 05/05/2011. Available at: <http://redir.stf.jus.br/pagina.dorpub/pagina.dor.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Last accessed on: 12 February 2019, p. 213.

[25] Among others, such as the principle of human dignity and the rights to privacy and self-determination.

distinguish heterosexuality and homosexuality” (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 28-9).

According to Minister Luiz Fux, the rule was written in that way “in order to take domestic partnerships out of the shadow and include them in the concept of family. It would be perverse to give a restrictive interpretation to an indisputably emancipatory norm” (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 74).

Other justices, such as Minister Cármen Lúcia, acknowledge this argument to be impossible considering the records of the congressional debates that lead to the adoption of the norm, in which the goal to limit domestic partnerships to heterosexual relationships is very clear (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 92-3).

The reason she considers the literal interpretation of this norm to be inadmissible is that the Constitution must be understood as a harmonious whole. Minister Cármen Lúcia says: “Once the right to freedom is granted [...] it is necessary to guarantee the possibility of actually exercising it. It would make no sense if the same Constitution that establishes a right to freedom and prohibits discrimination [...] would contradictorily prevent its exercise by submitting individuals who want to exercise their right to make free personal choices to social prejudice and discrimination” (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 91-4).

Justices adopting the second line of reasoning (b), on the other hand, admit that the Constitution *does not* regulate same-sex domestic partnerships and see this as a gap in the constitutional text.

Since it would be against basic constitutional principles and fundamental rights to completely deny homosexual individuals the right to form a family, that gap must be filled by analogy. And since heterosexual domestic partnerships are the closest form of family to homosexual domestic partnerships, the rules about heterosexual domestic partnerships must be applied to homosexual partnerships, by analogy.

At first glance it might not seem like much of a difference, but this argument leaves room for distinction between heterosexual and homosexual domestic partnerships, since they are not considered to be the *same*, only *similar*. The reasoning assumes that there are (or might be) relevant differences, which means that not all rules that apply to heterosexual domestic partnerships necessarily apply to homosexual domestic partnerships.

This is made clear in the opinions of all the three justices who adopted the second line of reasoning in their opinions.

Minister Ricardo Lewandowski, for instance, explicitly states that the regulation of heterosexual domestic partnerships should be applied to homosexual domestic partnerships, but “only in aspects in which they are similar, and not in aspects that are typical of the rela-

relationship between people of opposite sexes” (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 112).

Minister Gilmar Mendes says that “in view of the complexity of the social phenomenon at hand there is a risk that, in simply equating heterosexual relationships with homosexual relationships, we might be treating as equal situations that will, in time, prove to be different” (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 138).

Minister Cezar Peluso states that not all the rules on domestic partnerships apply to homosexual domestic partnerships since they are not the same and “it is necessary to respect the particulars of each institution” (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 268).

None of them specifies what the relevant differences might be or what norms are not to be applied to same-sex domestic partnerships, but there are indications that they might be considering the rule that says the law must further the conversion of domestic partnerships into marriage.

Minister Gilmar Mendes, for instance, expressly refers to the conversion into marriage as an example of the aspects that could be a problem if both types of domestic partnerships were considered to be the same (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 195).

Finally, they also make it clear that the ruling should not be understood as excluding regulation by the Legislature (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 112, 182, 269).

Minister Gilmar Mendes and Minister Ricardo Lewandowski expressly say that the ruling by the Supreme Court should be considered a temporary solution, pending statutory regulation by the Legislature (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 111-2, 182).

What this closer analysis of the justices’ opinions shows is that, though it remains a fact that a six to three majority of the justices did not make any explicit distinctions between heterosexual and homosexual domestic partnerships, this point is not as uncontroversial as a unanimous vote suggests.

Besides, even the systematic interpretation reasoning endorsed by the majority of the justices is not outright pro same-sex marriage. The pleading presented to the Supreme Court framed the issue as a question of whether same-sex domestic partnerships constitute families for legal purposes. This means not only that there is no ruling about same-sex marriage by the Supreme Court, but also that, since marriage is not necessary to form a family under the law, the question of marriage doesn’t even incidentally come up in the opinions of justices that apply the systematic interpretation reasoning. Whether the justices’ argument implies the right to marry is a question of interpretation, which can be controversial in the case of some of the opinions.

Justice Ayres Britto, for instance, refers to the fact that the previous Constitution considered marriage as the *only way* to form a family under the law, unlike the present Constitution, which considers marriage as *one of various ways* to do it, so that marriage and domestic partnerships are *different*, but produce the *same result*, that is, the formation of a family under the law (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 46-7).

If the relevant result is the formation of a family, and that can be achieved through domestic partnerships, does it follow that equality is satisfied by the acknowledgement of a right to form same-sex domestic partnerships? The answer to this question is unclear.

Justice Marco Aurélio states that the total impossibility of forming a family would stall the life plans of homosexual individuals and would, therefore, be a violation of their human dignity (Supremo Tribunal Federal, note 24, p. 212).

Would the relative impossibility of forming a family by marriage also be a violation of human dignity? The answer is, once more, unclear.

## *II. Same-sex marriage at the Superior Court of Justice*

Roughly five months after the ruling of the Supreme Court was issued, the Superior Court of Justice tried the case of two women who were denied a marriage license on the basis that marriage is only allowed between a man and a woman.

The case reached the court as an appeal from two previous judicial decisions against the plaintiffs. The couple argued that they were entitled to a marriage license since being of the same sex is not listed as an impediment to marriage in the Civil Code.

The statutory rule being challenged is not exactly the same as in the constitutional case, although they are both rules from the same statute, that is, the Civil Code.

It could be argued that the right to get married and, therefore, the right to be issued the necessary license is simply a regular effect of the ruling by the Supreme Court, based on the idea that, since the Constitution determines that same sex domestic partnerships can be converted into marriage and the same rules apply to either heterosexual or homosexual domestic partnerships, it makes no sense to say that same-sex marriage is legally impossible. If so, since a ruling by the Supreme Court in the abstract is binding on officials responsible for issuing marriage licenses, there wouldn't in fact be a case for the Superior Court of Justice to hear.

But this is not the way the Court itself saw the matter. It referred to the ruling by the Supreme Court but considered the question of issuing a marriage license to same-sex couples to be *different* from the question of recognizing same-sex domestic partnerships.

The panel that tried this case was made up of five justices and the vote was four to one in favor of the right of the lesbian couple to be issued a marriage license (and, therefore, of course, get married).

In this case, there was agreement among the majority concerning the basis for the decision. In the words of the rapporteur, Minister Luis Felipe Salomão, the point was to determine “whether the reasoning applied in the case of domestic partnership [by the Supreme Court] can also be applied to the case of marriage license to people of the same sex”.<sup>26</sup> He refers to the ruling by the Supreme Court and concludes that it “has indicated that the ruling adopted in that case could be applied to cases beyond same-sex domestic partnerships” (Superior Tribunal de Justiça, note 37, p. 12).

The dissenting vote is based on a different understanding of the ruling by the Supreme Court. According to Minister Raul Araújo, his colleagues are making a wrong interpretation of the Supreme Court ruling and broadening its original scope (Superior Tribunal de Justiça, note 37, p. 36).

So, this is where we stood by the end of 2011: there was a generally binding ruling on same-sex domestic partnership, but only a non-binding<sup>27</sup> ruling on same sex marriage.

There was a lot of confusion about how to interpret the ruling by the Supreme Court, especially about the possibility of converting same-sex domestic partnerships into marriage. A newspaper article from 2011 reports that in São Paulo—the largest city in the country—after the Supreme Court ruling, only 3 out of 58 registry officials were accepting such requests.<sup>28</sup>

This means that the lesbian couple who were the plaintiffs in the case before the Superior Court of Justice could get married, but other same-sex couples still had to file individual lawsuits demanding a court permit, with all the costs and risks this entails.

This situation changed when, in 2013, based on both 2011 court rulings, the National Justice Council, which is an agency responsible for the administrative supervision of the judicial system, issued its Resolução 175/2013, determining that officials cannot refuse to perform same-sex marriages or to convert same-sex domestic partnerships into marriage (Conselho Nacional de Justiça, note 3).

The National Justice Council is an administrative organ belonging to the Judicial System. It does not have either jurisdictional or legislative power, but only administrative power to regulate the Judicial System according to legislation and binding court rulings (Art. 103-B, § 4º of the Brazilian Constitution).

It is presided over by an appointed member of the Supreme Court, who at the time was Justice Joaquim Barbosa. Justice Barbosa had taken part in the 2011 trial and adopted the *systematic interpretation* line of reasoning.

[26] Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 1.183.378, 4ª Turma, Relator Minister Luis Felipe Salomão, j. 10/25/2011. Available at: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1099021&num\\_registro=201000366638&data=20120201&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1099021&num_registro=201000366638&data=20120201&formato=PDF). Last accessed on: 12 February 2019, p. 13.

[27] That the ruling is non-binding means it affects only the parties to this particular lawsuit.

[28] *Folha de S.Paulo*. “Conversão de união homossexual ainda é polêmica”. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/bsp/cotidian/ff2105201133.htm>. Last accessed on: 1st March 2019.

The Council is composed of 14 other counselors. At the session in which the Resolução 175/2013 was passed, the representative of the Federal Prosecuting Office (Procuradoria-Geral da República) opposed it, based on the indications that some of the Supreme Court justices who took part in the trial of the same-sex domestic partnership case did not agree on the matter of same-sex marriage. As a reply to this, Justice Joaquim Barbosa stated that the difference concerning the reasoning is insignificant.<sup>29</sup>

The Resolução 175/2013 was passed by a majority vote and was opposed by only one of the members of the Council, Maria Cristina Peduzzi, according to whom the question of same-sex marriage must be decided by the Legislature and is therefore beyond the National Justice Council's mandate (Conselho Nacional de Justiça, note 53).

Since then, homosexual and heterosexual couples have been getting married through the exact same procedure. Still, since the National Justice Council does not have jurisdictional nor legislative power, but only administrative authority, the resolution issued by the agency doesn't have the same rank as a statute enacted by the Legislature or a final decision by the Judiciary on the interpretation of a statute or of the Constitution.

In fact, even its administrative power is debatable in this case. One political party, the Partido Social Cristão (PSC), already questioned before the Supreme Court the agency's power to regulate the matter.<sup>30</sup>

Its main argument is that the Council overstepped its authority and wrongfully seized a prerogative of the National Congress (Congresso Nacional), in violation of the separation of Powers of the State. Furthermore, according to the plaintiff, the Council expanded the effects of the ruling of the Supreme Court beyond its scope, since same-sex marriage was not the object of the court's ruling.<sup>31</sup>

#### FEET OF CLAY

The right to same-sex marriage in Brazil is based on a ruling on same-sex domestic partnerships, which does not in fact handles the matter of marriage. This resulted in soft spots that contribute to the risk of it being extinguished or limited.

Firstly, since the right to same-sex marriage was universalized by administrative regulation, it can also be de-universalized by the same means, by legislation or by a Supreme Court ruling. This would not mean the end of same-sex marriage, but couples would have to go back to individually asking for a court permit, making it considerably more difficult.

More importantly, if same-sex marriage is banned or limited by statute, the question will most certainly be submitted to the Supreme

[29] Conselho Nacional de Justiça, 169<sup>th</sup> Ordinary Session of the National Justice Council, 14/05/2013. Available at: <https://youtu.be/cL-SiREtbBbM>. Last accessed on: 2 December 2019.

[30] Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.966 — Andamento processual. Available at: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4419751>. Last accessed on: 28 February 2019. Still pending trial.

[31] Partido Social Cristão, Petição inicial na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.966. Available at: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3952299&prcID=4419751&id=s#>. Last accessed on: 2 December 2019. The Federal Prosecuting Office (Procuradoria-Geral da República) presented its legal opinion on this case. Contrary to the address of its representative at the session in which the National Justice Council issued its Resolução 175/2013, this time the Federal Prosecuting Office considered same-sex marriage to be simply a logical consequence of the ruling of the Supreme Court in the same-sex domestic partnership case. See: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4419751>.

Court. In that case, even if the court upholds its own ruling on same-sex domestic partnerships, that does not mean that it will necessarily uphold same-sex *marriage*. As shown above, both lines of reasoning that support the recognition of same-sex domestic partnerships as families under the law do not necessarily pose an argumentative constraint. The court might interpret its own precedent as being limited to same-sex domestic partnerships.

In recent years, the Supreme Court has been an important agent of progress in the protection of minority rights in Brazil (in rulings about abortion, name changing for transgender people, adoption by same-sex couples, etc.). It has done so even under president Bolsonaro, in the recent decision in which the court recognized homophobia as a crime, even in the absence of statutory provision to that effect.<sup>32</sup>

Still, the analysis of the reasoning in the ruling on same-sex domestic partnerships shows that the Supreme Court left the argumentative path clear to adaptation to a change in political climate.

Justices who adopted the *gap in the constitutional text* line of reasoning did not commit themselves to applying to same-sex domestic partnerships all the rules that apply to opposite-sex domestic partnerships. On the contrary, as mentioned above, they indicated that this must not be so.

Besides that, they indicated that the ruling by the Supreme Court on the matter should be considered a temporary solution, while there is no statutory regulation by the Legislature (Supremo Tribunal Federal, note 24, pp. 111-2, 182).

Even the justices who adopted the *systematic interpretation* line of reasoning have not expressly admitted a right to same-sex marriage, as seen above. In fact, the focus on the right to form a family might have introduced an argumentative way out of the logical implications of the *systematic interpretation* reasoning.

Considering the tension between the court and the Legislature, and since some room for legislation must be accommodated to legitimize the Supreme Court itself, a less radical conservative position such as admitting same-sex families (through domestic partnerships) while excluding same-sex marriage could very well be the court's way out of its constitutional and political conundrum.

Finally, it should be considered that president Bolsonaro will appoint at least two Supreme Court justices until the end of his term, which may affect the balance of the court, leading it in a more morally conservative direction.<sup>33</sup>

In view of that, we must conclude that the right to same-sex marriage in Brazilian law still stands on shaky ground. Even though the incremental litigation strategy used by gay marriage advocates was effective in achieving equal legal treatment, it may have resulted in

[32] Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26, j. 13/06/2019. Available at: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Last accessed on 03 December 2019.

[33] Since 2011, four out of the eleven justices of the Supreme Court have retired, including Justice Cezar Peluso, one of the three justices who adopted the *gap in the constitution* line of reasoning. The views concerning same-sex domestic partnerships of some of the justices who replaced them are known. Luis Roberto Barroso acted as pro bono attorney for one of the plaintiffs in the constitutional case and has published academic work expressing his approval of the legal recognition of same-sex domestic partnerships. See: Barroso (2011). Luiz Edson Fachin also has published academic work favorable to the recognition of same-sex domestic partnerships. See: Fachin (2003), p. 126. As for future retirements, two justices will leave the court until 2021: Justice Marco Aurélio and Justice Celso de Mello, both of whom adopted the *systematic interpretation* line of reasoning in the same-sex domestic partnership case.

Received for publication  
on September 10, 2019.

Approved for publication  
on November 30, 2019.

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

115, Sept.–Dec. 2019

pp. 653-665

making the right to marry vulnerable to backlash by separating litigation over domestic partnerships and marriage, and by focusing on the right to form a family.

FLAVIA PORTELLA PÜSCHEL [<https://orcid.org/0000-0002-6120-4395>] has a PhD from the Universidade de São Paulo, is an Associate Professor at the Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, and was fellow and visiting scholar at the Exzellenzcluster “Die Herausbildung normativer Ordnungen”, at the Goethe-Universität Frankfurt am Main (2011).

## REFERENCES

- Arguelles, Diego Werneck; Ribeiro, Leandro Molhano. “Ministrocracia. O Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro”. *Novos Estudos Cebrap* 37 (2018), pp. 13-32.
- Barroso, Luis Roberto. “Diferentes, mas iguais. O reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil”. *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC* 17 (2011), pp. 105-38.
- Buzolin, Livia Gonçalves. *Direito homoafetivo. Criação e discussão nos Poderes Judiciário e Legislativo*. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.
- Dimoulis, Dimitri; Lunardi, Soraya. *Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais*. São Paulo: Atlas, 2011.
- . “Sacredness of the Constitutional Text and Interpretative Heresy: the Brazilian Supreme Court Decision on Same-Sex Civil Unions”. *FGV Direito SP Research Paper Series* 19, 2014. Available at: <<https://ssrn.com/abstract=2428423>> and <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2428423>>. Last accessed on: 26 February 2019.
- Dworkin, Ronald. *Law's Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- Fachin, Luiz Edson. *Direito de família: elementos críticos à luz do novo Código Civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- Leivas, Paulo Gilberto Cogo. “Análise argumentativa dos votos proferidos pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento que estendeu o regime jurídico da união estável às uniões entre pessoas do mesmo sexo”. In: Rios, Roger Raupp; Golin, Célio; Leivas, Paulo Gilberto Logo (eds.). *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- MacCormick, Neil. *Rhetoric and the Rule of Law: A Theory of Legal Reasoning*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Marini, Luisa; Carvalho, Ana Luiza de. “Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso”. *Congresso em Foco*, 2018. Available at: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>>. Last accessed on: 1st March 2019.
- Mendes, Conrado Hübner. “Na prática, ministros do STF agridem a democracia, escreve professor da USP”. *Folha de S. Paulo*, Jan. 28, 2018. Available at: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/01/1953534-em-espiral-de-autodegradacao-stf-virou-poder-tensionador-diz-professor.shtml>>. Last accessed on: 26 February 2019.
- . “Uma proposta com dez medidas elementares de ética para o STF”. *Folha de S. Paulo*, Feb. 9, 2019. Available at: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/uma-proposta-com-dez-medidas-elementares-de-etica-para-o-stf.shtml>>. Last accessed on: 26 February 2019.
- Moraes, Raquel; Camino, Leoncio. “Homoafetividade e direito: um estudo dos argumentos utilizados pelos ministros do STF ao reconhecerem a união homoafetiva no Brasil”. *Revista Direito GV* 12, 2016, pp. 648-66.
- Moreira, Adilson José. “We Are Family! Legal Recognition of Same-Sex Unions in Brazil”. *The American Journal of Comparative Law* 60, 2012, pp. 1.003-42.
- Nagamine, Renata Reverendo Vidal Kawano; Barbosa, Olívia Alves. “Homossexualidade, religião e direitos: a controvérsia sobre o Estatuto da Família no Brasil”. *Sociedade e Cultura* 20, 2017, pp. 214-39.
- Püschel, Flavia Portella; Aquino, Theófilo Miguel. “Segurança jurídica e coerência: uma reflexão sobre a uniformização de jurisprudência a partir da responsabilidade por abandono afetivo no STF”. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v. 64, n. 2, 2019, pp. 183-204.
- ; Gebara, Ana Elvira Luciano. “O ministro convencido? Estratégia argumentativa das mudanças de posição do Min. Gilmar Mendes sobre prisão após condenação em 2ª instância”. In: Cabral, Ana Lúcia Tinoco Cabral; Bueno, Francisco de Godoy (eds.). *Direito e linguagem: a Constituição de 1988*. Londrina: Thoth, 2018, pp. 179-98.
- Streck, Lenio Luiz; Barretto, Vicente de Paulo; Oliveira, Rafael Tomaz de. “Ulisses e o canto das sereias: sobre ativismos judiciais e os perigos da instauração de um ‘terceiro turno da constituinte’”. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito* 1, 2009, pp. 75-83.
- ; Lima, Rogério Montai de. “A conversão da união estável em casamento”. *Consultor Jurídico*, Jul. 6, 2011. Available at: <<https://www.conjur.com.br/2011-jul-06/união-homoafetiva-direito-conversao-união-estavel-casamento>>. Last accessed on: 1st March 2019.
- Silva, Virgílio Afonso da. “La unión entre personas del mismo género: ¿cuán importantes son los textos y las instituciones?”. *Discusiones* 15, 2014, pp. 171-203.
- Vieira, Oscar Vilhena. *A batalha dos poderes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.





## DA ORLA À SALA DE JANTAR

### Gênero e domesticidade na bossa nova e na tropicália

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030009>

HELOISA PONTES\*

RAFAEL DO NASCIMENTO CESAR\*\*

#### RESUMO

O artigo revisita a bossa nova e o tropicalismo por meio de uma dimensão até hoje pouco analisada: as relações entre modos de compor e modos de morar, com foco no entrelaçamento entre domesticidade, gênero e produção musical. Sustentado pelo pressuposto de que as casas envolvem a produção e a internalização de princípios hierárquicos, dispositivos classificatórios e mecanismos de subjetivação, atizados e enredados pelos marcadores sociais de classe, gênero, geração e raça, o artigo analisa os apartamentos de Nara Leão e de Caetano Veloso. Amplia, assim, a compreensão dos vínculos da bossa nova com experiência urbana no Rio de Janeiro e do tropicalismo com a dinâmica cultural e urbana de São Paulo.

**PALAVRAS-CHAVE:** *bossa nova; tropicalismo; Nara Leão; Caetano Veloso; casas; gênero e domesticidade.*

#### From the Shore to the Dining Room: Gender and Domesticity in Bossa Nova and Tropicalia

#### ABSTRACT

The article intends to understand two important musical movements within the Brazilian culture, bossa nova and tropicalismo, through a dimension seldom explored, that is, the way the artists' homes, spaces for subjectivity as well as for living domesticity, helped to shape the sociability, the musical practices and the gender relations within the artistic production in the two biggest Brazilian metropolis. As far as bossa nova is linked to the urban experience in Rio de Janeiro, tropicalismo is rooted, for a while, to the cultural and urban dynamics of São Paulo. The article is founded on interconnected grounds: first, in the idea that houses depend on the making of and on the internalization of hierarchical principles, of classifying patterns and of subjective dispositions; second, houses as artifacts which express worldviews and manners of behaving in space. These intertwined fundamentals open up promising ways of tackling the relations between the city and the cultural production, rooted in social marks of class, gender, race and generation.

**KEYWORDS:** *bossa nova; tropicalismo; Nara Leão; Caetano Veloso; houses; gender and domesticity.*

[\*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. E-mail: [helopontes@uol.com.br](mailto:helopontes@uol.com.br)

[\*\*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. E-mail: [rafaelnascimentoceasar@gmail.com](mailto:rafaelnascimentoceasar@gmail.com)

#### INTRODUÇÃO

Dentre os diversos artefatos culturais produzidos durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), o disco *Tropicália ou Panis et circensis* (Imagem 1) assinalou a um só tempo um choque e uma inflexão no modo de fazer e pensar a música popular do país. Lançado



Imagem 1. Capa do álbum *Tropicália ou Panis et circenses*, gravado em São Paulo em maio de 1968 e lançado em julho do mesmo ano pelo selo Philips do Brasil.

às vésperas da promulgação do Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968, ele trazia em sua concepção frescor inventivo e irreverência. As canções do disco, na maioria compostas e executadas pelos próprios tropicalistas, propunham sonoridades distintas sem se filiarem a um gênero musical determinado e manifestavam, em conjunto, uma oposição tanto à direita pró-regime quanto às frações da esquerda que buscavam separar o trigo “autêntico” da cultura nacional de seu joio “impuro” e subdesenvolvido.<sup>1</sup>

Com um apreço particular pelos recursos da paródia, do pastiche e, sobretudo, da alegoria, o tropicalismo retirou das contradições da so-

[1] O maestro Júlio Medaglia (1938), simpático às ideias tropicalistas, define com propriedade essa dinâmica de convergência de elementos díspares: “Tudo o que havia naquele convulsionado final de anos [19]60 estava presente dentro do tropicalismo. Era música fina, era música cafona, era música de vanguarda, era música do passado, era a refinada música debussyiana celestial, mas era também o Vicente Celestino, era o teremim e era o berimbau, era a poesia concreta e era o Cuica de Santo Amaro. Então, tudo se misturava num gi-

gantesco sarapatel fervendo que fazia com que nenhum valor se tornasse absoluto e nenhum valor sobrevivesse àquela crônica de costumes, de acontecimentos e comportamentos da época”. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=\_\_yyMucfbwbo>. Acesso em: 18/09/2018.

[2] Tanto o filme *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha, quanto a peça *O rei da vela* (1967), dirigida por José Celso Martinez Corrêa, foram considerados marcos de um tipo de arte crítica e engajada politicamente. Para Caetano Veloso, ambos foram fundamentais na concepção do movimento tropicalista.

[3] Nesse momento, o bairro *chic* Jardim Paulistano, muito mais comportado e protegido que o centro da cidade, acolhia uma burguesia cultivada e próxima ao mundo das artes, como mostra Camila Rosatti (no prelo). Agradecemos à autora pela leitura atenta do artigo, pelas sugestões valiosas e pela localização da casa de Olivier Perroy.

cidade brasileira a matéria-prima de sua produção simbólica. Inspirada nas instalações de Hélio Oiticica, nos filmes de Glauber Rocha e no teatro de José Celso Martinez Corrêa, a ideia de contrapor realidades socioculturais antagonicas — o arcaico e o moderno, o regional e o cosmopolita, os modos de vida tradicionais e a indústria cultural — subjazia a todas as iniciativas tropicalistas no intuito de formar uma imagem potente, porém irresolvida, de país (Schwarz, 2014; Ridenti, 2014). Nesse sentido, a opção pelo “excesso” (de sonoridades, de cores e de simbolismos) foi, segundo Santuza Naves (2000), a principal estratégia adotada por eles para romper com as formas culturais disponíveis à sua geração.

Não menos alegórica que as personagens de *Terra em transe* ou *O rei da vela*,<sup>2</sup> a capa do álbum *Tropicália ou Panis et circensis* conferiu um rosto definitivo à contraparte musical daquilo que acabaria sendo identificado como movimento, além de expressar de forma notável as intenções de seus membros. O cenário escolhido — a casa do fotógrafo Olivier Perroy, situada no Jardim Paulistano, bairro nobre de São Paulo (Rosatti, no prelo)<sup>3</sup> — conta com um grande vitrô ao fundo. Em frente a ele, um sofá branco ladeado por plantas ornamentais reúne os artistas, que miram sérios a lente. De autoria do próprio Perroy, a fotografia chama atenção por evocar os retratos de grupos vanguardistas do início do século XX, entre eles os dadaístas e os modernistas (Barat, 2018), e por colocar em primeiro plano as dimensões da família e da domesticidade. Segundo o historiador Christopher Dunn (2001), a posição de cada integrante na imagem parodiava deliberadamente as convenções hegemônicas de gênero, classe e sexualidade sob as quais haviam sido criados na primeira metade do século XX.

[Gal] Costa e [Torquato] Neto aparecem como um casal convencional e bem-comportado; [Gilberto] Gil senta-se no chão trajando um robe com motivos tropicais e segurando um retrato de [José Carlos] Capinan; [Rogério] Duprat segura delicadamente um penico como se fosse uma xícara de chá; Tom Zé interpreta o migrante nordestino, segurando um alforje de couro; Os Mutantes ostentam suas guitarras [...]. (Dunn, 2001, p. 93)

Posando como típicos burgueses, esses jovens na faixa dos trinta anos de idade representavam uma juventude escolarizada e sem medo de exercer a crítica às ideias, aos costumes e à moralidade vigentes num país sob forte repressão. No entanto, mais que a simples negação dos valores da família burguesa, a atitude debochada dos tropicalistas indicava a tensa coexistência de propostas políticas e estéticas até então inconciliáveis para a classe artística e intelectual brasileira. Enquanto elementos culturais considerados “de massa” (de Carmen Miranda a Beatles, passando pelos boleros cantados em espanhol) convergiam

com o que havia de mais rústico na música folclórica, o ideário antropofágico de Oswald de Andrade era seguido à risca, para horror dos adeptos do Centro Popular de Cultura (CPC) e das músicas de protesto ao estilo voz e violão.

Situado ao centro tanto do movimento tropicalista quanto da capa de seu disco-manifesto, Caetano Veloso (nascido em 1942) segura um retrato em preto e branco de Nara Leão (1942-1989) em que ela veste chapéu de praia e blusa regata — indumentária que contrastava fortemente com o “figurino ultrarrebelde” (Schwarz, 2012, p. 91) dos demais. O gesto, inusitado à primeira vista, reconhecia a importância da bossa nova para o tropicalismo e atestava a adesão tardia de sua antiga “musa” ao movimento que ali se inaugurava. De fato, Nara Leão, que ao contrário de seus colegas já tinha uma carreira consolidada como cantora em 1968, apenas lateralmente integrou a tropicália. Durante uma turnê pelo Nordeste brasileiro, quatro anos antes, ela conhecera Caetano e Gil, além de Maria Bethânia, e se entusiasmara com a vitalidade daqueles jovens que, em Salvador, começavam a gestar uma visão renovada da música popular brasileira.

Em *Panis et circensis* Nara canta uma única música, “Lindoneia”, um bolero composto por Caetano e Gil a pedido da própria artista. A canção, que também integrou o álbum *Nara Leão*, lançado no mesmo ano, foi inspirada no quadro do artista Rubens Gerchman — que estreitou ainda mais as relações entre músicos e artistas plásticos do período.<sup>4</sup> “A ideia de incluir Nara no disco coletivo”, comenta Caetano Veloso em *Verdade tropical*, “me pareceu certa não só porque ela havia feito essa ponte entre nós e a pintura de Gerchman, mas também por significar uma espécie de realização do sonho inicial de Gil de que o movimento fosse de toda a geração de músicos”. Assim, para os jovens tropicalistas, “Nara representava a bossa nova em sua origem e liderara a virada para a música participante — era, portanto, a música brasileira moderna em pessoa” (Veloso, 1997, p. 275).

No campo de investigação acadêmica sobre música brasileira, poucos objetos foram tão amplamente estudados como a música considerada *popular*. O termo, que teve nas preocupações modernistas de Mário de Andrade (1928) um marco inegável em nossa tradição intelectual, atravessou os séculos XX e XXI cativando pesquisadoras e pesquisadores da sociologia, da antropologia e da história social e cultural (Fernandes, 2018; Moraes, 2012). Preservando-se os enfoques e as idiossincrasias de cada área, inúmeros trabalhos destacaram a correlação entre os gêneros musicais “populares” e as transformações socioculturais produzidas pelo arranque da modernização no Brasil. Pesquisas de feitiço biográfico sobre a vida deste ou daquele artista, ou atentas a um gênero musical específico (com destaque para o choro e o samba), por vezes conectam-se a análises de maior alcance como

[4] O jornalista Sérgio Cabral conta que Nara Leão, ao ver a obra *Lindoneia, Gioconda do subúrbio*, de Gerchman, fez o pedido a Caetano. “Nara sentiu que a obra daria música porque, sob inspiração do autor [Gerchman], o quadro ia além da moldura, começando pelo título ‘Um amor impossível’ e a frase ‘A bela Lindoneia, de 18 anos, morreu instantaneamente’” (Cabral, 2008, p. 134).

[5] Dentre a bibliografia que tratou da casa, ver: Anne McClintock (2010) para um análise potente da ligação entre casa, domesticidade e império; Janet Carsten (2000) para a discussão da ideia de que as casas fazem o parentesco e, por extensão, as pessoas e os corpos; Pierre Bourdieu (2002) para uma análise iluminadora sobre as casas kabila como microcosmo do mundo social; Joelle Bahloul (1986) para a reflexão sobre as casas como espaço de expressão de tensões étnicas e políticas e lugar de inscrição da memória, assunto abordado também por Pamela Salen (2017); Marcel Mauss (1968) para a análise da estreita relação entre o aspecto morfológico da casa e a estrutura do grupo que ela abriga; Lévi-Strauss (1986) para a ligação entre casa, parentesco, aliança e pessoa moral; Norbert Elias (1974) para a análise densa das conexões entre casas, estrutura social, simbolismo e hierarquia; Tim Ingold (2012) para as implicações da ideia de que as casas são experimentadas antes como coisas que como objetos. Na bibliografia brasileira sobre o assunto, ver Louis Marcelin (1999) sobre a organização e a linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano; Luiz Fernando Duarte e Edlaine Campos (2008) para a discussão da casa como espaço moral e da memória e termo irmanado à família; Vânia Carvalho (2008) para uma análise inovadora do sistema doméstico na perspectiva da cultura material e das relações de gênero; Silvana Rubino (2017) para a análise da Casa de Vidro, da arquiteta Lina Bo Bardi; Ceres Brum (2014) para a análise da Maison du Brésil como território brasileiro em Paris; Marilza Friche (2016) para o significado do quarto dos adolescentes nas camadas médias; Camila Rosatti para as implicações das narrativas sobre a casa moderna nos relatos biográficos de seus moradores (2018).

a formação das classes sociais, as clivagens de raça e a construção da nacionalidade na tentativa de apreender o fenômeno na totalidade (Pereira, 1967; Wisnik, 1977; Moura, 1983; Vianna, 1995; Travassos, 1997; Garcia, 1999; Sandroni, 2001; McCann, 2004; Napolitano, 2007; Machado, 2007; Bessa, 2010; Hertzman, 2013; Carvalho, 2013; Fléchet, 2017; Queiroz, 2019).

Se a sensibilidade dos pesquisadores da música popular brasileira para as questões de gênero e sexualidade começa a se aguçar (Carvalho, 2013; Hertzman, 2013; Cesar, 2015; Ramos, 2016), a reflexão sobre modos de compor e modos de morar, em particular sobre o entrelaçamento entre domesticidade, gênero e produção musical, ainda é uma trilha a ser percorrida. Nessa direção, propomos uma incursão ensaística e exploratória sobre a importância dos apartamentos onde viveram Nara Leão e Caetano Veloso para a invenção da bossa nova e do tropicalismo. Na pegada dos estudos antropológicos, sociológicos, históricos e arquitetônicos sobre as casas, entendidas como artefatos que expressam visões de mundo e maneiras de estar no espaço, partilhamos o pressuposto de que casas envolvem a produção e a internalização de princípios hierárquicos, dispositivos classificatórios e mecanismos de subjetivação, atizados e enredados pelos marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração.<sup>5</sup>

Para avançarmos nessa rota, no entanto, temos de nos livrar da ideia do doméstico como avesso do público — um “invisível” e o outro “visível” — e também de seguir com a bibliografia empenhada em descortinar a polissemia, a maleabilidade, as experiências, as relações e as subjetividades materializadas nos espaços físicos enfeixados pela domesticidade (Nascimento et al., 2017; Heynen e Baydar, 2005). Nessa linha, dois autores nos parecem cruciais: Gilberto Freyre e Beatriz (hoje Paul B.) Preciado. Adotando um “ponto de vista quase proustiano de estudo e interpretação da casa em suas relações mais íntimas com as pessoas” (2003, p. 38), Freyre descortinou um objeto potente de análise; em contrapartida, deixou leitores inconformados com o que lhes parecia ser uma “sociologia do interior da casa ou do interior da alcova”, nutrida por “preocupações apenas femininas, em torno de assuntos melancolicamente mornos ou docemente inofensivos” (Freyre, 2003, p. 81). Presos, segundo Freyre, a “noções de varonilidade sociológica” e interessados apenas em questões jurídicas e políticas do país, eles receberam o livro *Sobrados e mucambos* (1936) como “uma sociologia de casas velhas” (2003, p. 100).

Rebaixada como assunto sociológico menor por sua associação simbólica e metonímica com o universo feminino, a casa, no entanto, longe de ser um tema banal, foi a via utilizada por Freyre para conferir importância “à presença da mulher e do menino em nossa história” (2003, p. 101). Muitos anos depois, em outro contexto intelectual, a

arrojada tese de doutorado em arquitetura defendida por Beatriz Preciado na Universidade de Princeton deu nova torção de perspectiva ao assunto. Na bibliografia da tese — publicada primeiro em espanhol em 2010 com o título *Pornotopía, arquitectura y sexualidad en Playboy durante la Guerra Fría* —, Freyre não está presente. Mas o que ela revela sobre a casa de Hugh Hefner, o criador da revista *Playboy*, ecoa os achados do sociólogo pernambucano e nos incita a relê-los na chave da economia dos afetos e de seus engates com dimensões fulgurantes (e cruciais) da dinâmica social, materializadas nos espaços domésticos.

A junção da revista *Playboy* com um conjunto de espaços — entre eles, o apartamento em Chicago do criador da revista e, depois, a mansão que ele construiu em Los Angeles — funcionou como “um laboratório crítico para explorar o imaginário de um novo discurso sobre o gênero, a sexualidade, a pornografia, a domesticidade e o espaço público durante a Guerra Fria” (Preciado, 2010, p. 11). Os apartamentos de solteiro exibidos na revista, com móveis e objetos modernos, assim como a mansão de Hugh Hefner, equipada com a cama redonda e giratória, o salão de jogos, o bar subterrâneo e a piscina onde as “coelhinhas” nuas se exibiam para os convidados, compõem ao mesmo tempo um dispositivo arquitetônico e uma “máquina performativa de gênero” (2010, p. 89). Eles condensam a “produção pública do privado e da espetacularização da domesticidade” (idem, p. 12), em contraposição à “casa familiar suburbana, espaço heterossexual dominante [na] cultura norte-americana do pós-guerra” (idem, p. 15).

A ideia de máquina performativa de gênero associada às casas se aplica a todo e qualquer espaço destinado à habitação, sejam eles as casas-grandes, os sobrados e mucambos, as casas do subúrbio norte-americano ou os apartamentos de solteiro expostos na revista *Playboy*. Cunhada por Preciado, essa ideia potencializa, a nosso ver, a atualidade da obra de Freyre e a releitura dela à luz do livro *Pornotopía*. Como máquinas performativas de gênero, as casas — e o que acontece dentro delas em termos da economia dos afetos e dos regimes de sexualidade — dão o que pensar. Daí nosso interesse na transfiguração espacial da imaginação social em registro musical, com o objetivo de iluminar a produção da bossa nova e do tropicalismo pelo prisma das relações entre os modos de compor e os modos de morar.

#### **“MUSIQUINHA DE APARTAMENTO”**

No mesmo ano em que conheceu Caetano Veloso, Gilberto Gil e Maria Bethânia, Nara Leão rompeu com a bossa nova. Em uma entrevista concedida ao jornalista Juvenal Portella e publicada na revista *Fatos & Fotos* de outubro de 1964, ela foi contundente em sua declaração contra o gênero musical no qual se lançou profissionalmente.

*Chega de bossa nova. Chega disso, que não tem sentido. Chega de cantar para dois ou três intelectuais uma musiquinha de apartamento. Quero o samba puro, que tem muito mais a dizer, que é a expressão do povo e não uma coisa feita de um grupinho para um grupinho. [...] Eu não tenho nada, mas nada mesmo, com um gênero musical que, sinto, não é o meu e nem é verdadeiro.*

A negação radical de Nara acerca de seu vínculo com a bossa nova aludia a críticas feitas a ela nos anos anteriores, quando canções de cunho social, vinculadas ao tradicional *samba de morro*, começaram a ser incorporadas em seu repertório. Naquele momento, os mais ortodoxos entre os sambistas levantaram suspeitas acerca da autenticidade de seu engajamento político. Vinda da elite do Rio de Janeiro e branca para os parâmetros nacionais, Nara era a personagem improvável de uma cena em que novos protagonistas, vindos de outras regiões da cidade e trazendo outras marcas de diferença, afirmavam seu lugar nos flancos da produção cultural. Tão improvável era que, em carta ao escritor e amigo Carlinhos (José Carlos de Oliveira), Nara procurava justificar, num desabafo, suas últimas escolhas artísticas. “[Acho] perfeitamente normal que eu cante aquelas músicas, embora não tenha nascido no morro ou no Nordeste. Se não fosse assim, Carlinhos, só os franceses poderiam encenar peças francesas, só os ingleses poderiam apresentar peças inglesas” (apud Cabral, 2008, p. 73).

O “chega!” de Nara Leão ecoou pela orla carioca, suscitando entre os adeptos da bossa nova reações que iam da incompreensão ao descrédito. Ainda assim, a maioria deles foi unânime em ressaltar positivamente aquilo que ela havia relegado a mera veleidade do gênero: a “musiquinha de apartamento”. A cantora Silvinha Telles disse que “a bossa nova é a música da época em que todo mundo mora em apartamento”; Roberto Menescal asseverou que, a despeito de Nara, eles continuavam “nos apartamentos fazendo bossinha nova para vender”, e Aloysio de Oliveira, dono da gravadora Odeon e produtor do primeiro disco da artista, chamou-a, num tom nada pejorativo, de “uma típica cantora de apartamento” (Cabral, 2008, p. 71). Assim, para seguir rumo ao “samba puro” e desvencilhar-se do epíteto, Nara precisaria se defrontar com aspectos da própria trajetória até então encobertos pelo sucesso arrebatador que a tal “musiquinha” tivera junto ao público da época, dentro e fora do Brasil.

A partir do fim da década de 1930, a chamada Zona Sul apresentou-se como o novo centro gravitacional da cultura carioca. Pouco a pouco, a agitação migrou dos casebres assobradados da Lapa e da Cidade Nova para edifícios modernistas à beira-mar; os cabarés e teatros da região da praça Tiradentes foram ofuscados pelas boates e pelos ci-

nemas de Copacabana; o automóvel, o uísque, os discos e o hábito de ouvi-los em casa na companhia de amigos surgiram como sinônimos de sofisticação para homens e mulheres de extração social elevada. E a praia, com seus banhistas jovens e sadios, tornou-se uma extensão dessa nova maneira de reivindicar um Rio de Janeiro moderno e tropical (O'Donnell, 2016).

Paralela à verticalização da cidade, outra, de natureza simbólica e econômica, acentuou a estratificação social e, com ela, as desigualdades entre pobres e ricos, negros e brancos. Nesse realinhamento de fronteiras, muitos dos espaços de produção e consumo de música popular — como as praças e as famosas casas das “tias baianas”, pontos de encontro e de sociabilidade de pessoas de classes sociais distintas — foram negligenciados em termos de saneamento e ocupação ou simplesmente sumiram do mapa em decorrência dos sucessivos projetos de reurbanização do Rio de Janeiro (Needell, 1993; Sevchenko, 2003; Carvalho, 2013; Pontes e Cesar, 2017).

Com isso, o âmbito da intimidade doméstica tornou-se um lugar privilegiado de aperfeiçoamento e propagação dos signos de distinção mobilizados pelos estratos médios da cidade (Atique, 2005). Aos poucos, as representações e os usos referentes aos espaços internos dos apartamentos remodelaram a noção de morar e possibilitaram a formação de estilos de vida que terão como traço distintivo certa “satisfação autobiográfica”, segundo o antropólogo Gilberto Velho (1981, p. 135). Contrapondo-se à experiência dos cortiços e casarões do centro da cidade, esse novo modo de morar também produziu novas performatividades de classe, raça e gênero ao redefinir os limites entre interioridade e exterioridade, branquitude e negritude, masculinidade e feminilidade.<sup>6</sup>

Na entrevista que deu a *Fatos & Fotos*, Nara utilizou a locução “de apartamento” de maneira pejorativa para opor-se a essa noção de intimidade doméstica associada a um *ethos* burguês elitista e muito distante da “expressão do povo” almejada por ela. Em sua visão, “cantar para dois ou três intelectuais” ou fazer música “de um grupinho para um grupinho” ofuscava a desigualdade entre pobres e ricos e, consequentemente, o próprio “povo”. Além do posicionamento ideológico, Nara tinha motivos mais mundanos para desclassificar a bossa nova como “musiquinha de apartamento”. Na mesma entrevista, afirmou com convicção que “essa história de dizer que a bossa nova nasceu na minha casa é uma grande mentira”, emendando que a “turma se reunia aqui e também em muitos outros lugares”. Tratava-se de desmistificar algo que em 1964 era apenas uma brincadeira entre amigos, mas depois ganhou grande repercussão na pena dos principais cronistas da bossa nova, tornando-se parte do anedotário oficial da música popular brasileira (Castro, 1990).

[6] Oriundo da filosofia da linguagem, o conceito de performatividade ganhou interesse renovado nos estudos de gênero graças a trabalhos como o de Judith Butler (1993, 2003). Alinhada a uma vertente pós-estruturalista bastante inspirada nas ideias foucaultianas, Butler trasladou para seu campo a teoria desenvolvida por John Austin (1975) na tentativa de compreender as formas de reconhecimento e representação dentro do feminismo como ações produtoras de um sujeito determinado e de suas demandas. Nessa perspectiva, gênero é encarado não como essência ou atributo de um sexo, mas como conjunto de práticas e discursos materializados em corpos e produtores de subjetividades. Para uma análise do conceito de performatividade aplicado às gramáticas raciais, ver Cesar (2018).

Na época das primeiras reuniões com a “turma” da bossa nova, por volta de 1957, Nara Leão morava com a família no terceiro andar do luxuoso *Champs-Élysées*, um edifício de frente para o mar localizado na avenida Atlântica, no coração de Copacabana. Além de Nara e da primogênita Danuza, o pai e a mãe formavam uma família pouco convencional para os padrões da época: “Sem bonecas, árvores de Natal, nem festas de aniversário, por convicção do pai” (Leão, 2005, p. 19). Muito liberais, os pais de Nara permitiam que os amigos da filha caçula frequentassem a casa diariamente e pareciam não se importar que as reuniões se estendessem noite adentro regadas a comida, uísque e música. “Aos poucos”, escreveu Ronaldo Bôscoli em suas memórias, “o apartamento de Nara transformou-se numa verdadeira sede da Bossa Nova. Foi lá que nasceu tudo. Espontaneamente” (Bôscoli et al., 1993).

Tal espontaneidade de que fala Bôscoli tem a ver com o clima de intimidade doméstica propiciado pelo convívio no apartamento da avenida Atlântica, onde a etiqueta social adotada pelas famílias da elite carioca não tinha o mesmo peso. Uma reportagem publicada na revista *Singra*, em junho de 1960, retrata em detalhe o ambiente descontraído da família Leão.

*Tempo: 20 horas. Dia: qualquer. Ano: [19]60. Cenário: apartamento no terceiro andar de um edifício da avenida Atlântica, no posto 4 de Copacabana. Personagens: jovens de vinte a trinta anos. Material de cena: uísque, guaraná, violão, trompa, saxofone, piano e pandeiro. Além disso, vozes bonitas e belas composições. Reunião: “Bossa Nova” [...].*

*O tempo vai passando e já são 22 horas. A mãe da cantorinha Nara Leão, irmã de Danuza Wainer e namorada de Ronaldo Bôscoli, aparece na sala.*

— Nara, está na hora de dormir. Amanhã tem mais “bossa nova”.

*Protestos.*

*O pai fala:*

— Isso de “bossa nova” é que eu não entendo. Onde é que está a bossa? De onde surgiu? Em que diferem das outras as músicas dessa rapaziada? [...].

*A mãe de Nara diz que já é meia-noite. As moças vão para casa e os rapazes, fazer poesia com a lua. A mesma lua que inspirou Noel, Caymmi e outros. De manhã vão trabalhar. Uns são jornalistas, outros radialistas e comerciários. A garoa da madrugada leva a “bossa nova” pela rua...*

A descrição do espaço, feita no estilo das rubricas dramatúrgicas, captura o leitor para dentro da “cena” narrada. As “personagens”, o “cenário”, os “materiais” e a data não especificada dão um toque ficcional ao estilo de vida da elite carioca e a impressão de que as reuniões no apartamento da família Leão não tinham dia certo para acontecer. Até mesmo os pais, antagonistas típicos da sociabilidade jovem, entram em cena como coadjuvantes. Enquanto a mãe de Nara luta, com empatia e sem muito sucesso, para fazer valer alguma regra, o pai inquire os “jovens de vinte a trinta anos” sobre suas aspirações artísticas. Apenas com o fim da *soirée* a ficção cede lugar à realidade: as moças submetem-se às normativas de classe da respeitabilidade feminina vigente e “vão para casa”, enquanto os rapazes seguem madrugada afora buscando adiar o inevitável — “De manhã vão trabalhar”.

Aos dezesseis anos, Nara era a mais jovem — e uma das únicas mulheres — de um seleto grupo que incluía nomes ilustres como Vinicius de Moraes e Tom Jobim (João Gilberto era uma visita rara), além dos *habitués* Carlos Lyra, Roberto Menescal e o próprio Bôscoli. E embora tocasse violão muito bem (“como um homem!”, disse, em tom provocador, durante depoimento concedido ao Museu da Imagem e Som em 1977), ocupava a posição ambígua de anfitriã e coadjuvante das noitadas que promovia.

*Eu funcionava para o grupo como uma espécie de computador. Sabia de cor todas as letras, melodias e acordes, mas só podia abrir a boca para cantar quando alguém precisava que alguma música fosse lembrada. E assim mesmo a malhação era geral: “fanhosa”, “desafinada” e outros elogios desse tipo. (Leão apud Cabral, 2008, p. 32)*

É curioso que uma das cantoras brasileiras mais reconhecidas do século XX chamasse atenção pela aparente falta de talento. De fato, o começo da carreira de Nara foi marcado por passos inseguros e pouco arrojados para quem estava cercada de possibilidades no mundo musical. “Um dia”, conta ela, “uma gravadora insistiu muito para eu fazer um teste. [Eu] Não queria, mas insistiram. Fui. Cheguei lá, fiquei esperando quatro horas. Não fui embora porque eu queria que tudo acontecesse comigo, para ver como eram as coisas. Eu estava no mundo só de testemunha” (*apud* Cabral, 2008, p. 49). O convívio intenso de Nara com a “turma” da bossa nova, fosse em seu apartamento, fosse no de outras pessoas, conferiu um sentido afetivo à prática musical, mas não estimulou na jovem o desejo de lançar-se profissionalmente. Ao afirmar que, até 1964, “não gostava de cantar em público”, Nara mantinha-se fiel ao registro vocal típico da música que fazia com os amigos — íntimo e “contido”, na terminologia adotada por Naves

(2000). Contrapunha-se, assim, ao ideal de cantora corporificado por artistas como Angela Maria, Dolores Duran, Elza Soares e Maysa, mulheres cujo estilo dramático e carregado era avesso a quem “estava no mundo só de testemunha”.

No que diz respeito à relação entre *performance* musical e performatividade de gênero, Nara ocupava a posição contrária à dessas e de outras cantoras, distanciando-se do modelo hegemônico de feminilidade das intérpretes de música popular. Recusando-se a “colocar a voz no nariz” (Mello, 1976, p. 98) e cantar boleros derramados — coisa que faria em “Lindoneia” de maneira paródica —, ela criticava as noções e fantasias de feminilidade atizadas pelo universo do entretenimento. O canto diáfano, o vestuário discreto e a postura de palco um tanto *blasé* eram reforçados por seu violão, instrumento musical associado à masculinidade “malandra” dos sambistas (Hertzman, 2013). Nara era avessa também aos exageros que delinearão o *ethos* boêmio da maioria dos artistas das décadas anteriores. “Não estava habituada a ficar acordada até tarde”, comenta ela em entrevista à revista *Manchete*. “Depois do sono, o pior é ter de conversar com quem não conheço, após o espetáculo. Não é por esnobismo que saio todas as noites da boate logo depois do show. Já conheço bastante gente, e em número suficiente”. Considerada “antiboêmia” por seu biógrafo Sérgio Cabral (2008, p. 56), Nara corporificou a “contenção” de que fala Santuza Naves a respeito da bossa nova ao reproduzir no palco o clima de despojamento e intimidade engendrados pelo espaço doméstico dos apartamentos. Mais tarde, esses atributos, compartilhados em maior ou menor grau pelos demais bossa-novistas, disseminaram-se até plasmar um estilo indissociável daquele gênero musical.

Embora pouco usuais, essas características eram orquestradas com habilidade pela irreverência de quem cresceu em um lar confortavelmente liberal em Copacabana. De fato, o ato reiterado de contrapor-se às convenções musicais (e, com elas, as de gênero e sexualidade) fez com que Nara forjasse um tipo positivo de *performance* próximo à noção de “espontaneidade” materializada nos modos de morar da elite carioca. Assim, seu relativo desprendimento acerca do convencional — denominado “antiestrelato” por Caetano Veloso (1997, p. 79) — foi uma das forças motrizes que estimularam nela o desejo de alçar novos voos, e não apenas em matéria de música. Em 1964, ela estreou nos palcos com *Opinião*, de Oduvaldo Vianna Filho e direção de Augusto Boal, e, no ano seguinte, compôs o elenco de *Liberdade, liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel. Peças consideradas decisivas na história do teatro engajado brasileiro, ambas tiveram um impacto significativo na conversão política da artista à esquerda, para descontentamento de alguns bossa-novistas que, embora tenham depois criticado o regime militar que se anunciava, jamais o fizeram com sua música.

Vista desse ângulo, a recusa de Nara em relação à bossa nova sinalizou uma ruptura com os modos de compor gestados por ela e seus colegas, indicando a intenção de se distanciar do imaginário das classes médias da Zona Sul carioca, que começava a lhe parecer antiquado e alienado. “Antiboêmia” e “antiestrela”, Nara foi também uma espécie de *antimusa* da bossa nova pela maneira ativa e ambígua com que se posicionou em relação a ela. Contrariando as expectativas sociais reservadas às mulheres da música popular, que frequentemente assumiam o papel de coadjuvantes inspiradoras de seus pares masculinos (às vezes pelo talento, às vezes só pela beleza), ela recusou o epíteto de “musa” como forma de preservar sua mobilidade. E quando perguntada sobre tal alcunha, Nara encerrava a questão com bom humor: “Musa, não. Talvez eu seja a muda da bossa nova” (*apud* Cabral, 2008, p. 67).

#### VERDADES TROPICAIS

Quase trinta anos depois do lançamento do disco-manifesto *Tropicália ou Panis et circencis*, cuja capa analisamos no início do artigo, Caetano Veloso publicou *Verdade tropical*. Crônica de uma geração e história do tropicalismo, o livro é mais que uma autobiografia. Nas palavras de Roberto Schwarz, “é um excelente romance de ideias, em que as circunstâncias históricas, o debate da época e a figura do biografado, um herói reflexivo e armado intelectualmente, além de estranho, se entrelaçam em profundidade, fazendo ver uma etapa-chave da vida nacional”. (Schwarz, 2012, p. 52). O qualificativo “estranho”, empregado pelo crítico atilado, passa a léguas do julgamento moral. Seu efeito dissonante cria o distanciamento necessário para aquilatar o feito artístico de Caetano Veloso (1942), plasmado de início em Santo Amaro da Purificação, onde nasceu em 1942 — o quinto dos sete filhos de uma família bem instalada na cidade.

Quem primeiro alertou o músico sobre a existência de uma vida diversa da vivida na cidade provinciana foi a prima que queria “morar em Paris e ser existencialista” (Veloso, 1997, p. 60). O desejo da moça atiçou a curiosidade do menino e a suspeita de uma vida mais ampla e arejada, que foi ganhando forma à medida que ele crescia. O uso de meias descombinadas, a dúvida sobre a existência de Deus e o flerte com padrões mais livres de sexualidade eram acompanhados do questionamento das presilhas estéticas que levavam as meninas negras a alisar os cabelos. Essas mudanças foram se sedimentando em meio à paixão pelos filmes italianos e franceses que chegavam a Santo Amaro, à descoberta da bossa-nova, ao assombro diante da novidade musical trazida por João Gilberto, ao contato com o rock, que lhe parecia “relativamente desprezível durante os anos decisivos da formação”

(Veloso, 2003, p. 52). Tudo isso experimentado com uma “rebeldia embebida no contexto local, mas aberta para o mundo”, na formulação precisa de Roberto Schwarz (2012, p. 60).

Atento à importância de Santo Amaro — ângulo a partir do qual Caetano vivenciou a juventude e misturou o “recesso familiar e da cidade provinciana à corrente geral do mundo moderno” (Veloso, 1997, p. 57) —, Schwarz não se deteve nas detalhadas descrições que o músico faz ao longo do livro das casas onde morou. Não só as que habitou com a família em Santo Amaro, como aquelas em que residiu em Salvador,<sup>7</sup> no Rio de Janeiro e em São Paulo, no momento de eclosão do tropicalismo.

Caetano viveu em Salvador no período em que a cidade vivia a mistura de “experimentalismo artístico sem fronteiras nacionais, subdesenvolvimento, radicalização política, cultura popular onipresente, além da hipótese socialista no horizonte” (Schwarz, 2012, p. 63). Ali, a rua (e não a casa) foi o espaço que aglutinou sua sociabilidade, seus interesses e suas descobertas. Na cidade de cotidiano “denso e oleoso” retratada por Jorge Amado, na “terra do branco mulato e do preto doutor” cantada por Caymmi,<sup>8</sup> na “Roma negra” do amigo e parceiro Gilberto Gil, Caetano fruiu um ambiente diverso daquele das casas amplas de Santo Amaro, imerso nas malhas da família numerosa, um mundo dentro do mundo.

De Salvador, Caetano partiu para o Rio de Janeiro em 1966, seguindo a irmã Bethânia, àquela altura indicada por Nara Leão para substituí-la no show *Opinião*. Lá morou no “Solar da Fossa”, um precursor dos apart-hotéis, estrategicamente localizado na confluência de Copacabana, Botafogo e Urca. Nele, compôs sua primeira canção (“Paisagem útil”) e, um pouco depois, “Alegria, alegria”, o maior sucesso de público de toda a sua carreira. Ali ele passava os dias compondo, conversando e namorando Dedé, com quem se casaria aos 24 anos. Dali, saía para a sociabilidade noturna, entusiasmava-se com os achados estéticos dos filmes Glauber Rocha, reunia-se com os baianos que estavam na cidade. No “Solar da Fossa”, Caetano esboçou os contornos estéticos do que viria a ser o tropicalismo.

### O APARTAMENTO TROPICALISTA

O sonho de “casas modernas”, de “morar num apartamento novo e retilíneo” que o livrasse “do peso daqueles casarões cobertos de limo em meio aos quais nascera e crescera” (Veloso, 1997, p. 115), se concretizou em meio à eclosão do movimento tropicalista. Não no Rio de Janeiro, que continuava lindo, mas em São Paulo, no 22º andar de um edifício localizado na esquina da avenida Ipiranga com a São Luís. De lá, Caetano mirou a cidade que chamou de mau gosto — com “a dura

[7] Ao se mudar para lá com a irmã Bethânia (a primeira da família a ganhar fama), com a finalidade de completarem os estudos, o que atraiu a atenção de ambos na cidade foi a efervescência. Na virada dos anos 1950, Salvador vivia a desprovincianização propiciada pela abertura do Museu da Arte Moderna e de novas faculdades (música, teatro e dança) — graças à iniciativa de um reitor esclarecido, Edgar Santos, à frente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sobre a ambiência cultural e urbana de Salvador no período, ver Silvana Rubino (2016).

[8] Para uma discussão alentada da visão de Dorival Caymmi, de Jorge Amado e de seu círculo de amigos na cidade de Salvador, ver Gustavo Rossi (2009; 2015) e Vitor Queiroz (2017).

poesia concreta de suas esquinas” e “a deselegância discreta de suas meninas” — e, vindo de “outro sonho feliz de cidade”, deu ao que viu forma musical na canção “Sampa”, em 1978.

No fim de 1967, porém, o que primeiro sobressaiu na experiência paulistana do músico foi a sensação de liberdade e vigor materializada no apartamento que escolheu para morar, descrito com riqueza de detalhes em *Verdade tropical*. Para um livro mais próximo do romance de ideias que da autobiografia — pouco interessado nos pormenores da vida do autor e concentrado na experiência de uma geração em rota de colisão com a esquerda engajada nos ideários do nacional-popular —, é notável que Caetano tenha dedicado um capítulo inteiro ao apartamento que dividiu com Dedé, antes de sua prisão e exílio em Londres.

Até se decidir pela mobília que usariam nas salas de visitas e de jantar, o casal passou um mês curtindo os “imensos espaços vazios” do apartamento, “onde era maravilhoso estar” (Velo, 1997, p. 201). O chão “refletia a luz das paredes”, e eles, a sós ou na companhia dos amigos que os visitavam, se “sentavam nele para conversar, cantar, ler”. De início, compraram apenas uma cama, móveis de quarto, geladeira e fogão. E uma vitrola, alojada no “quarto do som”. O despojamento foi se desfazendo pelas sugestões e intervenções de Piero, um italiano sem sobrenome declinado por Caetano, misto de artista plástico e decorador, que propôs ao casal a aquisição de móveis de acrílico e intermediou a compra junto ao dono de uma fábrica do ramo. A sala de visitas foi ocupada com “móveis transparentes de cores variadas e ácidas”, entre eles, duas “imensas poltronas infláveis de plástico, também transparentes”, que produziam um efeito “divertido, diferente e delicado” (idem, p. 203). A única “nota agressiva” eram alguns ganchos de prender carne dispostos no teto, que cortavam — frisa Caetano — “a doçura que a transparência emprestava às cores ácidas”. Na sala de jantar, comiam em uma mesa de pingue-pongue, sempre com a rede armada.

No amplo pórtico que separava a sala de visitas da sala de jantar, foi alocado “um manequim de fibra de vidro, uma figura de mulher nua e careca, em tamanho natural” (idem, *ibidem*). Sobre sua cabeça, instalou-se uma porção de lâmpadas coloridas cujos fios, de alturas diversas, eram ligados à vitrola no quarto do som. Assim que ela começava a funcionar, “os sons graves acendiam as lâmpadas azuis, os médios, as verdes e as amarelas, e os agudos, as vermelhas” (idem, *ibidem*).

No período em que decoraram o apartamento, Caetano, que já vinha “observando a beleza dos anúncios, das revistas vulgares, dos produtos de consumo”, passou a percorrer os supermercados “só para olhar as latas e as caixas empilhadas, desbravar os corredores multicoloridos com seu clima de ficção científica e decoratividade mística” (idem, p. 202). Dessas incursões focadas nos *outdoors* e nos produtos

de consumo industrializados, surgiu o desejo de decorar uma das paredes do apartamento com um vistoso anúncio de açúcar que exibia uma “moça bonita jogando tênis contra um imenso fundo azul” (idem, p. 202). A “saúde” do mercado, replicando a “saúde e a beleza sexual da moça que jogava tênis no cartaz”, incendiou a imaginação de Caetano.

O anúncio não chegou a ser colocado na parede de sua sala de jantar. Mas as imagens e as alegorias que orbitavam em torno do mercado (e do consumo) foram aproveitadas nos procedimentos estéticos do tropicalismo — a colagem metódica de “traços formais ultramodernos, tomados à linha de frente da moda internacional, e aspectos característicos do subdesenvolvimento do país” (Schwarz, 2012, p. 94). Nesse procedimento de justaposição em que os elementos não se casam, como sintetizou Roberto Schwarz, o “contraste estridente entre as partes descombinadas agride o bom gosto, mas ainda assim, ou por isso mesmo, o seu *absurdo* se mostra funcional como representação da atualidade do Brasil, de cujo desconjuntamento interno, ou modernização precária, passa a ser uma alegoria das mais eficazes” (idem, *ibidem*). Antes de ser formalizado pelo tropicalismo, esse procedimento estético foi experimentado e materializado no apartamento de Caetano. Ele queria que sua “primeira morada paga com o próprio dinheiro fosse ela mesma uma profissão de fé tropicalista” (Veloso, 1997, p. 202).

Assim como o apartamento de Nara, o de Caetano e Dedé era um ponto obrigatório de encontro dos amigos. Muitos deles, em geral os mais íntimos e informais, apareciam sem aviso prévio, fazendo com que o casal se sentisse vivendo “em regime comunitário” (Veloso, 1997, p. 217); outros, como os poetas concretistas Décio Pignatari e Augusto e Haroldo de Campos, telefonavam antes para saber a que horas podiam ser recebidos — seguindo as prescrições “burguesas” (e, acrescentaríamos, “paulistanas”) de sociabilidade. Mas não só de (muita) interação nutria-se Caetano.

O “2002”, alcunha dada ao apartamento por Pignatari, foi também um espaço para a ampliação do repertório musical do artista. Enquanto os estudantes engajados (e os nem tanto) se valiam das salas de aula da Universidade de São Paulo, Caetano Veloso, então músico profissional, fazia de seu apartamento um centro de formação. No “quarto do som”, ele se atualizava com a cena musical internacional e ampliava a conexão com a tradição da música popular brasileira, refazendo, por conta própria, o percurso musical de João Gilberto. Sozinho, com Dedé ou na companhia dos amigos músicos, Caetano ouvia com atenção os *long-plays* de Carmen Miranda, Noel Rosa, Francisco Alves, Lupicínio Rodrigues e, claro, os contemporâneos Roberto Carlos e Jorge Ben. Além desses nomes, Jimi Hendrix, Janis Joplin, Beatles, James Brown, Bob Dylan, Rolling Stones e muitos outros compunham a parte internacio-

nal da coleção. Embalada pelo “espetáculo de lâmpadas coloridas em volta da boneca de fibra de vidro segundo os sons da gravação” (Velloso, 1997, p. 270), a escuta metódica de Caetano ganhava corpo e rendia frutos. Dentre eles, a iniciativa de “fazer um disco-manifesto, um disco coletivo que explicitasse o caráter de movimento” (idem, p. 272) do trabalho que ele e seus companheiros vinham fazendo. Em junho de 1968, tal iniciativa se concretizaria em *Panis et circenses* (idem, p. 301 e 303).<sup>9</sup>

Foi da varanda do “2002” que Caetano, também em 1968, ao mirar a rua conflagrada pela polícia a reprimir uma passeata estudantil, levou às últimas consequências as propostas estéticas do tropicalismo, encarnando-as em seu próprio corpo. Ladeado por dois amigos, desceu do apartamento com “um casaco militar antigo (um ‘casaco de general’) sobre o torso nu, jeans, sandálias e um colar de índio feito de dentes grandes de animal” (idem, p. 318). Como seu cabelo estava “enorme e emaranhado, indo alto acima da cabeça e quase chegando aos ombros”, parecia ali um misto de profeta, santo e louco. Em meio a homens e mulheres apressados e temerosos do confronto que se desenrolava entre a polícia e os manifestantes, a *performance* do músico mesclava audácia, provocação e *nonsense*. Andando na direção contrária à dos estudantes e da polícia, Caetano se sentiu “um artista realizando uma peça improvisada de teatro político”. Liberto das amarras tradicionais, transformou-se “no tropicalista” (idem, p. 319).

Não demorou muito para que as forças repressivas o identificassem como tal, menos pelo conteúdo estético e programático do tropicalismo e mais por enxergarem nele um disruptor da ordem, dos “bons costumes” e dos padrões vigentes de masculinidade. A polícia invadiu o “2002” tarde da noite para levá-lo preso, sem mandado oficial nem destino definido, enquanto Gil dormia com a namorada Sandra (irmã de Dedé) em um dos quartos do apartamento. Após sair da prisão, em fevereiro de 1969, Caetano seguiu em exílio para Londres. Ele nunca mais voltou ao apartamento de São Paulo, mas registrou-o com eloquência em *Verdade tropical*.

#### OS GÊNEROS DA INTIMIDADE

A correlação entre modos de compor e modos de morar explorada neste artigo é inteligível à luz das formas pelas quais noções de domesticidade, imaginadas e materializadas por frações de classe específicas, sedimentaram-se no discurso musical da bossa nova e da tropicália. Nesse sentido, os apartamentos onde moraram Nara Leão e Caetano Velloso não são meros “panos de fundo” da história desses gêneros musicais, tampouco fornecem um “contexto” mais amplo sobre o qual atuaram seus principais artistas. Ao contrário, tanto os expedientes criativos — em termos de melodia, harmo-

[9] Dois meses depois do lançamento do disco-manifesto, Caetano e Gil voltaram, assustados, para o “2002” após um embate político-musical no auditório do TUCA (Teatro da Universidade Católica). Nesse evento — a eliminatória paulista do 3º Festival Internacional da Canção (FIC), patrocinado pelo TV Globo —, ambos se indispuseram com a plateia “predominantemente estudantil e comprometida com um nacionalismo de esquerda” (Velloso, 1997, p. 301). Vestido com roupa de plástico, Caetano cantou “É proibido proibir” e foi vaiado. Gilberto Gil também, que o acompanhou no palco após receber a notícia de sua desclassificação pelo júri. O público vivia os festivais de música com divisões e apelos que lembravam os das torcidas esportivas. Nesse clima incandescente, Caetano proferiu um de seus discursos mais memoráveis: “Essa é a juventude que diz que quer tomar o poder? Se vocês forem em política como são em estética, estamos feitos” (idem, p. 303). Ele e Gil receberam uma vaia estridente da plateia, além de papéis, copos de plástico e outros objetos do tipo. Amedrontados, ambos deixaram o TUCA e voltaram ao apartamento de Caetano, confortados pelos telefonemas de apoio dos amigos e pela visita de José Celso Martinez Corrêa, o diretor do Oficina que, no ano anterior, eletrizara o teatro paulista com a montagem de *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade.

nia, ritmo ou letra — quanto as representações evocadas por esses artistas acerca de uma música popular “moderna” devem ser compreendidos na imbricação com o desenvolvimento das “máquinas performativas de gênero” de que fala Preciado.

No caso da bossa nova, a importância dada a arranjos musicais enxutos, bem como à maneira sutil de cantar versos sobre “o amor, o sorriso e a flor”,<sup>10</sup> está diretamente relacionada a uma experiência social circunscrita ao espaço doméstico dos apartamentos da Zona Sul carioca. Ou mesmo dos bares e boates que, à diferença dos cabarés e cassinos, buscavam mimetizar o clima intimista próprio desse novo modo de morar. As ideias modernistas de objetividade e funcionalidade que orientavam o desenho dos edifícios de Copacabana e Ipanema também estão presentes na poética das canções de Vinicius de Moraes e nos acordes do violão de João Gilberto. Por essa razão, o apartamento de Nara, a despeito de ter sido ou não a “verdadeira sede da bossa nova”, de fato figurou como uma espécie de ateliê musical para jovens brancos de mesma extração social. Situado numa região da cidade verticalizada arquitetônica e socioeconomicamente, ele converteu-se em espaço não só de sociabilidade, mas de transfiguração do imaginário doméstico da classe média para um registro propriamente musical.

O tropicalismo, por sua vez, fincou solo em São Paulo antes de irradiar-se pelo país, em meio à paisagem desordenada de edifícios que apontavam para o céu e competiam em altura, no momento em que o otimismo enlaçado nas representações de modernidade e a certeza de futuro que acompanharam o processo de metropolização da cidade emitiam sinais claros de esgarçamento (Zorek, 2019).<sup>11</sup> Nos anos em que Caetano morou no centro da cidade — de 1966 a 1969 —, essa região já havia perdido a aura distintiva da urbanidade elegante para dar lugar a representações mais inquietantes, ligadas aos prazeres perigosos, ao sexo pago com dinheiro, às ruas conflagradas pelo embate dos estudantes com a polícia, à linguagem do medo acionada diante da população socialmente heterogênea que circulava e residia nela. E também ao saber de alta densidade, por isso mesmo contestatório, produzido na “inquieta república de que a faculdade da rua Maria Antônia era um dos centros de irradiação” — na imagem precisa de Antonio Candido (1986, p. 525) sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Ao mesmo tempo e na mesma cidade, as peças *Fala baixo, senão eu grito*, de Leilah Assumpção, e *À flor da pele*, de Consuelo de Castro, estream nos palcos driblando a censura inclemente, que deixara escapar a novidade intrigante do assunto encenado (Pontes, 2013). Mariazinha e Verônica, as protagonistas das peças, sintetizaram uma parte da experiência de domesticidade vivida pelas mulheres que buscavam modelos mais arejados de expressão da feminilidade.<sup>12</sup> As per-

[10] Alusão à “Noite do amor, do sorriso e da flor”, show ocorrido em 21 de maio de 1960 na Faculdade de Arquitetura da UFRJ e que contou com a participação de grandes nomes da bossa nova, como Ronaldo Bôscoli, Claudete Soares, Nara Leão, Vinicius de Moraes, Antonio Carlos Jobim, Roberto Menescal e Johnny Alf.

[11] Em menos de três décadas, a população de São Paulo quadruplicara, passando de 579 mil habitantes em 1920 para 2,198 milhões na década de 1950. A cidade, “explodindo em número de habitantes, quebrava a sua velha carapaça quatrocentona, internacionalizando-se”, nas palavras de Décio de Almeida Prado (1998, p. 7). A consequência disso era a crença partilhada no futuro, “a substituição simétrica de estilos de vida e não o lento desaparecimento de um mundo cuja agonia se pudesse acompanhar com lucidez” (Mello e Souza, 1980, p. 110). Para um desenvolvimento do assunto no plano da produção cultural e da criação de novas linguagens na cidade, ver Arruda (2001) e Pontes (2010; 2016).

[12] Em *Fala baixo, senão eu grito*, o quarto de pensão de Mariazinha é o lugar de inscrição da família ausente e o espaço de seu aprisionamento no universo das restrições sociais e psíquicas da classe média rebaixada. O aceno de uma vida mais livre, propiciado pelo passeio imaginário por São Paulo na companhia de um homem sem nome definido que invadiu seu quarto, opõe a casa à rua, a domesticidade à metrópole fervilhante. Verônica, por sua vez, em *À flor da pele*, já é produto dessa metrópole, e seu drama, a um só tempo pessoal e de classe, encerra-se na domesticidade do apartamento destinado ao encontro com o professor e amante (Pontes, 2017).

sonagens e o apelo que produziram junto ao público condensaram os impasses materiais, profissionais, sexuais e éticos da geração de suas autoras. Leilah Assumpção (1943) e Consuelo de Castro (1946), ao constituírem as protagonistas femininas em sujeito da ação, fizeram com que a temática da mulher invadisse o cerne da trama e se convertesse em filtro privilegiado das mudanças sociais em curso, prensadas entre o desgaste dos modelos tradicionais de classe e de gênero, o influxo de energias represadas, o acerto de contas com as utopias e os desacertos políticos do passado recente. Tudo isso em meio ao deslocamento dos ideais de domesticidade que conformaram a experiência das mulheres das classes médias urbanas antes que elas pudessem (ou decidissem) ocupar as ruas e os espaços públicos.

Corporificação espacial do tropicalismo, o apartamento de Caetano e Dedé reconfigurou alguns dos espaços tradicionais de domesticidade. Assim como muitos jovens recém-casados em busca de suportes materiais (a indumentária e a casa) para a expressão de novos estilos de feminilidade e masculinidade, bem como de regimes de sexualidade e visualidade distintos daqueles praticados pela geração dos pais, eles embaralharam as noções de domesticidade e de visibilidade pública.<sup>13</sup> A descrição minuciosa de Caetano sobre o “2002” e a capa do disco inaugural do movimento que ele protagonizou são exemplos eloquentes nesse sentido. Com os recursos da paródia, *Tropicália ou Panis et circensis*, como visto antes, enquadra o retrato de corpo inteiro de jovens músicos num ambiente doméstico. A atitude debochada é acentuada tanto pelo uso de objetos inusitados (o penico no lugar da xícara) quanto pelas poses sérias e compenetradas com que se fizeram retratar. A graça do invento advém justamente da alusão à gestualidade ora empertigada, ora levemente displicente que compõe a héxis corporal parodiada dos estratos burgueses.

No “2002”, o apartamento moderno que concretizou o sonho juvenil de Caetano em matéria de moradia, a vitalidade irreverente impregnada no mobiliário e nos arranjos do espaço doméstico é posta a serviço da invenção musical e da criação de um estilo de vida autoral. A atenção dispensada ao apartamento por Caetano Veloso na redação da crônica de sua geração e da história do tropicalismo ecoa a experiência de outros artistas performáticos, como o modernista Flávio de Carvalho (1899-1973), que fez de sua casa de campo um espaço privilegiado para a recepção de amigos, namoradas, intelectuais, artistas e convidados estrangeiros. Verdadeiro dispositivo cênico, a casa projetada por ele em 1929 era “uma máquina de emoções, a fabricar *performances* e *personas* desviantes” (Lira, no prelo, p. 7).

Enquanto Nara Leão se insurgiu contra a “musiquinha de apartamento” que se tornou conhecida na cena musical internacional para afirmar seu distanciamento do imaginário da classe média carioca e apostar as fichas no potencial transformador da cultura politicamente

[13] A associação entre juventude, casa jovem e camadas médias é um fenômeno que aconteceu em várias partes do mundo. Para uma análise sofisticada de sua incidência na Argentina, ver Ballent (2017).

engajada, Caetano Veloso construiu sua *performance* pública em compasso com a experimentação de uma arrojada vivência da domesticidade. Entre o início da bossa nova e o do tropicalismo passaram-se onze anos. Mas, do ponto de vista das reordenações das relações entre cultura e sociedade, das transformações urbanas no Rio de Janeiro e em São Paulo, dos rearranjos nas relações sociais, do aquecimento da conjuntura política, das alterações nas representações sobre a domesticidade e as relações de gênero, esse curto intervalo de tempo ganhou uma temporalidade alargada e incandescente.

Assim, não é aleatório que o músico tropicalista, irreverente e transgressivo em relação aos padrões vigentes de masculinidade, tenha se permitido uma atenção acurada à domesticidade de seu apartamento paulistano, enquanto Nara Leão, a “moça típica da Zona Sul do Rio de Janeiro — branca, bonitinha e moderna” (Veloso, 1997, p. 75), tenha se afastado dela ao romper com a convenção intimista da bossa nova para se engajar no repertório cênico e musical do polo mais à esquerda da produção cultural. Com o recrudescimento da ditadura militar após o AI-5 no fim de 1968, Caetano e Nara deixaram o país. Ele foi com Dedé para Londres; ela partiu com o marido, o cineasta Cacá Diegues, para Paris. Caetano, depois de sair da prisão; Nara, para não correr o risco de acabar nela e sofrer as arbitrariedades, a violência e a tortura perpetradas pelo regime militar.

Se a história social da cultura pressupõe a atenção às marcas da experiência social e sua retradução em formas simbólicas específicas, temos de estar atentos a todas as dimensões que as conformam.<sup>14</sup> Neste artigo, procuramos desvelar as conexões entre os modos de compor e os modos de morar presentes em dois momentos decisivos de nossa produção musical sob esta prerrogativa: se a canção ocupou, no Brasil, “o papel de catalisadora das questões da sociedade”,<sup>15</sup> ela não o fez independentemente da maneira como tais questões se colocaram em termos das relações de gênero e da domesticidade.

[14] Para análises imprescindíveis a todos os que trabalham na intersecção da antropologia das formas simbólicas com a história social da cultura, ver Auerbach (2003, 2007), Baxandall (1988), Bourdieu (1992), Braudel (1994), Charle (2012), Schorske (1993), Williams (1982), Casanova (2011), Sarlo (1998) e Miceli (2018).

[15] Citação da entrevista de José Miguel Wisnik ao *Nexo Jornal*, 28/02/2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k3uSywuij5Q>. Acesso em 9/4/2019.

---

HELOISA PONTES [<https://orcid.org/0000-0003-1563-7613>] é professora titular do departamento de antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autora de *Intérpretes da metrópole* (Edusp/Fapesp, 2010, Prêmio Anpocs de melhor obra científica), *Destinos mistos* (Companhia das Letras, 1998, Prêmio Anpocs/CNPq de melhor obra científica), *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina* (organizado com Sergio Miceli, Edusp, 2014) e *Intérpretes de la metropoli. Teatro, la sociedad y la vida intelectual en San Pablo* (Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2016), entre outros. Foi corresponsável pelos argumentos centrais e pela redação do artigo, que deriva em parte do projeto “Casas, domesticidade, experiência urbana e subjetividade na metrópole”, com apoio da bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

RAFAEL DO NASCIMENTO CESAR [<https://orcid.org/0000-0003-4901-246X>] é doutorando em antropologia pela Unicamp e mestre em antropologia. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) com estágio na University of Illinois at Urbana-Champaign. Trabalha com temas relacionados a relações de gênero, relações raciais, identidade nacional e música

popular brasileira e norte-americana. Tem artigos publicados em *Tempo Social*, *Mana*, *Cadernos Pagu*, *Revista do IEB e Sociologia & Antropologia*. Foi corresponsável pelos argumentos centrais e pela redação do artigo, que deriva em parte do projeto de doutorado *Oswing dos trópicos: a presença do jazz na formação da música popular brasileira (1919-1959)*, apoiado pela Fapesp, sob orientação de Heloisa Pontes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1972 [1928].
- Arruda, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*: São Paulo no meio século XX. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- Atique, Fernando. "Ensinando a morar: o Edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo (1930-1962)". *Risco*, v. 2, n. 2, 2005, pp. 38-55.
- Auerbach, Erich. *Mimesis. The Representation of Reality in Western Literature*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. "La cour et la ville". In: *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2007.
- Austin, John L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- Bahloul, Joëlle. *The Architecture of Memory: A Jewish-Muslim Household in Colonial Algeria, 1937-1962*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- Ballent, Anahi. "A 'casa jovem': imagens da modernização do lar nos anos 1960 e 1970 na revista *Claudia* da Argentina". In: Nascimento, Flávia; Mello, Joana; Lira, José; Rubino, Silvana (orgs.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Edusp/CPC, 2017, pp. 393-411.
- Barat, Aicha Agoumi de Figueiredo. *Capas de disco: modos de ler*. Tese (doutorado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade), Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2018.
- Baxandall, Michael. *Painting and Experience in Fifteenth-Century Italy: A Primer in the Social History of Pictorial Style*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- Bessa, Virgínia de Almeida. *A escuta singular de Pixinguinha: história e música popular no Brasil dos anos 1920 e 1930*. São Paulo: Alameda, 2010.
- Bôscoli, Ronaldo; Maciel, Luiz Carlos; Chaves; Ângela. *Eles e eu: memórias de Ronaldo Bôscoli*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- Bourdieu, Pierre. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- \_\_\_\_\_. "A casa ou o mundo às avessas". In: Corrêa, Mariza (org.), *Ensaio sobre a África do Norte*. Campinas: IFCH-Unicamp, texto didático n. 16, 2002, pp. 89-112.
- Braudel, Fernand. *Le Modèle Italien*. Paris: Flammarion, 1994.
- Brum, Ceres Karam. *Maison du Brésil: um território brasileiro em Paris*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- Butler, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Verso, 1993.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Cabral, Sérgio. *Nara Leão: uma biografia*. São Paulo: Lazuli/Companhia Editora Nacional, 2008.
- Candido, Antonio. "Vereda da salvação". In: Andrade, Jorge. *Marta, a árvore, o relógio*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- Carsten, Janet. *After Kinship*. Nova York: Cambridge University Press, 2000.
- Carvalho, Bruno. *Poros City. A Cultural History of Rio de Janeiro*. Liverpool: Liverpool University Press, 2013.
- Carvalho, Dalila Vasconcelos de. *O gênero da música: a construção social da vocação*. São Paulo: Alameda, 2012.
- Carvalho, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- Casanova, Pascale. *Kafka en colère*. Paris: Seuil, 2011.
- Castro, Ruy. *Chega de saudade: a histórias e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Cesar, Rafael do Nascimento. *A composição de uma pioneira. De Francisca a Chiquinha*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Campinas, Unicamp, 2015.
- \_\_\_\_\_. "A Fragata Negra: tradução e vingança em Nina Simone". *Mana*, v. 24, n. 1, 2018, pp. 39-70.
- Charle, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Duarte, Luiz Fernando; Campos, Edlaine. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- Dunn, Christopher. *Brutality Garden: Tropicália and the emergence of a Brazilian counterculture*. Chapel Hill/Londres: University of North Carolina Press, 2001.
- Elias, Norbert. *La Société de cour*. Paris: Calmann-Lévy, 1974.
- Fernandes, Dmitri Cerboncini. *Sentinela da tradição: a constituição da autenticidade no samba e no choro*. São Paulo: Edusp, 2018.
- Fléchet, Anaís. *Madureira chorou... em Paris: a música popular brasileira na França do século XX*. São Paulo: Edusp, 2017.
- Freyre, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. São Paulo: Global, 2003 [1936].
- Friche, Marilza de Lima. "A casa dentro da casa: o sentido do quarto para o adolescente na contemporaneidade". Dissertação (mestrado em Psicologia), Belo Horizonte, PUC-MG, 2016.

---

Recebido para publicação  
em 29 de abril de 2019.

---

Aprovado para publicação  
em 14 de agosto de 2019.

---

### NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

115, set.–dez. 2019

pp. 667-688

---

- Garcia, Walter. *Bim Bom: a contradição sem conflitos de João Gilberto*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Hertzman, Marc. *Making Samba: A New History of Race and Music in Brazil*. Durham/Londres: Duke University Press, 2013.
- Heynen, Hilde; Baydar, Gülsüm (orgs.). *Negotiating Domesticity: Spatial Productions of Gender in Modern Architecture*. Londres: Routledge, 2005.
- Ingold, Tim, "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais". *Horizontes Antropológicos*, n. 37, 2012, pp. 25-44.
- Leão, Danuza. *Quase tudo: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Lévi-Strauss, Claude. "A noção de casa". *Minhas palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 185-7.
- Lira, José. "Modernismo, erotismo e domesticidade masculina: a casa Capuava de Flávio de Carvalho". In: Nascimento, Flavia; Mello, Joana; Lira, José; Rubino, Silvana (orgs.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Edusp/CPC, 2017, pp. 289-321.
- \_\_\_\_\_. "Arquitetura, performance e totemismo". *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 2, n. 9, no prelo.
- Machado, Cacá. *O enigma do homem célebre: ambição e vocação de Ernesto Nazareth*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2007.
- Marcelin, Louis HERN. "A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano". *Mana*, v. 5, n. 2, 1999, pp. 31-60.
- Mauss, Marcel. "Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. Étude de morphologie sociale". *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968 [1906], pp. 389-477.
- McCann, Bryan. *Hello, Hello Brazil: Popular Music in the Making of Modern Brazil*. Durham/Londres: Duke University Press, 2004.
- McClintock, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- Mello, José Eduardo Homem de. *Música Popular Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1976.
- Mello e Souza, Gilda de. "Teatro ao sul". In: *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- Miceli, Sergio. *Sonhos da periferia*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Moraes, José Geraldo Vinci de. "Entre a memória e a história da música popular". In: Moraes, José Geraldo Vinci; Saliba, Elias Thomé (orgs.). *História e música no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012.
- Moura, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.
- Napolitano, Marcos. *A sincope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- Nascimento, Flavia; Mello, Joana; Lira, José; Rubino, Silvana (orgs.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Edusp/CPC, 2017.
- Naves, Santuza Cambraia. "Da bossa nova à Tropicália: contenção e excesso na música popular". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, 2000, pp. 35-44.
- Needell, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- O'Donnell, Julia. "'Un buen lugar para encontrar'. Cosmopolitismo, nación y modernidad en Copacabana (años 1950)". In: Gorelik, Adrián; Peixoto, Fernanda Aréas (orgs.). *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- Pereira, João Baptista Borges. *Cor, profissão e mobilidade*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- Pontes, Heloisa. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.
- \_\_\_\_\_. "Mariazinha e Verônica: classe e gênero nos palcos da metrópole". *Novos Estudos Cebrap*, n. 97, 2013, pp. 149-66.
- \_\_\_\_\_. "Cidades, cultura e gênero". *Tempo Social*, v. 28, n. 1, mar. 2016, pp. 7-27. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ts/article/view/105994>.
- \_\_\_\_\_. "Casas e domesticidade encenadas na metrópole". In: Nascimento, Flavia; Mello, Joana; Lira, José; Rubino, Silvana (orgs.). *Domesticidade, gênero e cultura material*. São Paulo: Edusp/CPC, 2017, pp. 275-87.
- Pontes, Heloisa; Cesar, Rafael do Nascimento. "Cities, Stages and Audiences: Rio de Janeiro and São Paulo in Two Acts". *Sociologia e Antropologia*, v. 7, n. 2, maio-ago. 2017, pp. 491-519.
- Prado, Décio de Almeida. "TBC — Teatro Brasileiro de Comédia revê os seus 50 anos". *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, 1998, p. 7.
- Preciado, Beatriz. *Pornotopia: arquitetura e sexualidade em Playboy durante la Guerra Fría*. Barcelona: Anagrama, 2010.
- Queiroz, Vitor. *Dorival Caymmi: a pedra que ronca no meio do mar*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019.
- Ramos, Izabela Nálío. "B-girls e funkceiras: intersecções e identidades de mulheres no hip-hop e no funk". Dissertação (mestrado em Antropologia Social), São Paulo, USP, 2016.
- Ridenti, Marcelo. "Caleidoscópio da cultura brasileira (1964-2000)". In: Miceli, Sergio; Pontes, Heloisa (orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Edusp, 2014.
- Rosatti, Camila Gui. "Habitar, narrar e construir: a casa moderna nos relatos biográficos de seus moradores", *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 3, 2018, pp. 851-88. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2236672537526>.
- \_\_\_\_\_. "Habitar o moderno: habitus e estilo de vida conformando modos de morar". *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 2, n. 10, dossiê Antropologia, Arquitetura e Design (Orgs. Heloisa Pontes e Nathanael Araújo), no prelo.
- Rossi, Gustavo. *As cores da revolução: a literatura de Jorge Amado nos anos 30*. São Paulo: Annablume/Fapesp/PPGAS Unicamp, 2009.

- \_\_\_\_\_. *O intelectual feiteiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- Rubino, Silvana. “Salvador. El renacimiento bahiano”. In: Gorelik, Adrián; Peixoto, Fernanda Arêas (orgs.). *Cidades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016, pp. 264-83.
- \_\_\_\_\_. *Lugar de mulher: arquitetura e design modernos, gênero e domesticidade*. Tese (livre-docência), Campinas, Unicamp, 2017.
- Salen, Pamela. “The Communication of Memory and the Inhabited Experience”. *MEI — Mediation and Information*, n. 40, 2017, pp. 117-130. Disponível em: <www.mei-info.com/wp-content/uploads/2017/06/MEI40-119-132-The-Communication-of-Memory.pdf>.
- Sandroni, Carlos. *Feição decente: transformações no samba do Rio de Janeiro (1917-1933)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Editora UFRJ, 2001.
- Sarlo, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires, 1920 y 1930*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1998.
- Schorske, Carl. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Schwarz, Roberto. “Verdade tropical: um percurso de nosso tempo”. In: *Martinha versus Lucrecia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 52-110.
- \_\_\_\_\_. “As ideias fora do lugar”. In: *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Travassos, Elizabeth. *Os mandarins milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro: Zahar/ Funarte, 1997.
- Velho, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- Veloso, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Vianna, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Zahar, 1995.
- Williams, Raymond. “The Bloomsbury fraction”. In: *Problems in Materialism and Culture*. Londres: Verso, 1982, pp. 148-69.
- Wisnik, José Miguel. *O coro dos contrários: a música em torno da semana de 22*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- Zorek, Bruno. *O futuro de São Paulo na década de 1950*. Tese (doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2019.







# **ASSINE NOVOS ESTUDOS**

**DESDE O INÍCIO DOS ANOS 1980, A NOVOS ESTUDOS TEM PUBLICADO ARTIGOS, DEBATES, ENTREVISTAS, RESENHAS E DOSSIÊS QUE SE TORNARAM REFERÊNCIA OBRIGATÓRIA PARA DIVERSAS DISCIPLINAS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DAS ARTES E DA LITERATURA. ASSINE A NOVOS ESTUDOS. CUSTA POUCO ESTAR CONECTADO COM A PRODUÇÃO MAIS SOFISTICADA DAS HUMANIDADES NO BRASIL.**

**[www.novosestudos.com.br/assinatura](http://www.novosestudos.com.br/assinatura)**









---

ESTE NÚMERO FOI FINANCIADO PELA  
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

**DOSSIÊ “CRIMES”, TERRITÓRIOS E SOCIABILIDADE: COMPARAÇÕES ENTRE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO**

**APRESENTAÇÃO: FIGURAÇÕES DA “GUERRA URBANA”: PERSPECTIVAS RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO**

VERA DA SILVA TELLES

**(DES)CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE “VIDA SOB CERCO” E NA “SOCIABILIDADE VIOLENTA”**

LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA E PALLOMA VALLE MENEZES

**CRIME, GUERRA E PAZ: DISSENSO POLÍTICO-COGNITIVO EM TEMPOS DE EXTERMÍNIO**

DANIEL VELOSO HIRATA E CAROLINA CHRISTOPH GRILLO

**POR ENTRE TERRITÓRIOS VISÍVEIS E TERRITÓRIOS INVISIBILIZADOS:**

**MERCADOS ILÍCITOS E CRACOLÂNDIAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO**

TANIELE RUI

**ESPACIALIZANDO A PRISÃO: A CONFORMAÇÃO DOS PARQUES PENITENCIÁRIOS EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO**

RAFAEL GODOI, FÁBIO ARAÚJO E FÁBIO MALLART

**ARTIGOS**

**ESTADO, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO BRASIL**

ARMINIO FRAGA NETO

**EXÉRCITO BRASILEIRO: UM RETRATO À AQUARELA**

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO

**SAME-SEX MARRIAGE IN THE BRAZILIAN SUPREME COURT: LEGAL REASONING AND THE RISK OF A REGRESSIVE TURN**

FLAVIA PORTELLA PÜSCHEL

**DA ORLA À SALA DE JANTAR: GÊNERO E DOMESTICIDADE NA BOSSA NOVA E NA TROPICÁLIA**

HELOISA PONTES E RAFAEL DO NASCIMENTO CESAR

**ENSAIO VISUAL**

SANTÍDIO PEREIRA

ISSN 0101-3300



9 770101 330009